

# Linguagem em (Dis-)Curso

O espaço digital como lugar  
de produção de sentidos



Célia Bassuma Fernandes  
Lucimara Cristina de Castro  
Organizadoras



**Capa** > Thainá Kramer  
**Diagramação** > Thainá Kramer  
**Coordenação Editorial** > Celso Moreira Mattos  
**Revisão** > Ms. Josemara Stefaniczen  
**Produção Eletrônica** > Syntagma Editores

**Avaliação** > Textos avaliados às cegas e aos pares

**Conselho Científico Editorial:**

Dr. Antonio Lemes Guerra Junior (UNOPAR)  
Dr. Aryovaldo de Castro Azevedo Junior (UFPR)  
Dra. Beatriz Helena Dal Molin (UNIOESTE)  
Dr. José Ângelo Ferreira (UTFPR-Londrina)  
Dr. José de Arimatheia Custódio (UEL)  
Dra. Pollyana Mustaro (Mackenzie)  
Dra. Vanina Belén Canavire (UNJU-Argentina)  
Dra. Elza Kioko Nakayama Murata (UFG)  
Dr. Ricardo Desidério da Silva (UNESPAR-Apucarana)  
Dra. Ana Claudia Bortolozzi (UNESP-Bauru)  
Dra. Denise Machado Cardoso (UFPA)  
Dr. Marcio Macedo (UFPA)

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

L755 Linguagem em (Dis-)Curso: o espaço digital como lugar de produção de sentidos.  
Organizado por Célia Bassuma Fernandes e Lucimara Cristina de Castro  
– Londrina : Syntagma Editores, 2019.  
370 p.

ISBN: 978-85-62592-52-2

1. Linguagem. 2. Discurso. 3. Análise do Discurso. 4. Digital. I. Título. II. Fernandes, Célia Bassuma. III. Castro, Lucimara Cristina de.

CDD: 401  
CDU - 80



**SYNTAGMA**

A complex network graph with white nodes and edges on a yellow background. The graph consists of numerous interconnected nodes forming a dense, roughly circular structure. The word "Sumário" is centered within the graph in a bold, black, serif font.

# ***Sumário***

## Prefácio

8



**1** Rumores e hashtags: assuntos do momento?  
Observações sobre o discurso ordinário  
em espaços enunciativos informatizados

JULIANA DA SILVEIRA

18



**2** Globalista ou terraplanista? As condições  
de produção de um processo de  
contra-identificação nas redes sociais

ANDRÉ LUÍS COELHO

40



**3** A charge como discurso de resistência

CRISTIANE DE SOUZA PEDROSO  
CÉLIA BASSUMA FERNANDES

56



**4** Sentidos da re-existência na História:  
Corpo e(m) (dis)curso

DÉBORA HETTWER MASMANN  
PATRÍCIA BRASIL MASSMANN

74



**5** Circulação no *Twitter*: informações e discursos  
emaranhados na (a)temporalidade

LUCIMARA CRISTINA DE CASTRO

94



## 6 (Ciber)feminismos e seus deslizamentos na era digital

DANTIELLI ASSUNÇÃO GARCIA

114



## 7 Gestos de interpretação e movimentos de sentidos sobre “notório saber” na/em rede

DENIKID ARAÚJO ALBINO

130



## 8 O compartilhamento de “correntes” eletrônicas via *Whatsapp*: o sujeito como autoria do dizer em rede

HEITOR MESSIAS REIMÃO DE MELO

152



## 9 O conhecimento em (per)curso: os espaços digitais em/como construção discursiva das práticas da gestão do conhecimento

FLÁVIO BORTOLOZZI  
RAFAEL DELGADO  
FABIANO KANADANI

170



## 10 Professor e inovação e(em)discurso: produção e circulação de sentidos em espaço digital

TÁCIA ROCHA  
ISMARA ELIANE VIDAL TASSO

186



## 11 A objetivação em sujeito das candidatas à vice-presidência brasileira no discurso midiático

ALINE RODRIGUES  
BRUNA PLATH FURTADO

212



## 12 A escrita intimista e o espaço digital: cenas paranaenses

NINZIA CECÍLIA RIBAS BORGES TEIXEIRA

238



## 13 Preconceito nas redes sociais: terra sem lei? – Argumentatividade e persuasão no gênero notícia

EDNA PAGLIARI BRUN  
JUÇARA ZANONI DO NASCIMENTO  
RAQUEL DUTRA SALDANHA

258



## 14 *Overwatch* e o consumo transmidiático dos videogames

DURVAL RAMOS  
HERTZ WENDEL DE CAMARGO

286



## 15 Mecânicas de jogos digitais e processos de gamificação como mediadores de experiências e produção de sentidos: taxonomia sobre as práticas de *hard* e *soft skills*

POLLYANA NOTARGIACOMO

306



## 16 Per-cursos dos dis-cursos Humanos: trogloditas digitais ou transumanos primitivos?

EDEMIR JOSE PULITA  
PATRÍCIA REGINA WYPYCH

332



Sobre os autores

359



A complex network graph with white nodes and edges on a yellow background. The graph consists of numerous nodes connected by thin white lines, forming a dense, interconnected structure. The nodes are arranged in a roughly circular pattern, with many connections between adjacent and non-adjacent nodes, creating a mesh-like appearance. The overall shape is roughly circular, with some nodes extending slightly beyond the perimeter.

# ***Prefácio***

# Prefácio

JULIANA DA SILVEIRA

O leitor tem em mãos a obra *Linguagem em (dis-) curso: o espaço digital como lugar de produção de sentidos*. O livro, organizado por Célia Bassuma Fernandes (UNICENTRO) e Lucimara Cristina de Castro (PG-UEM), com apoio de Hertz Wendel de Camargo (UFPR), reúne artigos, inscritos em diferentes perspectivas teóricas, que se dedicam a refletir sobre o modo como o digital atravessa nossas práticas linguageiras na contemporaneidade.

Reunir trabalhos em torno dessa temática é, sem dúvida, uma tarefa que antes de apontar caminhos de pesquisa para se copiar e reproduzir deve ter por principal objetivo enfatizar sua complexidade e suas contradições. Papel que esse livro cumpre muito bem ao se colocar na arriscada tentativa de reunir trabalhos que apresentam não apenas diferentes recortes teórico-metodológicos dentro do próprio campo teórico da análise de discurso, mas também trabalhos assinados por autores de outros campos de investigação. Uma proposta complexa que permite, por si só, compreendermos a complexidade desse campo de estudos que temos convencionado chamar de “digital”.

De um certo modo, é possível dizer que o espaço digital sempre se constituiu por seu caráter ambíguo que, a meu ver, parece recobrir um vasto conjunto de textos a seu respeito; uma ambiguidade que diz respeito às suas possibilidades técnicas e discursivas que tanto podem servir à práticas de resistência em relação aos discursos dominantes (da mídia, da política, da ciência etc.) quanto podem servir para reforçá-los. Essa ambiguidade, que parece apontar para uma contradição constitutiva da materialidade digital, se faz presente também nessa coletânea e diz respeito ao modo como o espaço digital têm se constituído, desde sempre, mas cada vez mais, em um espaço pelo qual lutamos e, ao mesmo tempo,



por meio do qual ressignificamos nossas lutas. Um espaço que ora nos permite (re)produzir práticas de resistência, ora nos engendra em suas normatizações homogeneizantes.

Entendo que cada um dos artigos aqui apresentados mobiliza o espaço digital enquanto esse espaço no/pelo que nos debatemos em uma disputa pelos sentidos, uma vez que temos, de um lado, um conjunto de artigos que se dedicam a analisar práticas linguageiras que desestabilizam os discursos legitimados, com seus processos específicos de controle e regulação, e, de outro lado, artigos que se dedicam a pensar as práticas político-midiáticas que visam cercear e reafirmar práticas de controle dos sentidos e dos sujeitos.

Curiosamente, embora em geral sejam mais comuns análises negativas sobre os efeitos do digital, sobretudo atualmente, os textos aqui apresentados se dedicam, em sua maioria, à análise das práticas de resistência, ou mesmo de imersão e apropriação, que os diferentes espaços do digital possibilitam. O que, sem dúvida, nos faz refletir sobre as práticas de resistência ainda possíveis e ainda em circulação, corroborando com o que já dissemos, de que os sujeitos ocupam esse espaço também como forma de resistir, de se significar, insistindo em fazer desse lugar um espaço de práticas de leitura e escrita polêmicas, nos mostrando que, se hoje o espaço digital é um espaço de dominação é, por isso mesmo, também um espaço de resistência.

Acredito que esses efeitos de sentidos do espaço digital estejam presentes, embora de forma muito variada, em todos os artigos aqui apresentados, começando pelo artigo de minha autoria, **Rumores e hashtags: assuntos do momento? observações sobre o discurso ordinário em espaços enunciativos informatizados**, que tem por objetivo apresentar algumas análises e considerações sobre o discurso ordinário no espaço enunciativo informatizado do Twitter, tendo como foco os rumores e hashtags na sua relação com os *trending topics* (assuntos do momento). Essa discussão tem, como pano de fundo, justamente mostrar como os sujeitos ordinários se (de)batem com as normatizações dos espaços enunciativos informatizados, com o atravessamento do discurso



midiático, dominante nas ditas mídias sociais digitais. Viso, assim, também enfatizar esse caráter contraditório desses espaços.

No capítulo 2, de André Coelho, ***Globalista ou terraplanista? As condições de produção de um processo de contra-identificação nas redes sociais***, irá enfatizar a ordem do digital que recai sobre um funcionamento em torno de controvérsias, analisando as condições de produção de redes sociais que levam os sujeitos a se contra identificarem com o discurso da ciência, a partir da análise da complexa controvérsia entre globalistas e terraplanistas, tendo como fio condutor a análise de fragmentos textuais recortados de uma página do Facebook de terraplanistas. Nessa discussão, o autor levanta questões sobre as filiações ideológicas presente no discurso dos terraplanistas, considerando que muitos marcam sua identificação a estudos disponíveis predominantemente em redes sociais e que têm como premissa o fato de que “se está na internet, deve ser verdade”.

No capítulo 3, ***A Charge como Discurso de Resistência***, Cristiane de Souza Pedroso e Célia Bassuma Fernandes, investigam, por sua vez, o funcionamento discursivo da charge como discurso de resistência. No caso analisado, as autoras mostram que o texto chágico, em circulação no espaço digital, abre para a possibilidade de dar visibilidade a outro modo de compreender o corpo da mulher. O digital é visto, nesse sentido, como campo que permite fazer circular discursos que rompam com o já instituído e que constituem, por isso, um discurso de resistência, inaugurando um discurso outro sobre a mulher e seu corpo no Carnaval.

Débora Massmann e Patrícia Brasil Massmann, no capítulo 4, ***Sentidos da re-existência na história: corpo e(m) (dis)curso***, se dedicam à análise do corpo como corpo-político e corpo-re-existência, tendo como intuito apresentar uma reflexão a partir do hibridismo dos processos de significação e de textualização da/na contemporaneidade, traçando, desse modo, o ir e vir dos sentidos entre espaço urbano e espaço digital. As autoras buscam compreender os efeitos desse hibridismo a partir de um recorte narrativo que originalmente compõe o livro “O que os cegos estão sonhando? com o Diário de Lili Jaffe (1944-1945)”, de Noemí

Jaffe. O capítulo traz como recorte o processo de (re)significação dessa narrativa, uma vez que a análise não recai sobre a obra impressa, mas sim sobre fragmentos da reprodução de partes dessa obra no espaço digital, sob a forma de podcast. .

No capítulo 5, o artigo de Lucimara Cristina de Castro, “**Circulação no Twitter: informações e discursos emaranhados na (a)temporalidade**”, temos uma discussão do digital tendo em vista a sua dimensão (a)temporal na/da rede Twitter. Segundo a autora, pensar a (a)temporalidade nesse espaço é um desafio que requer um debruçar tenaz que abre a pesquisa sobre a (a)temporalidade na rede para novos questionamentos, uma vez que, como conclui a autora, se há uma relação de Tempo cronológico marcando a circulação de dizeres no Twitter, há ainda, um funcionamento do Tempo histórico, do Tempo físico e do Tempo psicológico, que, imbricados pela inscrição do sujeito-twitteiro nesse espaço do digital, exige pensar os modos como esses dizeres e sujeitos estão marcados tanto historicamente quanto por sua “subjetividade”.

No capítulo 6, **(Ciber)Feminismos e seus deslizamentos na era digital**, Dantielli Assumpção Garcia, nos apresenta uma análise sobre como o movimento ciberfeminista, que faz emergir a 4ª Onda Feminista, constitui-se na contemporaneidade frente à era digital. A partir da análise de diferentes materiais (textos, vídeos, charges etc.), feitas por ciberfeministas, os dizeres mobilizam, de um lado, uma memória sobre as mulheres e os movimentos feministas, seja para confrontá-la ou reafirmá-la. Para a autora, o arquivo digital permite constituir um lugar de luta (ciber) feminista, portanto um lugar de embate, mas que também se constitui como um espaço de sororidade, espaço no qual há o enlace pela luta feminista, o enlace por uma posição legitimada na sociedade às mulheres, não mais mulheres submissas, mas, sobretudo, mulheres que lutam em todos os espaços.

No capítulo 7, **Gestos de Interpretação e Movimentos de Sentidos sobre “Notório Saber” na/em Rede**, Denikid Araújo Albino, analisa como se dá a relação entre o discurso humorístico na rede social Twitter e a construção e manutenção de uma memória produzida pela circulação



de um dado arquivo, ligado a saberes do senso comum que se atualizam a partir da referência ao discurso político, oficialmente publicado em lei. Sua análise recai sobre os efeitos de sentidos sobre o “Notório saber” resultantes do seu deslocamento do campo do político, legitimamente publicado em lei, para a rede social Twitter, funcionando no discurso humorístico. Para o autor, o uso do humor se apresenta como uma forma de se rebelar, ou seja, uma forma de o sujeito se dar conta do processo de interpelação a que está submetido. Mesmo em sua condição de assujeitado, existe um meio de jogar com a língua e é justamente aí que entra o humor, atestando a equivocidade constitutiva da língua (e não produzida).

Heitor Messias Reimão de Melo, escreve o capítulo 8 do livro, ***O compartilhamento de “correntes” eletrônicas via whatsapp: o sujeito como autoria do dizer em rede***, com o objetivo de analisar os efeitos de sentido produzidos pelo discurso religioso, em um corpus constituído por duas materialidades de cunho religioso que têm circulado no WhatsApp, verificando que memórias retornam nela, pelo trabalho do interdiscurso. Segundo o autor, o gesto interpretativo empreendido atesta que, nas materialidades que constituem o corpus deste trabalho, retornam discursos religiosos já ditos, isto é, são produzidas diferentes formulações de dizeres já sedimentados, que produzem os efeitos do “novo”, do “nunca dito”, e cuja interpretação somente é possível pelo funcionamento da memória discursiva que leva os sujeitos a se submeterem a uma autoridade dada que lhes permite compartilhar as mensagens recebidas.

No capítulo 9, ***O conhecimento em (per)curso: os espaços digitais em/como construção discursiva das práticas da gestão do conhecimento***, os autores, Flávio Bortolozzi, Rafael Delgado e Fabiano Kanadani, buscam responder de que maneira o discurso auxilia para a efetivação das práticas dos espaços digitais na gestão do conhecimento. Para tanto, analisam algumas práticas de gestão do conhecimento em espaços digitais. De acordo com os autores, falar das questões organizacionais, hoje, em meio ao funcionamento moderno social, rememora-se questões que auxiliam as organizações e possibilitam o (auto) controle das funções realizadas, tais como folhas pontos *onlines*, ferramentas de entrevistas,



conversação e blocos de notas digitais, sendo, impossível se desvincular da linguagem e da tecnologia. Os processos de gestão do conhecimento atuais levam, segundo os autores, a refinamento da memória, transformando o conhecimento em uma memória organizacional empresarial.

Tácia Rocha e Ismara Tasso, no capítulo 10, ***Professor e inovação e(em) discurso: produção e circulação de sentidos em espaço digital***, buscam pensar a Educação como um campo do saber-poder que centraliza o/a aluno/a no processo de ensino-aprendizagem por meio de métodos ativos e da abordagem por competências. Nesse capítulo, apresentam os modos de objetivação da educação e de seus agentes, aluno/a e professor/a sob a ordem da inovação e como são materializados no site Porvir.org. Em suas análises as autoras descrevem os sentidos de professor e aluno que resultam desse processo, demonstrando o funcionamento do dispositivo Sociedade da Informação e do Conhecimento que constitui uma rede heterogênea entre os enunciados dispersos, organizados por uma regra geral que lhes confere a regularidade demonstrada na prática discursiva analisada. Na ordem da SIC, a objetivação de educação, do/a professor/a e do/a aluno/a produz novos conceitos orientados pelo regime neoliberal e global, instituindo modos de condutas nesses sujeitos da educação.

Em ***A objetivação em sujeito das candidatas à vice-presidência brasileira no discurso midiático***, capítulo 11, as autoras Aline Rodrigues e Bruna Plath Furtado analisam o debate das candidatas à vice-presidência do Brasil, nas eleições ocorridas no ano de 2018, promovido pelo jornal El País em parceria com o Instituto Locomotiva. Para as autoras, trata-se de um debate singular e histórico, transmitido ao vivo pelas redes sociais dos organizadores do evento. Em suas análises descrevem como nesse campo discursivo sobre o qual se formaram tantos enunciados – o debate –, o agenciamento midiático da linguagem conduziu a maior parte das objetivações e subjetivações das candidatas em sujeito. Segundo as autoras, o espaço no qual se travou o debate se configurou como um espaço cheio de devires, uma vez que o ciberespaço foi o lugar onde se produziram as verdades e os próprios sujeitos candidatas mulheres nas eleições de 2018, visto o pouco tempo de TV que essas mulheres tinham.

Outro fator que corrobora para essa conclusão foi o fato de a mídia televisiva não ter jamais realizado um debate só de mulheres que visasse, exclusivamente, a agenda feminina, evidenciando sua fluidez em agenciar discursos e estabelecer novas conexões.

Níncia Cecília Ribas Borges Teixeira, escreve o capítulo 12, apresentando-nos o trabalho ***A escrita intimista e o espaço digital: cenas paranaenses***. Em seu artigo a autora propõe investigar a narrativa das blogueiras Luma, Lia e Perin, cujos efeitos de sentido manifestam-se pelos finais múltiplos, enredos labirínticos, arbitrariedade, descontinuidade. Para a autora, os blogs ao mesmo tempo que permitem a escrita para as mulheres e a circulação desses escritores, facilita a divulgação de posicionamentos assumindo, por vezes, uma função política para os sujeitos femininos e, por meio deles, esses sujeitos contam, partilham e reivindicam uma visibilidade, um determinado espaço. A partir de suas análises, a autora demonstra que na literatura paranaense de autoria feminina, ressoam discursos cada vez mais conscientes de sua situação de alteridade, sinalizando que a mulher não permite mais que a definam como a metade instável e antagonica da sociedade.

No capítulo 13, o artigo ***Preconceito nas redes sociais: terra sem lei? – argumentatividade e persuasão no gênero notícia***, de autoria de Edna Plagiari Brun, Juçara Zanoni do Nascimento e Raquel Dutra Saldanha, apresenta uma análise da constituição textual de uma notícia publicada pelo Jornal do Commercio em sua versão on-line. As autoras propõem identificar alguns recursos semântico-argumentativos, viabilizados por critérios de textualidade, disponibilizados à interpretação do público-alvo do jornal, a fim de verificar os possíveis efeitos de sentido que, além de informar, levariam à persuasão ou ao convencimento do leitor.

Durval Ramos e Hertz Wendel de Camargo, no capítulo 14, ***Overwatch e o consumo transmidiático dos videogames***, apresentam uma reflexão sobre o transmídia, a partir do estudo do jogo *Overwatch*, destacando o potencial e as possibilidades que o videogame oferece, como mídia, para a construção de uma trama narrativa interativa, uma vez que a interação, que é própria do meio, abre espaço para novos usos e re-

lações. Ao considerarem que o potencial da performance da transmídia seja talvez o modelo narrativo principal do jogo analisado, os autores demonstram como o jogo constrói seus passos para que o fã deseje fazer parte da narrativa. Para os autores, isso só ocorre quando a construção do mundo é bem feita e o universo do jogo é interessante o suficiente para que o indivíduo queira estar dentro dele por mais e mais tempo. Os autores demonstram, portanto, que o videogame é capaz de oferecer um tipo de imersão único dentro da narrativa.

No capítulo 15, ***Mecânicas de jogos digitais e processos de gamificação como mediadores de experiências e produção de sentidos: taxonomia sobre as práticas de hard e soft skills***, Pollyana Notargia – como defende que os games constituem uma ferramenta e um caminho para o desenvolvimento de habilidade profissionais necessárias e exigidas pelo mercado atual. A autora também discute aspectos de mecânica de jogos, gamificação e uma taxonomia, que abarcam diferentes arquiteturas de hard e soft skills. Para ela, os games podem instituir mecanismos para a identificação, exercício e aferição de hard e soft skills, que podem contribuir de forma direta em processos de recrutamento profissional e acompanhamento de carreira. Além disso, conhecer os diferentes aspectos pertinentes às soft skills (cognitivos e metacognitivos, sociais, sistêmicos, de inovação e físicos) e os tipos de games em que estes se sobressaem pode também propiciar a realização de diferentes dinâmicas em sala de aula e nos ambientes profissionais.

Edemir José Pulita e Patrícia Regina Wypych, no capítulo 16, ***Percurso dos dis-cursos humanos: trogloditas digitais ou transumanos primitivos?***, investigam o paradoxo entre as relações de simples usuários-consumidores de produtos e a complexidade do protagonismo de sujeitos em suas práticas discursivas com as campanhas publicitárias digitais que, segundo os autores, implode o clássico determinismo do modelo comunicativo emissor > receptor. Os autores apresentam, para tanto, um ensaio no qual refletem acerca da cibercultura enquanto uma nova forma de acesso, apropriação e socialização de saberes. Problematicam o novo mapeamento do mundo (virtual): as redes. E, também, discutem as práticas discursivas



publicitárias digitais enquanto novas cartografias possíveis da era digital. Entre algumas das reflexões que os autores apresentam neste artigo, destaco o fato de apontarem para o que, em termos dos fenômenos linguísticos, discursivos e culturais, os autores defendem como sendo a antítese das promessas e possibilidades das tecnologias digitais de informação, comunicação e expressão (TDICE): a crise do diálogo.

Após essa ilusória tentativa de construir um fio condutor que amarre os trabalhos aqui reunidos, que certamente está afetada pelo modo como eu mesma penso essa materialidade, te convido, leitor, a (re) construir seu próprio percurso de análise e espero que, de alguma forma, você encontre neste livro mais um ponto de encontro para o debate sobre esse campo fascinante e heterogêneo do digital, cujos desafios teóricos e analíticos estão sempre em construção.





# Rumores e *hashtags*: assuntos do momento? Observações sobre o discurso ordinário em espaços enunciativos informatizados

JULIANA DA SILVEIRA<sup>1</sup>

Este artigo tem como objetivo apresentar algumas análises e considerações sobre o discurso ordinário no espaço enunciativo informatizado do Twitter, tendo como foco os rumores e *hashtags* na sua relação com os *trending topics*<sup>2</sup> (assuntos do momento).

Parto da compreensão de que o Twitter pode ser considerado como um espaço enunciativo informatizado e, portanto, busco compreender e questionar o imaginário de que as mídias sociais digitais são espaços de interação social, problematizando o modo como os discursos ordinários se constituem na materialidade digital<sup>3</sup>.

Na primeira seção do artigo busco relacionar o rumor com relação à normatização do Twitter, principalmente pelo modo como os chamados *Trending Topics* organizam a interlocução e o seu próprio arquivo – com base em uma política comercial que pretende, segundo nos informa a página oficial do Twitter, “[...] promover mudanças globais positivas estimulando conversas respeitadas, criando conexões humanas

- 
- 1 Doutora em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professora de Língua Portuguesa e Linguística. Pesquisadora em Análise de Discurso e Materialidade Digital. Pesquisadora em estágio de pós-doutorado no Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), com apoio financeiro da Capes.
  - 2 Os *trending topics* são a lista de temas em tempo real das tags e temas mais utilizadas. No Twitter brasileiro foi traduzido para “assuntos do momento”, mas devido à popularidade do nome em inglês seus usuários e leitores continuam chamando a lista de *Trending Topics*, sobretudo porque ela remete diretamente a uma funcionalidade do Twitter. Desse modo, durante o artigo uso os dois termos indistintamente.
  - 3 Em discussões realizadas em nosso Grupo de Estudos da Materialidade Digital, que faz parte do Grupo de Pesquisa em Divulgação e Produção do Conhecimento, coordenado por Solange Gallo, no Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem, temos adotado essa designação para nos referirmos ao digital, tendo em vista que nos inscrevemos em uma perspectiva materialista do discurso e, ainda, que falar em discurso digital parece não contemplar o modo como temos pensado os diferentes discursos na sua relação com o digital.

mais profundas e incentivando diversas interações entre indivíduos [...]” (TWITTER, 2019a).

Na segunda seção, procuro compreender e descrever de que modo essa normatização constrói sentidos outros para o debate político eleitoral brasileiro, ao determinar o modo de formulação e circulação dos dizeres ordinários.

As análises e reflexões aqui apresentadas sobre os *discursos* e *sujeitos ordinários*, bem como a relação de *rumores* com a circulação de *hashtags* no Twitter, foram produzidas inicialmente em minha tese de doutorado (SILVEIRA, 2015). A partir delas procuro fazer novas reflexões sobre o Twitter, trazendo para essa discussão as noções de *normatização* e *espaços enunciativos informatizados*, propostas em Gallo e Silveira (2017). Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo, também, articular tais noções, tendo em vista a produtividade que elas apresentam para pensarmos a *materialidade digital*.

### ○ *Twitter como espaço enunciativo informatizado*

O Twitter é uma das chamadas mídias sociais digitais mais conhecidas no Brasil, tendo grande relevância, sobretudo, no debate político-eleitoral e, também, na movimentação de redes de fãs. Os sujeitos-usuários dessa plataforma participam de diferentes discussões e debates e uma das formas de reunir/organizar e visibilizar esses debates e temas é a lista apresentada pela plataforma, conhecida como *trending topics*, que é, por sua vez, definida pelo algoritmo do Twitter, obedecendo critérios técnicos determinados<sup>4</sup>.

Para pensar a dimensão discursiva dos procedimentos técnicos dessa plataforma, interessa considerar que no caso dos espaços enuncia-

---

4 “Os Assuntos do Momento são definidos por um algoritmo que identifica os tópicos que são populares no momento. A lista de Assuntos do Momento é dinâmica e se baseia exclusivamente na atividade das pessoas no Twitter. Para definir os Assuntos do Momento, esse algoritmo considera uma série de variáveis, sendo que o número de Tweets relacionados aos Assuntos do Momento é apenas um dos fatores que o algoritmo analisa ao classificá-los e determiná-los. Com intuito de inibir tentativas de manipulação dos Assuntos do Momento, o Twitter não divulga todas as variáveis consideradas pelo algoritmo. Também por meio de algoritmo, assuntos do momento e hashtags são agrupados quando estão relacionados ao mesmo tópico.” (TWITTER, 2018)



tivos informatizados os discursos não são tomados nem como discursos de escrita e nem da oralidade, mas sob a forma discurso da escritoralidade<sup>5</sup>, que possuem uma normatização própria.

Entendemos que os processos de normatização, no caso da forma discursiva de escritoralidade, acontecem sobretudo na instância da formulação. Ou seja, toda e qualquer produção de sentido com base material digital, está determinada por parâmetros formais normatizadores, próprios dos espaços enunciativos informatizados e que resultam em determinações do sentido e do sujeito (GALLO; SILVEIRA, 2017, p. 176).

No caso específico do Twitter, os gestos de leitura são determinados pelo algoritmo que organiza os tuítes em torno de palavras-chaves ou hashtags, definindo “o modo como os tuítes podem aí circular ou não circular, produzindo, portanto, um efeito-leitor determinado. Ao mesmo tempo em que ‘conecta’ perfis diversos, produzindo um efeito de ‘conversa global’” (GALLO; SILVEIRA, 2017, p. 179).

Esse efeito de “conversa global” é bastante significativo para o contexto político-midiático atual, uma vez que ele têm, de formas variadas, conferido certa legitimidade aos discursos de sujeitos políticos que buscam criar uma maior “conexão” com os sujeitos ordinários (SILVEIRA, 2015), apostando nessa capacidade do Twitter em possibilitar “conversas”<sup>6</sup> que aconteceriam entre “todos” e “qualquer um”.

A relação entre rumor e hashtag, como uma das relações possíveis para a constituição dos *trending topics* no Twitter, pode ser melhor compreendida, portanto, tendo em vista a consideração de que estamos

---

5 Para maior compreensão da noção de Escritoralidade, consultar Gallo (2011).

6 Embora o que chamo aqui de efeito de conversa no Twitter tenha maiores implicações, que busco apontar no desenvolvimento deste artigo, vale lembrar que mesmo entre os comunicadores e tecnólogos se questiona esse “potencial” do Twitter (e de outras mídias sociais digitais) para a conversa, no sentido comum do termo. Felitti (2019), comenta em seu podcast *Tecnocracia*, por exemplo, que a tentativa de conversa de seu CEO, Jack Dorsey com uma jornalista de tecnologia via Twitter, em fevereiro de 2019, foi um fracasso e uma prova de impossibilidade de manter uma conversa mais aprofundada nessa plataforma. Para Felitti, o Twitter mostrou que “é bom para comunicar, mas não para conversar”, e que “é um problema sério quando uma plataforma com o poder e projeção do Twitter, que pretende ser o centro das discussões online e que virou uma espécie de Diário Oficial dos governantes mais à direita desde Donald Trump, se mostra incapaz de organizar uma conversa, entregando mais confusão do que esclarecimento” (FELITTI, 2019).

diante de um espaço enunciativo informatizado, cuja normatização “por meio de sua condição material específica, [acaba] determinando, assim, o escopo dentro do qual os sujeitos estarão em interlocução” (GALLO; SILVEIRA, 2017, p. 171).

Nesse contexto, pensar o rumor e a hashtag na sua relação com os discursos ordinários do/no digital, conforme Silveira (2015), passa a ser relevante, tanto pela reconhecida capacidade de viralização dos rumores e hashtags, quanto pelas diferentes práticas discursivas que um e outro engendram. Observar a capacidade de viralização é importante, nesse caso, pois isso diz respeito ao efeito de legitimação que parece ser produzido pela via da quantificação.

Temos investido, em nossas análises, na compreensão desse efeito de legitimidade nos discursos de escritorialidade, e temos demonstrado que esse efeito, nessa forma–discurso, é determinado, em parte, por um processo de quantificação (quanto mais circula, mais legítimo) que se materializa, por ex., nos compar-tilhamentos (GALLO; SILVEIRA, 2017, p. 172).

Embora os rumores façam parte das disputas políticas desde muito antes do Twitter, considero que sua circulação nesse espaço ganha contornos outros, uma vez que a materialidade digital (re)configura a relação entre rumores orais e rumores escritos, sobretudo porque nesse espaço a quantificação significa diferentemente e têm provocado transformações significativas para o cenário político–eleitoral, não só no Brasil mas em todo o mundo.

É importante observar, no entanto, que os rumores orais sempre tiveram como característica principal a capacidade de “viralizar<sup>7</sup>”. Vale lembrar, ainda, que mesmo em discursos de escrita os rumores já guardavam relação estreita com a mídia, o que indica que o fenômeno do rumor como midiático e viral, remete a uma passagem de longo prazo que

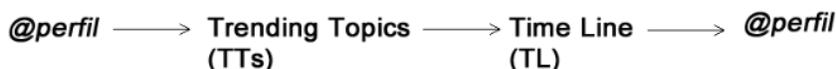
---

7 Froissart (2009, p. 2), defende que “apesar de a representação do rumor ser tributária da figura do corpo: impulso neuronal, metástase, epidemia mental, vírus...” esta comparação é contestável, pois apresenta “os mesmos limites que dizem respeito às sociedades humanas vistas como ‘corpos sociais’, que são doenças, síndromes, tumores (delinquência, corrupção, fundamentalismo, prostituição, suicídio, alcoolismo) e para os quais se imagine anticorpos (Estado, escola, exército)” (FROISSART, 2009, p. 2).

inclui as práticas orais, televisivas, jornalísticas, que também se aperfeiçoaram na arte de produzir e fazer circular os rumores.

Em Silveira (2015, p. 74) busquei descrever o funcionamento técnico do Twitter a partir do esquema apresentado no quadro 1, buscando indicar de que modo a relação *trending topics*, perfis e linha do tempo, se articulam e determinam os modos de interlocução desse espaço.

Quadro 1 – Relação *trending topics*, perfis e linha do tempo



Fonte: Silveira (2015).

É possível ver, desse modo, como o Twitter reúne tuítes e perfis de forma opaca<sup>8</sup>, uma vez que as variáveis do algoritmo não são completamente anunciadas pelo Twitter. Esse algoritmo ao mesmo tempo em que analisa e recolhe as informações necessárias para suas decisões, informa o seu resultado, “extraíndo” desse “banco de dados” um conjunto de textos que resultarão nos “assuntos do momento”. Ao clicar em uma dessas hashtags/assuntos/links visíveis nos TTs o algoritmo “devolve”, portanto, como resposta ao clique um conjunto de tuítes que constroem o que chamamos popularmente de linha do tempo.

Tentar dar visibilidade a esses procedimentos “técnicos” não se trata, aqui, de apenas “explicar” como o Twitter funciona, mas sim chamar a atenção para o fato de que, em sua normatização, esse espaço vai construindo sentidos para as interlocuções que, à medida que se cotidianizam e se aperfeiçoam, apagam para os sujeitos a série de gestos de leituras que organizam essa “conversa global”.

---

8 O cientista político Sergio Amadeu da Silveira chama atenção em suas pesquisas para a opacidade algorítmica e para a necessidade de regulação dos algoritmos, uma vez que “os sistemas algorítmicos avançam na governança e na regulação de práticas e comportamentos”. Para o pesquisador, no caso das plataformas de redes sociais, é preciso considerar que “esses nós na internet são empreendimentos privados de grande acesso onde ocorrem interações coletivas e se formam ondas de opinião pública. São polos de grande relevância para a democracia. Os algoritmos dessas plataformas definem o que as pessoas vão ler, ver e ouvir” (SILVEIRA, 2018, s/p).



Considero que esse gesto de leitura que relaciona uma hashtag presente nos *trending topics*, como um gesto que, por levar a um conjunto de tuítes que serão lidos em uma sequência temporal determinada, produz um efeito de texto coletivo. É um gesto de leitura definido pela construção do algoritmo que reúne os fragmentos desse texto pela

organização/visibilidade de um conjunto de temas ou hashtags que, verticalizadas em *Trending Topics*, permite aos sujeitos aceder a um fio hipertextual sobre um tema de seu interesse, composto de variadas reformulações das proposições construídas de forma horizontal. Nada disso garante, no entanto, que não há outras palavras e hashtags igualmente relevantes em circulação no Twitter e é justamente isso que se apaga para esses sujeitos, que o que é “pertinente” para ser lido é determinado antes por uma variável que computa quantidade de uso *versus* um momento no tempo (SILVEIRA, 2015, p. 64).

A partir do momento que tais procedimentos se naturalizam, passa a ocorrer uma disputa pelo tema/pauta que se tornará visível ou não. Há aqui uma inversão interessante, pois se em um primeiro momento as hashtags serviam para localizar um tema na dispersão do arquivo, o que permitia ver o quanto era heterogênea essa “conversa global”, o que se vê na sequência é a criação de uma prática de falar sobre o que “todos estão falando”, já que muitas vezes é o que aparece listado nos *trending topics* que irá pautar o debate nesse espaço<sup>9</sup>.

Essa inversão é interessante na medida em que permite pensar a relação direta que se faz entre a circulação de hashtags, que remete a determinados rumores, e como elas apontam para os assuntos do momento ao mesmo tempo em que instaura uma disputa para mudar aquilo que está em pauta, seja uma disputa para dar visibilidade a um rumor ou desmenti-lo ou, ao contrário, tirá-lo de circulação chamando a atenção para outro assunto ou outra hashtag.

---

9 Certamente esse é apenas um dos aspectos do estudo das hastags, há outros “usos” considerados mais “orgânicos” (RECUERO, 2014) que remeteriam, em dados momentos, há um processo menos mecanizado de seleção dos temas. Não desconsidero esse funcionamento, certamente, mas o que quero enfatizar é justamente que esse funcionamento mais “orgânico” que se localizaria mais do lado de uma demanda temática dos sujeitos ordinários é justamente o que os TTs apaga. Embora essa discussão me interesse e seja desenvolvida em outros trabalhos já publicados e em andamento, não irei discuti-lo neste artigo por questões de espaço.



## Rumores e hashtags: assuntos do momento?

Rumores e hashtags são, sem dúvida, dois assuntos do momento no tocante à política brasileira, uma breve leitura de tuítes recentes, inclusive de perfis pertencentes a quadros políticos importantes no país, deixa claro o quanto esses dois fenômenos fazem parte das disputas políticas contemporâneas. O questionamento que faço no título desta seção remete, no entanto, a outra questão. Tendo em vista a normatização discutida na seção anterior, a questão aqui é sobre quais os efeitos de sentido que se produzem quando rumores e hashtags são considerados assuntos relevantes, por figurarem em uma lista nos *trending topics* do Twitter.

Do ponto de vista da comunicação social, tanto o rumor quanto as hashtags são considerados como fatos da fala pública. Vejamos como cada um desses termos é definido em um dicionário de Língua Portuguesa, por exemplo.

### Quadro 2- “rumor”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008–2013

**rumor** | s. m.  
**ru-mor** |ô|  
*substantivo masculino*  
1. Ruído surdo e confuso.  
2. [Figurado] Murmúrio geral proveniente de indignação ou de descontentamento.  
3. Ruído confuso de muitas vozes.  
4. Fama, notícia.

Fonte: Dicionário Priberam, 2019.

### Quadro 3- “hashtag”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008–2013

**hashtag** | s. m. ou f.  
hashtag |èchetégue|  
(palavra inglesa)  
*substantivo masculino ou feminino*  
[Informática] Palavra ou .sequência de palavras unidas antecedida do sinal .cerquilha (#), usada geralmente para identificar assuntos nas redes sociais.  
Plural: *hashtags*.

Fonte: Dicionário Priberam, 2019.



Tendo em conta tais definições, é possível compreender que tanto os rumores quanto as hashtags são socialmente compreendidos como relacionados aos dizeres ordinários ou a um conjunto de dizeres relativo a uma coletividade. Como vimos, na seção anterior, a normatização do Twitter reúne esses dizeres em tópicos, gerando o ranqueamento desses dizeres. Partindo de tal consideração, proponho a partir daqui examinarmos com mais atenção esses dois fenômenos na sua relação com os *trending topics*.

O rumor político é um fenômeno antigo da vida social e, portanto, nada há de inovador na existência de rumores em disputas eleitorais. De acordo com Kapferer (1987)

Não existe política sem rumor. A essência do rumor [...] é ser uma fala à margem da fala oficial. Ele é um contrapoder. É, portanto, natural que os rumores proliferem no terreno da conquista e da gestão do poder (KAPFERER, 1987, p. 246, tradução minha).<sup>10</sup>

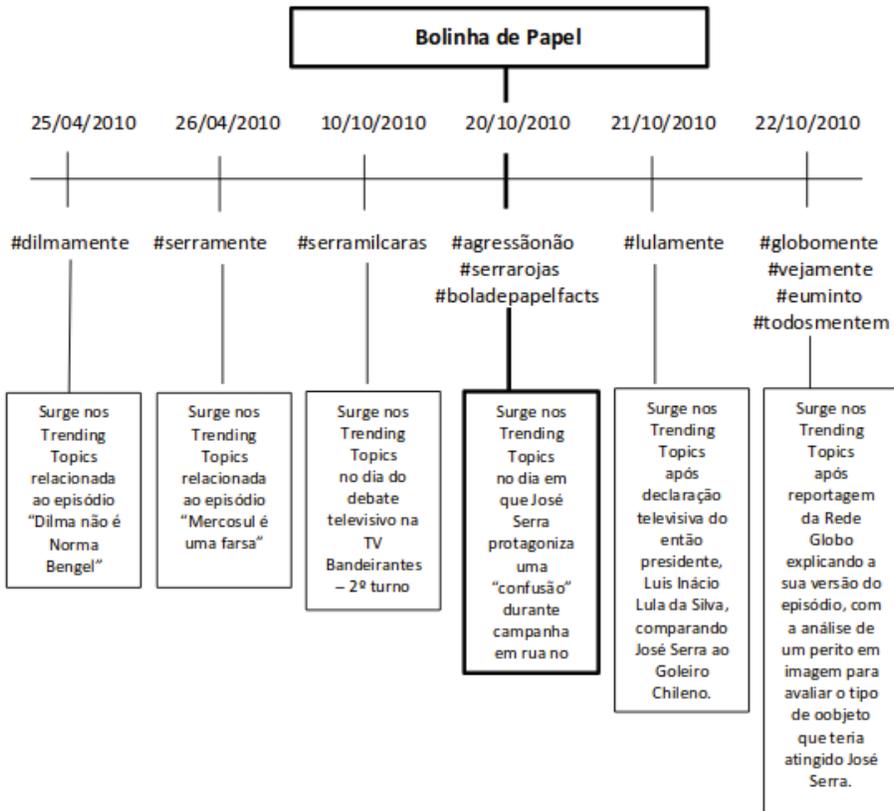
Em Silveira (2015), a partir das análises de hashtags que remetiam a rumores em circulação no contexto das eleições de 2010, observei, por exemplo, que grande parte dos rumores que surgiam quando se seguia uma hashtag política eram produzidos pelo campo político-midiático, ou seja, eram forjados no interior das campanhas partidárias e/ou em determinados órgãos de notícia; sendo, também, naquele período de 2010, bastante forte a relação entre blogs jornalísticos e partidos políticos.

Essa relação entre partidos e imprensa levava à produção/circulação de hashtags políticas que faziam circular rumores determinados. Não eram, portanto, rumores do ordinário, mas sim político-midiáticos, muito colados à circulação de notícias advindas dos veículos de radiodifusão brasileiros - e, naquele período especificamente, aos blogs jornalísticos e/ou partidários.

---

10 Il n'est pas de politique sans rumeurs. L'essence de la rumeur, nous l'avons montré, est d'être une parole en marge de la parole officielle. Elle est un contre-pouvoir. Il est donc naturel que les rumeurs prolifèrent sur le terrain de la conquête et de la gestion du pouvoir (KAPFERER, 1987, p. 246).

Quadro 4 - Quadro de análise



Fonte: Silveira (2015, p. 124).

A imagem aqui apresentada permite mostrar que as hashtags relacionadas à circulação dos rumores envolvendo o episódio da bolinha de papel, já naquele período, começavam a desenhar formas outras de o campo político-midiático se relacionar com os dizeres ordinários, e um dos sentidos que se produzia naquele cenário era o de que as hashtags políticas poderiam se traduzir pela "voz do povo", gerando uma profusão de comentários sobre a cena política eleitoral.

Cabe aqui ressaltar o fato de que os TTs sempre apresentaram relação estreita com as notícias do dia ou da semana, o que implica dizer que a mídia hegemônica continuava mantendo seu poder de agendamento<sup>11</sup>.

As análises dos rumores e hashtags envolvendo esse episódio político-eleitoral corroboraram, em vários aspectos, com estudos tradicionais do rumor político, que apontam que os rumores são fato antigo da vida política e que

O mundo oficial necessita dos rumores para governar, apesar de viverem por sua vez sob o risco de perder o controle das informações e dos movimentos da multidão. Sua arte consiste em produzir essas informações e fazê-las circular sem que elas possam enfraquecer o seu poder. Esse equilíbrio é difícil de atingir, mas é indispensável para a manutenção dos governantes (GAUVARDE, 1993, p. 165, tradução minha<sup>12</sup>).

Esse efeito de que as hashtags (e os rumores que elas fazem circular) são próprios dos discursos ordinários e, por isso, poderiam ser interpretados como aquilo que vem do povo e, em última instância, traduzidos como a “voz do povo” está se fortalecendo cada dia mais, pois ao utilizarem uma hashtag política presente nos *trending topics*, os sujeitos respondem à essa injunção do espaço enunciativo informatizado (e midiático) ao “engajamento” e “participação” em “tempo real”, o que os faz considerar que levar um tema determinado aos assuntos do momento do Twitter funcione como mecanismo de midiáticação do desejo de um grupo ou até mesmo da população em geral. Esse efeito pode ser observado, por exemplo, em tuítes como os apresentados nos quadros 5 e 6.

---

11 Por não ser o foco deste artigo não realizei aqui análises que buscassem compreender esse fenômeno e nem de que modo o que é pautado pela mídia e pela imprensa é considerado pelo algoritmo do Twitter, mas é inegável que os TTs visibilizam a força do agendamento da mídia no debate político e social, sendo esse mais um motivo para buscarmos visibilizar discursividades cotidianas que, apesar de circularem nesse espaço, parecem não se submeter sempre à lógica de injunção para participar dessa conversa global.

12 “Le monde officiel a besoin des rumeurs pour gouverner si bien qu’il vit à la fois sous la menace d’informations incontrôlées et de mouvements de foule. Tout l’art consiste à gérer ces informations, à naviguer en sorte qu’elles ne viennent pas submerger le pouvoir. L’équilibre est difficile à tenir, mais il est indispensable au maintien du gouvernement” (GAUVARD, 1993, p. 165).

### Quadro 5 - Tweet

[Adriano Patriota @pastordri](#)

Muito orgulho da primeira Dama Nesse momento pesso a todos vocês meus seguidores Ajudem a levantar a tag [#EuApoioNovaPrevidencia](#) mais do que nunca ,essa nova previdência precisa ser votada é aprovar a, conto com vocês, pelo Brasil pelas nossas famílias  
19:26 - 11 de abr de 2019

Fonte: Twitter (2019). Disponível em: <https://twitter.com/pastordri/status/1116467651717533697>. Acesso em: 12 abr. 2019.

### Quadro 6 - Tweet

[WJonas @wjonasreal](#)

TODOS OS HERÓIS JÁ ESTÃO MORTOS, AGORA SÓ RESTA A UNIÃO DO POVO, A VITÓRIA !!! Contra a destruição da nossa previdência e contra privilégios para corruptos, sonegadores e bancos. NÃO HÁ ROMBO, SÓ ROUBO [#ReformaDaPrevidenciaNAO](#)  
09:39 - 10 de abr de 2019

Fonte: Twitter (2019). Disponível em: <https://twitter.com/wjonasreal/status/1115957409447665665>. Acesso em: 12 abr. 2019.

Outros mecanismos que (re)produzem esse efeito de que aí fala um “nós” é o fato de ele ser mobilizado pelos discursos político-midiáticos de diferentes modos, como, por exemplo, no modo como algumas hash-tags aparecem significadas em textos jornalísticos, conforme os resultados de busca por notícias sobre a reforma da previdência no Google, apresentados no quadro 7.



## Quadro 7 - Resultado da busca por Reforma da Previdência no buscar por “notícias” do Google

[#TodosPelaReforma: entenda a hashtag que está bombando no ...](#)

[www.brasil.gov.br > ... > Emprego & Previdência > 2018 > 02 ▼ Traduire cette page](#)

5 févr. 2018 - O apoio à reforma da Previdência ganhou um reforço nesta segunda-feira (5) com a hashtag #TodosPelaReforma. A ação, promovida pelo ...

[Reforma da Previdência cria 'guerra' de hashtags no Twitter ...](#)

<https://www.em.com.br/.../reforma-da-previdencia-cria-guerra-de-...> ▼ Traduire cette page

22 mars 2019 - A proposta de reforma da Previdência apresentada pelo governo é objeto de debate nesta sexta-feira, 22, no Twitter brasileiro. As duas ...

[A reforma do hashtag - O Antagonista](#)

<https://www.oantagonista.com/brasil/a-reforma-do-hashtag/> ▼ Traduire cette page

22 mars 2019 - "A hashtag #EuApoioNovaPrevidencia já está entre os assuntos mais comentados no Twitter. ... reforma da Previdência Jair Bolsonaro Twitter.

[Tuiteiros mostram protestos contra Reforma da Previdência na ... - DCM](#)

<https://www.diariodocentrodomundo.com.br/.../tuiteiros-mostram-...> ▼ Traduire cette page

19 févr. 2018 - No topo dos Trending Topics do Twitter, a hashtag #QueroMeAposentar aglutina os protestos contra a Reforma da Previdência e a intervenção ...

Fonte: Google (2019). Acesso em: 12 abr. 2019, às 14h07.

Como se pode ver no lide das matérias apresentadas, a opinião popular sobre a reforma é medida, também, pela presença ou ausência de hashtags nos *trending topics* do Twitter, isso diz muito sobre o modo como o resultado de um algoritmo circula, dando legitimidade para determinadas versões. Desse modo, o campo político e social também entra nessa disputa jogando com esse suposto poder de representação por quantificação que um tema listado nos *trending topics* do Twitter.

Outra forma de compreender como esse debate político se traduz em um embate de hashtags, pode ser observado, por exemplo, pela imagem disponibilizada pela campanha Lula Livre no Twitter.

## Quadro 8 – Folder da Vigília Lula Livre



Para que a tag diária LulaLIVRE entre no ranking trending topics-TT é importante cada pessoa twittar 5 (cinco) vezes por dia.

	Nas redes	Nas ruas
Segunda	#LulaLivreSegundaSDV	
Terça	#LulaLivreTercaSDV	
Quarta	#LulaLivreQuartaSDV	
Quinta	#LulaLivreQuintaSDV	
Sexta	#LulaLivreSextaSDV	
Sábado	#LulaLivreSabadoSDV	
Domingo	#LulaLivreDomingoSDV	

Fonte: Twitter (2019). Disponível em: <https://twitter.com/LulaLivreSDVof/status/1115461223426985984>. Acesso em: 22 abr. 2019.

Observa-se, assim, como se constrói a visibilidade de uma pauta e a que tipo de procedimentos técnicos os dizeres ordinários estão submetidos ao mesmo tempo em que os sujeitos-usuários são interpelados por essa lógica de visibilidade a enunciar ou, como se costuma dizer atualmente, a se “engajar” nessa disputa.

Tuítes que remetem para esse mecanismo, como os apresentados na sequência, são cada vez mais comum e acabam por naturalizar essa relação dos sujeitos com esse modo de normatização dos dizeres.

### Quadro 9 - Tweet

[Rafaela Corrêa @rafaelacorreef](#) 20 de out de 2018

Pela milésima vez, PAREM DE USAR AS HASHTAGS DA ESQUERDA!! Toda vez que uma **hashtag** da esquerda tá nos tt's, mais da metade de quem ajuda a subir é eleitor do **Bolsonaro**. Assim fica difícil, gente! A **nossa** é [#BolsonaroSim](#)  
49 respostas 532 retweets 1.149 curtiram

Fonte: Twitter (2019). Disponível em: <https://twitter.com/rafaelacorreef/status/1053689807547842561>. Acesso em: 22 abr. 2019.

### Quadro 10 - Tweet

[Arthur 17BR @dirows](#) 28 de out de 2018

A **hashtag** em pró do Bolsonaro tem 261 mil tuítes. Já a **hashtag** em pró do **Haddad** tem apenas 116 mil tuítes. O [@TwitterMoments](#) tá uma vergonha, a **hashtag** do **Haddad** tá na **nossa** frente tendo menos da metade dos nossos tuítes

Fonte: Twitter (2019). Disponível em: <https://twitter.com/dirows/status/1056555778054725632>. Acesso em: 22 abr. 2019.

### Quadro 11 - Tweet

[Claudia Resende @Claudia28916010](#)

Voltei para cá para subir a hashtag do Ciro e o Twitter está achando que sou um robô. Isso não é coisa nossa, Twitter! Vá conferir os Bolsominions.  
[#TsunamiCIRO](#)

23:24 - 4 de out de 2018

0 resposta 0 retweet 0 curtiu

Fonte: Twitter (2019). Disponível em: <https://twitter.com/Claudia28916010/status/1048036214627086337>. Acesso em: 22 abr. 2019.

Aqui é importante apontar, também, que essa lógica midiática que rege a normatização do Twitter permite ver que as hashtags, sobretudo quando são listadas como “assuntos do momento”, deixam de ser apenas um elemento técnico que serviria para linkar e reunir perfis e temas em torno de uma conversa, para ser um mecanismo de produção político-midiática da opinião pública, justificando desse modo que a conversa seja reduzida a uma “guerra de hashtags”.

Como bem explicita o tweet apresentado no quadro 9, esse gesto de leitura automático que relaciona hashtags com *trending topics* não é



totalmente ignorado pelos sujeitos-usuários, que veem nisso inclusive uma distorção de seu dizer pelo “adversário”, seja ele um partido, um perfil ou o próprio Twitter. O que, no entanto, não invalida o sentido de “ganhamos” que esse mesmo sujeito atribui quando a “sua” hashtag está listada entre os assuntos do momento. Isso corrobora com a tese aqui defendida de que, fica apagado para esses sujeitos uma série de outros gestos de leitura e procedimentos técnicos que dizem respeito à circulação dos sentidos na materialidade digital, “reduzida ao seu caráter espetacular e midiático” (SILVEIRA, 2015).

Esse mecanismo de produção político-midiática da opinião pública em torno de temas e pautas políticas específicas, engendra muitas vezes uma disputa polarizada, reduzindo os dizeres ordinários a um cálculo de palavras que enreda – nessa rede digital – o debate público em um incessante jogo de opiniões e controvérsias que, em grande parte dos casos, já sabemos que são inegociáveis e inconciliáveis para ambos os lados da disputa político-eleitoral, mas que seguem se (re)produzindo sob o efeito de “interação”. Nesse sentido, é possível afirmar que

[...] a esse sujeito interlocutor-internauta, desse discurso forjado tecnologicamente, cabe a controvérsia, mas não a contradição. A controvérsia permite que o sujeito se constitua na diferença de um argumento, em relação a outro argumento. Assim, é permitido, e eu diria que mais que permitido, é desejável, que a polêmica se instaure, para que esse tipo de discurso se garanta: uns contra, uns a favor [...], e assim as polêmicas vão se sucedendo. Mas o discurso não é argumento. O discurso é prática. E a prática discursiva que estamos aqui analisando, forja um único lugar discursivo, igual em todas as redes: o lugar do internauta, no qual todos os sujeitos devem se posicionar. Há, nessa “interpelação”, um processo de homogeneidade estruturante: não importa em que discurso nos constituamos, seremos interpretados pelo gesto de leitura de um internauta, sobredeterminados pela normatização do espaço enunciativo informatizado em que o sentido e o sujeito se formulam. Isso é igual para todos os sujeitos-internautas (GALLO, 2017, p. 435).

Nesse ponto chamo a atenção para a reflexão apresentada por Sa-fatle e que nos convida a refletir sobre o fato de que



nossas sociedades não são apenas momentaneamente antagônicas. Não estamos simplesmente divididos e voltaremos a nos unir assim que as paixões arrefecerem. Nossas sociedades são estruturalmente antagônicas, e a divisão é sua verdade. [...] Neste ponto, há os que dirão que essa é a maior prova de que precisamos de sociedades baseadas no respeito à diferença. Sendo sociedades antagônicas, devemos neutralizar os combates e construir uma forma de convivência entre as diferenças. Mas o que fazer quando temos aqueles que defendem a tortura, que exaltam ditaduras militares ou naturalizam a espoliação social das mulheres? Há de se respeitar essa ‘diferença’? Mas é realmente possível acreditar que podemos resolver tais diferenças através do diálogo? Neste ponto, seria importante lembrar que nem todos os modos de circulação da linguagem se resumem ao diálogo e a comunicação (SAFATLE, 2017, p. 79–80).

Tais reflexões contribuem para pôr em questão esse gesto de leitura automático que os *trending topics* produzem daquilo que consideram ser o discurso ordinário, cujo imaginário aparece materializado nas campanhas publicitárias do Twitter, que veicula em suas páginas oficiais slogans como: “Quando acontece, acontece no Twitter” / “Veja o que as pessoas estão comentando” / “Veja todos os lados da história” / “Desperte uma conversa global” / “Veja o que está acontecendo: explore o Twitter” (TWITTER, 2019b).

Ao mesmo tempo em que ‘conecta’ perfis diversos, produzindo um efeito de ‘conversa global’, o Twitter normatiza os dizeres a partir de cálculos e variáveis que servem antes aos propósitos da empresa Twitter, que às necessidades de uma coletividade. É, nesse sentido, uma instância reguladora/legitimadora dos discursos, uma vez que determina o que pode aí circular muito, circular pouco ou não circular de jeito nenhum (GALLO; SILVEIRA, 2017, p. 179).

Compreendo, assim que o discurso ordinário submetido à normatização de espaços enunciativos informatizados joga inegavelmente com o logicamente estabilizado. E aqui valeria retomar Pêcheux (1998), considerando que, ainda que seja um efeito autorizado

por operações de esquematização, dicotomização, cálculo lógico, etc..., permitindo a manipulação de metalínguas aptas a representar, de maneira não ambígua, o conjunto dos ‘estados



de coisa' possíveis, inerentes ao micromundo suposto por uma tal manipulação [...]. É imperioso reconhecer que toda língua natural é também, e antes de tudo, a condição de realização de existência de universos discursivos não estabilizados logicamente, próprios ao espaço sócio-histórico dos rituais ideológicos, discursivos filosóficos, enunciados políticos, expressão cultural e estética (PÊCHEUX,1998, p. 50).

### *Observações para (não) concluir*

Um dos aspectos mais relevantes que espero ter demonstrado com as análises apresentadas neste artigo recai sobre o modo como a disputa pelos *trending topics*, assim como pelas hashtags neles presentes, se constrói tendo como valor central não o diálogo, mas a produção de um consenso político em torno de questões de relevância social. Esse consenso é, certamente, o mais importante efeito que os *trending topics* produzem quando, por exemplo, a disputa parece ser resolvida em termos de visibilidade de uma hashtag apenas, permanecendo apagado o quê, desse mecanismo de produção da opinião pública, diz respeito aos dizeres ordinários em circulação em espaços enunciativos informatizados.

Busquei demonstrar, ainda, que nesse espaço enunciativo informatizado o poder de filtragem da informação, que estava nas mãos dos veículos midiáticos e de radiodifusão, sobretudo na figura dos jornalistas, passa a ser atribuição de algoritmos opacos criados para gerir essa gigantesca 'conversa global' e, no caso em análise, busquei mostrar de que modo essa gestão automática dos tweets constrói sentidos determinados para o campo político brasileiro, visto que o Twitter têm se constituído como uma das instâncias que regula e legitima a circulação de rumores na sua relação com uma fala coletiva, a partir do valor que os sujeitos-usuários atribuem ao fato de que as hashtags não só são instrumentos de luta política, mas estão condição de possibilidade de sua "subida à cena" midiática nacional, via *trending topics*, ainda que na prática o fato de uma hashtag figurar nos *trending topics* possa significar, entre outras coisas, a total negação daquilo que ela aparentemente propõe, como vimos na análise do quadro 9, por exemplo.



Vale ressaltar, no entanto, que no caso específico do Twitter, essa disputa, sobretudo quando o foco é a circulação de rumores, traz algo inaugural para o campo do debate político que é o poder que os espaços enunciativos informatizados conferem a esse dizer ordinário, uma vez que, paradoxalmente, para afirmar que os rumores políticos circulam e se constituem no campo do ordinário do/no digital é necessário criar possibilidades materiais para a formulação e circulação desses dizeres, ou seja, é preciso, de fato, permitir/convencer que todos esses sujeitos se inscrevam nessa discursividade e dela façam parte. Certamente, controlar o imenso arquivo que aí se produz é o desafio atual para a obtenção do controle político-social.

Em outras palavras, a tentativa de produção de uma opinião pública pautada nos dizeres ordinários em circulação nos espaços enunciativos informatizados pressupõe a relevância que, nas conjunturas atuais, tais dizeres ordinários possuem, ainda que aí ele apareça transformado.

Vejo aí um efeito paradoxal que diz respeito aos discursos ordinários e ao modo como aquilo que é efetivamente dito pelos sujeitos-usuários do Twitter engendram outros gestos de leitura não tão passíveis de cálculo e manipulação. Foi para esse efeito paradoxal que procurei chamar atenção nas minhas pesquisas relacionadas ao Twitter (SILVEIRA, 2015), algumas delas citadas e retomadas neste trabalho.

Ainda que este artigo tenha avançado no objetivo de demonstrar as impossibilidades interacionais de um espaço enunciativo como o Twitter, reforçando, entre outras coisas, a defesa de que esse espaço tem servido mais às ideologias dominantes do que às ideologias dominadas, é importante salientar que, nas análises aqui apresentadas, enfatizei apenas um dos aspectos desse funcionamento. Desse modo, não é possível concluir que nada do que aí se produz diz respeito aos dizeres ordinários, quando é justamente nesses espaços enunciativos que parece ser travada parte da luta daqueles que sempre se sentiram excluídos da possibilidade de participar do debate político.

Muito ainda pode ser analisado e compreendido no tocante ao modo como os sujeitos ordinários se valem desse espaço enunciativo in-

formatizado para confrontar os discursos dominantes, ainda que suas ações nesses espaços devam submeter-se à normatizações, como as aqui apresentadas. Nesse sentido, como encaminhamento para pesquisas futuras e a partir das reflexões aqui apresentadas, restam ainda muitos questionamentos, como, por exemplo:

- 1) Quais os efeitos de sentidos produzidos quando, por exemplo, partidos políticos em campanhas eleitorais precisam/decidem fazer uso de robôs (perfis falsos) para produzir o efeito de ampla adesão popular quando é justamente aí que não se pode mais encontrar um sujeito?;
- 2) Que efeitos essa interlocução informatizada produz para os sujeitos ordinários na sua relação com o digital e o modo como eles se relacionam com a política?;
- 3) Como esse projeto de produção midiática da opinião pública, de tipo novo, passou refletir e espelhar uma “conversa global”, com ares de democracia direta, permitindo com que, os sujeitos continuem acreditando que a liberação da voz dos dominados enfim chegou, justamente e exatamente no momento em que as promessas revolucionárias da internet dissolvem-se em capítulos diários de um fechamento dessas mesmas possibilidades democráticas<sup>13</sup>?

Como um já possível encaminhamento para a terceira e última questão aqui apontada, me adianto na lembrança de que, antes de considerarmos que estamos diante de uma dominação total e consumada, vale retornar a Michel Pêcheux, considerando “os processos de interpelação ideológica como lugar de resistências múltiplas” (ZOPPI-FONTANA, 2005, p. 55). Peço, assim, permissão para concluir o texto com as palavras do autor:

sublinhando que não há um mundo da ideologia dominante, unificado sob a forma de um “fato consumado”, nem dois universos ideológicos opostos como o sinal + e o sinal - , mas um único mundo que não cessa jamais de se dividir em dois. Toda

---

13 A prisão do jornalista e ativista Julian Assange no mês de abril de 2019 é, sem dúvida, um importante episódio para a interpretação desse fechamento.

a ideologia dominante, irremediavelmente infectada, trabalha assim, constantemente, para reforçar suas defesas sobre seus pontos de fragilidade, falhas e fraturas, que são também pontos de formação das ideologias dominadas. [...] As ideologias dominadas não se formam em nenhum outro lugar a não ser na própria localização da dominação, nela e contra ela, através das falhas e dos tropeços que a afetam incontornavelmente, mesmo quando a dominação se estende ao ponto “em que aí nada se pode fazer”, porque “isso é assim”. Restam o aí e o isso que retornarão sob uma forma imprevisível nas falhas da interpeção (PÊCHEUX, 2014, p. 17).

## Referências

- FELITTI, Guilherme. **A internet de hoje não foi feita para conversar**: Podcast Tecnocracia. 2019. Disponível em: <https://www.buzzsprout.com/248298/973315>. Acesso em: 26 fev. 2019.
- FROISSART, Pascal. Lecorpsdanslesrumeursvisuellesurl'internet. **Esprit**, [s.l.], v./ n. 3, p.189-196, 01 ago. 2009. CAIRN. <http://dx.doi.org/10.3917/espri.0903.0005>. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-esprit-2009-3-page-189.htm>. Acesso em: 10 fev. 2019.
- GALLO, Solange Maria Leda. **Discurso e novas tecnologias de informação**. 2011. Disponível em: [http://solangegallo.blogspot.com/2012\\_08\\_01\\_archive.html](http://solangegallo.blogspot.com/2012_08_01_archive.html). Acesso em: 15 jan. 2015.
- GALLO, Solange Maria Leda; SILVEIRA, Juliana da. Forma discurso de escritorialidade: processos de normatização e legitimação. In: FLORES, Giovanna G. Benedetto (Org.). **Análise de discurso em rede**: cultura e mídia. 3. ed. Campinas: Pontes Editores, 2017. p. 171-194.
- GALLO, Solange Maria Leda. Sobre a normatização vigilante dos discursos midiáticos. In: 5º Simpósio Internacional Lavits: Vigilância, Democracia e Privacidade na América Latina: Vulnerabilidades E Resistências, 5., 2017, Santiago, Chile. **Anais [...]**. Santiago, Chile: Lavits, 2017. p. 426 - 438. Disponível em: <http://lavits.org/wp-content/uploads/2018/04/74-Solange-Leda-Gallo.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2019.
- GAUVARD, Claude. Rumeur et stéréotypes à la fin du Moyen Age. In: Actes des congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public. 24e congrès, Avignon, 1993. **La circulation des nouvelles au Moyen-Age**. p. 157-177. DOI: 10.3406/shmes.1993.163. Disponível em: [https://www.persee.fr/doc/shmes\\_1261-9078\\_1994\\_act\\_24\\_1\\_1638](https://www.persee.fr/doc/shmes_1261-9078_1994_act_24_1_1638). Acesso em: 14 mar. 2019.
- HASTAG. Dicionário Priberam. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/hashtag>. Acesso em: 22 abr. 2019.
- KAPFERER, Jean-noël. **Rumeurs**: les plus vieux média du monde. Paris, França: Editions Du Seuil, 1987. 313 p.



PÊCHEUX, Michel. Sobre a (des)construção das teorias linguísticas. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 1, n. 2, p. 35-55. 1998. Tradução: Faustino Machado da Silva.

PÊCHEUX, Michel. Ousar pensar e ousar se revoltar: Ideologia, marxismo, luta de classes. **Décalages: An Althusser Studies Journal**, França, v. 1, n. 4, p. 1-23, 6 jan. 2014. Disponível em: <https://scholar.oxy.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1072&context=decalages>. Acesso em: 18 abr. 2019. Tradução: Guilherme Adorno e Gracinda Ferreira.

RECUERO, Raquel. **Trending topics artificiais e orgânicos e o valor do Twitter**. 2012. Disponível em: <http://www.raquelrecuero.com/arquivos/2012/02/trending-topics.html>. Acesso em: 17 abr. 2014.

RUMOR. Dicionário Priberam. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/rumor>. Acesso em: 22 abr. 2019.

SAFATLE, Vladimir. É racional parar de argumentar. In: DUNKER, Christian *et al.* (Org.). **Ética e pós-verdade**. Porto Alegre, RS: Dublinense Ltda, 2017. p. 75-81.

SILVEIRA, Juliana da. **Rumor(es) e Humor(es) na circulação de hashtags do discurso político ordinário no Twitter**. 2015. 210 f. Tese (Doutorado em Letras), Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015. Disponível em: [http://www.ple.uem.br/teses\\_ple.htm](http://www.ple.uem.br/teses_ple.htm). Acesso em: 18 abr. 2019.

SILVEIRA, Sergio Amadeu da. Regulação algorítmica e os Estados democráticos. **Comciência**, Campinas, SP, n. 204, p.1-1, 6 dez. 2018. Disponível em: <http://www.comciencia.br/regulacao-algoritmica-e-os-estados-democraticos/>. Acesso em: 10 fev. 2019.

TWITTER, Blog (Ed.). **Informações sobre os #AssuntosdoMomento**. 2018. Disponível em: [https://blog.twitter.com/pt\\_br/topics/product/2018/informacoes-sobre-os-assuntos-do-momento.html](https://blog.twitter.com/pt_br/topics/product/2018/informacoes-sobre-os-assuntos-do-momento.html). Acesso em: 18 abr. 2019.

TWITTER, Site Oficial (Ed.). **Nossa Cultura**. Eu. Nós. Todos juntos. O mundo. GrowTogether. 2019a. Disponível em: <https://about.twitter.com/pt/company/our-culture.html>. Acesso em: 18 abr. 2019.

TWITTER, Site Oficial (Ed.). **Sobre**. 2019b. Disponível em: <https://about.twitter.com/pt.html>. Acesso em: 18 abr. 2019.

ZOPPI-FONTANA, Mônica Graciela. Objetos paradoxais e ideologia. **Estudos da Língua(gem)**, Vitória da Conquista, v. 1, n. 1, p. 41-59, jun. 2005. Disponível em: <http://www.estudosdalinguagem.org/index.php/estudosdalinguagem/article/viewFile/8/12>. Acesso em: 22 abr. 2019.



**2**

# Globalista ou terraplanista? As condições de produção de um processo de contra-identificação nas redes sociais

ANDRÉ LUIS COELHO<sup>1</sup>

“Nada é verdadeiro, tudo é permitido.”  
– Vladimir Bartol, “Alamut”.

Voltaire nos urge para defender o direito de uma pessoa de pronunciar suas ideias e ser defendida, não importa quão absurdas sejam tais ideias aos seus ouvidos. Todo o pensamento liberal é baseado na premissa da liberdade de expressão e de que cada fala, cada posição política tem seu nicho e, de acordo com a teoria da cauda longa (ANDERSON, 2006), pessoas para se filiarem as mesmas. A política e a ideologia são, portanto, objetos de consumo como qualquer outro em nossos tempos líquidos (BAUMAN, 2008): adere-se a uma causa enquanto ela o representa como indivíduo. Somos capitalistas enquanto o sujeito universal (ALTHUSSER, 2008, [1995]), é capitalista e acreditamos no *status quo*; somos comunistas para resistirmos ao sujeito universal tantas vezes injusto e até cruel. Somos vadias quando falamos de misoginia e violência sistemática contra mulheres em marcha, e #jesuischarlie quando presenciamos atentados terroristas em uma das cidades mais cosmopolitas do mundo. Aderir a uma hashtag, a uma causa, é inscrever-se no mundo, significar a si mesmo como um ser político e ideológico.

Por outro lado, como defender a adesão a uma causa que nos parece axiomáticamente errada conforme estabelecido da percepção do real histórico? Como ir contra algo tão firmemente enraizado em nossa formação discursiva capitalista cientificista, de forma que sequer imaginar tal possibilidade nos parece uma brincadeira de mau gosto ou, no

---

1 Doutorando em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas. Mestre em Divulgação Científica e Cultural pela Universidade Estadual de Campinas (2015).

máximo, uma fina ironia que não entendemos. Por fim, como defender a posição de alguém que afirma que a terra é plana? O próprio termo “terra plana”, dentro das condições de produção vigentes no discurso de divulgação científica nos evoca um pensamento retrógrado, conservador, possivelmente religioso por remeter ao período da idade média, quando a teoria da terra plana era a verdade científica em voga. De fato, para um cientista, assumir a possibilidade de uma teoria terraplanista parece uma traição a Galileu Galilei, figura de uma importância solidificada na comunidade científica, por seu sacrifício e trabalho, pelo qual arriscou a própria vida e a fúria da igreja católica, discutivelmente a instituição mais poderosa de sua época.

Então, para conciliarmos as ideias de Voltaire e não enfurecer o espírito galileano e toda a comunidade científica (que é o desafio deste trabalho), o primeiro passo que daremos é entender quem são os terraplanistas. Buscamos entender o que motiva a filiação a uma teoria que, ao ser citada, é imediatamente alvo de chacota por uma das maiores revistas de divulgação científica do Brasil<sup>2</sup>, tal como o enunciado abaixo denota:

Figura 1 – Chamada da Galileu

## Ajude a Galileu a mandar terraplanistas para o espaço; assine petição

Com a sua assinatura, esperamos convencer os bilionários Elon Musk, Jeff Bezos e Richard Branson a oferecerem alguns assentos nas suas espaçonaves para que terraplanistas vejam que a Terra é redonda

Fonte: Revista Galileu (2017).

Ao parafrasear o enunciado, podemos perceber outros sentidos funcionando:

“Ajude Galileu a mandar os não afiliados a Galileu para fora do planeta.  
Ajude a ciência verdadeira a expulsar os errados para fora da comunidade científica.”

---

2 <http://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Espaco/noticia/2017/12/ajude-galileu-mandar-terra-planistas-para-o-espaco-assine-peticao.html>. Acesso em: 14 abr. 2017.

Ou seja, mesmo frente às oposições e ridicularização presentes na grande mídia, quais as condições de produção discursivas que levam uma pessoa a se declarar terraplanista contra as evidências do real da ciência e do real da história? Com base em análise de um corpus selecionado e das ferramentas da análise do discurso da linha francesa, guiada pelas reflexões de autores como Pechêux, Althusser e Orlandi, buscaremos de-superficializar o texto e relacionar os sentidos levantados pelos enunciados dos terraplanistas com as suas condições de produção e assim entender suas filiações discursivas.

Cabe dizer que o presente trabalho não pretende discutir a validade das teorias apresentadas pelos terraplanistas, muito menos descreditar-las. O objetivo é a análise dos textos, procurando nos mesmos, evidências e pistas de filiações discursivas e ideológicas que podem nos levar a entender mais sobre a polêmica acerca do nosso modelo cosmológico.

### *Terraplanistas e globalistas, o eterno combate*

Os terraplanistas, por mais contraditório que possa parecer, são um grupo bastante moderno em aspectos cronológicos. A “sociedade da terra plana”, no original “Flat plane society<sup>3</sup>”, foi formalmente fundada em 1956, por Samuel Shenton, um pesquisador afiliado da Royal Astronomical Society. Em seu texto “sobre nós”, a missão da sociedade é revelada, segundo transcreveremos a seguir: “A sociedade da terra plana toma armas contra a opressão de pensamento e as mentiras globulistas da nova era. De lado da razão, nós oferecemos uma casa para os pensadores desgarrados que marcham bravamente com RAZÃO e VERDADE ao reconhecer a VERDADEIRA forma da Terra – plana<sup>4</sup>”. O trecho evidencia os sentidos que são trabalhados ao longo de toda a produção do pensamento terraplanista (conforme demonstraremos no corpus) que é uma sensação forte de resistência e contravenção em relação ao discurso científico corrente. O texto cria uma dicotomia clara ao estabelecer

---

3 <https://theflatearthsociety.org/home/index.php/about-the-society>. Acesso em: 14 abr. 2017.

4 Tradução própria de <https://theflatearthsociety.org/home/index.php/about-the-society>.

um antagonista ao pensamento terraplanista: os globulistas, aqueles que acreditam que a Terra é esférica, são taxados de mentirosos que devem ser combatidos pelos terraplanistas. O texto também tem uma função de recrutamento, que convoca “pensadores desgarrados” (quase um herói incompreendido, digno de uma jornada do herói de Joseph Campbell), que ousam discordar da teoria mais prestigiada na comunidade científica para juntar-se ao “lado da verdade e da razão”. Trata-se, portanto, de um chamado à ação com o objetivo de engrossar as fileiras e reforçar a credibilidade científica do discurso terraplanista na comunidade científica. Mas qual é esse discurso?

Para entendermos os sentidos do discurso terraplanista, tomaremos como válido um conceito de Pierre Bourdieu, denominado “teoria dos campos”. Segundo o autor, um campo é um espaço social (no qual existe contato entre pessoas) regido por uma lógica interna que os agentes dentro do campo negociam reconhecimento e validação de suas teorias. Segundo o autor:

O universo ‘puro’ da ciência mais ‘pura’, [...], é um campo social como qualquer outro, com suas relações de força e seus monopólios, suas lutas e estratégias, seus interesses e suas vantagens, mas no qual todas essas invariantes revestem formas específicas (BOURDIEU, 1976, p. 89).

A teoria dos campos de Bourdieu aponta que ambas as teorias (terraplanista e globalista) tem o potencial de serem igualmente válidas. O que decide sua validade é a quantidade de “capital social” (BOURDIEU, 1980) que determinada teoria adquire. Essencialmente, a validade de uma teoria dentro de um campo é definida pelas regras do próprio campo e isso geralmente envolve apoio. Daí a necessidade da teoria terraplanista de definir seus oponentes como mentirosos: depois de séculos de validação da teoria heliocêntrica galeliana, que é amplamente aceita dentro (e fora, graças aos esforços de divulgação científica) da comunidade científica, a teoria terraplanista é tida como algo minimamente equivocado, se algo, uma grande piada. Como exemplo das reações que a teoria da Terra plana pode causar na comunidade de divulgação científica, trouxemos o trecho



da Revista Galileu, um dos maiores portais de divulgação científica do Brasil, que fala sobre o movimento da terra plana<sup>5</sup>:

Figura 2 – Recorte da Revista Galileu

**A**qui estamos nós, às vésperas de entrar na terceira década do terceiro milênio. Sessenta anos de Era Espacial inundaram o mundo com imagens de tirar o fôlego que mostram a Terra vista de fora. Quatro séculos de ciência moderna nos entregaram **provas fortes, diversificadas e irrefutáveis** da esfericidade de nosso planeta. E, ainda assim, um bocadinho de pessoas nega isso.

É inacreditável, inaceitável que tenhamos chegado ao final do ano de 2017, mas um número tristemente grande de seres humanos acredita piamente que a Terra é plana.

Fonte: Revista Galileu (2017).

O trecho ilustra bem o pensamento da comunidade científica sobre as teorias da Sociedade da Terra plana: um absurdo, por ignorar séculos de evidências produzidas dentro da comunidade científica para validar a teoria da Terra esférica. Em uma disputa por poder dentro de uma comunidade, atacar o adversário é tão válido quando expor sua própria teoria, o que, talvez, possa explicar não apenas a aceitação das teorias galelianas não só pela comunidade científica, mas também pelo Sujeito universal, institucionalmente reforçado pelo aparelho ideológico institucional, atribuindo ao mesmo um status de discurso fundador (ORLANDI, 1993) da ciência moderna e do método científico como o conhecemos. A obra de Galileu é essencial para estabelecer o que hoje entendemos como ciência, mas, segundo as teorias de Bordieu, é apenas um discurso possível dentro do campo científico. Um discurso com muito capital social agregado e com status de verdade, mas essencialmente, um discurso. E o que observamos hoje é a tentativa dos terraplanistas de reconquistar seu prestígio na comunidade científica e abalar a hegemonia do discurso globalista aos olhos do mundo.

---

5 <http://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Espaco/noticia/2017/12/ajude-galileu-mandar-terra-planistas-para-o-espaco-assine-peticao.html>. Acesso em: 14 abr. 2017.

Porém, como chegamos ao ponto interessante no trabalho. Mesmo com o óbvio desprezo pelas teorias terraplanistas, o que leva um sujeito a se filiar a uma teoria tão descreditada e ridicularizada? Por que se denominar terraplanista quando isso hoje é um convite para que a maioria da população duvide e questione a sua inteligência? Acreditamos que as respostas estão na própria produção dos enunciados dos terraplanistas.

*Análise de Fragmentos: Se está na internet, deve ser verdade*

A internet, sem dúvida alguma, é um espaço maravilhoso, na qual infinitos sujeitos, discursos e condições de produção ultrapassam as barreiras físicas do tempo e espaço para afetarem outros sujeitos e criar novos interdiscursos. Mais do que isso, a internet tem adquirido um status de portadora de verdades, na qual um enunciado pode assumir uma credibilidade semelhante à de um texto impresso décadas atrás. Diversos textos compartilhados na internet não precisam ser confirmados em suas fontes para criar sentidos de verdade e serem compartilhados para atingir (e afetar, no sentido de gerar afectos) outros sujeitos. A lógica do funcionamento da corrente do whatsapp, na qual o compartilhamento é a própria tautologia. É, portanto, um terreno fértil para o recrutamento de novos soldados para lutar no combate a favor do terraplanismo.

Para tal, há a necessidade de criar um espaço para que materiais relacionados com a teoria terraplanista sejam divulgados. O principal nicho dos terraplanistas hoje são as redes sociais, principalmente o Youtube e o Facebook. Analisaremos enunciados do segundo como corpus do nosso trabalho, para entender as condições de produção que permitiram que esses enunciados circulem. O grupo escolhido foi o “A Terra é plana”<sup>6</sup>, com mais de 90 mil inscritos no grupo, no qual podemos encontrar o seguinte post:

---

6 Endereço do grupo <https://www.facebook.com/aterraepлана/>. Acesso em: 14 abr. 2017.

Figura 3 – Terra Plana e Neil de Grasse Tyson

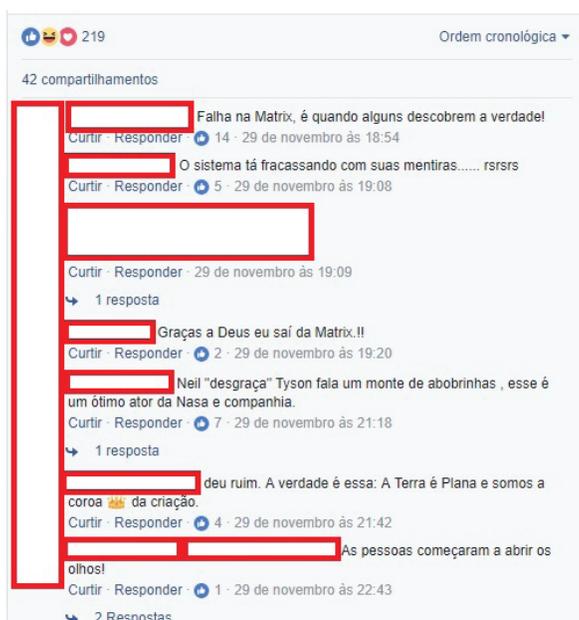


Fonte: Facebook (2017).

O post é uma publicação de 29 de novembro, na qual a página fez um comentário sobre uma fala de Neil deGrasse Tyson, que deixa público seu descontentamento com o aumento de aderentes à teoria terraplanista. A página, por sua vez, ataca o físico, denominando-o uma criatura rastejante. Porém, *ad hominem* a parte, o que mais nos interessa nesse status é ressignificação dos termos. Quando Tyson diz “sistema educacional” em seu tweet, essa informação é ressignificada pela formação discursiva dos autores da página como “sistema de lavagem cerebral em massa”, deixando transparecer a relação da memória da página acerca do sistema educacional: um sistema de reprodução de discursos que não abrem espaço para a crítica e o debate, produzindo verdades fechadas. O sistema educacional, tal como outras instituições, tem um papel fundamental na formação do sujeito. Afinal, é por meio das instituições que o sujeito é interpelado pela ideologia (ALTHUSSER, 1995) e adere a uma

filiação discursiva corrente na sociedade. O cientista, Tyson no caso, representa não apenas o sistema educacional, mas também todo o aparato ideológico que interpela a população por meio do sistema educacional. O cientista, que está associado ao aparato ideológico e ao saber científico solidificado como verdade é alvo de desconfiança e chacota, não só pela página, mas também por comentaristas da mesma:

Figura 4 – Comentários sobre Tyson



Fonte: Facebook (2017).

Os comentários ressoam a opinião da página, reforçando a análise na imagem anterior de que a página não está aberta para polêmicas, mas sim para agregação de conteúdo e também para vozes ressoantes e concordantes. Mais uma vez vemos aqui referências ao “sistema”, um tema comum entre terraplanistas, referindo-se ao aparato ideológico que interpela o sujeito. Referências ao filme “Matrix” também são comuns, associados com termos como “abri os olhos”, “saí da matrix” e “desco-

brindo a verdade”. O filme<sup>7</sup> “Matrix” é famoso justamente pelos protagonistas viverem em um mundo de sonhos, um simulacro da realidade e acordam para uma visão completamente diferente. A metáfora indica uma aproximação dos aparatos ideológicos com a realidade “falsa” da Matrix, que controla o sujeito e ele está cego à realidade. Essa impressão torna-se ainda mais forte quando um dos comentaristas diz que Tyson é um “ator” da Nasa, que é tipicamente colocada como a grande vilã que trabalha contra o pensamento terraplanista.

Em uma entrevista<sup>8</sup> ao portal UOL, o administrador da página “A Terra é plana” afirma que a Nasa é, na verdade, uma agência de efeitos especiais com um orçamento gigantesco que deseja que sua teoria (o globalismo, no caso) mantenha-se como o principal modelo cosmológico aceito pela formação discursiva científica. No entanto, essa afirmação alimenta a suspeita que os terraplanistas desconfiam das instituições, o que eles chamam de “sistema”. Eles são alimentados pelo pensamento que há uma grande conspiração e que a informação (sobre a Terra ser plana) é a única forma de não sermos enganados. O sistema educacional e ideológico, encabeçado pela Nasa, busca o controle e o fim do pensamento individual. O pensamento individual, ironicamente, é o que une o grupo em uníssono, assim como sugere as regras: você já deve ser um “rebelde” autodidata para participar do grupo. Como todo coletivo, a voz deve ser uniforme para demonstrar força de verdade.

Porém, seria incorreto assumir que os terraplanistas são avessos à ciência e ao método científico. Pelo contrário, sua prática é de alguma forma, alinhada ao método científico, baseada na busca por evidências e autores que apoiem seu discurso, porém com uma leitura bastante seletiva do cânone astronômico. Parece contraditório, principalmente dada a quantidade de referências bíblicas que podemos observar nos trechos acima demonstrados, porém Foucault explica a presença do discurso científico na fala terraplanista como a vontade de verdade (1996) do discurso, que é o desejo de buscar outros saberes para legitimar-se. A

---

7 <http://www.imdb.com/title/tt0133093/>. Acesso em: 14 abr. 2017.

8 <https://noticias.uol.com.br/ciencia/ultimas-noticias/bbc/2017/09/16/quem-sao-e-o-que-pensam-os-brasileiros-que-acreditam-que-a-terra-e-plana.htm>. Acesso em: 14 abr. 2017.

criação de interdiscursos entre diferentes áreas do saber é essencial para atribuir ao movimento terraplanista um status menos filosófico e mais científico. Essa questão é ilustrada pelo próximo recorte:

Figura 5 – Piadas de Cientistas



Fonte: Facebook (2017).

O texto abaixo apresenta uma curiosa contradição, que é um chiste com o processo de divulgação científica que há nas redes sociais, uma vez que ele se distancia do modo considerado aceitável pela comunidade terraplanista. Cientistas, no trecho, são elementos de abertura de piadas, desqualificando o enunciado por ele estar alinhado com o discurso do Sujeito universal, o que implica uma aderência cega às palavras do cien-

tista por força de autoridade (como é dito, “cientistas descobrem, portanto engula”[SIC] o que em si carrega uma força de verdade na sociedade capitalista). A figura do cientista é dotada de autoridade no campo da ciência, e em nossa formação discursiva, a fala do cientista, se não absolutamente verídica, carrega em si trabalho e pesquisa. Partimos do pressuposto que um artigo publicado em uma revista científica é verdade, e essas são nossas condições de produção de discurso científico. E, curiosamente, a crença na ciência também está presente nas condições de produção do sujeito terraplanista, porém de uma maneira diferente, distorcida. Isso é representado quando o post demonstra uma teoria que, segundo ele, provou uma hipótese científica como verdadeira (dentro dos parâmetros considerados aceitáveis pelas condições de produção do sujeito terraplanista, que o próprio texto evidencia o formato necessário para reconhecer como verdadeiro). O exemplo dado no recorte foi da hipótese Michelson-Morley e o vídeo de Airy, ambos com hiperlinks que redirecionam para as fontes originais. Porém, cabe observar que não há o link para a matéria que está sendo satirizada, apenas a imagem. Mais uma vez a ironia e o deboche são mais importantes do que abrir o debate com um representante do chamado “sistema”, a figura do cientista, ironizada por um personagem de ficção científica (o capitão Picard, da famosa série Jornada nas estrelas).

O sujeito capitalista foi ensinado a confiar no cientista, porém o terraplanista sentiu-se traído em algum momento. Isso se dá pela experiência do sujeito com a linguagem e como se deu o processo de interpelação pela linguagem.

Pechêux (1988) vai falar de duas modalidades de identificação do sujeito enunciadador com o sujeito universal. Na primeira modalidade, ocorre uma identificação plena entre os saberes que identificam o sujeito universal e o indivíduo, de forma que o sujeito ao ser interpelado, reconhece-se na formação discursiva, identifica-se com a mesma e torna-se um sujeito enunciadador. Esse é o caso da maioria dos militantes políticos, que abraçam uma causa por sentirem-se parte dela. A ideologia os abraça, ressoa com seus valores e experiências, reforçando a sua interpelação e filiação à formação discursiva.



A segunda modalidade apresentada por Pechêux (e a mais interessante dentro deste trabalho) caracteriza um processo de contraidentificação entre o sujeito-enunciador e o sujeito universal. O indivíduo, baseado na dúvida, no questionamento, na revolta, posiciona-se contra o sujeito universal e a partir desse ponto, enuncia. Chegam inclusive a lutar contra as evidências não-questionáveis que lhes são apresentadas pelo sujeito do saber de uma formação discursiva (COURTINE, 1981), daí afirmar que a Terra não é plana. Isso não quer dizer que o sujeito não foi interpelado pela ideologia ou não tem contato com o sujeito universal. Pelo contrário, há uma “desconfiança” acerca das práticas e dos sentidos levantados pelos enunciados do Sujeito universal. Não é uma negação, uma descrença, mas uma “captura incompleta”, que passa a afetar o processo de enunciação do sujeito que tem uma relação de contraidentificação com o Sujeito universal, representando assim condições de produção distintas do sujeito que teve um processo de identificação com o Sujeito universal.

O processo de contraidentificação do discurso terraplanista com o Sujeito universal é o elemento que norteia a análise dos textos apresentados neste artigo. As condições de produção do sujeito enunciador terraplanista são marcadas por uma profunda desconfiança não apenas do Sujeito universal, mas também das próprias instituições capitalistas, tal como o sistema educacional, mencionado acima. Existe uma paranoia no ar, uma teoria da conspiração do “sistema” que obriga “pensadores livres” a aderirem à teoria globalista ou serem ridicularizados. A pressão que a filiação discursiva que engloba os modelos astronômicos é reconhecidamente imensa. Poucas pessoas afirmaram duvidar do modelo inicialmente desenvolvido por Galileu, sob pena de serem taxadas como irracionais, anticientíficas e até mesmo burras. Podemos argumentar que o processo de identificação com o Sujeito universal é dado não pelos méritos científicos, mas pelo desejo de pertencer, de se afiliar ao discurso mais prestigiado pelo saber científico. Assim criamos axiomas, verdades absolutas e inquestionáveis que se propagam pela fala dos sujeitos enunciadores, mas que de fato tem pouco interesse pela pesquisa dos modelos



astrológicos. A Terra é inquestionavelmente redonda, pois isso foi dito na escola e obviamente está correto.

Por outro lado, recentemente temos observado uma ascensão na presença de sujeitos enunciadore que têm processos de contraidentificação com o Sujeito universal. Os terraplanistas são apenas um desses discursos. Temos também vários movimentos anti-vaxxer<sup>9</sup>, na qual pais são ativamente contra a vacinação de seus filhos; movimentos que apoiam uma medicina animal holística<sup>10</sup> e não instrumentária, até a ascensão de discursos ideológicos do que chamam de direita alternativa<sup>11</sup>, revisitando tópicos como nacionalismo, papéis de gênero e raça. Apesar de apresentarem falas completamente diferentes, seus discursos convergem em um ponto: uma relação de desconfiança com o “sistema”. Enquanto os terraplanistas acreditam que o sistema quer silenciar vozes dissonantes e manipular o pensamento e o aprendizado, grupos como os anti-vaxxers acreditam que as empresas farmacêuticas manipulam pesquisas para desenvolver produtos em seus filhos que os mesmos não precisam. Mesmo em caso de morte de seus filhos (em casos de doenças que poderiam ser evitadas com vacinação), ativistas contra a vacinação infantil mostram-se irredutíveis em seu comprometimento com a filiação discursiva, culpando o sistema por casualidades<sup>12</sup>.

A veracidade dos discursos é de menor importância em relação às condições de produção dos enunciados, que afirmam esses sujeitos não como loucos ou pouco instruídos (a forma que sujeitos que se identificam com a formação discursiva os conhecem, lembrando o recorte da Revista Galileu acima), mas sim como resistentes. Aqueles que têm uma relação de contraidentificação com o Sujeito universal se veem como heróis, como guerrilheiros em uma batalha perdida, na qual eles precisam informar o maior número de pessoas para salvá-las de um sistema frio que busca apenas manipulá-las e dominar cada aspecto de suas vidas. Ao

---

9 <http://vaccineresistancemovement.org/>. Acesso em: 14 abr. 2017.

10 <http://www.holisticcareforanimals.com/>. Acesso em: 14 abr. 2017.

11 <https://en.wikipedia.org/wiki/Alt-right>. Acesso em: 14 abr. 2017.

12 <http://www.cbc.ca/news/canada/calgary/david-collet-stephan-meningitis-death-son-failure-provide-necessaries-facebook-1.4404690>. Acesso em: 14 abr. 2017.

encontrar outros indivíduos que também são sujeitos enunciadores que resistem ao sistema, que ignoram as evidências acumuladas pelo campo científico (“fabricadas”, muitos dizem, dado que acreditam que a Nasa é uma fábrica de efeitos especiais) e, em espaços na qual o discurso apenas ecoa, mas não sofre polissemia, cria-se uma nova filiação discursiva, um anti-Sujeito universal, que nega por princípio todas as falas do discurso científico, pois este não é confiável e serve a mestres muito mais sombrios. O terraplanista é, em suas próprias condições de produção, um pensador livre, que se libertou das amarras do sistema por seu próprio esforço inquisitivo e hoje, volta com o elixir para as massas, completando assim a jornada do herói Campbelliano. “Penso, logo existo” de Descartes foi resignificado como “penso, logo resisto”. Todo terraplanista é, em sua própria concepção discursiva, um herói da verdade.

Finalmente, nos resta uma pergunta que exige mais investigação acerca das motivações dos terraplanistas e outros movimentos que tem uma relação de contraidentificação com o Sujeito universal: eles apenas reproduzem um discurso por serem ideologicamente alinhados com a contradição de determinada filiação discursiva ou acreditam de fato nas mesmas? Ou seja, um terraplanista acredita de coração que a Terra de fato é plana ou sua filiação ao movimento se dá para integrar em uma contracultura (HALL, 1976) que se posiciona contra o “sistema”? A aderência à corrente filosófica é genuína ou apenas um pretexto para resistir ao Sujeito universal? Para definir-se como um sujeito enunciatador, é importante estar certo ou basta filiar-se a um discurso formador, seja lá o que ele diz? Questões que permanecem sem resposta no momento, mas há um elemento: o número de pessoas que reproduzem o discurso da Terra plana aumenta anualmente, proporcionalmente à crescente insatisfação da população com as instituições que compõe o aparato ideológico. Sem apoio, sem sujeitos enunciadores filiados à sua formação, um discurso não se sustenta como hegemônico por muito tempo. Logo, não seria absurdo imaginar que a hegemonia do discurso científico pode, em alguns anos, ser colocada em xeque. Um feito considerável se levarmos em conta que os principais representantes desse contra-discurso tiram seu modelo astrológico da Idade Média.



## Referências

- AJUDE a Galileu a mandar terraplanistas para o espaço; assine petição. **Revista Galileu**, 01 dez. 2017. Disponível em: <http://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Espaco/noticia/2017/12/ajude-galileu-mandar-terraplanistas-para-o-espaco-assine-peticao.html>. Acesso em: 14 abr. 2017.
- ALTHUSSER, Louis. **Sobre a Reprodução**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Introdução de Jacques Bidet. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008 [1995].
- ANDERSON, Chris. **A cauda longa**: do mercado de massa para o mercado de nicho. Rio de Janeiro, 2006.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **Le champ scientifique**. ARSS, n. 2, p.88-104, 1976.
- BOURDIEU, Pierre. Quelques propriétés des champs. In: **Questions de sociologie**. Paris: Minuit, 1980.
- COURTINE, Jean-Jacques. Analyse du discours politique. Le discours communiste adressé aux chrétiens. In: **Langages**, 62, 1981.
- COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. Edufscar, São Carlos, 2019.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Trad. Laura Fraga Sampaio. Loyola, São Paulo, 1996.
- FOUCAULT, Michel. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. Trad. Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro. NAU Editora, 2003.
- HALL, Stuart. Subculture, Culture and Class. In: HALL, Stuart; JEFFERSON, Tony. **Resistance Through Rituals**. Hutchinson, 1976.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso Fundador**. Campinas, SP: Pontes, 1993.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas, SP: Pontes, 2001.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso em Análise**: sujeito, sentido, ideologia. Campinas: Pontes 2011.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Ed. da Unicamp, 1988.
- PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Trad. Eni P. Orlandi. 5ed. Campinas: Pontes, 2008.

3



# A charge como discurso de resistência

CRISTIANE DE SOUZA PEDROSO<sup>1</sup>

CÉLIA BASSUMA FERNANDES<sup>2</sup>

A partir do século XX, com a evolução da tecnologia, o espaço digital se tornou o lugar utilizado pelos sujeitos para se relacionar com outros sujeitos e com o mundo. Orlandi (2010) considera esse espaço como um fenômeno fundamentalmente urbano e Dias (2011) assevera que essa “nova” forma de se comunicar e ler/ver o mundo afeta de modo significativo a vida dos sujeitos, convocando gestos de interpretação específicos.

Conforme a autora, a tecnologia faz parte dos modos de existência dos sujeitos e o digital é uma condição de produção político-ideológica do discurso (DIAS, 2018). Isso significa que o espaço digital produz sentidos, não apenas pelas suas condições técnicas e físicas, mas pela sua discursividade (DIAS, 2016, p. 171). Caracterizado pela rapidez e efemeridade e por alcançar uma quantidade cada vez mais expressiva de leitores, esse espaço de produção de sentidos colabora para a sedimentação ou para o deslocamento de discursos, uma vez que nele circula uma grande quantidade de tipos de texto, que podem ser vistos/lidos e/ou compartilhados em páginas de sites, blogs e redes sociais, tais como *Facebook*, *Twitter*, *WhatsApp*.

A charge é um dos tipos de texto bastante comum nesse espaço e de acordo com Flôres (2002, p. 11), “[...] contém grande potencial de questionamento crítico e de confronto de opiniões a respeito da organização social, dos arranjos políticos e da disputa pelo poder.” Conforme a autora citada, “[...] sua temática, em geral, versa sobre o cotidiano – questões

---

1 Mestre em Letras pela Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO (2019).

2 Doutora em Estudos da Linguagem (UEL/2011), pós-doutora em Estudos da Linguagem pelo IEL/Unicamp (2015-2016).

sociais que afligem, irritam, desgostam, confundem [...]. Por natureza, é polêmica.”

Também para Adghirni *apud* Pilla e Quadros, a charge constitui uma forma de opinião explícita sobre um tema da atualidade. Assim, é usada “[...] com fins específicos, para rir, para provocar, para alertar o cidadão e exprimir o sufoco da sociedade em determinados momentos.” De acordo com os autores, os discursos que nela circulam jamais são inocentes e “[...] assumem importante papel na construção e legitimação de significados, pois carregam visões de mundo formadoras ou conformadoras de opinião pública” (PILLA; QUADROS, 2009, p. 227).

Pelo viés da teoria materialista do discurso, compreendemos a charge como uma peça de linguagem (ORLANDI, 2007), ou seja, como um tipo de texto que traz à tona questões sempre atuais e, por esse viés, pode ser considerado um tipo de texto que irrompe sempre que um acontecimento vem desestabilizar o já instituído. Corroborando Silva (2012, p. 307), podemos dizer que a charge está diretamente ligada ao cotidiano social, pois atualiza, de forma bem humorada, discursos sobre valores, política e problemas sociais, propagando ideologias.

Sempre presente no cotidiano, ilustrando páginas de revistas, jornais e, mais comumente, circulando no espaço digital, a charge é, normalmente composta por diferentes materialidades significantes (LAGAZZI, 2009, 2011). Articulando o verbal e o não verbal, esse tipo de texto colabora para reforçar sentidos repetidos à exaustão na nossa formação social, mas mais comumente, funciona como um lugar em que os sujeitos questionam, contestam e se rebelam contra aquilo que lhes é dado a ver/pensar, por isso, indo muito além do humor que lhe é característico.

Assim compreendida, a charge constitui um poderoso meio de denunciar as mazelas de um povo/país, convocando os sujeitos a assumirem uma posição diante daquilo que lhes afeta e incomoda e dizer o que talvez não seria admissível em outras condições de produção, pois, muitas vezes, ela coloca em circulação, no fio do discurso, dizeres proibidos e/ou interditados, abrindo espaço para a polêmica.

Foi essa especificidade da charge que nos chamou a atenção e, mais especificamente, lançamos nosso olhar sob duas charges que circularam

no espaço digital e que funcionam como discurso de resistência contra discursos estabilizados sobre a mulher e seu corpo durante o Carnaval. Ancoramos nossas análises nos pressupostos teóricos da Análise de Discurso de linha francesa, propostos por Michel Pêcheux e desenvolvidos, no Brasil, por Eni Orlandi e por pesquisadores que com ela tecem redes. Nessas charges, ecoam discursos que funcionam como resistência a sentidos já institucionalizados, pois, por meio delas, os sujeitos “ousam se revoltar” (PÊCHEUX, 2014), ou seja, se rebelam, se revoltam, questionam, contestam sentidos, segundo os quais, a mulher é um objeto sexual sempre a dispor do homem, durante a maior e mais conhecida festa popular do Brasil.

### *O Carnaval como elemento constitutivo da invenção da identidade nacional*

Dentre as festas populares existentes no Brasil, o Carnaval é a que tem maior destaque no cenário nacional. Trata-se de um dos principais acontecimentos culturais do país, mundialmente conhecido, tanto que todos os anos milhares de turistas desembarcam em terras brasileiras a fim de participar dela.

Podemos dizer que esse modo de significar o Carnaval resulta de uma construção histórica e é um elemento constitutivo da identidade nacional, já que o Brasil e os brasileiros são (re-)conhecidos nela/por ela. De acordo com Silva (2010, p. 2), “[...] durante os primeiros anos da república as elites nacionais procuraram criar a imagem do país associado ao carnaval, muitos literatos, no início do século, percebiam a festa como uma manifestação que tivesse nascido e crescido em simbiose com a nação.” Nesse sentido, de acordo com o autor, o Carnaval é, por excelência, uma festa brasileira, porque faz parte do processo de criação de símbolos nacionais e, de certa forma, define o povo brasileiro, constituindo, assim, uma representação do que é o Brasil e o povo brasileiro.

Marcada pela multiplicidade de suas manifestações e mobilizando boa parte da população de norte a sul do país, durante essa festa popular, ainda que inconscientemente, o corpo do brasileiro repete passos de

dança aprendidos e repassados por foliões, de geração em geração, que trazem, na origem de seus movimentos, a representação do imaginário da identidade nacional. De acordo com Pinto (2013, p. 54), o Carnaval é uma manifestação cultural que “[...] em sua diversidade de formas, conta a história da nação e da formação do brasileiro e de sua cultura que, assim como a festa em questão, é variado e colorido.”

Essa forma de compreender o Brasil, conforme já mencionamos, deriva do modo como o país e seus habitantes foi visto/lido pelo colonizador português no documento que marca o início da nossa história. Conforme o autor, “[...] o Brasil no/pelo carnaval é dito e inscrito em discursos que constroem o sentido de um país do Carnaval, tal qual olhado e adjetivado pelo estrangeiro, que desde o princípio da história do Brasil, como os períodos coloniais e imperiais, diz (e lê) o país por seus saberes e valores” (PINTO, 2013, p. 16).

Para que seja possível compreender o modo como o corpo da mulher foi/é significado nas charges recortadas para análise, remontamos à Carta do Descobrimento/Achamento do Brasil, enviada ao rei de Portugal e na qual Pero Vaz de Caminha conta um pouco sobre a terra descoberta e sobre o povo que aqui vivia: eram selvagens, que tinham hábitos e costumes diferentes. Todos andavam nus, com os corpos pintados e as índias, com suas “vergonhas tão nuas”, aqui desfilavam com “tanta inocência” e “desvergonha nenhuma”.

São esses discursos sobre a mulher que ainda ressoam no imaginário dos sujeitos não somente no Brasil, mas também em outros países e, talvez por isso, o país ainda seja associado ao turismo sexual, em especial, durante o Carnaval. Cabe lembrar, no entanto, que as índias não sentiam vergonha por estarem nuas, porque a nudez era constitutiva da sua identidade. Leandro Ferreira (2013) afirma que cada cultura/sociedade possui a própria forma de compreender o corpo e, desse modo, ele deve ser compreendido como discurso, que carrega em si o sistema de convenções culturais de determinada sociedade.

Esses sentidos sobre o corpo, a nudez, a inocência ou a “desvergonha” da mulher brasileira ainda encontram ecos nos discursos que irrompem sobre/no Carnaval. Logo, os sentidos de corpo feminino como

erotizado e estimulador do desejo sexual masculino derivam do olhar do português, ou seja, é uma construção histórica.

No Carnaval, o corpo da mulher é desnudado, exposto, hipersexualizado e muitas vezes significado como um pedaço de carne, circunscrito aos seios, a pernas e a glúteos, legitimando sentidos de que ela é um objeto do prazer masculino. É um sentido que ainda teima em não ser apagado, apesar das conquistas femininas e que segundo Garcia e Sousa (2015, p. 90), permite compreender “[...] o funcionamento da sociedade patriarcal que legitima e silencia uma violência, principalmente, contra a mulher em prol de momentos de folia.” É como se a mulher estivesse ali, adornada, com brilhos e plumas, como um objeto de enfeite, de diversão, pronta para despertar e satisfazer os desejos e as fantasias masculinas.

Esse modo de compreender o corpo da mulher faz com que o Carnaval seja quase sempre relacionado à permissividade e à falta de limites, encaminhando para a quebra das regras de boa convivência social, que colocam também em suspenso às normas que controlam o sujeito, e que, afetado pela ilusão de que ocupa outro lugar (como o de sultão, por exemplo), ao qual de fato não pertence, se acha no direito de tudo fazer/dizer em nome da folia.

Essa visibilidade acentuada dada ao corpo da brasileira nas charges e os sentidos sobre o Carnaval revelam traços da história, isto é, do conjunto de representações que constituem um povo, permitindo compreender a constituição histórica dos sentidos na nossa formação social. Talvez esses sentidos sobre o corpo da mulher no Carnaval tenha sido naturalizado devido o discurso do europeu, mas também porque ela brinca o Carnaval no espaço do público e, logo, o seu corpo, assim como tudo mais o que circunda a rua, seria propriedade de todos nesses dias de festa.

De acordo com DaMatta (1986, p. 33), a casa e rua constituem os espaços básicos da nossa sociabilidade. A casa é o lugar que nos abriga e vai além do local material, pois abarca também a dimensão moral e social na qual estamos inseridos. Não se trata, portanto, apenas de um lugar físico, mas de um lugar moral no qual nos realizamos como seres humanos dotados de um corpo físico e onde tudo é belo e decente (DAMATTA, 1986, p. 25).

No mundo da rua fica o que não tem limites bem definidos. É o lugar do movimento, que contrasta com a calma e a tranquilidade da casa. Povoada por grupos desarticulados de indivíduos, a rua remete sempre para o “duro da vida”, pois constitui um lugar de “luta” de classes e também de trabalho. Para o autor, “o fluxo da vida, com suas contradições, durezas e surpresas, está certamente na rua, onde o tempo é medido pelo relógio e a história se faz acrescentando evento a evento numa cadeia infinita” (DAMATTA, 1986, p. 29).

Contudo, a rua é também lugar de lazer e onde ocorre a maior e mais importante festa popular do Brasil. Conforme o autor, o Carnaval é uma festa que promove a “desordem” e a orgia, ficando no limite do crime e da revolta. Nesse sentido, o Carnaval liga a casa, a rua e o outro mundo, propondo a abertura de todas as portas, muralhas e paredes, já que tem o propósito de juntar e de igualar, abolindo todas as diferenças: “[...] é uma ocasião em que a vida diária deixa de ser operativa e, por causa disso, um momento extraordinário é inventado. Ou seja, como toda festa, o carnaval cria uma situação em que certas coisas são possíveis e outras devem ser evitadas” (DAMATTA, 1986, p. 71). Porém, via de regra, essa festa pode ser definida como “liberdade”, já que é por meio dela que a vida e o trabalho deixam de ser um fardo ou castigo e a regra é praticar todos os excessos (DAMATTA, 1986, p.73).

Dizendo de outro modo, nesses dias de festa, os limites entre o que pode/não pode ser feito/dito se tornam muito tênues, reforçando sentidos institucionalizados sobre a mulher e seu corpo, ressoando memórias relativas à submissão ao homem e à satisfação dos seus desejos, pois se trata de um corpo erotizado que está no domínio do público. Para Pinto (2016, p. 64), “[...] cada vez mais exposto e consumido, o corpo do século XXI tem lugar privilegiado na festa de Carnaval brasileira. O Carnaval possibilita pensar o processo de constituição e deslocamentos de sentidos para um imaginário sobre o país.”

A primeira charge que constitui o *corpus* deste trabalho circulou no site da Asmetro – Sindicato Nacional dos Servidores do Inmetro, em 2015, e nela ressoam sentidos sobre o corpo da mulher no Carnaval e que deri-

vam das formulações visuais das fantasias e dos confetes e serpentinas. O palco da cena é o espaço da rua e, portanto, da ordem do público, daquilo que pertence a todos. Nela, os corpos das mulheres são discursivizados como iguais e o que as distingue é apenas a altura, pois as duas têm os mesmos rostos e usam as mesmas fantasias na cabeça, além das sandálias coloridas amarradas às pernas, bastante comuns no Carnaval.

#### Charge 1- Álcool, morte, carnaval e NÃO



Fonte: Asmetro (2015). Disponível em: <http://www.asmetro.org.br/porta/gestao/atos-de-gestao/63-destaques/5494-charges-carnaval-2015-ii>. Acesso em: 15 fev. 2018.

Esse modo de discursivizá-las poderia encaminhar para sentidos do sexo fácil durante essa época do ano. Porém, elas estão de costas e fazem um gesto de negação para o motorista embriagado, que lhes oferece uma carona. Indursky (2013) compreende o humor como uma forma de interromper a reprodução dos sentidos institucionalizados como verdades absolutas, e, essa transformação/desvio, faz com que um nova identificação ideológica surja, contrária àquela expressa pela formulação –origem. Para ela, o riso é “[...] uma forma que a resistência assume para afastar-se dos sentidos cristalizados pelo regime de repetição da formulação origem” (INDURSKY, 2013, p. 99).

Nessa charge, há um deslizamento de sentidos que encaminha para o discurso de resistência, já que não se trata mais de um corpo disponível às vestidas masculinas, mas de um corpo que, apesar de estar no domínio do público, a ele não se submete, pois a mulher é protagonista do seu destino e pode decidir sobre ele.

Ao se referir ao funcionamento discursivo da resistência, Pêcheux, apresenta dois primados:

1-não há dominação sem resistência: primeiro prático da luta de classes, que significa que é preciso 'ousar se revoltar' e 2-ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja: primado prático do inconsciente, que significa que é preciso suportar o que venha a ser pensado, isto é, é preciso 'ousar pensar por si mesmo' (PÊCHEUX, 2014, p. 281, grifos do autor).

De acordo com Leandro Ferreira (2015, p. 161), esses primados apontados pelo autor (re-)afirmam que a resistência se dá no interior da história, por meio da luta de classes e no interior do sujeito, pelo inconsciente. Na charge, a resistência provoca a desestabilização de sentidos já sedimentados e segundo os quais, o corpo da mulher está sempre acessível durante o Carnaval. Para Sousa (2015, p. 161), trata-se de “[...] discursos tidos como dissonantes em relação àqueles legitimados dominantes e únicos possíveis.”

Entendemos, assim, que a resistência implica um rompimento com aquilo que, de alguma maneira, foi imposto, e discursivamente, consiste na desidentificação ou contraidentificação do sujeito com a formação discursiva dominante. Ao não se identificar com discursos que consideram o corpo da mulher como um objeto de prazer masculino, os sentidos derivam para outras redes de significação, desestabilizando dizeres já institucionalizados.

Pelo funcionamento da memória discursiva ressoam, ainda, sentidos sobre um problema vivenciado constantemente na sociedade brasileira, qual seja, o de combinar bebidas alcoólicas com direção durante o Carnaval. Esse sentido é possível pela formulação visual de uma garrafa no chão e de um homem ao volante, visivelmente embriagado, além da

formulação verbal “Hic... alguém aí aceita uma carona?”, em que a onomatopéia “hic” encaminha para o soluço resultante da embriaguez.

Não é novidade o fato de que, apesar das inúmeras campanhas de conscientização, ainda é bastante alto o número de acidentes provocados pela ingestão de bebidas alcoólicas e direção, durante o Carnaval. Segundo dados da Polícia Rodoviária Federal, em 2018, houve 27 acidentes, que resultaram em 19 feridos e duas mortes, número expressivamente menor que os de 2017, quando aconteceram 67 acidentes com 70 feridos e seis mortes<sup>3</sup>.

À formulação verbal se soma a formulação visual da morte, representada por uma caveira, com vestes pretas e uma foice na mão. Ela representa o perigo ou castigo por ingerir bebidas alcoólicas e dirigir e também por tratar a mulher como simples objeto de prazer. Nessa charge, os discursos sobre o corpo da mulher no Carnaval se entrelaçam aos do domínio do trânsito, funcionando tanto como um discurso de resistência como alerta para o perigo de dirigir embriagado durante a maior festa popular do Brasil, colocando em risco tanto a vida do folião como a de outras pessoas.

O que nos chama a atenção, nesta charge, é justamente o deslocamento de sentidos de um domínio do saber para outro, tendo em vista que se, por um lado, as formulações verbais e visuais, juntas, funcionam como um discurso de resistência contra discursos machistas, por outro lado, fazem circular discursos que se inscrevem em outros sítios de significação, alertando para um grave problema que é o de dirigir após ingerir bebidas alcoólicas.

Esse sentido de mulher como senhora do seu próprio corpo e protagonista da sua história também irrompe na peça de linguagem de autoria de Sinovaldo (charge 02), que cria charges há 40 anos, sobre assuntos variados. Publicada no jornal digital VS, do Rio Grande do Sul, no ano de 2015, também nela, as formulações verbais e visuais se entrelaçam no processo de produção de sentidos.

---

3 Disponível em: [https://diaonline.r7.com/2018/02/14/balanco-da-operacao-carnaval-2018-da-prf-tem-numeros-menores-que-o-ano-passado/?utm\\_source=Juliana+Nogueira&utm\\_campaign=diaonline-author](https://diaonline.r7.com/2018/02/14/balanco-da-operacao-carnaval-2018-da-prf-tem-numeros-menores-que-o-ano-passado/?utm_source=Juliana+Nogueira&utm_campaign=diaonline-author). Acesso em: 27 jan. 2019.

A mulher e seu corpo sempre foram falados/significados em todos os tipos de discursos, como no domínio do religioso, da história, da medicina, somente para citar alguns. No discurso humorístico, não raro, ela é significada como burra, fácil, infiel, difícil de ser “controlada”, entre outros. Crescêncio (2017, p. 76) afirma que “[...] se observarmos o universo humorístico atual, o resultado será o mesmo: as mulheres estão em filmes de comédia, nas falas de humoristas de *stand up comedy*, nos espetáculos da arte da palhaçaria, nas charges e tirinhas publicadas diariamente em jornais.”

Do nosso ponto de vista, as charges sobre a mulher no Carnaval encaminham para sentidos homogeneizantes, pois nelas, conforme vimos afirmando, o corpo da mulher é esquadrinhado e posto à mostra como um produto a ser consumido. Contudo, na charge em tela, a expressão facial da mulher, o negrito e as exclamações junto à formulação verbal “Não enche” produzem o efeito de sentido de que ela não está disposta a ceder às investidas masculinas e de que a ela cabe decidir sobre o seu corpo.

Charge 2- Não enche!



Fonte: Jornal VS. Disponível em: [https://www.jornalvs.com.br/\\_conteudo/2015/02/noticias/regiao/128646-fantasia-e-brincadeiras-de-carnaval-nas-charge-dos-jornais-de-sexta-feira.html](https://www.jornalvs.com.br/_conteudo/2015/02/noticias/regiao/128646-fantasia-e-brincadeiras-de-carnaval-nas-charge-dos-jornais-de-sexta-feira.html). Acesso em: 02 abr. 2018.

Esse sentido, de que a mulher está sendo alvo de assédio sexual, deriva do rosto do homem, com olhos supostamente esbugalhados pelo desejo e da mangueira, que discursiviza o órgão sexual masculino. No fio do discurso ressoam memórias sobre o assédio sofrido pelas mulheres no Carnaval, quando, em nome da festa, os homens se acham ainda mais donos dos seus corpos e, no seu imaginário, acreditam que eles deveriam servir de objeto para satisfazer os seus desejos sexuais. Em virtude da sedimentação desses discursos preconceituosos e machistas, muitas mulheres ainda são assediadas nessa festa e, muitas vezes, têm beijos roubados, são vítimas de puxões de cabelos e de “mãos bobas”, quando não são estupradas.

Nesta charge, assim como na anterior, o efeito de sentido produzido não é o de humor, mas de ironia, porque ela faz circular outro discurso sobre o corpo da mulher no Carnaval e funciona como um discurso de resistência ao já instituído, de modo a questionar sentidos já estabelecidos e normatizados, instaurando a polêmica. Em ambas as charges, ressoam sentidos de que a mulher, independentemente da roupa ou da ocasião, tem direito de dizer “não”, pois ela é dona do seu próprio corpo e desejos.

Pelo viés discursivo, a ironia constitui um jogo de linguagem que promove a desestabilização de discursos já sedimentados, institucionalizados. Para Orlandi (2012, p. 29), esse jogo acontece entre o eco e a ruptura, ou seja, através da ironia, os discursos já cristalizados são repetidos como verdades (eco), por meio dos processos parafrásticos ou são direcionados para diferentes sítios de significação, rompendo com o senso comum e apontando para a polissemia.

Nas charges, sentidos já institucionalizados sobre o corpo da mulher no Carnaval ecoam no fio do discurso, mas ao mesmo tempo, estar de costas e o gesto de negação, na primeira charge e a formulação verbal “Não enche”, complementada pela formulação visual do rosto de insatisfação da mulher, na segunda, fazem como esse sentido se desloque e inscreva o discurso em outra(s) formação(-ões) discursiva(s), qual seja



de que à mulher é dado o direito de escolher se deseja ou não aceitar as investidas masculinas.

Podemos afirmar, então, que a charge, assim como outros tipos de discurso, se estrutura na tensão entre paráfrase e polissemia, pois ao mesmo tempo em que faz retornar, no fio do discurso, um já dito, promove o deslocamento, produzindo uma ruptura de sentidos já sedimentados. Entendemos, assim, que a resistência implica o rompimento com aquilo que foi, de alguma maneira, ainda que de modo dissimulado, imposto ao sujeito, que ao não se identificar com aquele(s) discurso(s) encontra brechas e fissuras e nega esses saberes, desestabilizando a voz dominante que ressoa nos dizeres já institucionalizados.

Chamamos a atenção que esse é apenas um dos gestos de interpretação dentre tantos outros que poderiam ser feitos e também para o fato de que eles só são possíveis pelo imbricamento do verbal e do visual. Segundo Lagazzi (2009), no movimento analítico, devem ser consideradas as diferentes materialidades significantes que se imbricam no processo discursivo e que não se complementam, mas funcionam juntas no processo de produção dos sentidos, já que cada uma delas têm suas especificidades.

Essa imbricação de diferentes formas materiais no processo de produção de sentidos se dá, conforme a autora, pela incompletude constitutiva da linguagem e por isso, uma materialidade convoca a outra, permitindo o jogo da interpretação (LAGAZZI, 2008, p. 2). Não se trata, portanto, de analisar o verbal apartado do visual ou ao contrário, pois, “[...] a teoria materialista do discurso não trabalha com o signo isolado, mas com a “cadeia significante”, sempre em movimento, buscando estabelecer “relações a\_”, ou seja, com o embate entre estrutura e acontecimento” (LAGAZZI, 2009, p. 67). Logo, o gesto de interpretação resulta da análise dessas diferentes estruturas materiais que se entrelaçam em um mesmo objeto simbólico colaborando juntas para o processo de produção de sentidos.

Conforme Orlandi (1995, p. 34), o dispositivo teórico da teoria discursiva “[...] permite trabalhar não exclusivamente o verbal (o linguístico),



pois restitui ao fato da linguagem sua complexidade e sua multiplicidade, isto é, aceita a existência de diferentes linguagens”, diferenciando-se assim, da Linguística, que reduz a significação às formas abstratas, isto é, ao meramente linguístico.

A partir disso, podemos dizer que pela perspectiva discursiva, a leitura do não verbal não difere da leitura das palavras, pois ele não funciona apenas como ilustração ou como complemento para o que está sendo dito, mas é componente necessário para o processo de produção de sentidos. Ler o não verbal significa, então, compreender que ele constitui um tipo de discurso e também está investido de sentidos. Para proceder ao nosso gesto analítico, consideramos o imbricamento do verbal e do visual, pois os compreendemos como diferentes formas materiais que colaboram juntas para o processo de produção de sentidos.

### *Efeito de Fechamento*

A Análise de Discurso de vertente francesa sob a qual está sustentado este trabalho tem como um de seus pressupostos básicos a incompletude da linguagem, por isso, não há como pensar em uma conclusão para esta pesquisa. Sendo assim, o que propomos é um “efeito de fechamento”, pois o nosso movimento analítico ante aos objetos recortados é apenas “um” diante de tantos outros a serem feitos, já que a intervenção da história nos discursos faz com que os sentidos se movimentem, continuamente.

Conforme já mencionamos, no imaginário popular, a festa carnavalesca é compreendida como espaço em que tudo é permitido. Também para Garcia e Sousa (2015), no imaginário coletivo, não há coerções nem limites nessa festa e o sujeito que diz não a essa possibilidade de se relacionar livre ou obrigatoriamente com o outro, é vítima, simbolicamente ou não, de uma violência. Dessa forma, o discurso que irrompe nas duas charges recortadas para análise desestabiliza sentidos de que o Carnaval é a festa da permissividade e de que a mulher é objeto de satisfação sexual do homem, atualizando outros sentidos sobre ela e seu corpo, pois

ela é significada como livre para brincar o Carnaval da maneira que bem entender e dizer não ao homem.

Essas duas charges circularam no espaço digital, que não pode ser compreendido apenas como suporte de/para algo, mas constitui um instrumento de poder e de dominação, servindo aos interesses de alguns grupos sociais. Além disso, ele faz parte dos modos de existência dos sujeitos e é condição de produção político-ideológica do discurso, conforme Dias (2018). Nesse espaço de produção de sentidos, circulam uma infinidade de tipos de textos, dentre eles, as charges, nas quais irrompem discursos sobre questões sociais que afligem, irritam, desgostam, confundem.

Entrelaçando o verbal e o não verbal, esse tipo de texto não encaminha para o humor, mas para a ironia, colocando em circulação discursos que, muitas vezes, não poderiam ser produzidos sob outras condições de produção. Conforme ressaltam Fernandes e Venturini (2008, p. 87), “[...] os sujeitos de uma formação social riem daquilo que os incomoda, materializando no eixo da formulação, os desejos e os recalques que os constituem, porque são sujeitos habitados pelo real, pelo simbólico e pelo imaginário.” Nas charges e pelas charges recortadas, os sujeitos ousam “se revoltar”, contra discursos já estabilizados sobre a mulher e seu corpo durante o Carnaval, abrindo espaço para a contestação e para a resistência.

Podemos dizer, por fim, que as charges recortadas dão visibilidade a outro modo de compreender o corpo da mulher, pois, uma vez que elas são discursivizadas como livres para decidir sobre ele. Ou seja, nesses textos, a mulher tem liberdade para brincar o carnaval, se divertir e dizer não ao assédio de forma categórica, pois é dona de seu corpo e dita as regras em relação a ele. Trata-se, então de fazer circular discursos que rompam com o já instituído e que constituem, por isso, um discurso de resistência, inaugurando um discurso outro sobre a mulher e seu corpo no Carnaval.

## *Referências*

CRESCÊNCIO, Cíntia Lima. Tá rindo de quê? Os limites da teoria: humor gráfico na imprensa feminista do Cone Sul. **Revista Territórios e Fronteiras**, Cuiabá, v. 10, n. 2, ago-dez/ 2017. p. 75 a 92. Disponível em: <http://ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/734>. Acesso em: 20 mar. 2019.

DAMATTA, Roberto. **O que faz do brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DIAS, Cristiane. E-Urbano: a Forma material no eletrônico no urbano. In: DIAS, Cristiane. **E-urbano: Sentidos no espaço urbano/digital [on-line]**. LABEURB/NUDERCI, UNICAMP; Campinas, 2011.

DIAS, Cristiane. A materialidade digital da mobilidade urbana: espaço, tecnologia e discurso. In: Línguas e Instrumentos Linguísticos. **Revista Línguas**, n. 37, jan-jun/2016. p. 157-175. Disponível em: <http://www.revistalinguas.com/edicao37/artigo7.pdf>. Acesso em: 20 maio 2018.

DIAS, Cristiane. **Análise do discurso digital: Sujeito, espaço, memória e arquivo**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

FERNANDES, Célia Bassuma; VENTURINI, Maria Cleci. A Subjetivação do Sujeito-objeto Lula em Textos Humorísticos. **Revista Entretextos**, v. 08, 2008. p. 83-97. Disponível em: <http://www2.uel.br/revistas/entretextos/volume8/pdf/06.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2018.

FLÔRES. Onici. **A Leitura da charge**. Canoas: Ulbra, 2002.

GARCIA, Dantielli Assumpção; SOUSA, Lucília Maria Abrahão. “No carnaval a fantasia é minha. O corpo é meu”: memória e rupturas feministas na folia. In: **RUA** [online]. v. 1, n. 21, p. 87 - 107 - ISSN 1413-2109. Junho/2015. Consultada no Portal Labeurb – Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade. Disponível em: [https://www.labeurb.unicamp.br/rua/web/index.php?r=artigo/capa&publicacao\\_id=47](https://www.labeurb.unicamp.br/rua/web/index.php?r=artigo/capa&publicacao_id=47). Acesso em: 30 jun. 2018.

INDURSKY, Freda. O trabalho discursivo do sujeito entre o memorável e a deriva. **Revista Signo y Señá**. Faculdade de Filosofia y Letras, 2013, p. 91-104.

LAGAZZI, Suzy. Equivocidade na imbricação de diferentes materialidades significantes. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL, 23, 2008, Goiânia, Anpoll, 2008. p.1-3. Disponível em: <http://dlm.fflch.usp.br/sites/dlm.fflch.usp.br/files/Suzy%20Lagazzi.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2019.

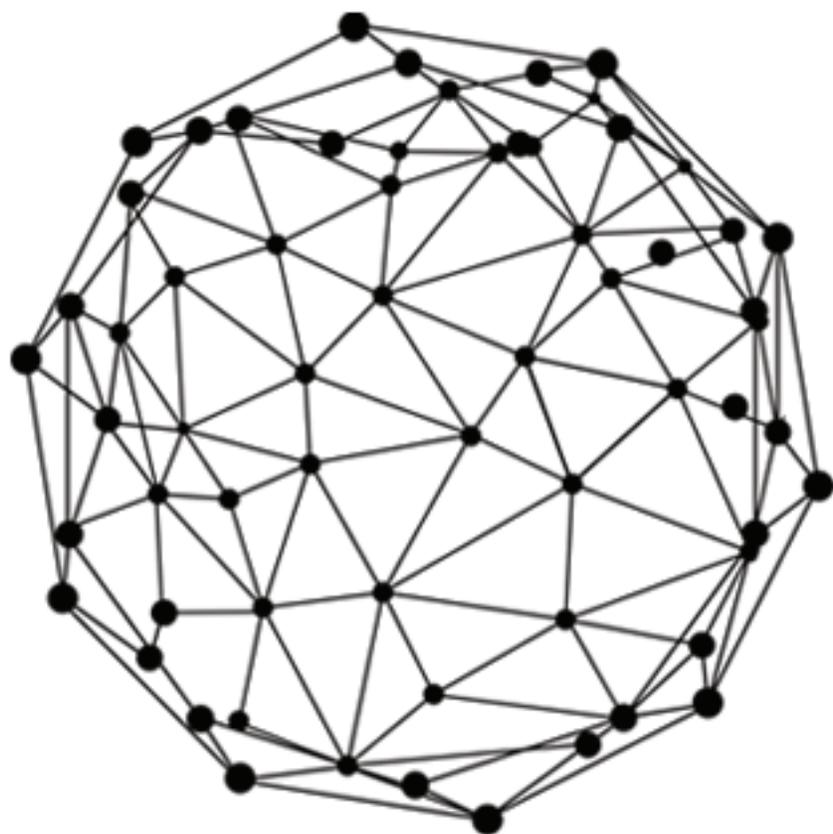
LAGAZZI, Suzy. O recorte significativo da memória. In: INDURSKY, Freda, et al. (orgs). **O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras**. São Carlos: Editora Claraluz, 2009. p. 67-78.

LAGAZZI, Suzy. O recorte e entremeio: condições para a materialidade significativa. In: RODRIGUES, Eduardo Alves. et al (orgs). **Análise de Discurso no Brasil: Pensando o impensado sempre uma homenagem a Eni Orlandi**. Campinas: Editora RG, 2011. p. 401-410.

LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. **O corpo como materialidade discursiva**. REDISCO Vitória da Conquista, v. 2, n. 1, p. 77-82, 2013. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/redisco/article/viewFile/1996/1723>. Acesso em 30 ago. 2018.

- LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. Resistir, resistir, resistir...Primado prático discursivo. In: FERRARI, Alexandre S., et al. (orgs). **Discurso, resistência e...** Cascavel: EDUNIOESTE, 2015.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Efeitos do verbal sobre o não-verbal. **RUA**, n.1, p.35-48, 1995.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Campinas/SP: Pontes, 2007.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. A contrapelo: incursão teórica na tecnologia: discurso eletrônico, escola, cidade. **RUA [on-line]**. v. 2, n. 16, 2010 – ISSN 1413-2109. Consultada no portal Labeurb – Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade. Disponível em: <https://www.labeurb.unicamp.br/rua/web/index.php?t=publicacao/revista&revistaId=13&version=13>. Acesso em: 16 abr. 2018.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos**. 4. ed., Campinas/SP: Pontes, 2012.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 5. ed. Campinas: Eduitora da Unicamp, 2014.
- PILLA, Armando; QUADROS, Cynthia Boos de. Charge: uma leitura orientada pela análise do discurso de linha francesa. **Linguagens – Revista de Letras, Artes e Comunicação Blumenau**, v. 3, n.3, 2009. p 226-239.
- PINTO, Danilo Corrêa. **Corpo, discursos e carnaval: imagens do corpo feminino no desfile de escolas de samba do carnaval carioca**. 2013. 140 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Letras e Artes) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/15445>. Acesso em: 27 ago. 2018.
- PINTO, Danilo Corrêa. **Corpos Femininos produzidos pelo discurso da mídia para os desfiles de escolas de samba do carnaval carioca**. In: HASHIGUTI, Simone Tiemi e TAGATA, Willian Mineo (Orgs). **Corpos, Imagens e Discursos Híbridos**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016. p.59-75.
- SILVA, Augusto Neves. Reflexões sobre o carnaval e samba na historiografia brasileira. **Revista Tempo Histórico**. v. 2, n. 2. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistatempohistorico/>. Acesso em: 07 ago. 2018.
- SILVA, Telma Cristina Gomes. O interdiscurso no gênero charge: um estudo do discurso humorístico sob a perspectiva da Análise do Discurso Francesa. **Revista Domínios da Linguagem**, v. 6, n. 1, 2012.
- SOUSA, Maria Abrahão. Dizeres de resistência em rede: é (também) de impossível que se trata. In: FERRARI, Alexandre S., et al. (orgs). **Discurso, resistência e...**Cascavel: EDUNIOESTE, 2015.
- TEFFÉ, Chiara. **Humor e liberdade de expressão: Vale tudo**. 2017. Disponível em: <https://feed.itsrio.org/humor-e-liberdade-de-express%C3%A3o-vale-tudo-3f3e2177b0cc>. Acesso em: 18 dez. 2018.







**4**

# Sentidos da re-existência na História: Corpo e(m) (dis)curso

DÉBORA MASSMANN<sup>1</sup>

PATRÍCIA BRASIL MASSMANN<sup>2</sup>

*Le corps, territoire politique.  
Lamy e Saint-Martin<sup>3</sup>*

O processo de constituição do sujeito, sobretudo, no que se refere ao modo como ele se significa e é significado na e pela sociedade, está diretamente relacionado à circulação do conhecimento e dos sentidos (de e sobre o conhecimento) na história. Nesse processo, constantemente, atribuiu-se à escola um papel fundamental: ela constituiu/constitui o espaço de institucionalização dos saberes e da língua (ORLANDI, 2012). Caberia, pois, à escola legitimar e validar o acesso, a (re)produção e a compreensão do conhecimento. Como destacam Massmann e Salles (2019, s/p)<sup>4</sup>,

- 
- 1 É doutora em Letras pela Universidade de São Paulo (USP) (2009), mestre e graduada em Letras (português-francês) pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) (2005 e 2002). Pós-doutora em Semântica no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) (2014). E-mail: deboraquel.hm@gmail.com ou massmann.debora@gmail.com.
  - 2 Doutoranda (Bolsa Filantropia Universidade Presbiteriana Mackenzie - UPM - e Bolsa CAPES/PROSUP/BOLSA) e Mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Professora do Curso de Direito da UNIMetrocamp - Campinas. Graduada em Direito pela Universidade da Amazônia (2003). Graduada em Administração de Empresas e Comércio Exterior pelo Centro Universitário do Estado do Pará (2002). Contato: patricia.brasil@metrocamp.edu.br.
  - 3 LAMY, J.; SAINT-MARTIN, A. *Le corps, territoire politique*. « Introduction ». In *Cahiers d'histoire. Revue d'histoire critique* [En ligne], 118 | 2012, mis en ligne le 01 janvier 2014. Disponível em: < <http://journals.openedition.org/chrhc/2457> >. Acesso em 01 mar.2019.
  - 4 Referimo-nos aqui ao capítulo intitulado “Re-existir na sala de aula” de Débora Massmann e Atilio C. Salles, publicação que integra a obra (no prelo) produzida a partir dos resultados do Projeto de Extensão “A Linguagem vai à Escola” (ALinE) do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Vale do Sapucaí. Com o objetivo de refletir sobre a relação que se estabelece entre linguagem, sociedade e história, o Projeto ALinE tem contribuído fortemente para a formação e qualificação de professores que atuam na Educação Básica da rede pública de Pouso Alegre, em Minas Gerais. Entre 2015 e 2018, o projeto foi coordenado pela Profa. Dra. Grecieli Costa (LABEURB/UNICAMP). A referida obra está no prelo.

Em uma sociedade de letras, de escrita e de leitura, a escola é símbolo de erudição, crescimento e também de divisão, pois ela significa não só quem está/esteve dentro dela, mas também “a formação social em sua natureza e estrutura, ou seja, afeta também quem está fora dela, da Escola: [...] você é escolarizado ou não escolarizado e isso define as relações sociais em que você se enreda” (ORLANDI, 2014, p. 245).

Se por um lado, a escola, historicamente, se apresenta como o elo de conexão na relação sujeito(s), conhecimento e sociedade, por outro lado, o advento de novas formas de (re)produção e circulação dos saberes criou e deu visibilidade a outros espaços que promovem e reforçam essa relação. Referimo-nos aqui especificamente ao espaço digital, a rede mundial de computadores. Como destaca Massmann (2012, p. 109), a efervescência de outras tecnologias traz consigo novas formas de significar o acesso e as relações com a informação e com o conhecimento. Destacamos, por exemplo, a diversidade de textualização dos sentidos que se materializa no espaço digital: de modo mais amplo, em *sites*, *blogs*, redes sociais e aplicativos, entre outros; e, de modo mais específico, em textos diversos (verbais e não-verbais) que podem se configurar sob a forma de vídeos, *podcast*, *postagens*, comentários, *charges*, etc.. Essa heterogeneidade de artefatos linguístico-digitais fomenta cotidianamente a relação do sujeito com a informação e com o conhecimento.

Nesse estudo, propomo-nos a refletir sobre a (re)produção e circulação dos sentidos na história. Para isso, selecionamos como objeto de análise o processo de institucionalização do corpo-político<sup>5</sup> e de sua deriva para o corpo-re-existência. Nossa reflexão se funda no que vamos chamar de hibridismo dos processos de significação e de textualização da/na contemporaneidade manifestado no e pelo incansável ir e vir dos sentidos entre espaço urbano e espaço digital.

Levando em consideração esse hibridismo incontornável do entre-dois, selecionamos um recorte narrativo que originalmente compõe

---

5 Uma reflexão inicial sobre o processo de institucionalização do corpo-político foi apresentada pelas autoras no capítulo que compõe a obra “O texto: corpo, voz e linguagem”, organizada por Camila de Araújo Beraldo Ludovice, Aline Maria Pacífico Manfrim e Maria Flávia Figueiredo e publicada pela Editora da Universidade de Franca (Franca, SP).

o livro “O que os cegos estão sonhando? com o Diário de Lili Jaffe (1944–1945)”<sup>6</sup>, de Noemí Jaffe. A obra, de cunho biográfico-literário, publicada pela Editora 34, expõe os relatos de uma sobrevivente do holocausto, Lili Jaffe, mãe da autora. O material que analisamos aqui resulta de um processo de (re)significação dessa narrativa: os fragmentos selecionados não foram retirados da obra impressa, mas sim da reprodução de partes dessa obra no espaço digital, sob a forma de *podcast*<sup>7</sup>, no Projeto Humanos<sup>8</sup>, mas especificamente, na primeira temporada do programa, intitulada “As filhas da guerra”<sup>9</sup>, que viralizou na internet entre 2015 e 2016.

Diante dessa especificidade do material, é preciso destacar que a análise apresentada mais adiante toma como ponto de partida a leitura, realizada por Noemí Jaffe, do capítulo “Tatuagem”. Este capítulo compõe a primeira parte da obra impressa<sup>10</sup> em que se apresentam escritos sobre a vida em um campo de concentração. No espaço digital (*podcast*), por sua vez, a leitura de Noemí Jaffe compõe o episódio “O trabalho liberta”<sup>11</sup> que foi ao ar em 17 de agosto de 2015. Frente a essa característica singular do nosso *corpus*, deparamo-nos com um processo de re-significação dos sentidos na história, que se materializa pelo deslocamento do impresso para o digital, produzindo assim rupturas nas formas de ler, compreen-

---

6 Confira: JAFFE, N. *O que os cegos estão sonhando? com o Diário de Lili Jaffe (1944–1945)*, São Paulo: Editora 34, 2012.

7 De um modo geral, o *podcast* pode ser descrito como um conteúdo em áudio, disponibilizado através de um arquivo ou *streaming* (forma de distribuição digital, em oposição à transferência (*download*) de dados). O *podcast* tem a vantagem de ser ouvido sob demanda, em diversos dispositivos e quando o usuário desejar. Para mais informações, confira <https://resultadosdigitais.com.br/blog/podcast/>. Acesso em: 01 mar. 2019.

8 O Projeto Humanos é um *podcast storytelling* dedicado a contar histórias reais de pessoas reais. É produzido por Ivan Mizanzuk, desde 2015. Para mais informações, disponível em: <https://www.projetohumanos.com.br/>. Acesso em: 01 mar. 2019.

9 De acordo com a descrição de apresentação dessa temporada de *podcast* no site do Projeto Humanos, “As Filhas da Guerra”, primeira temporada do Projeto Humanos, “conta a história de Lili Jaffe, uma iugoslava judia que sobreviveu ao campo de concentração de Auschwitz e escreveu um diário sobre suas experiências lá. Este diário foi publicado no livro *O que os cegos estão sonhando? com o Diário de Lili Jaffe (1944–1945)*, lançado em 2012 pela Editora 34, graças à sua filha, a escritora Noemi Jaffe”. Disponível em: <https://www.projetohumanos.com.br/temporada/as-filhas-da-guerra/>. Acesso em 05 mar. 2019.

10 Confira: JAFFE, N. *O que os cegos estão sonhando? com o Diário de Lili Jaffe (1944–1945)*, São Paulo: Editora 34, 2012.

11 Disponível em: <https://www.projetohumanos.com.br/as-filhas-da-guerra/s01e02/>. Acesso em: 01 mar. 2019.

der e interpretar, ganhando espessura em outra forma material e modificando a relação do sujeito com o conhecimento.

Se a publicação impressa de “O que os cegos estão sonhando? com o Diário de Lili Jaffe (1944–1945)” produz efeitos de sentidos na história de e sobre o nazismo, à medida que esse texto é recortado, editado e preparado para circular em outro suporte, agora, o digital, outros/novos sentidos daí derivam e passam a circular (alcançando, possivelmente, um número inimaginável de leitores–ouvintes). Uma vez materializados no formato digital, os acontecimentos da vida de Lili Jaffe, no período de 1944–1945, ganham forma, corpo, voz e trilha sonora. No espaço digital, para além do traço da letra e das descrições detalhadas da narrativa, outros recursos puderam ser inseridos e explorados no processo de reprodução. Os efeitos de todo esse aparato tecnológico a serviço da significação e da circulação da informação e do conhecimento, no caso em estudo, atualizam a memória e a história de uma época que marcou inegavelmente nossa civilização.

### *Discurso de e sobre o corpo*

*La iglesia dice: El cuerpo es una culpa.  
La ciencia dice: El cuerpo es una máquina.  
La publicidad dice: El cuerpo es un negocio.  
El cuerpo dice: Yo soy una fiesta.*

*Eduardo Galeano*

Tomar o processo de institucionalização do corpo–político como objeto de investigação implica, em tese, percorrer caminhos ecléticos que passam pela ciência, pelo social e pelo teológico. De nossa parte, conhecendo a diversidade de pesquisas que se interessam por este objeto, vale destacar que, neste estudo, tomamos o corpo a partir da perspectiva das ciências da linguagem, mais especificamente, dos estudos discursivos. Isso significa que para nós o corpo é considerando como lugar material de significação (ORLANDI, 2001) em que se textualizam diferentes processos discursivos e em que se materializa o confronto do político com o simbólico. Na epígrafe apresentada acima, já temos uma amostra disso.



Ela apresenta alguns dizeres que, de lugares específicos, contribuem para a produção de significações em torno do corpo. Trata-se de um conjunto de discursos *de* e *sobre* o corpo que apontam para o funcionamento do político na linguagem. De nossa posição teórica, compreender já de início o funcionamento dos discursos *de* e *sobre* o corpo é crucial para o percurso analítico que propomos neste estudo. A noção de *discurso de* e de *discurso sobre* é desenvolvida<sup>12</sup> por Orlandi (1990[2008]), na obra “Terra à vista. Discurso do confronto: velho e novo mundo”. Para autora, essa noção pode ser descrita da seguinte maneira:

os ‘discursos *sobre*’ são uma das formas cruciais da institucionalização dos sentidos. É no ‘discurso *sobre*’ que se trabalha o conceito de polifonia. Ou seja, o ‘discurso *sobre*’ é um lugar importante para organizar diferentes vozes (dos discursos *de*). Assim, o discurso *sobre* o samba, o discurso *sobre* o cinema são parte integrante da arremontagem (interpretação) dos sentidos dos discursos *do* samba, *do* cinema, etc (ORLANDI, 1990[2008], p. 44).

Compreende-se então, já num gesto de análise, que, na epígrafe, os dizeres da igreja, da ciência e da publicidade, retomados por Galeano (2001, p. 109), inscrevem-se como discursos *sobre* o corpo. A partir dos lugares legitimados que ocupam na sociedade, igreja, ciência e publicidade institucionalizam sentidos para o corpo. Desse modo, colocam em funcionamento uma memória discursiva que parece se amparar no senso comum, em sentidos, supostamente, estabilizados que circulam e são (re) produzidos cotidianamente em nossa sociedade. Orlandi (1990[2008]) alerta para o fato de que essa memória discursiva é estabilizada e reforçada pelo discurso histórico. Compreendemos então que os discursos *sobre* o corpo nesta epígrafe organizam e disciplinam a memória condensando-a e sintetizando-a aquelas relações predicativas ali expostas. Ali, o corpo não fala. Ele é falado.

A esses discursos *sobre*, Galeano (2001, p. 109) contrapõe o discurso (hipotético?) *do* corpo que, por sua vez, pode ser compreendido aqui como um dizer que produz equívoco, já que rompe com uma estrutura fundada no silêncio e produz, assim, outros efeitos de sentido. Efeitos

---

12 Essa noção foi retomada, posteriormente, e detalhada por Mariani (1998) e Costa (2014).

não previstos, efeitos que apontam para a falha constitutiva do funcionamento da linguagem. Nessa perspectiva, dizer que o corpo se predica como “a festa”, em “*yo soy la festa*” (GALEANO, 2001, p. 109) – significa desestabilizar pré-construídos e dar visibilidade a outras formas de significação e de inscrição do corpo na história e na sociedade. Trata-se de pensar o corpo como parte constitutiva de um processo histórico de significação ou, mais especificamente, de pensar o corpo, em sua materialidade, na relação com o sujeito e com os sentidos. Em outras palavras, compreendemos com Orlandi que “a significação do corpo não pode ser pensada sem a materialidade do sujeito. E vice-versa, ou seja, não podemos pensar a materialidade do sujeito sem pensar sua relação com o corpo” (ORLANDI, 2012, p. 83).

Fundada epistemologicamente a partir de questionamentos à linguística, à psicanálise e ao materialismo histórico, a análise de discurso dedicou-se amplamente ao estudo da materialidade da história e da língua. Entretanto, a materialidade do sujeito tem sido pouco explorada ainda que seja inquestionável a sua não transparência. Para Orlandi (2012, p. 84), essa lacuna teórico-analítica se deve ao fato de que “é na questão da materialidade do sujeito que está a negação do sujeito como origem quer de si, quer dos sentidos.”

Pelo diálogo desafiador e basilar que a análise de discurso estabeleceu com o materialismo histórico, compreendemos que os “modos de produção da vida material condicionam o conjunto de processos da vida social e política” (ORLANDI, 2012, p. 85). É em condições análogas às descritas pela autora, no que tange a presença do materialismo histórico no funcionamento da linguagem, que o discurso se produz e, simultaneamente a ele, sujeito e sentidos se constituem (ainda que se tenha a ilusão de que eles estão sempre lá). Esse funcionamento, destaca Orlandi (2012, p. 85), “é efeito da ideologia em sua materialidade.” Tal processo também afeta o corpo do sujeito que, uma vez interpelado pela ideologia, se textualiza, se significa, se discursiviza e se inscreve na história a partir da relação do político com o simbólico. É importante destacar que, não transparentes, linguagem, sujeito e história estão agrilhoados ao



funcionamento da ideologia. Esta, compreendida aqui como uma prática, está apensa ao processo de significação do discurso e, consequentemente, do sujeito e dos sentidos. Nessa perspectiva, refletir discursivamente sobre o corpo significa compreender que “a forma sujeito histórica tem sua materialidade e que o indivíduo, interpelado em sujeito pela ideologia, traz seu corpo por ela também interpelado” (ORLANDI, 2012, p. 87). Dizemos então que o corpo significa, que tem historicidade e que tem memória. É no e pelo corpo que se materializam traços da diferença, vestígios de (não) normatização, de (não) uniformização estética e social. É no e pelo corpo, lugar de inscrição, de dominação, de resistência e de manifestação, que sentidos são formulados e postos em funcionamento. É no e pelo corpo que transitam e circulam práticas de significação que se constituem na história pelo funcionamento da linguagem na sociedade. O corpo significa então em sua forma material. Ele se constitui como dizer em curso. Ou ainda, *corpodiscurso* (SOUZA, 2010).

### O corpo e(m) movimento

Trabalhar discursivamente com o corpo, compreendendo-o materialidade do sujeito, implica levar em consideração linguagem, história e ideologia. Essa triangulação (linguagem, história e ideologia) produz efeitos de sentido sobre o corpo discursivizando-o, tornando-o *corpodiscurso* (SOUZA, 2010). Compreende-se assim que o corpo é “a materialidade do sujeito apropriada pelo Estado, remarcado pelas instâncias ideológicas e enformado por uma dialética política” (SOUZA, 2010, p. 1). Esse funcionamento é fundador do processo de constituição do sujeito em que a ideologia comparece interpelando, pelo simbólico, o indivíduo em forma-sujeito-histórica (ORLANDI, 2012). Essa forma-sujeito-histórica capitalista, de acordo com Orlandi (2012), está suportada no jurídico através de um conjunto de normas (direitos e deveres) que regulam, de certa maneira, os processos de individu(aliz)ação do sujeito pelo Estado sendo este compreendido aqui a partir de instituições e discursos.

Considerando então que o corpo significa em sua forma material e tomando como condição de produção a lógica capitalista, temos que,

ao longo da história, esse corpo foi se constituindo tanto pela opressão, quanto pela manipulação, uma vez que ele era compreendido como uma “máquina”, ou melhor, a fonte de acúmulo de capital (BARBOSA; MATOS; COSTA, 2011). Esse processo de formatação (manipulação) do corpo na era capitalista produziu efeitos de sentidos nos modos de sua movimentação e de sua inserção na sociedade. A forma-sujeito-histórica capitalista, que se sustenta no jurídico, em um conjunto de normas (direitos e deveres), conforme apresentamos acima, produziu efeitos de normatizações para o corpo. Trata-se de uma forma de poder. O poder disciplinar. O Estado, por meio de instituições e discursos, exerceu coercitivamente o controle do corpo no espaço, no tempo, na sociedade. Instala-se assim o poder normatizador do Estado que estabelece o “normal” como coerção social (FOUCAULT, 2002) e, porque não dizer, como coerção ideológica e, “dessa maneira, vão moldando, padronizando, homogeneizando corpos, sujeitos e sentidos” (MASSMANN, 2018, p. 44). De acordo com Barbosa, Matos e Costa (2011, p. 29), esse processo de disciplinarização do corpo na sociedade capitalista permanece ainda vigente hodiernamente, ainda que por meio de funcionamentos que se alinham às condições de produção do século XXI: As novas tecnologias de produção em massa desencadearam um processo de homogeneização de gestos e hábitos que se estendeu a outras esferas sociais, entre elas a educação do corpo, que passou a identificar-se não só com as técnicas, mas também com os interesses da produção (HOBSBAWM, 1996 *apud* PELEGRINI, 2006). “Assim, o ser humano é colocado a serviço da economia e da produção, gerando um corpo produtor que, portanto, precisa ter saúde para melhor produzir (BARBOSA; MATOS; COSTA, 2011, p. 29)”.

A partir das palavras das autoras, compreende-se que o controle e a padronização do corpo passam a circular na sociedade, dita moderna, como resultado de um processo biopolítico (FOUCAULT, 2002), em que os corpos são “domesticados” para se formatar, se enquadrar e se adequar a padrões sociais que se sustentam ideologicamente em relações de poder e, conseqüentemente, de dominação. Nesse sentido, o poder e seus mecanismos de controle se manifestam no corpo compelindo-o à objetificação e à **estandardização**



sob a forma de modelos pré-estabelecidos historicamente que são res-significados em função das condições de produção.

Esse movimento de supremacia do corpo tem sido reforçado com o advento de novas tecnologias que se alinham à lógica da produção. De fato, cada vez mais, se impõem ao corpo modelos de saúde, de ética e de estética. **O corpo, que destoa desses padrões, instituídos aparentemente como sendo “universais”, é visto como corpo-desvio, corpo-anormal, corpo-doente. Este corpo é colocado à margem da sociedade, discriminado.** Este corpo à beira está maculado, pois, como nos ensina Quijano (2009), ele traz, em sua materialidade, traços, vestígios, rastros do funcionamento das estruturas do poder e dos processos de categorização, inclusão e exclusão que daí derivam. **Por vezes, este é o corpo que acaba se tornando (in)visível. Entretanto, a partir de uma perspectiva discursiva, podemos dizer que este é o corpo que, em sua forma material, encarna a ruptura, a falha, o equívoco. É o corpo-re-existência. Ou ainda corpo-político: aquele que produz fissuras nas discursividades da sociedade contemporânea (MASSMANN, 2018). A noção de corpo-político é de suma importância para a reflexão que propomos e decorre justamente da posição em que nos inserimos, a saber, àquela de analista de discurso que considera a relação do simbólico com o político como fundamental para a compreensão do funcionamento da linguagem. De acordo com Massmann (2018, p. 41),**

O funcionamento da linguagem é político e este, por sua vez, é compreendido, por nós analistas de discurso, como divisão: “divisão da sociedade, divisão dos sujeitos, divisão do sentido, em que faz funcionar, na sociedade capitalista, relações de poder simbolizadas” (Orlandi, 2013, p. 28). Em relação ao político, vale acrescentar ainda que uma vez compreendido discursivamente sempre como dividido, é importante destacar que essa “divisão tem uma direção que é afetada pelas relações de força advindas da forma da sociedade na história”, conforme Orlandi (1998, p. 4). Dessa perspectiva, o político pode ser entendido como conflito, a partir das posições sujeito que são assumidas (MASSMANN, 2018, p. 41).

A partir do exposto, considera-se que o corpo-político é aquele cuja materialidade do sujeito produz rupturas nesse conjunto de normatizações sustentadas em relações de força e de poder.

### ○ *corpo maculado*

A fim de ilustrar esse processo de institucionalização do corpo-político e de sua deriva para o corpo-re-existência, como já anunciamos, debruçamo-nos sobre um recorte retirado do livro “O que os cegos estão sonhando? com o Diário de Lili Jaffe (1944–1945)<sup>13</sup>”, de Noemí Jaffe. A narrativa se compõe a partir do olhar da filha que conduz o leitor num percurso inicial de leitura em relação ao corpo da mãe. O ponto de partida de nosso recorte é, justamente, o enquadramento que a autora produz em relação à tatuagem da mãe, judia, que em 1944 foi levada pelos nazistas ao campo de concentração de Auschwitz<sup>14</sup>:

#### **Recorte 1:**

“O número no braço dela é A16.334. Os judeus da série “A” foram presos a partir de maio de 1944. Foram contabiliza-

---

13 Confira: JAFFE, N. *O que os cegos estão sonhando? com o Diário de Lili Jaffe (1944–1945)*. São Paulo: Editora 34, 2012.

14 De acordo com o Museu e Memorial de Auschwitz–Birkenau, “o campo de concentração nazista alemão de Auschwitz tornou-se para o mundo um símbolo do Holocausto, de genocídio e terror. Foi criado pelos alemães, na metade do ano de 1940, na periferia de *Oświęcim*, cidade polaca que foi anexada ao Terceiro Reich pelos nazistas. A cidade recebeu o nome alemão de “Auschwitz”, que foi usado também para determinar o nome do campo: *Konzentrationslager Auschwitz*. Na fase de auge de seu funcionamento, o campo de Auschwitz era formado de três partes principais: 1) A primeira e mais antiga das partes foi *Auschwitz I*, chamada de *Stammlager* (a quantidade de prisioneiros era de 12–20 tys.), formada na metade do ano de 1940, no terreno e nos edifícios do quartel polaco de antes da guerra, e que foi sistematicamente aumentado para as necessidades do campo; 2) A segunda parte foi o campo *Auschwitz II-Birkenau* (em 1944 contou com mais de 90 mil prisioneiros), a maior do complexo de campos Auschwitz. Sua construção foi iniciada no outono de 1941, num terreno distante 3 km de *Oświęcim*, na aldeia de *Brzezinka*, de onde a população polaca foi expulsa e suas casas desmontadas. Em *Birkenau* surgiu o maior centro de extermínio em massa da Europa sob ocupação – câmaras de gás – onde os nazistas assassinaram a maior parte dos Judeus deportados ao campo; 3) Terceira parte – campo *Auschwitz III Monowitz* (também chamado de *Buna*; no verão de 1944, contava com mais de 11 mil prisioneiros). Inicialmente, foi um dos subcampos de Auschwitz, formado no ano de 1942, em *Monowice*, distante 6 km de *Oświęcim*, ao lado das fabricas de gasolina e borracha sintética *Buna-Werke*, construídas durante a guerra pela corporação alemã *IG arbenindustrie*. Em novembro de 1944, o subcampo de *Buna* tornou-se independente e ficou sendo chamado de *KL Monowitz*. A maioria dos subcampos de Auschwitz estava sob sua administração”. Fonte: *Memorial and Museum Auschwitz–Birkenau*. Disponível em < <http://auschwitz.org/en/>>. Acesso em 28 ago. 2018.

dos 20 mil homens e 29.354 mulheres. Dentre estas mulheres era a de número 16.334”.

De acordo com o arquivo do Museu e Memorial de *Auschwitz-Birkenau*<sup>15</sup>, os judeus que eram enviados a este campo de concentração passaram por diferentes sistemas de identificação, sendo a tatuagem um deles. Auschwitz foi o único campo a instituir a tatuagem como meio de identificação de prisioneiros. O modelo utilizado não tinha um padrão único: poderia ser empregado apenas um conjunto numérico ou uma mescla de números e letras. Em ambos os casos, a composição produzia o efeito de um número de série. O arquivo do Museu Memorial do Holocausto dos Estados Unidos destaca, por sua vez, que a implementação desse sistema de identificação em Auschwitz começou entre 1941 e 1942, época em que chegaram muitos prisioneiros de guerra, sobretudo, judeus soviéticos. No total, foram identificadas o uso de, pelo menos, três séries numéricas: a primeira e segunda séries estavam destinadas ao grupo masculino e a terceira ao grupo feminino:

A fim de evitar a atribuição de números excessivamente altos da série geral ao grande número de judeus húngaros chegando em 1944, as autoridades da SS introduziram novas sequências de números em meados de maio de 1944. Esta série, precedida pela letra A, começou com “1” e terminou em “20.000”. Quando o número 20.000 foi atingido, uma nova série começando com a série “B” foi introduzida. Cerca de 15.000 homens receberam tatuagens da série “B”. Por uma razão desconhecida, a série “A” para mulheres não parou em 20.000 e continuou para 30.000<sup>16</sup>.

Como podemos observar nesta citação, considerado o grande número de prisioneiros enviados a Auschwitz, da posição sujeito-nazista, a

---

15 *Memorial and Museum Auschwitz-Birkenau*. Disponível em < <http://auschwitz.org/en/>>. Acesso em 28 ago. 2018.

16 Nossa tradução: “In order to avoid the assignment of excessively high numbers from the general series to the large number of Hungarian Jews arriving in 1944, the SS authorities introduced new sequences of numbers in mid-May 1944. This series, prefaced by the letter A, began with “1” and ended at “20,000.” Once the number 20,000 was reached, a new series beginning with “B” series was introduced. Some 15,000 men received “B” series tattoos. For an unknown reason, the “A” series for women did not stop at 20,000 and continued to 30,000”. In **Tattoos and Numbers: The System of Identifying Prisoners at Auschwitz**. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/tattoos-and-numbers-the-system-of-identifying-prisoners-at-auschwitz>. Acesso em: 30 ago. 2018.

inclusão das letras nas tatuagens de identificação visava, em tese, evitar a atribuição de ordens numéricas extremamente altas. Essa parece ser a justificativa que ficou registrada nos inúmeros documentos produzidos pelos nazistas durante esse período. Entretanto, da parte dos sobreviventes, o emprego e o sentido da letra “A” é uma questão ainda em aberto, sobretudo para Lili Jaffe. Em outra passagem da narrativa em análise, podemos acompanhar a reprodução de um diálogo entre Noemí e sua mãe:

**Recorte 2:**

- “Mãe, você sabe o que significa esse “A” na sua tatuagem?”.
- “Sei. É Auchiwtz. Não, não é. É *arbeiten*, trabalho.

Neste entremeio da dúvida, constitutiva do discurso de Lili, à primeira vista, é possível dizer que a letra “A” pode significar Auschwitz ou ainda, como ela nos mostra, pode estar relacionada ao substantivo “*arbeiten*” que, em alemão, significa “trabalho”. Os gestos de interpretação de Lili Jaffe nos levam a refletir sobre o sentido da palavra “trabalho” nas condições de produção a que ela nos remete, a saber, o nazismo. Não podemos esquecer que as condições de produção são fundamentais no processo discursivo: elas compreendem a situação, os sujeitos e a memória discursiva (ORLANDI, 2002). Por exemplo, se tomarmos a interpretação dessa palavra (trabalho) nas condições de produção atuais (século XXI), os sentidos produzidos são completamente diferentes. Então, faz-se necessário estarmos atentos a essas questões para que nossa interpretação não se sustente naquilo que chamamos de evidência de sentidos:

Nesse movimento da interpretação, o sentido aparece como evidência, como se ele estivesse já sempre lá. Interpreta-se e ao mesmo tempo nega-se a interpretação, colocando-a no grau zero. Naturaliza-se o que é produzido na relação do histórico e do simbólico. Por esse mecanismo – ideológico de apagamento da interpretação, há transposições de formas materiais em outras, construindo-se transparências – como se a linguagem e a história não tivessem espessura, sua opacidade – para serem interpretadas por determinações históricas que se apresentam como imutáveis, naturalizadas. Este é o trabalho da ideologia: produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência (ORLANDI, 2002, p. 46)

Com suas palavras, Orlandi conduz a compreender que a linguagem não é transparente. É, pois, pela fresta do funcionamento da linguagem na sua relação com a história que podemos entrever discursivamente para além dessa evidência dos sentidos. Isso significa que, de nossa posição, visualizamos outras possibilidades de interpretação que levam em conta as condições de produção do nazismo e de seus gestos na relação com a memória discursiva não só no que diz respeito às crenças do povo judeu, mas também no que concerne à palavra “trabalho”.

Analisando o sistema de identificação nazista, descrito anteriormente, compreende-se que, naquelas condições de produção, a tatuagem, imposta como forma de identificação, parece ter sido usada para fins absolutamente cruéis e desumanos. Devemos considerar que, para os judeus, conforme a Torah, livro sagrado e fundador do judaísmo, o corpo é uma “santidade especial por ser um invólucro para alma, por este motivo ele deve ser tratado com respeito”<sup>17</sup>. Soma-se a isso ainda o fato de que para o judaísmo a tatuagem é considerada uma forma de agressão ao corpo e, ao fazê-la, infringe-se uma importante orientação do livro Vayicrá (Levítico 19:28) da Torah<sup>18</sup>, a saber, “Não fareis lacerações na vossa carne pelos mortos; nem no vosso corpo imprimireis qualquer marca. Eu sou o Senhor”. Desse modo, a tatuagem no nazismo pode ser descrita como um gesto macabro e aniquilador. Gesto que marca no corpo do judeu, na sua carne e na sua memória de forma inapagável o ódio, o poder, a crueldade, a desumanidade e o autoritarismo nazistas. Dito de outra forma, a tatuagem no corpo do judeu, feito prisioneiro, pode ser considerada como o genocídio inscrito na pele. Com efeito, os nazistas, além de aprisionar e subjugar os judeus, dilaceraram e violaram seus corpos e suas crenças com tatuagens que lhes imputaram e lhes classificaram como corpos maculados, corpo à margem da hegemonia nazista, da humanidade e de seu próprio povo à medida que com a tatuagem ex-

---

17 In: Associação Israelita de Beneficência Beit Chabad do Brasil. **Mishné Torá do Rambam**. Disponível em: <https://www.beitchabad.org.br/>. Acesso em: 30 ago. 2018.

18 In: Chabad Lubavitch. **Livro Vayicrá (Levítico)**. Disponível em: [https://pt.chabad.org/library/article\\_cdo/aid/602329/jewish/Vayicr.htm](https://pt.chabad.org/library/article_cdo/aid/602329/jewish/Vayicr.htm). Acesso em: 30 ago. 2018.

terminavam-se não só as crenças, mas também os laços e processos de identificação entre os judeus.

Em relação à possibilidade de a letra “A”, que antecedia a sequência numérica na tatuagem de Lili Jaffe, significar o substantivo “*arbeiten*” (ou seja, “trabalho” em alemão), é importante pensar aqui no funcionamento histórico dos sentidos em torno da palavra “trabalho” e também considerar os efeitos de sentido da tatuagem na história da humanidade. De fato, para os **gregos e romanos**, por exemplo, as tatuagens constituíam uma forma de punição. Elas marcavam **escravos e ladrões. Criminosos. E essas marcas, na pele, no corpo, impediam que, em caso de fuga, os tatuados pudessem viver livremente em sociedade. O corpo, marcado era excluído do convívio social. Com base no exposto**, se levarmos em consideração, as condições de produção do período do nazismo, podemos entrever nesse batimento com a história da humanidade outros/novos sentidos que são postos em funcionamento a partir da tatuagem e, também, da palavra “trabalho” supostamente significada na letra “A”: trata-se do trabalho escravo dos judeus em Auschwitz.

### *Do corpo-político ao corpo-re-existência*

A partir da reflexão que propomos, podemos considerar que a tatuagem, encarnada no corpo dos judeus do campo de concentração de Auschwitz, naquelas condições de produção, inscreveu-se como um instrumento de tortura cujos efeitos foram vivenciados não só no presente, ou seja, durante o período do nazismo, mas sobretudo, no futuro, num período pós-holocausto, no hoje, época em que os judeus, mesmo libertados, tiveram (têm) de conviver diariamente com essa memória do genocídio. O corpo judeu foi marcado para sempre pelo flagelo da monstruosidade nazista.

Compreendemos, então, que a tatuagem no corpo de Lili Jaffe a significa como prisioneira de guerra. E produz assim um discurso do corpo. Corpo feito refém de um dos momentos mais terríveis da história da humanidade. A tatuagem faz significar a história daquele corpo ao mesmo tempo que o conecta e o significa na relação com o corpo social,

neste caso, o povo judeu. O discurso *do* corpo está, pois, materializado na tatuagem que (re)atualiza diariamente, por diferentes gestos de interpretação, a memória do holocausto.

Há que se refletir ainda em relação ao discurso *sobre* o corpo. Para isso, retomamos as palavras de Orlandi (1990[2008], p. 44), para quem, os discursos *sobre* “são uma das formas cruciais da institucionalização dos sentidos. É no ‘discurso *sobre*’ que se trabalha o conceito de polifonia. Ou seja, o ‘discurso *sobre*’ é um lugar importante para organizar diferentes vozes (dos discursos *de*)”. De fato, se tomarmos os recortes em estudo, podemos verificar que, nas duas passagens analisadas, temos o funcionamento de discursos *sobre* a tatuagem de Lili Jaffe (e conseqüentemente, *sobre* seu corpo). Enquanto o primeiro trata do número, o segundo, ao trazer um diálogo entre mãe e filha, discorre sobre a letra tatuada e os possíveis sentidos que dela derivam. O discurso *sobre* a tatuagem de Lili Jaffe funciona, então, como uma espécie de discurso mediador<sup>19</sup>, discurso de entremeio, que vai se produzir e se constituir entre o discurso *do*<sup>20</sup> corpo, que traz materialmente a marca do holocausto, e o interlocutor<sup>21</sup> que, com seus gestos de leitura e de interpretação, diz *sobre* esse corpo e essa marca em determinadas condições de produção:

enquanto discurso intermediário, como forma de institucionalização dos sentidos, o *discurso sobre* constitui uma interpretação, ou melhor, ao se situar entre o discurso-origem e um interlocutor, ele resulta de uma interpretação; ao mesmo tempo, ele intervém na construção imaginária do interlocutor, do sujeito e do dizer (COSTA, 2014, p. 34).

Nessa perspectiva, tanto o diário de Lili Jaffe, quanto os documentos<sup>22</sup> que fazem parte do acervo do Museu e Memorial de *Auschwitz-Birkenau* e, também, a obra<sup>23</sup> em estudo constituem, pois, discursos *sobre* o corpo materializando diferentes vozes que tentam significar, ou

19 Ou discurso intermediário, nas palavras de Mariani (1998, p. 60).

20 O discurso *de*, segundo Mariani (1998, p. 60), pode ser compreendido como um discurso-origem.

21 Neste caso, os interlocutores são tanto Lili Jaffe, que diz de sua tatuagem, quanto Noemí, sua filha.

22 Documentos nazistas que fazem alguma referência à ela, a partir de seu número de prisioneira.

23 Confira: JAFFE, N. *O que os cegos estão sonhando? com o Diário de Lili Jaffe (1944-1945)*. São Paulo: Editora 34, 2012.

melhor, que tentam dizer e interpretar o discurso do corpo de Lili Jaffe. Esses discursos *de e sobre* trabalham incessantemente o limiar da interpretação que, não reveladora, demanda incansavelmente que se produza sentidos. É nessa relação constitutiva entre discurso *de e sobre* o corpo judeu que se presentifica o memorável, (re)atualiza a memória discursiva e a história materializando-se assim sob a forma de corpo-político.

É, pois, na brecha, na fissura, ainda que minúscula, entre o discurso *de e o discurso sobre* que emerge a tensão do político com o simbólico, confronto constitutivo do funcionamento da linguagem. No caso do material analisado nesta reflexão, a noção de condições de produção, conforme discutido anteriormente, comparece de forma vigorosa no movimento de sentidos que faz derivar corpo-político para corpo-re-existência como podemos observar no fragmento abaixo também retirado da obra que serviu de base para as análises aqui propostas:

**Recorte 3:**

Quando a filha visitou o museu do Holocausto em Yad Vashem, em Jerusalém, em 2010, buscando encontrar o diário dela que está lá guardado, a diretora do museu encontrou casualmente um registro de funcionárias da cozinha de Auchiwitz de 1944. Era um registro elaborado por um oficial nazista. Lá estavam o nome e o número dela além do de várias outras companheiras. O efeito de ver o número no braço dela já como parte de seu corpo e da composição de sua figura tanto que ninguém o percebe mais, e o efeito de ver o seu nome e o número escrito numa folha de registro do campo, grafados por um oficial nazista, é radicalmente diferente. Era como se a filha a estivesse vendo pela primeira vez. Como se nunca soubesse que a mãe tinha um número tatuado no braço, nem mesmo que ela tivesse sido prisioneira. Então, aquela história contada em casa, na sala, na cozinha, na infância, também está guardada em registros oficiais? Aconteceu de verdade? Tudo aquilo que foi contado, que tem dimensão de realidade somente dentro da imaginação de quem escuta e na lembrança de quem viveu, teve corpo, tamanho, volume também nas mãos de um soldado. Ele escreveu o nome e o número dela<sup>24</sup>.

---

24 Confira: JAFFE, N. *O que os cegos estão sonhando? com o Diário de Lili Jaffe (1944-1945)*. São Paulo: Editora 34, 2012.

Dadas as condições de produção, o corpo-político, à medida que na tensão entre relações de força, do discurso *de* e do discurso *sobre*, encontra uma forma de resistir e assim de (re)significar e ser (re)significado. Ao não se deixar subjugar, o corpo-político resiste (corpo-re-existência) e rompe. Explode. E assim produz a efervescência de significações do corpo de Lili Jaffe e sobre o corpo de Lili Jaffe:

Não era exatamente a infração que os nazistas tatuavam no corpo dos prisioneiros, mas a identificação inapagável de que se tratava de um prisioneiro. Servia para facilitar o trabalho dos nazistas e para escrever na carne do condenado sua maior infração: existir. Aquilo que fica escrito na carne como as rugas, a flacidez, mas acima de tudo a tatuagem adquire e dá à pessoa o sentido da existência. Ela existe porque tem essa marca e tem a marca porque existe<sup>25</sup>.

Fundada no hibridismo dos processos de significação e de textualização da/na contemporaneidade manifestada no e pelo incansável ir e vir dos sentidos entre espaço urbano e espaço digital, a reflexão aqui proposta tratou da institucionalização do corpo-político e de sua deriva para o corpo-re-existência. Buscamos ao longo desses escritos dar a conhecer não só o funcionamento dos sentidos na história, mas sobretudo, o modo como, nas condições de produção do século XXI, a diversidade de formas de textualização dos sentidos no impresso e no digital produz efeitos na (re)significação da memória e da história da nossa sociedade. Nesse movimento dos sentidos na história, os acontecimentos ganham força, espessura, e reclamam interpretação para além das evidências. Re-existem.

## Referências

ASSOCIAÇÃO Israelita de Beneficência Beit Chabad Do Brasil. **Mishnê Torá do Rambam**. Disponível em: <https://www.beitchabad.org.br/>. Acesso em: 30 ago. 2018.

BARBOSA, Maria Raquel; MATOS, Paula Mena; COSTA, Maria Emília. “Um olhar sobre o corpo: o corpo ontem e hoje”. In: **Psicologia & Sociedade**. v. 1, n. 23, p. 24–34, 2011.

---

25 Confira: JAFFE, N. **O que os cegos estão sonhando? com o Diário de Lili Jaffe (1944–1945)**. São Paulo: Editora 34, 2012.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v23n1/a04v23n1.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2018.

CHABAD Lubavitch. **Livro Vayicrá (Levítico)**. Disponível em: [https://pt.chabad.org/library/article\\_cdo/aid/602329/jewish/Vayicr.htm](https://pt.chabad.org/library/article_cdo/aid/602329/jewish/Vayicr.htm). Acesso em: 30 ago. 2018.

COSTA, Greciely Cristina. **Sentidos de milícia: Entre a lei e o crime**. Campinas: Editora da Unicamp. 2014.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 17. ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 2002.

GALEANO, Eduardo. **Las palabras andantes**. 5.ed. Buenos Aires: Catálogos S.R.L, 2001.

HOBSBAWM, Eric J. **A era do capital: 1848-1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

JAFFE, Noemi. **O que os cegos estão sonhando?: com o Diário de Lili Jaffe (1944-1945)**. São Paulo: Editora 34, 2012.

LAMY, Jérôme; SAINT-MARTIN, Arnaud. Le corps, territoire politique.  
« **Introduction** ». In: **Cahiers d'histoire. Revue d'histoire critique** [En ligne], 118 | 2012, mis en ligne le 01 janvier 2014. Disponível em: <http://journals.openedition.org/chrhc/2457>. Acesso em: 01 mar. 2019.

MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)**. Rio de Janeiro/Campinas: Revam/Editora da Unicamp, 1998.

MASSMANN, Débora. (N)a rede de sentidos: a palavra cibermilitância. In: FERREIRA, Ana Claudia Fernandes; MARTINS, Ronaldo. (Orgs). **Linguagem e tecnologia**. Campinas: RG Editores, 2012.

MASSMANN, Débora. O político na/da arte: Instituições, discursos, resistências. In: ORLANDI, Eni Puccinelli; MASSMANN, Débora; DOMINGUES, Andrea Silva. (Orgs.). **Linguagem, instituições e práticas sociais**. Pouso Alegre: EdUnivás, 2018. Disponível em: <https://www.cienciasdalinguagem.net/colecao-linguagem-e-sociedade>. Acesso em: 28 ago. 2018.

MASSMANN, Débora; SALLES, Cecília Almeida Re-existir na sala de aula. In: COSTA, Greciely. (Org.). **Projeto de Extensão “A Linguagem vai à Escola” (ALinE)**. (No prelo).

MUSEU Memorial Auschwitz-Birkenau. **History**. Disponível em: <http://auschwitz.org/en/>. Acesso em: 28 ago. 2018.

MUSEU Memorial do Holocausto dos Estados Unidos. **Tattoos and Numbers: The System of Identifying Prisoners at Auschwitz**. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/tattoos-and-numbers-the-system-of-identifying-prisoners-at-auschwitz>. Acesso em: 30 ago. 2018.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Terra à vista. Discurso do confronto: velho e novo mundo**. Campinas: Editora da Unicamp: 1990[2008].

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas: Pontes, 1996.

ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **Cidade atravessada: Os sentidos públicos no espaço urbano**. Campinas: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: Princípios e Procedimentos**. Campinas: Pontes, 2002.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Cidade dos sentidos**. Campinas, SP: Pontes, 2004.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia**. Campinas: Pontes Editores, 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Discursos e museus: da memória e do esquecimento. In: **Entremeios: revista de estudos do discurso**. v.9, jul/2014. Disponível em: <http://www.entremeios.inf.br>. Acesso em: 08 maio 2017.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Ser diferente é ser diferente: a quem interessam as Minorias? In: ORLANDI, Eni Puccinelli. **Linguagem, sociedade, políticas**. Pouso Alegre: UNIVÁS/Campinas: RG Editores, 2014.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Linguagem e educação social: a relação sujeito, indivíduo e pessoa. In: **RUA** [online]. v. 2, n. 21. nov/2015. p. 187 – 198. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8642454/9967>. Acesso em: 08 mar. 2018.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Sujeitos invisíveis: Sujeitos à interpretação. In: ORLANDI, Eni Puccinelli; MASSMANN, Débora; DOMINGUES, Andrea Silva. (Orgs.). **Linguagem, instituições e práticas sociais**. Pouso Alegre: EdUnivás, 2018. Disponível em: <https://www.cienciasdalinguagem.net/colecao-linguagem-e-sociedade>. Acesso em: 28 ago. 2018.

PELEGRINI, Thiago. Imagens do corpo: reflexões sobre as acepções corporais construídas pelas sociedades ocidentais. **Revista Urutágua**, Maringá, n. 8, s/p, jan. 2006. Disponível em: [www.urutagua.uem.br/008/08edu\\_pelegrini.htm](http://www.urutagua.uem.br/008/08edu_pelegrini.htm). Acesso em: 28 ago. 2018.

PROJETO Humanos. Episódio 2 “O trabalho liberta”. In: “**As filhas da guerra**”: Disponível em: <https://www.projetohumanos.com.br/as-filhas-da-guerra/s01e02/>. Acesso em: 15 ago. 2018.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

SOUZA, Levi Leonel de. O discurso encarnado: ou a passagem da carne ao *corpodiscurso*. In: **Entremeios: revista de estudos do discurso**. v.1, n.1, jul/2010. Disponível em <http://www.entremeios.inf.br>. Acesso em: 19 ago. 2018.



**5**

# Circulação no *Twitter*: informações e discursos emaranhados na (a)temporalidade

LUCIMARA CRISTINA DE CASTRO<sup>1</sup>

*Tempo é um tecido invisível em que se pode bordar tudo (...). Também se pode bordar nada. Nada em cima de invisível é a mais sutil obra deste mundo, e acaso do outro.*

(Machado de Assis)

Principiemos por algumas marcas: viver em sociedade, desde as primeiras civilizações tem sido um desafio. Tecemos, constantemente, relações procurando satisfazer nossas necessidades: fisiológicas, psicológicas e sociais. Diariamente falamos, ouvimos, respondemos, indagamos em nossos círculos sociais, buscando no outro a falta e a completude. São essas teias que nos constituem, fazem-nos sujeitos, dos outros e de nós.

Marcados pelas relações que nos constituem em nossa formação social, na internet não seria diferente, uma expansão virtual do espaço urbano. Sabemos que o corpo dos sujeitos e o corpo da cidade estão tão atrelados, que tendem a se imbricar. Isso significa que o corpo social e o corpo urbano formam um só, isto é, que a cidade e o sujeito se significam, construindo uma rede de sentidos (ORLANDI, 2004). Para permanecer no jogo da sociabilidade, urbanizamos a rede e levamos para dentro dela as nossas interações, nossos relacionamentos.

O espaço da *internet* marca-se pela extensão da sociedade capitalista. Compramos e vendemos, além de produtos físicos e serviços, imagens de sujeitos prontos para serem “consumidos”. Vendemos, nas redes sociais, nossa imagem, e a moeda de negociação são *likes*, *retweets*, compartilhamentos. Ainda que no digital, permanecemos competitivos,

---

1 Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Linha de Texto e Discurso. E-mail: lucimara\_castro@hotmail.com.br.

buscamos visibilidade. No jogo de imagens de nós mesmos e do outro, buscamos estar à mostra, seja a partir de “likes”, que podem apontar para uma suposta “aprovação”, ou por meio de comentários que expressem opiniões (tidas como) contrárias.

No *Twitter*, rede de nosso interesse, quem não se põe à “mostra” é um mero expectador da vitrine alheia. O funcionamento desta rede faz com que haja uma proliferação intensa de informações, o que contribui para que um determinado assunto atinja o ápice de *tweets*<sup>2</sup> e *retweets*<sup>3</sup> por determinadas horas e, logo depois, seja sobreposto por outros assuntos.

Discursivamente, é mais do que um espaço social digital em que os sujeitos se relacionam. Compreendemos a rede *Twitter* como um espaço discursivo em que as postagens extrapolam a interação informacional, de armazenamento em uma memória metálica<sup>4</sup> e o efeito de evidência provocado pela dinâmica do virtual, instaurando um funcionamento discursivo que permite aos sentidos derivar para outros lugares, abrindo para sentidos outros, pelo trabalho da memória discursiva. Assim, pensar o *Twitter* discursivamente requer considerar a circulação “imediate” dos acontecimentos que, por sua vez, põe em circulação em uma dinâmica (a) temporal, sujeitos e sentidos.

---

2 *Tweet* (do inglês, “gorjeio”, “pio de passarinhos”) é o nome dado às trocas de mensagens entre os usuários do *Twitter* e cujo símbolo é um passarinho azul, numa referência aos sons produzidos pelos pássaros. Disponível em: <http://www.significados.com.br/tweet/>. Acesso em: 09 fev. 2019.

3 *Retweet* corresponde a replicar algo que foi escrito. No *twitter*, significa que uma pessoa repetiu o texto produzido por outra, sem, contudo, deixar de dar-lhe os devidos créditos. Disponível em: <http://www.significados.com.br/rt-no-twitter/>. Acesso em: 09 fev. 2019.

4 Dias, na Enciclopédia Discursiva da Cidade, salienta que esse conceito foi definido por Orlandi, em 1996, no livro *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*, a fim de compreender teoricamente o funcionamento das tecnologias de linguagem a partir do uso do computador e da internet. A memória metálica diz respeito à circulação, a qual compreende movimentos de repetição, reprodução, replicação, etc. Para Orlandi (2006), a memória metálica é aquela “produzida por um construto técnico (televisão, computador, etc.). Sua particularidade é ser horizontal (...), não havendo assim estratificação em seu processo, mas distribuição em série, na forma de adição, acúmulo: o que foi dito aqui e ali e mais além vai-se juntando como se formasse uma rede de filiação e não apenas uma soma. Quantidade e não historicidade”. A memória metálica produz, pois, um efeito de filiação. Disponível em: <https://www.labeurb.unicamp.br/endi/index.php?r=verbete/view&id=119>. Acesso em: 29 abr. 2019.

Partindo desses pressupostos, a questão que nos inquieta nesse escrito é de que maneira funciona a (a)temporalidade na circulação de dizeres do/no *Twitter*, provocando repetição, dispersão, ruptura de sentidos, conforme informações e discursos são postos em movimento.

Pelo viés da Análise de Discurso pecheutiana, objetivamos observar como se dá o funcionamento (a)temporal na/da rede *Twitter*, assim como a circulação de dizeres e, conseqüentemente, discursos, de acordo com a replicação informacional/discursiva provocada por sujeitos-*twitterteiros*.

A circulação de dizeres no *Twitter* passou a produzir materialidades significativas e processos discursivos que, face ao digital, firmam-se constituindo diferentes sujeitos do discurso que enunciam de lugares variados, pela tomada de posição. Esse entrelaçamento “sujeito-discurso-*Twitter*” provoca-nos a compreender sobre o modo pelo qual, na rede, um discurso determinado por um lugar e tempo histórico ideologicamente situados, encontra-se na relação com outros provocando repetição, deslocamento, ruptura de sentidos.

### *(A)Temporalidade na ferramenta Twitter*

Em sua página oficial (2019)<sup>5</sup>, o *Twitter* apresenta-se como “o lugar certo para saber mais sobre o que está acontecendo no mundo e sobre o que as pessoas estão falando agora”. As “informações”, ainda que em mensagens curtas, postadas nessa rede, flui de maneira rápida, já que, segundo o que consta na página da própria rede, os fatos e notícias estão disponíveis em “tempo real”. Nas palavras de Recuero (2009b), o *Twitter* tem uma maior expectativa de simultaneidade nas “trocas” de que outras redes sociais, bem como uma ilusão de “último minuto” para a informação divulgada, podendo concentrar mais atenção e credibilidade (valores informacionais) àquilo que é enunciado. Por se assemelhar, em alguns aspectos, à estrutura de um *blog*, é apontado como um *microblog*, uma vez que a proposta inicial do *Twitter* era que as pessoas postassem o que estivessem fazendo a partir de pequenos textos (RECUERO, 2009a). No

---

5 Disponível em: <https://about.twitter.com/pt/company/brand-resources.html>. Acesso em: 25 abr. 2019.

entanto, em pouco tempo, começou a ser usado para as mais diversas finalidades, desde postagens de questões “banais” até informações de interesse público.

Ainda que a ferramenta tenha constantemente sido apropriada para a difusão de informações, o caráter de rede social encontra-se presente, na medida em que essas informações são distribuídas para os seguidores, os quais podem se apropriar dessas informações e respondê-las ou “retwitálas”, repassando-as para suas redes. Além de tornar públicas as conexões entre os usuários, portanto, o Twitter ainda permite que as trocas de informações entre os usuários possam ser acompanhadas, o que torna esse site de rede social propício para o estudo da difusão de informações (RECUERO; ZAGO, 2010, p. 71).

O *Twitter* tem ganhado “forma” e relevância nos últimos anos, tanto pelo grande número de sujeitos usuários, como pela apropriação de características de outras ferramentas. Resquícios de redes sociais, portadores de notícias e *microblog* estão presentes para resultar nas possibilidades atuais da ferramenta. Por meio do *Twitter*, os sujeitos têm instaurado uma nova maneira de (con)viver socialmente, fazendo-se constituir pela alteridade, isto é, a partir e por meio do outro.

Desde sua criação, o *Twitter* tem passado por diversas transformações visuais e técnicas<sup>6</sup>, modificando suas formas de uso e suas funcionalidades. Em maio de 2016, a rede reformulou algumas ferramentas e além dos 140 caracteres, o usuário pode postar fotos e vídeos, que não são inclusos na contagem dos caracteres. No *Twitter*, os sujeitos são identificados com o símbolo “@” seguido do nome de sua escolha, “@nome”. Um usuário escolhe “seguir” outro. Dessa forma, ele passa a acompanhar as atualizações que são publicadas, tem-se duas listas: uma com a relação de pessoas que seguem (seguidores/followers) e outras com aqueles que são seguidas (following / seguidos). Dessa forma, a estrutura do *microblog* proporciona a existência de ambientes comunicacionais midiáticos por meio de um imaginário de “interação” e, posteriormente, a geração de laços sociais (RECUERO, 2009a).

---

6 Disponível em: <http://youpix.virgula.uol.com.br/redes-sociais-2/timeline-twitter-design/>. Acesso em: 9 mar. 2017.

Por meio dessas novas utilizações, a ferramenta acabou ampliando seu alcance. Na página inicial da rede (figura 1), a noção de tempo é marcada pelos enunciados “Veja o que está acontecendo no mundo agora” e “participe hoje do Twitter”, provocando no sujeito a ilusão de que ele pode ter acesso a qualquer informação em tempo real – efeito provocado pela própria dinâmica da rede. Embora haja uma estrutura de funcionamento do *Twitter* “regulando” os usuários, os enunciados presentes na página inicial “Siga o que lhe interessa”, “Saiba o que as pessoas estão falando” e “Participe da conversa” reforçam a ilusão de que nesse espaço o sujeito usuário é dono de si, inscrevendo-se em um lugar de que pode dizer qualquer coisa, “autorizando” seu próprio dizer e “desautorizando” o dizer do outro.

Figura 1- Página Inicial do Twitter



Fonte: Twitter (2019). Disponível em: <https://twitter.com/?logout=1556547151438>. Acesso em: 26 abr. 2019.

Ao logar na rede, a pergunta que aparece na página inicial do sujeito é “O que está acontecendo?”, agregando os principais acontecimentos e notícias de relevância para os usuários, conforme os perfis que tal sujeito tem acesso, isto é, “segue”. Além disso, o sujeito que se inscreve na ferra-

menta tem acesso às *Trending Topics*<sup>7</sup> (TT) do *Twitter*, isto é, a uma lista em tempo real das palavras mais postadas no *Twitter*, podendo o usuário escolher qual região do mundo ou do Brasil deseja acompanhar. A lista é exclusiva para sujeitos que possuem uma conta no *Twitter*, ou seja, precisa estar logado para ter acesso aos *Trending Topics*. Nem sempre as *hashtags* ou palavras-chave presentes no *Trending Topics* mundial correspondem aos presentes nas TT Brasil ou região, pois, nem todos os assuntos em ênfase no mundo chegam ao alcance ou são de interesse dos perfis brasileiros, caso não estejam configurados para visualizar os TT mundiais. Assim, que por mais que os assuntos digitados em poucos caracteres sejam diversos (e de origens diversas), os usuários mantêm uma relação temporal cotidiana com o *Twitter*, que pode ser percebida somente por uma simples observação dos *tweets* postados pelos usuários.

Assim, compreender a (a)temporalidade do/no *Twitter* requer pensar além da complexa teia social que envolve a troca de mensagens de 140 caracteres, uma vez que a rede reflete, por meio de seu funcionamento, o emaranhado de relações que os usuários do século XXI estabelecem com o tempo. Nas considerações de Ruiz (2002) as expressões dos sujeitos são padronizadas e (hiper)ligadas em um hipertexto eletrônico global, que modifica substancialmente as formas sociais de espaço e tempo: do espaço dos lugares ao espaço dos fluxos, do tempo marcado pelo relógio ao tempo intemporal das redes. Isso implica considerar que diversos usuários que acessam o *Twitter* diariamente estão interligados às redes de compartilhamento de “informações” que envolvem outros determinantes relacionados à Capital Social<sup>8</sup>, como popularidade, visibilidade, reputação e conhecimento (ZAGO, 2009), redes que de certa forma representam uma temporalidade específica.

---

7 No Brasil, o *Twitter* substituiu o termo *Trending Topics* por Assuntos do Momento, porém, como o termo já havia sido familiarizado pelos usuários brasileiros, ainda é comum o uso do termo *Trending Topics*.

8 O capital inicial é um dos itens analisados nas redes sociais, por diversas áreas do conhecimento. Segundo Araújo (2010, p. 10), a noção de capital social expressa, basicamente, a capacidade de uma sociedade de estabelecer laços de confiança interpessoal e redes de cooperação com vistas à produção de bens coletivos.

Ribeiro<sup>9</sup> (2002, p. 24) organiza, em seu artigo *Finitude, mutações e gozo* uma classificação de diferentes tipos de temporalidade: *Tempo histórico*, no qual o percurso é projetado de forma linearmente progressiva, podendo haver existência de fases e períodos recorrentes; *Tempo cronológico*, como aquele que regula a nossa existência cotidiana, considerado o tempo socializado ou público; *Tempo físico*, que “pode ser entendido como a medida do movimento, como a expressão de relação entre anterior e posterior e, ainda, como o próprio processo das mutações, que independe da consciência do sujeito”. O *Tempo psicológico*, segundo a autora, é subjetivo e qualitativo, perdendo as relações diretas com as medidas de tempo por variar de acordo com o sujeito. “Sujeita-se apenas ao registro de momentos imprecisos, que se aproximam ou tendem a fundir-se, numa organização determinada por sentimentos e lembranças, que definem ‘intervalos heterogêneos incomparáveis’” (RIBEIRO, 2002, p. 24).

Considerando as palavras de Ribeiro (2002), observa-se, no *Twitter*, um imbricamento (a)temporal em seu funcionamento, construindo uma “narrativa” marcada por tempos diversos presente no *Twitter*. Em todos os *tweets*, o tempo cronológico é marcado pelo horário e data da postagem, organizando-os em um tempo físico na *timeline*<sup>10</sup> – antes e depois – a partir do tempo cronológico. O que o sujeito da rede *twitta*, *retwitta*, responde ou *curte*, aparece fisicamente na *timeline* do usuário organizada pelo tempo cronológico.

A relação temporal de “agora” produzido pela rede aponta para a emergência de um tempo social “dominante”. A insistência no presente é conciliada tanto pela proposta da ferramenta, caracterizada pela pergunta “O que está acontecendo?”, como por sua característica de mobilidade:

---

9 Etnopsicóloga. Doutora em Psicologia e em Antropologia da África Negra (Universidade de São Paulo-USP). Pesquisadora da Universidade Paulista – UNIP e Profa. Senior da USP.

10 Ao entrar no *Twitter*, o sujeito vê a *timeline* de sua Página Inicial. A *timeline* de sua Página Inicial exibe um fluxo de *Tweets* das contas que ele optou por seguir no *Twitter*. O sujeito pode ver o conteúdo sugerido, ativado por uma variedade de sinais, além de responder, *retweetar* ou curtir um *Tweet* diretamente da *timeline*. Disponível em: <https://help.twitter.com/pt/using-twitter/timeline>. Acesso em: 27 abr. 2019.

a plasticidade de acessar “informações” inscritas em uma (a)temporalidade que, aparentemente, “nunca” serão apagadas/deletadas.

Edmond Couchot (2007), em seu artigo *Reinventar o tempo na era do digital*, diz que a existência de novas técnicas de comunicação digital está mudando as relações entre os sujeitos com o tempo e, por conseguinte, a própria “cultura”. Couchot fala da existência de um tempo que ele denomina ucrônico, que seria um tempo não pertencente a nenhum lugar próprio e que se estende a várias dimensões e leis de associações.

O tempo u-crônico é o homólogo do espaço virtual no qual está mergulhado o operador, o espaço utópico – este espaço sintetizado matematicamente, que não pertence a nenhum lugar próprio, que se estende em todas as dimensões, que obedece a todas as leis possíveis de associação, de deslocamento, de translação, de projeção e que pode simular todas as topologias concebíveis. O tempo ucrônico não é um tempo “imaginário” como aquele da evocação da memória ou como o do sonho, mesmo que o sonho provoque frequentemente uma forte impressão de realidade. É um tempo em potência, mas que se atualiza durante a interação em instantes, durações, simultaneidades singulares; um tempo não linear que se expande ou se contrai em inúmeros encadeamentos ou bifurcações de causas e de efeitos. Sem fim nem origem, o tempo ucrônico se libera de qualquer orientação particular, qualquer presente, passado ou futuro, inscritos no tempo do mundo (COUCHOT, 2007, p. 2-3).

Assim, os processos imaginários de “interação” entre os *twitteiros* criam uma relação temporal importante: “tudo se passa como se a rapidez da interação colaborativa entre os internautas e o site ocorresse como um fator de autenticação das informações: verdadeiro porque rápido”. Os dizeres, na rede, são legitimados, além da autoridade do dizer (BOURDIEU, 1996)<sup>11</sup> dada pela posição na qual o sujeito que enuncia ocupa, pela rapidez

---

11 De acordo com o que propõe Bourdieu, o discurso de autoridade é preciso ser reconhecido como tal para que possa exercer seu efeito e ser tido como legítimo, e, essa legitimação se dá, na maioria das vezes, devido ao lugar institucionalizado no qual o sujeito de autoridade se inscreve e enuncia. Dessa forma, os enunciados de um padre em uma missa, por exemplo, só são reconhecidos como legítimos porque ele está autorizado a dizer devido ao lugar legalmente institucionalizado que ocupa, “conhecido e reconhecido por sua habilidade” (BOURDIEU, 1996, p. 91) e pelo ritual que se estabelece diante daqueles que os reconhecem como legítimos. Daí, segundo o autor, “a definição completa da competência como direito à palavra, isto é, à linguagem legítima como linguagem autorizada, como linguagem de autoridade” (BOURDIEU, 1996, p. 161).



com as quais os *tweets* circulam, criando para os usuários, um efeito de verdade produzida pela informação em “tempo real”.

O funcionamento (a)temporal do *Twitter*, por sua vez, acaba se tornando um “relógio social”: o sujeito que se inscreve nesse espaço se vê em uma busca pela velocidade não apenas por mera vontade, mas por uma realidade que lhe é “imposta”, mais ou menos violentamente, pela técnica (COUCHOT, 2007). O sujeito, dessa forma, se vê mergulhado em uma temporalidade prisioneira do presente em que só o momento atual e o agora importam.

*(A)Temporalidade do/no Twitter: circulação de dizeres e de sentidos*

Pensar a circulação de informações e discursos no *Twitter* que, por sua vez, produzem e colocam em movimento uma infinidade de sentidos *on-line* e *off-line*, requer considerar o processo de produção do discurso. Orlandi (2012b), ao tecer acerca desse processo enfatiza a existência de três momentos que se articulam e se entrecruzam, em que sujeitos e sentidos se constituem: a) a *constituição*, a qual funciona a partir da memória do dizer, fazendo intervir o contexto histórico-ideológico mais amplo; b) a *formulação*, em condições de produção e circunstâncias de enunciação específicas; c) a *circulação*, que se dá em certa conjuntura e segundo certas condições (ORLANDI, 2012b).

A instância da constituição pertence à dimensão vertical (ou interdiscursiva), enquanto a formulação é representada em um eixo horizontal (ou intradiscursivo). O eixo da constituição é quem organiza a repetição e também provoca o apagamento, o esquecimento. É a constituição que determina a formulação, pois, de acordo com Orlandi (2012b, p. 11, grifos da autora), “[...] todo dizer (intradiscurso, dimensão horizontal, formulação) se faz num ponto em que (se) atravessa o (do) interdiscurso (memória, discurso vertical estratificada, constituição).” A circulação, para a pesquisadora, corresponde ao trajeto dos dizeres, ao lugar no qual são como se mostram.

Embora esses três processos sejam bastante significativos para a AD, refletir acerca da circulação do/no *Twitter* é o que nos inquieta nesse



momento. Ao nosso olhar, discursivamente, este espaço é mais do que um lugar social digital onde os sujeitos se conectam. Partimos do pressuposto de que nesse espaço discursivo as postagens ultrapassam a interação informacional, de armazenamento em uma memória metálica e o efeito de evidência provocado pela dinâmica de funcionamento da rede, provocando um movimento (a)temporal de sentidos.

Ao se inscrever no *Twitter* e fazer uso desse espaço o sujeito *twitterteiro* traça suas rotas de dizer costurando e emendando velhos e(m) novos sentidos, construindo e compartilhando conteúdo e, por conseguinte, discursos, uma vez que a opacidade é um fator inerente à linguagem e as palavras estão sempre passíveis de serem ressignificadas, pois elas não se enquadram em um esquema fechado, “têm suas fronteiras flexíveis e porosas, são passíveis de jogo e inscrevem-se de modo sempre imprevisível dependendo das condições históricas e das posições-sujeito” (MOREIRA; ROMÃO, 2009, p. 10).

Na discursividade da rede, na produção dos discursos, o lugar, as condições de produção, o modo pelo qual a circulação se dá é parte constitutiva para que dada materialidade signifique de tal forma e não de outra. Para Dias (2018, p. 33), “o que sustenta a formulação dos dizeres no digital é a sua circulação”. Assim, circulação, no *Twitter*, não é apenas sinônimo de movimento, mas parte fundamental que faz com que discursos “viralizem” na teia do *microblog*, provocando deslizamentos, rupturas, silenciamentos, a partir do jogo entre paráfrase e polissemia. Nas palavras de Pêcheux (1981, p. 18):

“Isso circula”, como adquirimos o hábito de dizer, fazendo dessa circulação a imagem positiva de nossa modernidade discursiva liberada, ou ao contrário, a falsa moeda das línguas de vento: os turbilhões esfumados do “não importa o que” destinados a chamar a atenção, desviando-a dos “problemas reais”. Não seria tempo de destituir essa imagem duplamente satisfatória da circulação, assumindo o fato de que as circulações discursivas não são jamais “não importa o que”?<sup>12</sup>

---

12 Tradução de Dias (2015), no artigo *Análise do discurso digital: sobre o arquivo e a constituição do corpus*. Tradução livre de: “‘Ça circule’, comme on a pris l’habitude de dire, en faisant de cette circulation l’image positive de notre modernité discursive libérée, ou au contraire la fausse monnaie de langues de vent; les tourbillons fumeux du ‘n’importe quoi’ destinés à occuper



Sendo assim, o que faz um *tweet* significar de dada maneira e não de outra não é apenas a atualização de já-ditos, pelo trabalho da memória discursiva, no eixo da formulação, mas a própria circulação que, traça (per)curso, “expondo” a materialidade linguística ao jogo, ao equívoco, afetada pela história e pelo modo de circular da própria rede.

A circulação no *Twitter*, dessa forma, encontra-se em constante relação com a (a)temporalidade. O *microblog* apresenta como característica a particularidade de colocar em circulação dizeres curtos, desenhados pela rápida troca de formulações que a todo momento são atualizadas e com acesso que pode ser realizado por diferentes suportes e dispositivos tecnológicos. Dessa maneira, “a afirmação de que o que sustenta a formulação dos dizeres no digital é a própria circulação, se refere a esse aqui e agora da própria circulação que, no digital não se separa da circunstância da enunciação” (DIAS, 2018, p. 34). As formas de circulação de materialidades discursivas no *Twitter* se moldam em cada *retweet*, em cada viralização, marcadas pela (a)temporalidade do imediato, do instantâneo, atravessando a temporalidade da significação: um ritmo temporal entre o dizer e o silêncio, uma relação (batimento) entre o dizer e o não-dizer (ORLANDI, 2012b).

Este movimento ritmado que nos leva a colocar uma relação entre a linguagem e o tempo encontra paralelo no que se exprime em latim, na diferença entre *tempus* (tempo marcado) e *aevum* (*evo*) que é o tempo contínuo. A definição do tempo medieval é *numerus motus secundum prius et posterius* isto é o número do movimento segundo o que vem antes e depois (*medioevo*: “*evo*” do meio, Idade Média). Assim se apresenta a relação entre palavra e silêncio: a palavra se imprime no contínuo significante e ela o marca, o segmenta, e o divide em sentidos discretos, constituindo um tempo (*tempus*) no movimento contínuo (*aevum*) dos sentidos em silêncio (ORLANDI, 2012b, p. 128-129, *grifos da autora*).

Embora Orlandi (2012b) estivesse se referindo a uma temporalidade do dizer em que os sentidos têm uma relação com o silêncio, podemos deslocar essa discussão ao pensar a (a)temporalidade do dizer no

---

l'attention, en la détournant des 'problèmes réels'. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/1030>. Acesso em: 29 abr. 2019.

Twitter, uma vez que é essa temporalidade da circulação que organiza o funcionamento discursivo, algo que vai bem além da organização digital em algoritmos. A circulação, assim, faz surgir uma teia onde vários fios já estão tecidos, mas podem ser reordenados, desarranjados e deslocados, repetindo, replicando e/ou rompendo o que foi discursivizado em outro enunciado, marcando, assim, o caráter heterogêneo do dizer na rede e da própria constituição do sujeito.

Assim, o Twitter funciona como uma espécie de “relógio” estruturado em uma ordem cronológica inversa, na qual a temporalidade do *on-line* se inscreve na própria língua: o instante de um *tweet*, de um *re-tweet*, da “visitação” de um perfil a outro e da velocidade da própria navegação, que se faz conhecer, no *microblog*, pelo próprio modo de dizer, curto e rápido.

O registro de tempo cronológico nos *tweets* marcando não só o dia em que determinado *tweet* foi postado, como há quanto tempo isso aconteceu, reforça o efeito do quão distante do “agora” determinada postagem está. No entanto, pelo trabalho da memória metálica, um mesmo *tweet* pode ser atualizado na *timeline* de um sujeito, (figura 2 e figura 3) por *retweets*, (re)criando, (re)organizando o efeito de “agora”: o que era “velho”, passa a ser “novo” pelo funcionamento da rede.

Figura 2- Tweet



Fonte: Twitter (2018). Disponível em: <https://twitter.com/jowlylan/status/1081061812299333632>. Acesso em: 18 dez. 2018

As formulações das figuras 2 e 3 tratam de *retweets* de um vídeo americano no qual uma suposta apresentadora, na rua, pede aos sujeitos que aparecem na gravação para apontarem localizações de outros países e continentes. Todos os sujeitos que se mostram no vídeo demonstram, por suas respostas, não terem domínio sobre as informações encaminhadas pela suposta apresentadora.

A temporalidade cronológica dos dois *tweets* apontam a possibilidade de atualização de dizeres na rede, desde que estejam arquivados na/ pela memória metálica. Vale lembrar que, embora haja uma ilusão de que tudo pode ser arquivado na rede, muitos dos *tweets* saem de circulação nesse espaço por diversos motivos, dentre eles, a exclusão da conta pelos sujeitos ou pelo conteúdo do *tweet* ser impróprio às regras de funcionamento da plataforma.

O primeiro *tweet* (figura 2) marca a data de 04 de janeiro de 2018. Já o segundo (figura 3) marca o dia 14 de janeiro como a data da postagem. Pela dinâmica da rede, o vídeo, que ainda se fazia disponível foi *retwitado* por sujeitos que se inscrevem na rede, relocando-o em outro espaço do dizer. Isso nos permite pensar que, embora haja uma rapidez significativa na circulação das postagens, os conceitos de “novo” e “velho” são relativos na ferramenta: um mesmo vídeo, imagem, dizer, pode ser (re)atualizado para outro espaço do dizer, provocando uma dispersão temporal e um efeito de novidade marcado pelo “agora”.

Considerando que na circulação de um *tweet* na rede, há mais do que um simples processo de relações sociais entre *twitteiros*, uma vez que essa propagação implica, a nosso ver, “processos de identificação dos sujeitos, de argumentação, de subjetivação, de construção da realidade” (ORLANDI, 2012c, p. 21), o sujeito tem “liberdade” para editar o *tweet* que (re)produz e que coloca em circulação. Sendo assim, o *Twitter* é um espaço propício para a (re)criação e propagação de dizeres, seja pela dinâmica rápida de circulação das postagens ou pela possibilidade de “autonomia” que o *twitteiro* exerce para (re)criar *tweets*.

Nas formulações dos *tweets* presentes na figura 2 e figura 3, o sujeito que se inscreve na conta da rede, pelo seu poder de “autonomia” de

(re)criar nesse espaço, “recorta” o vídeo americano e o replica, mas inscrevendo-o em um outro lugar: um espaço de discussão acerca da educação brasileira.

Mais precisamente, tais formulações fazem menção à Reforma do Ensino Médio<sup>13</sup>, Lei 13.415, sancionada em 2017, pelo ex presidente Michel Temer, e que desde 2013, quando o Projeto de Lei 6840/2013 foi apresentado por uma Comissão Especial da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, vem gerando questionamentos. A Lei 13.415, decorrente da medida provisória MP 746/2016, tem sido objeto de polêmica, a qual provocou inúmeras ocupações de escolas públicas do país por parte dos alunos nelas matriculados, dirigidas tanto à forma quanto ao conteúdo da política educacional proposta.

Figura 3- Tweet



Fonte: Twitter (2018). Disponível em: <https://twitter.com/sxntox/status/1018213015676702721>. Acesso em: 18 dez. 2018

13 A Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) é uma política governamental educacional brasileira instituída pela lei federal 13.415 de 2017, a partir da conversão da medida provisória 746 de 2016 (MP 746/2016) em lei federal ordinária. A política provocou a Reforma do Ensino Médio, tal como ficou popularmente conhecida desde que foi apresentada pelo Governo Michel Temer em 22 de setembro de 2016. Ela visa flexibilizar as disciplinas dadas aos alunos do ensino médio no Brasil, estabelecendo disciplinas obrigatórias e disciplinas opcionais, que o estudante deve escolher. A medida também prevê aumento da carga horária ao longo dos anos. No dia 8 de fevereiro de 2017, a medida provisória foi aprovada

Pensando pelo viés discursivo, os *retweets* do vídeo americano, ao ser inscrito na FD da educação brasileira, abre para o jogo entre paráfrase e polissemia. O primeiro *tweet* (figura 1) editado com os enunciados “o ensino americano eh maravilhoso”, “a reforma do ensino médio é baseada no estilo americano e lá tudo eh perfeito” e “meu deus tudo nos EUA eh amazing” faz ecoar, pela ironia, efeitos acerca do imaginário<sup>14</sup> que se tem do que seja a educação formal americana.

Orlandi (2012a), em seu texto *Destruição e construção do sentido: um estudo da ironia*, ao pensar a ironia como um tipo de discurso, primeiramente tece considerações acerca do tema a partir de vários vieses, dentre eles, pela Retórica, que a toma como figura de pensamento. É definida, por esta vertente teórica, “como a expressão de uma coisa (séria) mediante palavras que significam o contrário (o jogo)” (ORLANDI, 2012a, p. 11). Mais adiante, ao pensar a ironia discursivamente, a autora salienta que não se trata apenas de um mero jogo de oposição, ou seja, de se dizer o contrário do que se pensa, pois, a diferença vai além e significa multiplemente. Ao tomarmos a ironia como tipo de discurso, nas palavras de Orlandi, negamos que ela seja um desvio, no sentido de oposição, simplesmente. Para a autora, seria “o próprio lugar do estabelecimento de um processo de significação que chamamos irônico. Esse lugar incorpora a menção ecoica que mostra, com sua forma própria e específica, a relação entre o mesmo e o diferente, o fixado e o possível” (ORLANDI, 2012a, p. 26). Pensada como tipologia discursiva, ironia não é desvio – oposição –, nem “um sentido a mais”, como é abordada em outros estudos e teorias. Para Orlandi (2012a, p. 39), “é um sentido diferente que se instaura

---

no Senado por 43 votos a 13 e foi sancionada pelo Presidente da República no dia 16 de fevereiro. O texto aprovado divide o conteúdo do ensino médio em uma parte de 60% para disciplinas obrigatórias, definidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e 40% para que o aluno escolha uma área genérica de interesse entre as seguintes opções: linguagens, matemática, ciências humanas, ciências da natureza e ensino profissional.

- 14 Ao mencionar o imaginário estamos nos referindo às formações imaginárias postuladas por Pêcheux (1997a), conforme as posições-sujeito no discurso, visto que, nesse processo, entram em jogo, constitutivamente, as imagens recíprocas que os sujeitos fazem de si e das práticas de que são parte. De acordo com o autor, no discurso funcionam uma série de formações imaginárias que determinam o lugar que “A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (PÊCHEUX, 1997a, p. 82).

porque as condições de significação do discurso irônico são diferentes de outros tipos, de outros funcionamentos do discurso”.

Considerar a ironia, na figura 2, implica observá-la não como desvio – oposição –, mas como um funcionamento discursivo, em que a produção e a apreensão é histórica e socialmente determinada (ORLANDI, 2012a). Além disso, os efeitos da ironia não são iguais: variam segundo aqueles que a praticam, seus lugares sociais e as posições que ocupam no discurso. Para nós, a SDI, ao apontar a ironia, “afirma o diferente (a polissemia) jogando sobre o mesmo (a paráfrase)” (ORLANDI, 2012a, p. 39), abrindo “brechas” para a incompletude da linguagem e para a ilusão do “único”, de que o dizer acerca do que seja a educação americana só pode ser este e não outro.

No segundo *tweet* (figura 3), o usuário da conta “recorta” o vídeo americano, postando-o em sua *Timeline*, com a legenda “com a reforma do ensino médio cenas como essas serao comuns”. O deslocamento do vídeo e a inscrição deste em outro espaço do dizer – lugar de discussões sobre a Reforma do Ensino Médio – desvencilha-o de suas condições de produção: um vídeo produzido em um espaço público (rua), supostamente com a escolha aleatória de sujeitos para sua participação, a ausência de informações sobre a escolaridade dos sujeitos americanos que no vídeo aparecem, entre outras. Cabe lembrar que “a maneira como a memória ‘aciona’, faz valer as condições de produção é fundamental” (ORLANDI, 2012d, p. 30). É porque existe uma memória em funcionamento que os sentidos significam. Mas é, também, pelo apagamento dessa memória que eles são estabilizados.

Na figura 3, embora haja um deslocamento do vídeo para o espaço de discussões sobre a educação brasileira, que abre para o “diferente” até mesmo pela possibilidade de (re)criação de *tweets* e pela própria circulação permitida pela rede, há, também, um funcionamento da memória, fazendo com que, mesmo no/pelo “diferente”, os sentidos sejam estabilizados.

Isso faz-nos pensar que a (a)temporalidade dos dizeres do/no *Twitter* abre espaço não apenas para o conteúdo, mas para a produção de sentidos diversos que são constituídos na própria circulação que, por sua



vez, não se trata de um “não importa o quê” (PÊCHEUX, 1981), mas o que sustenta a formulação dos dizeres na rede (DIAS, 2018). Sendo assim, o que faz um *tweet* significar de dada maneira e não de outra além da atualização do interdiscurso é a própria circulação que, traça (per)cursos, permitindo que a materialidade linguística se torne “exposta” ao jogo, à falha, afetada pela história e pelo modo de circular do *Twitter*.

### *Uma pausa no per(curso)*

Ainda que este artigo tenha avançado no objetivo de observar como se dá o funcionamento (a)temporal na/da rede *Twitter*, assim como a circulação de dizeres de acordo com a replicação informacional/discursiva provocada por sujeitos–tuiteiros, é importante salientar que, pensar a (a)temporalidade nesse espaço, requer um debruçar tenaz, uma vez que observar a circulação e a (a)temporalidade na rede abriram–nos para outros questionamentos acerca de tal funcionamento.

Se há uma relação de Tempo cronológico marcando a circulação de dizeres no *Twitter*, há ainda, um funcionamento do Tempo histórico, do Tempo físico e do Tempo psicológico, (RIBEIRO, 2002) que se imbricam na/pela inscrição do sujeito–tuiteiro nesse espaço, ao *twitar* e *retwitar* sobre conteúdos diversos: o usuário, em um período curto de tempo *twita*, *retwita*, recorta, desloca, comenta, em lugares diversos, marcados historicamente e por sua “subjetividade”.

Discursivamente, o *Twitter* extrapola a dimensão social digital de relacionamentos entre sujeitos. Nos *tweets*, *retweets* e *likes*, além de informações, discursos são (re)produzidos neste espaço do dizer, abrindo para o jogo entre paráfrase e polissemia, de modo que os sentidos sejam repetidos/reafirmados ou até silenciados/apagados.

Assim, um mesmo sujeito tem a possibilidade de *twitar* mensagens instantâneas, disponibilizar *links* de arquivos, fotos, vídeos, e “interagir” com outros *tuiteiros* que se inscrevem na rede. Além disso, o sujeito tem a possibilidade de “interagir” com os sentidos de vários arquivos discursivos (PÊCHEUX, 1994) como campos de documentos sobre uma dada questão, ocupando posições diversas como a de escritor ou a de leitor. O

sujeito-*twiteiro* ganha “vez e voz”, produzindo outros efeitos de sentido sobre as palavras já enunciadas, fazendo surgir uma teia onde vários fios já estão tecidos, mas podem ser reordenados, desarranjados e deslocados, repetindo, replicando, pondo em circulação o que foi discursivizado em outros enunciados, marcando, assim, o caráter heterogêneo do dizer no *Twitter* e da própria constituição do sujeito.

A memória, condição de todo dizer, sustenta a malha de sentidos já ditos e até mesmo aqueles já esquecidos ou impossíveis de dizer; malha esta que determina a emergência dos discursos. Ao transpor esse conceito para o *Twitter*, podemos dizer que a memória funciona como uma superfície do dizível na rede a garantir os nós, os *retweets*, os pontos inesgotáveis de dizeres do sujeito.

Dessa forma, além do trabalho da memória, a circulação, para nós é constitutiva para que dada materialidade signifique de tal forma e não de outra. O trajeto dos dizeres, lugar no qual são como se mostram no *Twitter*, possui uma relação (a)temporal que se faz pela dinâmica da rede, seja técnica ou discursiva: pelos dizeres arquivados na memória metálica, pelos algoritmos, pelos diversos “tempos” trabalhando emaranhados, pelas condições de produção, pelo trabalho da memória discursiva expondo a materialidade ao equívoco ou por esses e tantos outros elementos imbricados e funcionando concomitantemente.

## Referências

- ARAÚJO, Maria Celina Soares. **Capital Social**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**. Tradução de Paula Monteiro. São Paulo. Editora: Edusp, 1996.
- COUCHOT, Edmond. Reinventar o tempo na era do digital. **Revista Eletrônica Interin**, v. 1, 2007. Disponível em: <https://seer.utp.br/index.php/i/article/view/49>. Acesso em: 30 abr. 2019.
- DIAS, Cristiane. Análise do discurso digital: sobre o arquivo e a constituição do corpus. **Estudos Linguísticos** (São Paulo. 1978), v. 44, n. 3, p. 972–980, 2015.
- DIAS, Cristiane. **Análise do discurso digital: sujeito, espaço, memória e arquivo**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.
- DIAS, Cristiane. **Memória Metálica**. In: ENDICI **Enciclopédia Discursiva da Cidade**. Disponível em: <https://www.labeurb.unicamp.br/endici/index.php?r=verbete/view&id=119>. Acesso em: 29 abr. 2019.



MOREIRA Vivian Lemes; ROMÃO, Lucília Maria Sousa. O funcionamento discursivo das nuvens de tags na rede eletrônica: sentidos sobre Capitolina. **Datagramazero**, Rio de Janeiro, v. 10, 2009.

ORLANDI, Eni. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Campinas: Vozes, 1996.

ORLANDI, Eni. **Cidade dos Sentidos**. Campinas, SP: Pontes, 2004.

ORLANDI, Eni. Conversa com Eni Orlandi. In: BARRETO, Raquel. **Teias**. Rio de Janeiro, ano 7, n. 13-14, jan/dez, 2006.

ORLANDI, Eni. Destruição e construção do sentido: um estudo da ironia. **Web revista Discursividade** [online]. n. 09 – Jan./2012 Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul. 2012a. Disponível em: <http://discursividade.cepad.net.br/EDICOES/09/Arquivos/eniorlandi.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2019.

ORLANDI, Eni. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. 4 ed. Campinas, SP: Pontes, 2012b.

ORLANDI, Eni. **Discurso em Análise**: Sujeito, Sentido e Ideologia. Campinas, SP: Pontes, 2012c.

ORLANDI, Eni. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. 10 ed. Campinas, SP: Pontes, 2012d.

PÊCHEUX, Michel. Ouverture du colloque. In: CONEIN, Bernard *et al.* (Org.) **Matérialités discursives**. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1981. p. 15-18.

PÊCHEUX, Michel. Ler o Arquivo Hoje. In: **Gestos de Leitura**, Orlandi, E. (org.), Unicamp, Campinas. 1994.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso. In: GADET, F.; HAK. T. (orgs.). **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997a.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009a. Coleção Cibercultura.

RECUERO, Raquel. Redes sociais na internet, difusão de informação e jornalismo: elementos para discussão. **Metamorfozes jornalísticas**, v. 2, 2009b. Disponível em: <http://www.raquelrecuero.com/artigos/artigosredesjornalismorecuero.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2019.

RECUERO, Raquel; ZAGO, Gabriela. “RT, por favor”: considerações sobre a difusão de informações no Twitter. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**. v. 12, n. 2, p. 69-81, 2010.

RIBEIRO, Ronilda Iyakemi. Finitude, Mutações e Gozo. **Ciência e Cultura**, v.54, n. 2, p. 24- 26, São Paulo, Outubro/Dezembro de 2002.

RUIZ, Osvaldo López. Manuel Castells e a “era da informação”. **Jornal Com-Ciência**, 2002. Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/internet/net16.htm>. Acesso em: 27 ago. 2018.

TWITTER, Site Oficial. **Recursos da marca**. 2019. Disponível em: <https://about.twitter.com/pt/company/brand-resources.html>. Acesso em: 25 abr. 2019.





6

# (Ciber)feminismos e seus deslizamentos na era digital

DANTIELLI ASSUMPCÃO GARCIA<sup>1</sup>

Neste trabalho<sup>2</sup>, parte do projeto de pesquisa “Ciberfeminismo: dizeres em rede da/sobre mulher”<sup>3</sup>, desenvolvido na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), mobilizando as noções de *memória* (PÊCHEUX, 1999) e *efeito metafórico* (PÊCHEUX, [1969] 2014), pretendemos analisar como o movimento ciberfeminista, o qual faz emergir a 4<sup>a</sup> Onda Feminista, constitui-se na contemporaneidade e frente à era digital. Almejamos compreender como esse “novo” momento do feminismo retoma, por um funcionamento da memória, uma série de repetições históricas acerca das lutas das mulheres no decorrer dos séculos XX e XXI, intentando controlar e confrontar sentidos acerca do que é ou não feminismo. Para que tais objetivos sejam alcançados, analisaremos as seguintes páginas feministas da rede social Facebook: *Feminismo sem Demagogia*, *Feminismo na Rede*, *Feminismo de ¾*, *Feminismo Revolucionário*, *Feminismo Poético*, *Feminismo Marxista*, *Feminista Cansada*, *Feministas Revolucionárias*, *Não me Kahlo*, *Empodere duas mulheres*, *Moça, você é machista*, *Feminismo Negro*, *Transfeminismo*. Nossa entrada analítica nessas páginas dar-se-á por seus títulos, analisando como as adjetivações em seus nomes, pelo efeito metafórico, funcionando no deslizamento entre fronteiras de diferentes formações discursivas, constitutivo do processo de formulação dos sentidos e constituição dos su-

- 
- 1 Doutora em Estudos Linguísticos, Docente dos Cursos de Letras e da Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).
  - 2 Uma versão inicial deste texto foi apresentada no XXXIII ENANPOLL (Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística), evento realizado em Cuiabá na UFMT entre os dias 27 a 29 de junho de 2018.
  - 3 Esse projeto recebe apoio financeiro da Fundação Araucária/PR (CP 15/2017 – Programa de Bolsas de Produtividade em Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico/Extensão).

jeitos, estando o processo de produção dos sentidos sujeito ao deslize, buscam “precisar” o termo feminismo, particularizando-o e diferenciando-o de outros movimentos sociais. Pretendemos, portanto, com este trabalho refletir sobre o que é dito e o que é silenciado ao se produzirem dizeres que tomam o(s) movimento(s) (ciber)feministas como objeto(s).

Para iniciarmos essa discussão, retomemos, brevemente, as condições de produção da Internet e da constituição de uma sociedade em rede permeada pela máquina.

### *Um pouco sobre redes*

Com a disseminação da Internet no início da década de 1980, embora seu nascimento tenha sido decretado em 1974, com a criação do protocolo TCP/IP, outros modos de relacionar-se surgiram. No fim da década de 1980 e início da década de 1990, vivenciou-se o surgimento do ciberespaço. Mesmo a primeira rede de computadores tendo sido formada em 1969, foi somente na década de 1980 que o novo movimento cultural – ciberespaço – atingiu uma dimensão mundial. Inicialmente, ainda na década de 1980, o acesso à rede era restrito, ficando sob o domínio militar, acadêmico e de algumas comunidades formadas em regiões específicas. Todavia, aos poucos, as redes foram se reorganizando e se expandindo pelo mundo. Com Dias (2012), acreditamos que o ciberespaço torna-se, pois, fundamental para compreendermos a constituição do sujeito contemporâneo e sua relação com a tecnologia, consequentemente, a constituição dos movimentos ciberfeministas, com suas diferenças, e das mulheres que a eles se filiam. Isso porque

o ciberespaço é um lugar criado pelo princípio técnico, com um fim técnico e que se expandiu pela necessidade de comunicação, de traço de informação, mas também pela necessidade de estar junto, de suturar a falta gerada pela violência, pela velocidade do mundo, pelo corre-corre diário, encontra na Internet um lugar possível para suspender o tempo (DIAS, 2012, p. 78).

Nessa “suspensão do tempo”, pensando, especificamente, nas páginas feministas – nosso objeto de análise –, a possibilidade de suturar uma falta gerada por uma violência patriarcal que no espaço fora da rede se impõe com tanta força às mulheres. Na rede, no encontro com outras mulheres, os laços feministas se fortalecem e produzem resistência. No ciberespaço, como mostramos em Garcia e Sousa (2014, p. 84), vive-se a abertura para a possibilidade do encontro, no espaço digital, com o outro. Mesmo que não acesse discursos que não concorde ou que refute, o sujeito conectado convive com esses discursos que estão em funcionamento na rede. No ciberespaço, o mesmo e o diferente circulam e produzem sentidos, já que a rede é um espaço heterogêneo que se abre para o múltiplo; todavia, um múltiplo permeado por relações de poder em que se permitem certos dizeres, mas interditam-se outros; ainda que de forma velada e sob a evidência ideológica de que tudo pode ser dito, certos sentidos tidos como indesejáveis são interditados, interrompidos e descontínuos.

Com o advento da era da conexão, gerou-se, dessa forma, uma conectividade entre elementos até então inconciliáveis. Como salienta Moraes (2001, p. 1-2), “a Internet vem dinamizar as lutas das entidades civis a favor da justiça social num mundo que globaliza desigualdades de toda ordem.” Diz-nos ainda o autor (2001, p. 1) que as vozes que se somam no ciberespaço representam grupos identificados com causas e comprometimentos comuns, a partir de diversidade de campos de interesse:

Daí porque a organização em redes, dentro e fora da Internet, se revela inovadora. Elas facilitam a intercomunicação de indivíduos e agrupamentos heterogêneos que compartilham visões de mundo, sentimentos e desejos. Servem de estuários para a defesa de identidades culturais, a promoção de valores éticos e a democratização da esfera pública (MORAES, 2001, p. 2).

Em relação aos movimentos sociais – em nosso trabalho, os movimentos ciberfeministas –, podemos afirmar que o ciberespaço constituiu-se como mais um lugar de manifestação do que a grande mídia e a sociedade, de um modo geral, silenciam e interditam de circular. Como ressalta Mittmann (2009, p. 1):

enquanto a grande mídia serve ao poder político-econômico como instrumento de controle da circulação de discursos e, portanto, controle da interpretação para a perpetuação desse poder, a apropriação do ciberespaço pelos movimentos sociais – enquanto movimentos à margem do sistema – tem sido um forte instrumento de enfrentamento às dominâncias, furando esse controle e provocando novas formas de produção e circulação de discursos.

Os dizeres das páginas ciberfeministas aparecem como um discurso-outro, como um dizer contra o discurso patriarcal, mas também como um dizer que busca apontar as diferenças entre os movimentos feministas atuais. Desse modo, nas redes, circulam, além das relações de dominâncias características das sociedades misóginas, relações que intentam marcar a existência de diferentes mulheres, fazendo resistência a um dizer que as universaliza, apagando, assim, suas especificidades e lutas.

A rede, de certa maneira, potencializa a circulação de dizeres antes restritos aos pequenos grupos das militâncias. No ciberespaço, essa formulação faz resistência ao e não é parafraseadora do discurso da ideologia [machista] dominante. No espaço digital, a constituição e a circulação de discursos de denúncias, de convites à participação nas lutas de e em prol das mulheres, o estabelecimento de relações de alianças (e também de antagonismos) com outros movimentos. Como já afirmamos,

A rede é um espaço heterogêneo, sustentado por relações de poder, que permite ao sujeito do século XXI ler temas que o afetam, dizer fatos que o incomodam, viver a possibilidade de uma sociedade menos sexista, violenta. O ciberespaço permite a militância, permite a discussão de temas que afetam o funcionamento do espaço urbano. Na rede, confrontos surgem na tentativa de fundar outros discursos à sociedade, outras formas de socialização (GARCIA; SOUSA, 2014, p. 87).

Como exemplo dessa organização em rede, desse espaço heterogêneo que se abre para múltiplos dizeres, temos os movimentos ciberfeministas. Vejamos como esses se constituíram.

## *Um pouco sobre ciberfeminismos*

Tendo como força motriz o: tecla, cola, clica, curte, compartilha, não cales, resiste, o(s) ciberfeminismo(s) no século XXI constitui(em)-se e produz(em) dizeres acerca das mulheres que estão na rede, as quais militam contra as diferentes formas de violência que atravessam sua constituição e dizem, seja poética ou politicamente, sobre si. No ciberespaço, um lugar (não só virtual) de resistência é criado e é nesse lugar que começa a surgir a quarta onda feminista, sendo o ano de 2015 marcado pelo protagonismo das mulheres quando elas foram para as ruas lutarem por seus direitos. Todavia, foi na internet que seus dizeres ecoaram mais fortemente. Algumas hashtags como #PrimeiroAssédio, #MeuAmigoSecreto e #AgoraQueSãoElas viralizaram na rede e contribuíram para um debate que girava em torno de feminismo, preconceito, igualdade de direitos e salários, entre outros. Considerando essas condições de produção, o ano de 2015 é colocado como o momento de “surgimento” da quarta onda feminista, tendo os termos *ciberfeminismo* ou *feminismo 2.0* como referentes ao feminismo que ganha popularidade após o advento da internet. Com a grande visibilidade dessas demandas das mulheres na sociedade, cada vez mais se ouve falar em “novo feminismo” ou “quarta onda do feminismo” (relacionando-o com as três ondas anteriores, as quais se caracterizaram como as conquistas de direitos para as mulheres como, por exemplo, o sufrágio). Contudo, o(s) movimento(s) ciberfeminista(s) tem (têm) uma memória, muitas vezes, silenciada, a qual sustenta as intervenções das mulheres no espaço das redes, do digital, que é anterior ao século XXI, tendo os anos 1990 como um marco, quando as relações entre mulheres e tecnologias são mais problematizadas.

Utilizado pela primeira vez pelo grupo artístico australiano VNS Matrix (Vênus Matrix) e pela teórica cultural britânica Sadie Plant, em 1991, o termo “ciberfeminismo” emerge como um movimento de contestação em termos políticos, artísticos, filosóficos das estruturas sociais, políticas, econômicas envolvendo as relações *gênero e tecnologia*. Para Miguel e Boix (2013), haveria três tendências distintas nesse processo de



emergência do ciberfeminismo: 1. *Ciberfeminismo Radical*; 2. *Ciberfeminismo Conservador*; 3. *Ciberfeminismo Social*.

O grupo VNS Matrix seria um dos representantes do “ciberfeminismo radical”. Fazendo uso de jogos de computador, instalações de vídeo, montagem de imagens, textos, essas ciberfeministas intentavam contestar o “masculinismo” das/nas redes. Já em relação ao “ciberfeminismo conservador”, temos o *Old Boys Network* – um hub ciberfeminista fundado em 1997 e responsável pela organização das primeiras conferências ciberfeministas, as quais se voltaram:

para o debate em torno de questões envolvendo o ativismo ciberfeminista e a questão de gênero nas configurações tecnológicas, fomentados pela conexão pessoal entre participantes de diversas origens... Nela, as ciberfeministas presentes concordaram em não definir ‘ciberfeminismo’ com um único sentido. Ao contrário, desenvolveram 100 antíteses que mostravam o que o ciberfeminismo não é (AZZELINI, MARTINO, 2017, p. 8).

Por fim, o “ciberfeminismo social”, conforme Farias (2017, p. 47), desenvolveu-se em paralelo ao radical e ao conservador, “transitando entre os movimentos antiglobalização neoliberal e grupos de defesa dos direitos humanos”.

Fernández e Wilding (2006), diferentemente de Miguel e Boix (2013), propõem pensar o ciberfeminismo em duas ondas. A primeira, “ciberfeminismo velho”, marcado pelo surgimento do termo “ciberfeminismo”, dando ênfase à relação entre mulheres e máquinas e à “idealização utópica das tecnologias enquanto transformação das relações patriarcais” (FARIAS, 2017, p. 49). As principais representantes dessa primeira corrente são Sadie Plant e o grupo artista VNS Matrix, ambos influenciados pelo trabalho de Donna Haraway “Manifesto Ciborgue”. E a segunda, “novo ciberfeminismo”, emergente da Segunda Conferência Internacional Ciberfeminista realizada em Roterdão, Holanda, em 1999. Nesse evento, muitos foram os questionamentos gerados em torno do modo como as tecnologias afetam a vida das mulheres, promovendo o desenvolvimento de um



ciberfeminismo corporizado y politicamente comprometido. Los actuales debates entre 'nuevas' ciberfeministas recién ahora empiezan a poner al énfasis en la importancia que tienen, para la teoría, la política y la práctica en Internet, los discursos feministas de la diferencia, y los análisis coloniales y postcoloniales (Fernández; Wilding, 2006, p. 5-6).

Lançando nosso olhar especificamente para o contexto brasileiro, serão as hashtags a materialidade política utilizada pelos diferentes movimentos feministas da era digital como forma de manifestação, além das páginas feministas disponíveis na rede digital. Como ressalta Costa (2018, p. 47-48):

as manifestações organizadas a partir de hashtags muitas vezes acontecem sem formar coletivos, criar blogs ou sites, nem mesmo montar um perfil próprio nas redes sociais. Ao marcar uma diferença com os movimentos políticos tradicionais, são flexíveis tanto do ponto de vista organizacional quanto político, pois atuam numa esfera muito particular da sociedade civil, uma esfera na qual o consenso não é necessário.

Além disso, o uso das hashtags apaga, de certo modo, as lideranças e os representantes, não havendo, assim, a imagem do porta-voz. Tem-se um imbricamento de diferentes sujeitos que, afetados pelos dizeres veiculados pelas hashtags, compartilham-nas, fazem-nas circular. No uso da hashtag, importa mais os sentidos que elas fazem funcionar, do que quem as teria originado.

A campanha #PrimeiroAssedio surgiu como resposta a um assédio sofrido por Valentina Schulz, uma menina de 12 anos, que participou do reality show infantil *Master Chef Junior*. A pré-adolescente foi vítima de comentários machistas, misóginos e pedófilos nas redes sociais. Esse fato desencadeou a campanha, na qual diversas mulheres começaram a relatar os casos de assédio sexual por elas sofridos.

Como afirma Costa (2018, p. 48), no Brasil, “o grande impacto da #PrimeiroAssedio impulsionou uma onda de novas campanhas e abriu decididamente as vias da web para demandas feministas”, tais como #AgoraQueSaoElas, com 5 mil compartilhamentos, que questionava a pouca presença de mulheres nos espaços opinativos da mídia convencio-

nal, #MeuAmigoSecreto, com 170 mil menções no Twitter, a qual tinha como finalidade tornar públicos casos de assédios cometidos por homens próximos sem identificá-los.

A rede é usada, desse modo, pelos diferentes movimentos feministas que ocupam esse espaço, com a criação de páginas do Facebook, Instagram, para colocarem em circulação diferentes pautas feministas e constituem-se como um espaço para as mulheres, que são, inúmeras vezes, silenciadas na sociedade digam de si e de suas lutas.

Na afirmação de Costa (2018, p. 47),

No caso da diversidade de feminismos que se desdobram e se anunciam a cada dia, as redes se mostraram ainda uma base suficientemente flexível para articular as múltiplas posições identitárias feministas dentro das lógicas interseccionais indispensáveis para a expressão dos novos ativismos das mulheres.

São esses dizeres das diferenças entre mulheres e feminismos (na rede) que temos materializados nas páginas do Facebook. Vejamos seu funcionamento:

### *Na rede, os diferentes feminismos*

Nas nomeações das páginas (ciber)feministas, que agora passamos a analisar, temos um efeito metafórico que produz significação. As páginas são assim nomeadas: *Feminismo sem Demagogia*, *Feminismo na Rede*, *Feminismo de ¾*, *Feminismo Revolucionário*, *Feminismo Poético*, *Feminismo Marxista*, *Feminista Cansada*, *Feministas Revolucionárias*, *Não me Kahlo*, *Empodere duas mulheres*, *Moça, você é machista*, *Feminismo Negro*, *Transfeminismo*.

Conforme Pêcheux ([1969] 2014, p. 96), o efeito metafórico é o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual para lembrar que esse deslizamento de sentido entre *x* e *y* é constitutivo do 'sentido' designado por *x* e *y*. Assim, para a Análise de Discurso, a metáfora, vista como uma transferência, funcionando no deslizamento entre formações discursivas, é constitutiva do processo de constituição dos sentidos e dos sujeitos, estando o processo de produção dos sentidos



sujeito ao deslize “havendo sempre um ‘outro’ possível que o constitui” (ORLANDI, 2002, p. 79). Como ressalta Mariani (2007, p. 67):

Ora, está em jogo aí tanto a possibilidade de se usar uma palavra ou outra, em função de relações de similitude (sinonímia), quanto a possibilidade de, nesse processo de substituição contextual de uma palavra por outra, chegar-se a um termo bastante distanciado do primeiro, mas que guarda, com esse primeiro termo uma memória de sentido.

É esse outro possível que constitui os sentidos que emergem das páginas que passam a circular no dispositivo eletrônico a partir de um deslizamento do termo “feminismo”. Temos, nas páginas, três modos de nomeação: 1. O termo “feminismo” mais uma adjetivação; 2. O termo “feminista(s)” mais uma adjetivação e 3. Orações sobre e para as mulheres.

Em relação ao 1, aparece:

Feminismo      **Sem demagogia**  
                      **Na rede**  
                      **De <sup>3</sup>/<sub>4</sub>**  
                      **Revolucionário**  
                      **Poético**  
                      **Marxista**  
                      **Negro**  
                      **Transfeminismo**

Em relação ao 2:

Feminista(s)    **Cansada**  
                      **Revolucionárias**

Em relação ao 3:

Empodere duas mulheres  
Moça, você é machista  
Não me kahlo

O “feminismo” passa, por meio do uso de adjuntos adnominais (em uma tentativa de “controlar” e “precisar” os sentidos), a deslizar e marcar uma diferença nesses movimentos de mulheres<sup>4</sup>. Não se fala na rede

---

4 Pêcheux, em *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* ([1975] 2009), tece uma reflexão acerca das orações adjetivas-relativas, retomando uma discussão traçada por Frege e

de qualquer “feminismo”, mas do “feminismo” revolucionário, marxista, poético, negro, trans. Também não se diz de qualquer feminista, e sim da que é revolucionária, apesar de estar cansada, da que não se “kahla”, da que se empodera no encontro com outra mulher (em uma relação de sororidade), da que é mulher negra, mulher trans. Ao usar os adjetivos, as páginas retomam já-ditos sobre as diferenças existentes entre as mulheres e a respeito dos diferentes movimentos feministas que, com o advento das redes digitais, tornam-se cada dia mais comuns.

Além disso, os deslizamentos de sentidos produzidos pelos títulos das páginas marcam como há, no interior dos movimentos feministas, discussões demagógicas, que não consideram as lutas de classes que sustentam as diferenças entre os homens e mulheres, que não problematizam a questão das raças das mulheres (não)participes dos feminismos. Há ademais, pelo funcionamento dos títulos, nessas substituições e adjetivações dos feminismos, a constituição de diferentes imagens às mulheres que se dizem feministas: cansadas, revolucionárias, marxistas, cisgêneras, transgêneras, mas também machistas, sem empoderamento, que se calam, que não lutam (uma vez que pelo dito o não dito faz se presente). Pelo uso dos adjetivos, especificando os títulos dessas páginas, regionalizações de uma Formação Discursiva Feminista, na qual, na contemporaneidade, no ciberespaço, se sustentam em apontar as diferenças que constituem os movimentos ciberfeministas. Essas se caracterizam, de modo geral, pelo funcionamento do efeito metafórico, em relação à raça, à classe, ao gênero dessas mulheres que se dizem feministas e ocupam a rede.

Analisemos, brevemente, a página *Feminismo Negro* e sua foto de capa, como um modo de refletir como, na contemporaneidade, o que caracteriza, de modo amplo, os feminismos sejam as diferenças.

---

propondo deslocamentos ao pensar a constituição da Análise de Discurso. Neste nosso texto, não aprofundaremos na apresentação da teorização de Pêcheux em torno das relativas, mas nos interessa aqui, pensando especificamente a análise dos títulos das páginas feministas, como o funcionamento dos adjetivos que caracterizam essas páginas indica, como nos mostra Pêcheux ([1975] 2009), para o modo como o uso de uma oração adjetiva retomada as relações interdiscursivas, por meio de já ditos, sustentadas em formações discursivas que apontam para a determinação das práticas discursivas e a interpelação do indivíduo em sujeito.



Figura 1- Feminismo Negro



Fonte: Facebook (2019). Disponível em: [www.facebook.com/pg/fem.negro/posts/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/fem.negro/posts/?ref=page_internal). Acesso em: 9 abr. 2019.

A página feminista, de modo geral, busca discorrer sobre o feminismo negro, mostrando quais seriam suas especificidades em relação aos outros feminismos. Na foto da capa, imagens de mulheres negras (Dandara, Anastacia, Angela Davis) são trazidas com um pedido de “enegrecimento do feminismo”. Aqui, já se aponta para uma questão que, desde a primeira onda feminista, no momento em que se clamava pelo sufrágio feminino e pelos direitos das mulheres (brancas), é posta: não seria a mulher negra mulher? Não estaria o feminismo excluindo algumas mulheres? Esse pedido nos permite retomar, por um funcionamento da memória, sustentada em já-ditos, o discurso de Sojourner Truth – *Eu não sou uma mulher?*– no qual a abolicionista afro-americana e ativista dos direitos das mulheres interroga, em plena Convenção dos Direitos das Mulheres, em Akron, Ohio, nos Estados Unidos, em 1851, o feminismo e coloca “o dedo numa ferida ainda não cicatrizada: ‘a mulher’ não é a mulher negra” (HOLLANDA, 2018, p. 242). Ao clamar por “enegrecer o feminismo”, o “feminismo negro” expõe uma exclusão de mulheres em razão de sua raça e cor de pautas feministas, explicita um silenciamento historicamente imposto.

Na foto, há a retomada das escravas Dandara e Anástacia e também da teórica e ativista pelos direitos das mulheres e contra discriminação racial e social nos Estados Unidos Angela Davis, a qual produziu diversas

obras em que reflete sobre as questões de raça, classe, na constituição das sociedades, além disso, participou, nas décadas de 1970, do Partido Comunista Norte Americano, dos Panteras Negras. Ao trazer essas mulheres, a página aponta para uma história/memória das mulheres negras que as enlaça com o período da escravidão e também com histórias de lutas por direitos civis dos sujeitos negros.

Como afirma Davis (2016), no período da escravização, as mulheres negras, além das diferentes formas de violência que a escravidão lhes impôs, eram vítimas de abusos sexuais, praticados pelos seus senhores (homens brancos). Esses as estupravam, pois garantiam, desse modo, a reprodução da força de trabalho escravo, uma vez que essas mulheres não tinham o direito à maternidade. Nesse período, mulheres e homens negros, para a sociedade branca escravocrata, valiam igualmente, quando comparados em relação à força de trabalho, todavia, em relação ao gênero, as mulheres sofriam mais. Nas palavras de Davis:

A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas (DAVIS, 2016, p. 25).

Em um funcionamento da memória do período escravocrata, a página feminista sustenta uma diferença entre as mulheres que fazem parte dos movimentos feministas que passa por uma história de mulheres que foram feitas de escravas e violentadas de formas cruéis não sendo permitido a essas terem direito a seu corpo, a seus filhos, a suas sexualidades.

Na retomada da imagem da escrava Anastácia, retrato feito pelo francês Jacques Arago entre dezembro de 1817 e janeiro de 1818, a página faz funcionar uma memória da escravidão em que se usava a máscara, segundo Kilomba (2016), como forma de tortura e um símbolo das políticas de silenciamento do colonialismo. Para a autora (2016, p. 172),

Tal máscara foi uma peça muito concreta, um instrumento real que se tornou parte do projeto colonial europeu por mais de trezentos anos. Ela era composta por um pedaço de metal co-



locado no interior da boca do sujeito Negro, instalado entre a língua e a mandíbula e fixado por detrás da cabeça por duas cordas, uma em torno do queixo e a outra em torno do nariz e da testa. Oficialmente, a máscara era usada pelos senhores brancos para evitar que africanos/as escravizados/as comessem cana-de-açúcar ou cacau enquanto trabalhavam nas plantações, mas sua principal função era implementar um senso de mudez e de medo, visto que a boca era um lugar tanto de mu-dez quanto de tortura.

Ao trazer Anastácia com um instrumento de tortura atado a seu corpo, a página feminista negra marca como tem sido o corpo negro, isto é, o corpo da mulher negra, silenciado pelo feminismo. Esse silenciamento em um movimento que diz lutar para que as mulheres tenham direito a dizerem de si. A página, ao pedir o enegrecimento do feminismo, mostra como o feminismo, principalmente o branco, neoliberal, não tem ouvido ou tem ouvido de um modo a deslegitimar certas lutas das mulheres. Tem imposto um silenciamento às mulheres negras. Retomando as perguntas Kilomba (2016, p. 176–177), relacionando com o feminismo,

por que deve a boca do sujeito Negro ser amarrada? Por que ela ou ele tem que ficar calado(a)? O que poderia o sujeito Negro dizer se ela ou ele não tivesse sua boca selada? E o que o sujeito branco teria que ouvir? Existe um medo apreensivo de que, se o(a) colonizado(a) falar, o(a) colonizador(a) terá que ouvir e seria forçado(a) a entrar em uma confrontação desconfortável com as verdades do ‘Outro’. Verdades que têm sido negadas, reprimidas e mantidas guardadas, como segredos.

Talvez o segredo que as mulheres negras guardam, em virtude das diversas formas de violência que sofrem, e que algumas mulheres feministas não queiram ouvir, mas que, na rede, por causa do funcionamento do ciberespaço, topam-se com ele, é que há um feminismo que é excludente e violento com algumas mulheres ao não querer ouvi-las, ou querem negar suas histórias de lutas, essas que vêm desde o período escravocrata (com Dandara, por exemplo, na luta pela libertação do Quilombo de Palmares) e perdura até hoje quando ainda são as mulheres negras as maiores vítimas de violências, sejam físicas, sexuais, psicológicas, patrimoniais, e exploração nas sociedades patriarcais.

## Considerações finais

As páginas, ao especificarem, pelo uso dos adjetivos em seus nomes, os diferentes feminismos, fazem circular dizeres que buscam romper com certas memórias estabilizadas sobre as mulheres e os feminismos (indicam que há divisões, por vezes, violentas, nos diferentes feminismos). A organização e a seleção de informações, sejam textos, vídeos, charges, feitas pelas ciberfeministas, fazem circular, de um lado, uma memória sobre as mulheres e os movimentos feministas, às vezes, reconhecida, às vezes, confrontadas; de outro, trazem uma atualização desses dizeres sobre as mulheres e seus feminismos. Nos posts, podemos ver uma atualização de uma memória estabilizada na tentativa de construir um acontecimento discursivo que reverberará sentidos na sociedade e legitimará uma posição-sujeito às mulheres feministas, sejam essas negras, brancas, cis, transgêneras, revolucionárias, “machistas”.

Ademais, na rede, um espaço para a sororidade, mas também de embate, se constitui pelos compartilhamentos de dizeres feministas que sustentam as diferentes lutas das diferentes mulheres. As lutas (ciber)feministas farão parte do arquivo digital e circularão na rede, mostrando quais são os desejos (poéticos, políticos, econômicos, sociais) das mulheres. Nas relações de sororidade e embates, o enlace pela luta feminista, o enlace por uma posição legitimada na sociedade às mulheres, não mais as submissas, mas as que lutam, tanto no espaço público, no ciberespaço quanto nos movimentos feministas para poderem dizer de si e de suas diferenças.

## Referências

AZZELLI, Érica Camillo; MARTIBO, Luís Mauro Sá. Os significados de ciberfeminismo: contradições de sentidos de um feminismo nas Mídias Digitais. 40<sup>o</sup> Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação- INTERCOM, **Anais eletrônicos [...]**. Curitiba, 2017. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-2689-1.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2019.

COSTA, Cristiane. Rede. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça, classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.



DIAS, Cristiane Pereira. **Sujeito, sociedade e tecnologia**: a discursividade da rede (de sentidos). São Paulo: Hucitec Editora, 2012.

FARIAS, Leidiane de. **Ciberfeminismos no Brasil**. Ativismo no ciberespaço. E-book 2017. 174 p. Disponível em: [https://issuu.com/defariasleidiane/docs/livro\\_ciberfeminismos\\_no\\_brasil\\_ati](https://issuu.com/defariasleidiane/docs/livro_ciberfeminismos_no_brasil_ati). Acesso em: 09 abr. 2019.

FERNÁNDEZ, María; WILDING, Faith. **Situar los ciberfeminismos**. 2006. Disponível em: [http://www.refugia.net/domainerrors/DE1a\\_situar.pdf](http://www.refugia.net/domainerrors/DE1a_situar.pdf). Acesso em: 09 abr. 2019.

GARCIA, Dantielli Assumpção; SOUSA, Lucília Maria Abrahão e. Ler o arquivo hoje: a sociedade em rede e suas andanças no ciberespaço. **Revista Conexão Letras**. v. 9, n.11, 2014.

KILOMBA, Grada. A máscara. **Cadernos de Literatura em Tradução**, n. 16, p. 171-180, 2016.

MARIANI, Bethania. Silêncio e metáfora, algo para se pensar. **Revista Trama**. Marechal Rondon, v. 3, n. 55, p. 55-71, 2007.

MIGUEL, Ana de; BOIX, Montserrat. Os gêneros da rede: os ciberfeminismos. In: NATANSOHN, Graciela. (Org.). **Internet em código feminino**. Teorias e práticas. E-book. Ed. em português revista e ampliada. 1. ed. Buenos Aires: La Crujía, v. 1. 2013. 192p .

MITTMANN, Solange. A apropriação do ciberespaço pelos movimentos sociais. In: III Encontro Nacional sobre hipertexto. Belo Horizonte, 2009. **Anais Eletrônicos** [...]. Disponível em: <http://nehte.com.br/hipertexto2009/anais/a/a-apropriacao-do-ciberespaco.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2019.

MORAES, Dênis. **Ativismo digital**. 2001. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/moraes-denis--ativismo-digital.html>. Acesso em: 04 abr. 2019.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2002.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre. *et.al.* (Org.). **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel. [1975]. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso. In: GADET, Francaise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso**. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.



# Gestos de interpretação e movimentos de sentidos sobre “notório saber” na/em rede

DENIKID ARAÚJO ALBINO <sup>1</sup>

As transformações de práticas sociais e da produção de discursos no contexto da *internet* tem se tornado um importante campo de estudos para analistas de discurso. Se antes os discursos a que se tinha acesso eram catalogados de tempo em tempo, hoje os temos aos milhares “pipocando” na tela dos *smartphones*, computadores, *tabletes* e similares. É neste contexto que surgiu a proposta deste capítulo, de analisar como se dá a relação entre o discurso humorístico na rede social *Twitter* e a construção e manutenção de uma memória produzida pela circulação de um dado arquivo, ligado a saberes do senso comum que se atualizam a partir da referência ao discurso político, oficialmente publicado em lei.

Da difusão dos discursos humorísticos nas redes sociais, buscamos compreender a apropriação e a circulação destas construções discursivas, movidos pela propagação do discurso “Notório Saber”, mais especificamente, analisar os efeitos de sentidos sobre o “Notório saber” resultantes do seu deslocamento do campo do político, legitimamente publicado em lei, para a rede social *Twitter*, funcionando no discurso humorístico. Tomados pela ideia de aprofundar a discussão sobre o tema e sobre o seu potencial como mecanismo de difusão de discursos na/em rede, tomarei conceitos sobre memória discursiva, formações discursivas, discurso na/em rede e alguns apontamentos sobre discurso humorístico, de modo a observar regularidades no funcionamento discursivo dos sentidos do humor como uma possível forma de representatividade e/ou legitimidade dos sujeitos.

---

1 Doutorando em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Membro do GPDISCMÍDIA-CNPq/UEM – Grupo de Pesquisa em Discursividade, Cultura, Mídia e Arte. E-mail: denikidprofessor@gmail.com.

Para isso, empreende-se uma reflexão sobre arquivo em sua relação com uma memória que perdura através de materialidades, tomando a repetição de discursos humorísticos que deslocam e produzem sentidos na rede digital, além de analisar gestos de interpretação dos movimentos de sentido sobre “Notório saber”, resultantes do seu deslocamento do campo do político, legitimamente publicado em lei, para a rede social *Twitter*, funcionando no discurso humorístico.

Tomando o jogo de relações que caracterizam as (im)possibilidades discursivas, compreendendo sentidos possíveis para o “Notório saber” construídos/possibilitados pela Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB 9394/96), mais especificamente referente ao inciso IV do Art. 61 da nova Medida Provisória (MP 746/2016), que são apagados/silenciados na/ pela formulação discursiva em rede, busco investigar a regularização dos discursos que constituem o processo discursivo humorístico em rede, em que muitas vezes, apresenta-se como descontinuidade dos sentidos que formam uma determinada região do arquivo, ou seja, uma formação discursiva, dada pela interpelação ideológica.

### *Constituição dos sujeitos e dos sentidos: memória na/em rede*

Compreender o espaço virtual como sendo uma nova discursividade requer que apontemos para a relação entre o virtual e o real. Basta nos remetermos, a princípio, sobre a noção de acontecimento de Pechêux (1997a), em que há sempre o “ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória.”

Para Dias (2004, p. 116), “está atualização de um já-dito que, virtualizado, é ressignificado pelo seu retorno ao atual que se constitui na instância do dizer como um elemento de diferenciação.”

Em rede, a demarcação de tempo e espaço são rapidamente dissolvidos/reconfigurados, dada a rapidez de processamento e compartilhamento de informação, que através dos cliques, ampliam ainda mais esse espaço de discursivização, reforçando a ilusão de totalidade do sujeito. Ainda de acordo com Dias (2004, p. 25), “o virtual é tomado pelo sujeito na instância do imaginário, como se ali ele estivesse livre das coerções do mundo.”



Nesse (*cyber*)espaço, onde os dizeres são deslinearizados, o sujeito tem o imaginário de que ele pode dizer/saber tudo e de que nesse espaço de produção de sentidos tudo já foi dito. Segundo Dias (2004, p. 25), nesses novos espaços de produção e circulação de discursos, “o virtual, sendo ele real, e, portanto, funcionando como dispersão e incompletude, coloca o sujeito no confronto com sua própria constituição material. Com sua própria constituição na história.” Essa constituição do sujeito tem produzido novas discursividades, através da memória discursiva, produzindo efeitos a partir da atualização de uma memória já-dada.

Essa noção de memória discursiva é baseada inicialmente nas propostas de Pêcheux (1999). Para Pêcheux, todo discurso se constitui a partir de uma memória e do esquecimento dos outros discursos. Essa criação de sentido, que se refere a algo que já foi dito anteriormente, se dá pela memória discursiva, que possibilita e ordena nossos/novos discursos.

Nesse sentido, a memória discursiva é mobilizada, pois preexiste ao discurso do sujeito. É uma memória lacunar e com falhas, constituída pelo esquecimento e que funciona pela repetição, sustentando cada tomada da palavra.

No discurso eletrônico, embora caracterizado pela repetição/replicação dos sentidos, há o funcionamento da memória discursiva no movimento dos sentidos e do sujeito, que ao produzir/curtir/compartilhar discurso ou não curtir/compartilhar, ora se mostra ora se esconde, produzindo/negando sentidos, produzindo seus efeitos.

Esses efeitos se dariam mais precisamente quando o sujeito se identifica com o que foi dito (escrito/postado), compartilhando ou curtindo dizeres e inscrevendo-se na mesma formação discursiva<sup>2</sup>. Quando não acontece esta filiação ao que fora publicado em rede, há então um processo em que o sujeito se desidentifica ou contraidentifica<sup>3</sup> com os discursos em

---

2 “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o *que pode e deve ser dito*” (PÊCHEUX, 2014, p. 147, grifo do autor).

3 Conceitos desenvolvidos por Pêcheux, em que o autor designa de modalidades da tomada de posição, que dizem respeito à forma como o sujeito da enunciação se identifica ao produzir seu discurso. Segundo ele, ao produzir seu discurso, o sujeito pode ter plena identificação com a forma-sujeito da FD que o afeta, caracterizando o discurso do bom sujeito, ou a tomada de

rede, momento em que os sujeitos trazem ao fio do discurso outros dizeres, produzindo deslocamentos nos sentidos já estabilizados, irrompendo assim na/em rede pelo funcionamento da memória discursiva.

São dos gestos de “curtir”, “compartilhar”, “linkar” e “comentar” (elementos de uma memória que acumula) mecanismos/ferramentas presentes mais especificamente em redes sociais, que o sujeito produz dizeres e só o faz porque se inscreve em uma ou mais formações discursivas e nega outras, produzindo/ocasionando então o funcionamento da memória discursiva no espaço virtual.

### *Humor em/na rede: gestos de interpretação e deslocamentos de sentidos*

Para refletimos sobre o discurso de humor e sua constituição a partir de gestos de interpretação que envolve a inscrição e movimentação de sujeitos e sentidos em/entre redes de filiação e memória, farei apontamentos de como o humor tem sido frequentemente usado como forma de resistência e tem se apresentado como um termômetro discursivo em rede sobre determinados assuntos.

Regularmente, entende-se o humor como um discurso que visa provocar o riso, com julgamentos não convencionais da realidade. O sentido registrado no Dicionário Eletrônico Michaelis sobre humor traz a seguinte descrição: “Estado de espírito de uma pessoa; Forma inteligente de expressar-se com ironia sobre qualquer fato ou situação do cotidiano.”

Uma perspectiva discursiva sobre o humor pode ser encontrada nos estudos de Gadet e Pêcheux (1981). Segundo os autores, a existência do humor pressupõe um real da língua atravessado por fissuras, que podem se revelar através do absurdo, do “witz”, que desestabilizam esse real, sem, no entanto apagá-lo.

---

posição abre espaço para a diferença, para a contradição, apontando para diferentes posições sujeito no interior de uma mesma Formação Discursiva e caracteriza o discurso do mau sujeito, e/ou ainda, uma tomada de posição não-subjetiva, que constitui um trabalho (transformação - deslocamento) da forma-sujeito, em que o sujeito do discurso se desidentifica de uma formação discursiva e de sua forma-sujeito para deslocar sua identificação para outra formação discursiva e sua respectiva forma-sujeito (PÊCHEUX, 2014, p. 197 – 202).



Esses efeitos discursivos revelam a opacidade da língua, o que se pode relacionar com a questão do assujeitamento ideológico, em que o sujeito está inconscientemente afetado/interpelado. Nesse sentido, especificamente em se falando da produção de discursos de humor, a possibilidade do jogo com a língua, apresenta-se como uma forma de se rebelar, e/ou formas de o sujeito se dar conta do processo de interpelação a que está submetido, pois mesmo em sua condição de assujeitado, existem formas de jogar com a língua e é justamente aí que entra o humor, atestando para a equívocidade constitutiva da língua.

Numa perspectiva discursiva, o humor pode ser considerado como um processo diferenciado, um efeito que coloca em cena, a partir do equívoco na/da língua, a heterogeneidade do sentido e do sujeito. Entende-se assim, que o humor não consiste apenas em provocar o riso, mas se constitui na relação do sujeito com o mundo e com os sentidos, como um discurso em dispersão na/em rede caracterizado por (des)construções do que é sério e/ou instituído.

Nesta perspectiva então, a análise do humor passa a ter relevância para estudiosos do texto e do discurso, na medida em que possibilitaria sustentar uma concepção não formalista de língua (língua como sistema sujeito à falha, ao equívoco) ou realçar a importância das condições de produção na compreensão do funcionamento textual e discursivo da linguagem.

As possibilidades de que esse discurso humorístico – num jogo imaginário ideológico – tem caráter de resistência/denúncia e que essa forma de se rebelar se dá em vista à filiação dos sujeitos e dos sentidos a redes de memória (relação discurso/formação discursiva/interdiscurso), é o que me levou a tomar o funcionamento do discurso de humor político no *Twitter*, como unidade de observação.

Assim, tomo o discurso de humor não apenas como um jogo de elementos linguísticos que nos levam ao riso, mas como discursos que permitem a interpretação das tomadas de posição e dos sentidos, tomando à sua dimensão política como um espaço próprio de significação e ex-



posição dos sentidos de poder. Sentidos estes de poder, pensando a rede como espaço livre, como já citado anteriormente.

Tomando o discurso de humor político mediante gestos de interpretação (ORLANDI, 1996), que se dão através de atravessamentos políticos ideológicos e que se constituem em identidades para os sujeitos e os sentidos, é à questão da interpretação e de seu papel nos processos de produção e leitura de textos, que me permitirá fazer reflexões sobre o imaginário político e seus pontos de tensão discursiva dados por discursos humorísticos.

Na perspectiva discursiva defendida por Orlandi (1996), interpretação se define por uma articulação constitutiva com o conceito de ideologia enquanto mecanismo estruturante do sujeito e do sentido:

[...] a ideologia será então percebida como o processo de produção de um imaginário, isto é, produção de uma interpretação particular que apareceria, no entanto, como interpretação necessária e que atribui sentidos fixos às palavras, em um contexto histórico dado (ORLANDI, 1996, p. 65).

Nesta perspectiva, Orlandi (1996) propõe a noção de gesto de interpretação, e assim o define: “o gesto de interpretação é o que – perceptível ou não para o sujeito e/ou seus interlocutores – decide a direção dos sentidos, decidindo, assim, sobre sua (do sujeito) direção” (ORLANDI, 1996, p. 22).

Para o analista, cabe então pensar teoricamente a interpretação, no sentido de compreender os movimentos que possibilitam certa interpretação em meio tantas outras prováveis. O gesto de interpretação é, assim, um trabalho da relação do sujeito com os sentidos, com a memória, com a história, que, emerge no discurso (formulação), como um efeito de sentidos em que o sujeito tem de controlar os sentidos. Esta ilusão, dada pelo mecanismo de antecipação das formações imaginárias, é o que dá conta das relações entre as situações e lugares sociais e sua representação no discurso como posições (PÊCHEUX, 2010).

A constituição de sujeitos e de sentidos então, que demarcam trajetos e filiações em redes de memória, se dão pelo inconsciente, a partir da posição já constituída do sujeito sob o efeito desta mesma ilusão e afe-



tado pela vontade da verdade, pelas evidências do sentido. Temos então, gestos de interpretação que derivam das relações entre discursos e que têm um papel importante nas projeções imaginárias do nível da formulação, das antecipações (ORLANDI, 1998).

Os movimentos de interpretação, de que resultam os efeitos de sentidos, se desenvolvem por um movimento que vai do (inter)discurso (a memória dos sentidos) para a unidade imaginária do texto (efeito-texto, efeito-autor, efeito-leitor) e no gesto de interpretação, parte da unidade do texto para a dispersão do (inter)discurso.

Essas discursivizações se produzem com falhas. Se a ideologia, como diz Pêcheux (1997a), é um ritual com falhas, o mesmo ocorre em relação à interpretação, o que significa dizer que há sempre possibilidade de deslize, de ressignificação nas/das práticas de linguagem e nas/das práticas sociais. Logo, há sempre possibilidade de interpretação.

Ao analista de discurso, em especial, cabe entender o movimento da leitura do leitor ou como este produz seu gesto de interpretação. As materialidades que analiso neste artigo – a MP 746/2016 e 3 publicações de humor político no *Twitter* – serão observadas a partir dessa perspectiva teórica do discurso, enquanto gesto de interpretação de um sujeito usuário que organiza imaginariamente sentidos e posições políticas, produzindo efeitos de leitura em rede.

### *Discursos na/em rede sobre “Notório Saber”*

Em razão da evolução da humanidade e do próprio pensamento, o que era considerado comum e corriqueiro antigamente, nos tempos modernos passa a ser repensado, desconsiderado e/ou rejeitado pela sociedade. Nesse mesmo ritmo, devem estar às leis, que acompanham as expectativas e desejos sociais, para não se transformarem em letra morta.

Pensando nesta esteira discursiva, para efeitos de análise, tomo a MP 746/2016 (Medida provisória<sup>4</sup>) e três publicações no *Twitter* sobre

---

4 Medida provisória: É um instrumento com força de lei, adotado pelo presidente da República, em casos de relevância e urgência, cujo prazo de vigência é de sessenta dias, prorrogáveis uma vez por igual período. Produz efeitos imediatos, mas depende de aprovação do Congresso Na-



“Notório Saber” que viralizaram na rede com discursos carregados de ironia na composição de imagem + texto.

A MP 746/2016 fora tomada em seu formato legal, publicada no Diário oficial da União em 23 de setembro de 2016. As demais publicações tiveram seus formatos publicados na rede social *Twitter*. Embora, pelo viés do discurso, seja impossível delimitar o ponto exato em que os sentidos/discursos irrompem, já que eles não pertencem, de direito, a lugar nenhum (ORLANDI, 2003), compreendo a MP 746/2016 do Diário Oficial da União e o *Twitter*, como o lugar material em que irrompe pela primeira vez, até viralizarem em rede.

Figura 1 – MP 746/2016

ata no or-di-ção  
.....  
ter, ica, il e ab-ino esto  
ões du-r o  
da ntil

do\_extra1-1 1 / 1

Paginação do Jornal: 1 de 2 >> Ir para a página: [input] ok

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira-ICP-Brasil. Saiba mais

integrada à Base Nacional Comum Curricular e ser articulada a partir do contexto histórico, econômico, social, ambiental e cultural.

§ 8º Os currículos de ensino médio incluirão, obrigatoriamente, o estudo da língua inglesa e poderão ofertar outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino.

§ 9º O ensino de língua portuguesa e matemática será obrigatório nos três anos do ensino médio.

§ 10. Os sistemas de ensino, mediante disponibilidade de vagas na rede, possibilitarão ao aluno concluinte do ensino médio cursar, no ano letivo subsequente ao da conclusão, outro itinerário formativo de que trata o caput.

§ 11. A critério dos sistemas de ensino, a oferta de formação a que se refere o inciso V do caput considerará:

I - a inclusão de experiência prática de trabalho no setor produtivo ou em ambientes de simulação, estabelecendo parcerias e fazendo uso, quando aplicável, de instrumentos estabelecidos pela legislação sobre aprendizagem profissional; e

II - a possibilidade de concessão de certificados interme-

considerará exclusivamente as competências, as habilidades e as expectativas de aprendizagem das áreas de conhecimento definidas na Base Nacional Comum Curricular, observado o disposto nos incisos I a IV do caput do art. 36." (NR)

"Art. 61. ....

III - trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim; e

IV - profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação para atender o disposto no inciso V do caput do art. 36.

....." (NR)

"Art. 62. ....

§ 8º Os currículos dos cursos de formação de docentes terão por referência a Base Nacional Comum Curricular." (NR)

Art. 2º A Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Fonte: Imprensa Nacional. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1000&pagina=1&data>. Acesso em: 23 set. 2016

É de 23 de setembro de 2016 a data da publicação no Diário Oficial da União da Medida provisória 746, que entre outras mudanças, trazia uma reestruturação no Ensino Médio – etapa final da Educação Básica, vigente na LDB 9394/96 (Leis de Diretrizes e Bases da Educação) no Brasil.

Na presente Medida Provisória, entre tantas mudanças, o conceito de “Notório Saber” foi o que mais chamou atenção e repercutiu em

cional para transformação definitiva em lei. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/comunicacao/assessoria-de-imprensa/medida-provisoria>. Acesso em: 27 nov. 2016.

discussões. Tal conceito encontra-se previsto no Art. 61, inciso IV, com a seguinte redação: “*profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação para atender o disposto no inciso V do caput do art. 36.*” Se nos remetermos ao inciso V do art. 36, conforme exposto, verificaremos que o Art. 36, assim se apresenta: “*O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos específicos, a serem definidos pelos sistemas de ensino, com ênfase nas seguintes áreas de conhecimento ou de atuação profissional.*” Aqui tomaremos somente o inciso V, conforme expresso no Art. 61, referindo-se ao conceito de Notório saber. No inciso V, encontra-se expresso: *V - formação técnica e profissional.*

Então, entende-se que para atuar com Notório Saber, somente serão contratados profissionais para a formação técnica e profissional e não nas demais áreas do conhecimento, definidas pela mesma medida Provisória, previstas também no Art. 36, expressas pelos incisos de I ao IV, que assim se apresentam: I - linguagens; II - matemática; III - ciências da natureza e IV - ciências humanas.

E desta Medida provisória o primeiro passo para as análises que serão apresentadas a seguir. Começo pensando o discurso de autoridade, como aparato dos AIE (Althusser), pertencente a uma formação discursiva institucional.

Diferente do que caracteriza como memória discursiva, sendo esta, um saber que possibilita a criação de sentido, que corresponde a algo que já foi dito anteriormente, e que continua a ordenar nossos discursos, Orlandi diz que a memória institucional:

[...] é aquela que não esquece, ou seja, a que as Instituições [...] praticam, alimentam, normatizando o processo de significação, sustentando-o em uma textualidade documental, contribuindo na individualização dos sujeitos pelo Estado, através dos discursos disponíveis, à mão, e que mantêm os sujeitos em certa circularidade (ORLANDI, 2010a, p. 4).

As instituições, ao praticarem, alimentarem, normatizarem o processo de significação, sobredeterminam os objetos que as constituem,

tentando estabelecer sua memória tal como deve ser lembrada e apagando aquela a ser esquecida – pois toda memória é constituída por acontecimentos a serem lembrados e a serem esquecidos. Esse funcionamento da instituição no processo de construção do arquivo produz uma determinada discursividade sobre o saber, pois há a historicidade que o constitui, apagando outras discursividades possíveis.

Logo, a interpretação dos sujeitos perpassa as práticas de leitura de um arquivo, seja no seu processo de construção, seja no processo de observação. No discurso arquivístico, o arquivo contempla materiais tratados em sua leitura como documentos. Assim, não se considera a opacidade constitutiva de seus objetos, a constituição dos sentidos em torno dos documentos é transparente, não se percebe que sua construção se dá na história.

Se tomo em Pêcheux (2014, p. 277), a ideia de que “a interpelação ideológica como ritual supõe reconhecer que não há ritual sem falhas” pode-se depreender deslocamentos na rede de dizeres do discurso documental e de posições–sujeito, produzidos justamente porque o sujeito está imerso na ilusão de que é origem do dizer e de que a linguagem é transparente.

Em *Ler o arquivo hoje* (2010), Pêcheux observa que há que se pensar na existência da “materialidade da língua na discursividade do arquivo”, na relação entre língua e história na constituição do arquivo e que desse modo, ao se organizar um arquivo, há que se pensar em sua construção na relação com sua constituição.

Essa constituição do arquivo não se dá fora da história e de modo indiferente a determinadas condições de produção, pelo contrário, é justamente pela relação entre língua e história que ela é possível. Essa relação é marcada por uma memória que fala antes e que possibilita o dizer.

Segundo Orlandi (2010b, p. 64), “a memória – o interdiscurso, como definimos na análise de discurso – é o saber que faz com que, ao falarmos, nossas palavras façam sentido. Ela se constitui pelo já-dito que possibilita todo dizer.” Portanto, tomo aqui o arquivo na história com a premissa de relacionar memória institucionalizada e memória discursiva, para que se possa fazer o percurso analítico proposto.



Antes de apresentar o segundo recorte para análise, faço outra análise de arquivo nos remetendo ao conceito de Notório Saber, posto em discussão. Antes mesmo da publicação e da polêmica MP 746/2016, o termo Notório Saber já se fazia presente na LDB 9394/2016, embora não tenha sido alvo de polêmicas e discussões.

É no art. 66 da LDB 9394/96, que temos também (já tínhamos) referências ao termo Notório Saber. O referido artigo assim se apresenta: “Art. 66. A preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado”. Até o que se apresenta nenhuma novidade, porém, há neste artigo, critérios para tal preparação. Assim apresentado: *Parágrafo único.* “O notório saber, reconhecido por universidade com curso de doutorado em área afim, poderá suprir a exigência de título acadêmico.” Nas palavras de Pêcheux (1997b) o já-dito em outro lugar.

O segundo recorte é de uma publicação no Twitter, do dia 25 de setembro de 2016. Num perfil denominado EsquerdaMarxista, há um post com a seguinte publicação: “Caberá a secretaria de educação de cada estado definir o que é notório saber.” E logo em seguida uma charge em que se encontram personagens em uma sala de cirurgia em um diálogo, em que há um estranhamento por parte de um dos personagens em relação à presença do outro. Veja na imagem 2.

Figura 2- Charge



Fonte: Twitter(2016). Disponível em: <https://twitter.com/search?q=notorio%20saber&src=typd>. Acesso em: 27 nov. 2016.

A publicação fora feita três dias após a publicação da MP 746/2016 no Diário Oficial da União e se apresenta ironizando o que fora determinado em Lei sobre a atuação de profissionais com Notório Saber. A justificativa usada por Pedrão (personagem da charge) é o que produz o efeito de humor. Ter Notório saber, neste contexto, o deixa confortável com a situação de cortes e sangue, procedimentos corriqueiros de centros cirúrgicos.

Esse texto-imagem mobiliza redes de memória sobre as novas possibilidades e modalidades de atuação na rede de ensino, desestabilizando o imaginário em torno do que seja realmente alguém com Notório Saber. Entremeias-se, no fio do discurso, imagem e palavras que encaminham o dizer para um deslocamento de sentido de dúvidas e de falta de credibilidade quanto à atuação destes profissionais com “Notório saber”.

Assim como os discursos verbais, as imagens só fazem sentido, por constituírem já-vistos em outro lugar. No caso desse texto-imagem, os personagens dão visibilidade às possíveis situações que poderão vir a acontecer, caso assim sejam as contratações, inscrevendo-se em discursos contra a MP746.

Pensando a rede, enquanto espaço de produção e circulação de discursos, fazer um *post* e/ou *retwitter* discursos, sinaliza para processos de identificação do sujeito com aqueles dizeres, embora ele seja afetado pela ilusão de que ele é a origem do que diz e de que, no espaço virtual, pode tudo dizer ou de que tudo já está dito. Nesse processo, pela equivocidade da linguagem, o termo Notório Saber passa a ter um sentido outro.

Como recorte para análise, selecionei também mais duas publicações do *Twitter*. Ambas, foram publicadas na rede social, no dia 15 de outubro, Dia do Professor. Tomo justamente esta data para proceder à análise em relação ao termo Notório Saber e a deslocamentos de sentidos dados na rede para este profissional.



Figura 3- Dia do Professor



Fonte: Twitter (2016). Disponível em: <https://twitter.com/search?q=notorio%20saber&src=typd>. Acesso em: 27 nov. 2016.

Figura 4- Dia do Professor



Fonte: Twitter (2016). Disponível em: <https://twitter.com/search?q=notorio%20saber&src=typd>. Acesso em: 27 nov. 2016.

Na formação imaginária do sujeito que se rebela contra o sistema (MP 746/2016), os sentidos relativos às posições de oposição/desidentificação são legitimados por uma memória ligada a regras segundo as quais os sujeitos podem e devem opinar/discordar sobre qual seria o melhor projeto para o ensino do País. Entretanto, na formulação de sua posição, o sujeito que desloca e desorganiza os sentidos do discurso legitimado em Lei produz efeitos de sentido cujo vestígio textual é a expressão No-

tório Saber, dito em lugar de estabilizado institucionalmente, para o dizer deslocado/propagado em rede.

Esse deslocamento de sentido e de posições no discurso do sujeito em rede produz enunciados que marcam oposição ao governo, o que se nota no recorte-imagem 3 e 4, em que os sujeitos fazem referência a Michel Temer e a Mendonça Filho.

Os deslizamentos metafóricos implicados nos discursos e na charge se dão pelo tensionamento entre as fronteiras da FD do campo institucional de Estado, e do sujeito usuário da rede *Twitter*, também político. Os efeitos de sentido das paráfrases que constituem os enunciados divididos entre a SD1 institucional (MP746/2016) e as SDs 2, 3 e 4 sobre Notório Saber, não são o resultado de propriedades sintáticas da língua, mas de processos discursivos ligados à memória dos sentidos.

O deslocamento, por exemplo, de “Feliz dia do Professor” para “Feliz dia do Notório Saber”, exemplifica o uso da paráfrase, em que pela rede de memória, torna possível uma articulação com filiações específicas no interdiscurso político, evidenciando a ligação entre língua e história. Nas paráfrases discursivas, o deslizamento de uma formulação a outra é parte da significação. Aliás, é a significação, o efeito de sentido.

No caso particular sob análise, as paráfrases remetem a efeitos de sentido ligados à posição política contrária ao governo, na conjuntura dada, e não a um deslocamento definitivo de uma posição a outra. Na SD2, 3 e 4, os sujeitos-autores, valendo-se do funcionamento equívoco da língua, da possibilidade de jogo com suas regras, replicam os efeitos metafóricos das formulações sobre Notório Saber, deslocando sentidos pela via “democrática”, do poder dizer, dentro dos limites da legalidade, ou pela ruptura de significação possível de ser colocada em circulação na/pela rede.

Tomo o processo parafrástico (e logo mais abaixo o polissêmico), na esteira de Orlandi (1987), como tendo sua origem no discurso de processos legitimados pelas instituições, e que se caracteriza por um retorno constante do homem a um mesmo espaço dizível; já que, segundo Orlandi, o processo polissêmico, por instaurar o diferente, causa um deslocamento



desse dizível, apontando para sentidos outros. Desse modo, temos, então, de um lado a paráfrase, como retorno constante a um dizer sedimentado, e de outro a polissemia, como tensão que aponta para o rompimento.

Esses dois processos se revelam através da manifestação do humor, causando ruptura ao já estabilizado Notório Saber. Um jogo de relações de força, que circuncisa sentidos sobre o que é e/ou quem tem ou pode ter notório saber. É justamente nesse ponto em que a polissemia se caracteriza enquanto força de deslocamento do mesmo, do sedimentado; tem-se aí a tensão básica do discurso que se dá entre o texto e o contexto histórico-social. O jogo entre o mesmo e o diferente, que se dá pela articulação entre esses dois processos, através dos discursos no *Twitter* no confronto que se estabelece entre o legitimado e o não-legitimado socialmente.

Dessa forma, o funcionamento da expressão Notório Saber em rede se dá pela possibilidade de jogo na língua, o que permite a produção de um efeito de sentido diferente daquele instituído. Nesse caso de análise, esse processo polissêmico se dá pela observação de que as posições sujeitos-usuários manifestam-se num processo de descontentamento e “disputam”, com a instauração do humor, uma visibilidade e buscam desestabilizar os discursos institucionais, rompendo com o estabilizado.

Em rede, essa possibilidade de rompimento com o estabelecido, dada através de efeitos humorísticos, se remete para o que em AD denominamos de efeitos de transparência da linguagem e dos sentidos, efeito ideológico, atravessado pelo equívoco, que aponta para a falha, para a opacidade da materialidade discursiva.

Se a língua está exposta a não completude, ao engano, à possibilidade de o sentido vir a ser outro, no espaço em rede também observamos o equívoco, pois se o termo Notório Saber é atravessado por outro discurso é porque as falhas se operam sobre o sentido, pois apresenta um funcionamento passível de ser refletido em sua opacidade e multiplicidade de sentidos, constituindo-se no que Pêcheux (1997a) chama de pontos de deriva.

Considerando, portanto, o gesto de interpretação do sujeito-autor/ sujeito-usuário das SDs sobre Notório Saber em rede, pode-se obser-

var como são reconstruídas, enquanto efeitos de leitura, as posições dos sujeitos com Notório Saber. Inicialmente essas posições são apresentadas como lugar de destaque, com muito conhecimento (referindo-se ao que fora citado sobre como o Notório saber está representado na LDB, quanto à formação para o exercício no magistério superior), e que após aprovação da MP, o mesmo termo passa a ser discursivizado com outros sentidos. Este antagonismo referente ao termo é representado num jogo contraditório entre a necessidade do dizer político (ser democrático) e a subjetividade do querer individual (não aceito/ não concordo).

O humor presente nos discursos que circularam na rede e que aqui foram pertinentes para a pesquisa, suscita a relação entre o fixado e o possível, o mesmo e o diferente, além de emergir a dúvida, através da suspensão do dizer, dada a incerteza, a simulação, a ruptura de significação.

Através das sequências discursivas: *Feliz dia do “notório saber”* e *Feliz dia do “professores tem muita regalias”*, o humor passa a ser entendido como desconstrução dos sentidos, instaurando uma relação com outros discursos. Essa possibilidade de deslocamento do sedimentado, levando o enunciado para além da transmissão de informações, provoca o deslocamento de sentidos, ressoando descontentamentos ideológicos e políticos. Nesse jogo, ao mesmo tempo em que a linguagem se apresenta supostamente em seu caráter de transparência, ela revela sua opacidade e multiplicidade de sentidos. Segundo Pêcheux (1997a, p. 53), “[...] o humor e o traço poético não são ‘domingo do pensamento’, mas pertencem aos meios fundamentais de que dispõe a inteligência política e teórica [...]”

Ao nos referirmos à SD *“Parabéns aos professores são fodas. Aos do notório saber segue em frente, com o menino Michel ceis chegam lá,”*, podemos entender o humor como consequência da percepção de um estranhamento, em que há um discurso diferente sobre o termo Notório Saber. Nesta SD, o termo em questão é desencadeado por um discurso caracterizado por ser irônico, em que ter notório saber não é garantia de conhecimento, mas apenas de favorecimentos e arranjos políticos, humor presente também pela maneira a que se referem ao Presidente Michel, como sendo um menino.

Para Orlandi (2013, p. 36), “[...] ao tomar a palavra, produzimos uma mexida na rede de filiação dos sentidos, no entanto, falamos com palavras já ditas.” E é nesse jogo entre paráfrase e polissemia, entre o mesmo e o diferente, entre o já-dito e o a se dizer que os sujeitos e os sentidos se movimentam. Pode-se, então, compreender que no espaço virtual funciona uma memória que repete, produzindo o efeito de completude e de administração dos sentidos e que se concretiza por meio de gestos como “curtir”, “compartilhar”, “linkar”, mas que funciona também a memória discursiva, uma vez que ao atualizar o discurso, nem o sujeito nem o sentido são os mesmos.

O político também não se apaga, já que essa ampla movimentação de sentidos e de sujeitos no espaço virtual pode ser compreendida como uma forma de se rebelar socialmente, os sujeitos não se preocupam/ocupam apenas em decodificar a vida social, mas buscam por meio da linguagem sob suas diferentes formas, dar sentidos a ela. Assim, o discurso Feliz dia do “Notório Saber” atualiza o tradicional Feliz dia do Professor pelo efeito metafórico. Para Pêcheux (1997b, p. 96), o efeito metafórico é um fenômeno semântico – constitutivo das línguas naturais em oposição às línguas artificiais, que ocorre substituição contextual (uma palavra por outra), promovendo um deslizamento de sentido entre x e y:

[...] o mesmo sistema de representações se inscreve através das variantes que o repetem progressivamente; é esta repetição do idêntico através de formas necessariamente diversas que caracteriza, a nossos olhos, o mecanismo de um processo de produção (PÊCHEUX, 1997b, p. 96, grifo do autor).

Esse efeito metafórico é constitutivo do funcionamento discursivo e tem relação direta com a inscrição do sujeito e dos sentidos em dada formação discursiva, já que possibilita compreender a relação entre língua, o sujeito e a história. Conforme Orlandi (2012, p. 81), “[...] pelo processo de produção de sentidos, necessariamente sujeito ao deslize há sempre um possível ‘outro’ mas que constitui o mesmo [...]. Ou seja, o mesmo já é produção da história, já que é parte do efeito metafórico.”

No caso do Notório Saber, há deslizamento de sentidos, há produção do novo, inscritos nos mesmos espaços do dizer. Esse mesmo efeito metafórico pode ser observado na imagem postada na rede.

É esta mobilização do tempo real em rede que permite que cada sujeito se mostre/esconda, agregando significados a certos discursos, principalmente num ambiente que permite isto com maior facilidade, como a internet, em que o sujeito esquece que os discursos são sempre um já dito.

Nestes discursos, em que há uma ação de um sujeito (*online*) produzindo movimentos em rede (do real para o virtual), é a ideia de que este espaço digital transmite ao sujeito a hipótese de que é livre para falar o que quiser e é dessa possibilidade para opinar, confrontar e criar novos discursos, novas ideias, que temos novos discursos carregados de sentidos de humor por efeitos metafóricos. Para Pêcheux (1997b, p. 96), esse efeito metafórico é um fenômeno semântico – constitutivo das línguas naturais em oposição às línguas artificiais, que ocorre substituição contextual (uma palavra por outra), promovendo um deslizamento de sentido entre x e y, possibilitando compreender a relação entre língua, o sujeito e a história.

Outro motivo que me levou a tomar tais discursos para análise, além do humor, é o fato de tentar mostrar o quanto o virtual tem estado próximo do real, possibilitando produção/circulação, deslocamentos e deslizamento de sentidos na produção do novo, inscritos nos mesmos espaços do dizer.

Dessa forma, o sujeito compreende o sentido do humor porque significaram antes e em outro lugar, ou seja, eles fazem sentido pelo trabalho da memória discursiva, que atualiza o já-visto, demonstrando não apenas a popularização, mas a legitimação do uso do humor como forma de produção de discursos na rede social.



## Considerações finais

Assim, sinalizo que a formulação e a circulação dos sentidos nesse espaço material – marcado pela velocidade e pela conectividade – afetam a ordem do espaço urbano e o modo como o sujeito se significa e busca significar o mundo. Além disso, penso que as redes sociais produzem implicações importantes nos movimentos sociais e urbanos, constituindo uma importante ferramenta para a finalidade política e social.

Nesse espaço digital, o estar *online* traz a constante presença dos sujeitos do mundo real proferindo discursos no ambiente virtual. É o ressoar de vozes no ciberespaço, é uma constante da nova era digital, estar conectado.

Neste jogo de diferenças, das contradições, o uso do humor se apresenta como uma forma de se rebelar, ou seja, uma forma de o sujeito se dar conta do processo de interpelação a que está submetido. Mesmo em sua condição de assujeitado, existe um meio de jogar com a língua e é justamente aí que entra o humor, atestando a equivocidade constitutiva da língua (e não produzida). Numa perspectiva discursiva, o humor pode ser considerado como um processo diferenciado, um efeito que coloca em cena, a partir do equívoco na/da língua, a heterogeneidade do sentido e do sujeito.

## Referências

BRASIL. **Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016** – Dispõe sobre reformulação do ensino médio. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/126992>. Acesso em: 12 dez. 2016.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB – Lei n. 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm). Acesso em: 10 dez. 2016.

DIAS, Cristiane Pereira. **A discursividade da rede (de sentidos)**: a sala de bate-papo HIV. 2004. 176p. Tese (doutorado)– Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. 2004.

MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>. Acesso em: 12 dez. 2016.

ORLANDI, Eni Punicelli. **A linguagem e seu funcionamento**. Campinas: Pontes, 1987.

ORLANDI, Eni Punicelli. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

ORLANDI, Eni Punicelli. **Discurso e argumentação: um observatório do político**. Fórum Linguístico, PPG em Linguística da UFSC, Florianópolis, n. 1, julho a dezembro de 1998. p. 73- 81. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/6915>. Acesso em: 20 out. 2016.

ORLANDI, Eni Punicelli. (Org.) **Discurso fundador**. Campinas, SP: Pontes, 3.ed., 2003.

ORLANDI, Eni Punicelli. A contrapelo: incursão teórica na tecnologia: discurso eletrônico, escola, cidade. **RUA** [online]. 2010a, v. 2, n. 16. ISSN 1413-2109. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/rua>. Acesso em: 08 dez. 2015.

ORLANDI, Eni Punicelli. (Org.). **Discurso e Políticas Públicas Urbanas – A fabricação do consenso**. Campinas: Editora RG, 2010b.

ORLANDI, Eni Punicelli. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

ORLANDI, Eni Punicelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes. 11. ed. 2013.

PÊCHEUX, Michel; GADET, F. **La langue introuvable**. Paris: Maspero, 1981.

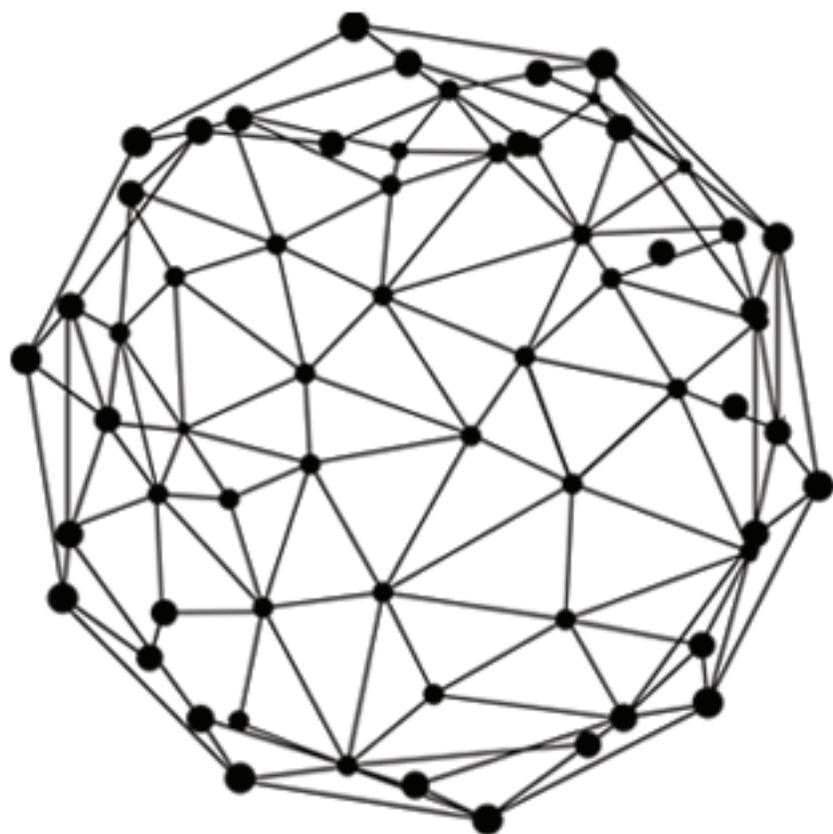
PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Michel Pêcheux: Tradução Eni Puccinelli Orlandi – 2. ed., Campinas, SP: Pontes, 1997a.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Francaise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Unicamp, 1997b.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre. *et al.* (Org.) **Papel da memória**. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni (org.). **Gestos de leitura**. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2010 [1994].

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.





# O Compartilhamento de “Correntes” Eletrônicas via Whatsapp: O Sujeito como autoria do dizer em rede

HEITOR MESSIAS REIMÃO DE MELO<sup>1</sup>

Diante da modernização histórico-social, os sujeitos têm vivido conectados na *internet*. Cada dia mais o ciberespaço<sup>2</sup> passa a ser um lugar em que nos constituímos como sujeitos. Mudamos nossos hábitos em função do virtual: compramos, vendemos, fazemos negócios, utilizamos serviços públicos, conhecemos pessoas, produzimos conhecimento, fazemos pesquisa, estudamos, ensinamos, seduzimos, trocamos correspondência. Enfim, virtualizamos nossos hábitos cotidianos sem que, no entanto, saibamos exatamente o que é o virtual e que efeitos ele produz (DIAS, 2010). Devido ao tempo que cada vez se torna escasso, os sujeitos se adaptaram a uma forma de comunicação mais “portátil”. Essa adaptação às redes sociais se alastrou imensamente, atingindo em grande proporção e em um curto tempo, entre crianças, adolescentes e adultos.

Nessa era digitalizada, os sujeitos, “dependentes” da tecnologia, passam a interagir com o outro mais informalmente, principalmente nas redes sociais, espaço que proporciona ao sujeito certa “liberdade” para dizer o que pensa, desenvolver discussões e ter acesso as informações pessoais e/ou contatos com grupos específicos.

Assim, abre-se um leque para o público, permitindo, inclusive, que se evangelize pela *web*. Devido à ágil disseminação de informações que

---

1 Doutorando e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Letras - PLE, área de concentração de Estudos Linguísticos, na linha do Estudos do Texto e do Discurso, pela Universidade Estadual de Maringá - UEM.

2 Lévy (1999, p. 17) define ciberespaço como “o meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores.” Ainda segundo o autor, “o termo significa não apenas infraestrutura material de comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo.”

circulam pelas redes, com temas livres, religião é um dos assuntos no meio digital. Evangelizar se tornou algo prático, porém, nem sempre aceito.

Pensando nisto, neste artigo, as mensagens em questões a serem analisadas partem de mensagens, fotos, enviadas pelo aplicativo digital *WhatsApp*, doravante nominadas redes sociais.

Assim, o presente trabalho tem por objetivo analisar os efeitos de sentido produzidos pelo discurso religioso, em um *corpus* constituído por duas materialidades de cunho religioso que têm circulado no *WhatsApp*, verificando que memórias retornam nela, pelo trabalho do interdiscurso.

Para atingir o objetivo mobilizaremos o arcabouço teórico da Análise de Discurso (AD), tal como fundada por Michel Pêcheux e difundida no Brasil por Orlandi e seu grupo de pesquisadores, tomando o discurso como objeto sócio histórico e lugar onde a ideologia, no funcionamento da língua, materializa-se.

### *Análise de Discurso e/em relação com a rede*

Embora o surgimento da Análise de Discurso tenha sido na década de 60, o filósofo Michel Pêcheux empreendeu a teoria discursiva como um estudo que relaciona três campos das ciências sociais, a própria Linguística, a Psicanálise e o Marxismo. Conforme Orlandi (2010, p. 13),

Com a linguística ficamos sabendo que a língua não é transparente, ela tem sua ordem marcada por uma materialidade que lhe é própria. Com o marxismo ficamos sabendo que a história tem sua materialidade: o homem faz história, mas ela não lhe é transparente. Com a psicanálise é o sujeito que se coloca como tendo sua opacidade: ele não é transparente nem para si mesmo. Formas de materialidade – de não transparência – que vão constituir o cerne do conhecimento de cada um desses campos do saber. A análise do discurso pressupõe a psicanálise, a linguística e o marxismo. E na medida em que se constitui da relação de três regiões científicas: a da teoria da ideologia, a da teoria da sintaxe e da enunciação.

Sobretudo, Pêcheux pensou, no primeiro momento, a teoria como uma estruturação automática, determinada, acerca do meio digital, daquela época. Se tomarmos por base as proposições iniciais de que “só há prática através



e sob uma ideologia” e “só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito” (ALTHUSSER, 1987, p. 93), as quais sustentam a tese central: “[...] *o indivíduo é interpelado como sujeito (livre) para livremente submeter-se às ordens do Sujeito, para aceitar, portanto, (livremente) sua submissão [...]*” (ALTHUSSER, 1987, p. 104, grifos do autor), Podemos afirmar que, hoje, a rede, pensada discursivamente, é um espaço não-subjetivista da subjetividade, que designa os processos de “imposição/dissimulação”, constituintes da significação, explicando assim, a relação que se estabelece entre inconsciente e ideologia.

Por si só, o discurso é uma construção linguística associada ao contexto social e ao contexto ideológico, como defende Althusser (1987), em que os sujeitos estão sistematizados em uma ordem, são interpelados pela ideologia e assim se escrevem em determinadas Formações Discursivas. A rede, diante disso, agregaria os espaços comuns, espaço cotidiano, necessário para a sobrevivência social. Segundo Orlandi (2001, p. 20), “as palavras simples do nosso cotidiano já chegam até nós carregadas de sentidos que não sabemos como se construíram e que, no entanto, significam em nós e para nós”, ou seja, ao deslocar de Orlandi (2001), os efeitos, a linguagem, o reconhecimento, a construção imaginária se pela/na FD da/na rede em que o sujeito se estabelece.

Como a Análise de Discurso trabalha com os efeitos de sentidos, uma vez que o texto vai além dos limites do dizer, já que, os sentidos não são fixos e podem deslizar conforme o tempo (localização, situação, contexto social) e as condições de produção. Segundo Orlandi (2003), compreendemos que os efeitos produzidos pela/na rede não podem ser considerados como “um conteúdo depositado em algum lugar e que você vai procurar. O sentido está na materialidade discursiva, no fato de que a língua para significar tem que se inscrever na história” (p. 1).

Dessa forma, para a vertente teórica na qual nos inscrevemos, a rede não é definida como conjunto de ideias ou como mascaramento da realidade, mas como uma prática significativa, como um efeito da relação do sujeito com a língua e com a história.

A AD trabalha na (des)construção do seu objeto, isto é, o discurso, interpretando-o incessantemente, buscando a compreensão do seu fun-



cionamento, levando em conta a espessura da linguagem e a opacidade aos sentidos (ORLANDI, 2012, p. 98). Interpretar implica, então, desfazer as evidências, por meio da observação dos processos de produção dos sentidos e de constituição dos sujeitos (ORLANDI, 2012, p. 110). Assim, ao pensar a rede, o analista busca compreender como ele produz sentidos, por meio do estudo dos seus mecanismos de funcionamento, na sua discursividade, em relação à sua materialidade.

### *Sujeito em/na rede*

*“Aquele que obedece faz uma imagem de si mesmo, do lugar que ocupa na relação com o outro, desse outro que exerce o poder, do lugar ocupado por este, e assim sucessivamente (LAGAZZI, 1988, p. 38-39)”.*

Para a Análise de Discurso, o sujeito não existe a priori, ele é construído na manifestação discursiva na qual está inserido, além de ser atingido pela ideologia. Dessa forma, desconstrói o pensamento de que o sujeito é dono do discurso. Isso porque o sujeito na AD é determinado pela história e pela ideologia no processo de formação do discurso; ele existe, mas não é dominante da língua.

Partindo desse pressuposto, pode-se classificá-lo em: sujeito pluralizado, o qual é atravessado e atravessa diversas manifestações discursivas; sujeito incompleto, podendo assumir distintos papéis sociais e variadas posições em um discurso, que vai se completando na medida em que o discurso vai emergindo; sujeito histórico, pois se remete a uma memória discursiva que causa determinado efeito de sentido; e o sujeito descentrado, pois, de acordo com Orlandi este é:

[...] afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo o controle sobre o modo como elas o afetam e é, sobretudo, social, pois na enunciação se assujeita, deixando de ser indivíduo para ser pertencente a um determinado espaço coletivo de acordo com a manifestação discursiva que o constrói (ORLANDI, 2005, p. 20).



O sujeito da/na rede, no sentido, determinado individualmente, justamente por causa deste espaço ideológico, busca se configurar e/ou se marcar enquanto um sujeito social, que busca o “controle” histórico da linguagem como sujeito individual, frente a um coletivo (outros sujeitos). Por conseguinte, para compreender e identificar o sujeito do discurso é necessário observar de onde ele fala, qual a posição dele na sociedade, “pensá-lo em relação às suas condições de produção, sua exterioridade” (ORLANDI, 2010, p. 16), uma vez que é no lugar de fala que se apreende o sujeito, realizando seu papel social. Um exemplo claro é o que acontece na Igreja Católica na hora de ministrar seus sacramentos, mais especificamente o sacramento da penitência e reconciliação, ou mais comumente confissão, o qual não pode ser ministrado por qualquer pessoa. Qualquer pessoa pode confessar, no entanto, na autoridade discursiva, apenas um ordenado (Padre, Bispo, Papa), “que representa Deus”, pode perdoar. O indivíduo precisa ser interpelado em sujeito, precisa ser autorizado pelo sujeito-mor do discurso religioso.

Assim, retornando ao conceito de Althusser (1987) a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos. O sujeito é interpelado pela ideologia que fala antes dele e ele a essa ideologia se assujeita, se constitui como sujeito interpelado.

O sujeito também pode ser definido como acontecimento simbólico, isso é condição fundamental para que ele seja considerado como tal, pois “se não sofrer os efeitos do simbólico, ou seja, se ele não se submeter à língua e à história, ele não se constitui, ele não fala, ele não produz sentidos” (ORLANDI, 2005, p. 49).

Portanto, apreende-se o sujeito pelo discurso que o constitui, considerando de onde ele emerge. Não se pode enxergá-lo como fonte de sentido e origem, sendo, pois, constituído em um espaço de resistências e dependente da enunciação para se revestir de efeitos de sentido.

O sujeito, por fim, se constitui no e pelo discurso, não é uma entidade substantiva, referencial, a quem se chega por meio da leitura de um texto. Também não é a origem nem o autor do seu discurso. Ele se



constitui é constituído na relação intersticial da língua com a história, é assim que ele faz sentido.

Considerando que a língua não é transparente e o sentido não está dado, o discurso somente pode ser compreendido levando em conta as condições de sua produção, que delimitam o seu funcionamento, sua formulação e circulação. Assim, analisar o discurso implica, segundo Orlandi (2005, p. 15), “[...] compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho geral, constitutivo do homem e da sua história.”

Determinado por sua exterioridade, todo discurso remete a outro, pois, conforme Orlandi (2012, p. 30) explica, “[...] há o primado do interdiscurso (a memória do dizer) de tal modo que os sentidos são sempre referidos a outros sentidos e é daí que eles tiram sua identidade”, embora o sujeito tenha a ilusão (esquecimento da ordem do inconsciente) de que é a origem de seu dizer e de que aquilo que está dizendo só pode ser dito daquele modo, com aquelas palavras (esquecimento da ordem da enunciação). Vale lembrar que esse esquecimento, todavia, é um acontecimento parcial, visto que, muitas vezes, recorreremos às redes parafrásticas, para produzir nossos discursos.

Na rede, a princípio, “qualquer sujeito” pode discursivizar, sobre qualquer assunto, em qualquer “plataforma online”, desde que tenha acesso à internet, e obedeça às regras de cada rede, em específico, ou seja, o sujeito se submete a uma FD em/na rede, que determina o que você pode ou o que você não pode dizer/fazer, assim como explica Orlandi (2012). No nosso caso, a rede *WhatsApp*, é uma rede que, para seu funcionamento, não estabelece critério de publicações/mensagens, aliás, ela é uma das poucas redes que permitem um grande número de caracteres, o que faz com que este espaço, ilusoriamente, seja um espaço livre de qualquer dizer, para qualquer sujeito.

### *WhatsApp em/no lugar de rede*

Com o desenvolvimento da tecnologia, novos meios de comunicação têm surgido e a interação social se tornando cada vez mais depen-



dente desses meios, em que “uma rede social é definida como um conjunto de dois elementos: atores (pessoas, instituições ou grupos; os nós da rede) e suas conexões (interações ou laços sociais)” (RECUERO, 2009, p. 24).<sup>3</sup> Apoiados nos conceitos de comunicação social, primeiro, pois tendo a necessidade de abordar o *WhatsApp*, não encontramos estudos da Análise de Discurso que trate a teoria e o aplicativo.

O *WhatsApp*, que se dá como rede para nossa análise, nos chama a atenção justamente por conta da profusão de dizeres, notícias, manifestações ideológicas e inconscientes, justamente por conta da grande porção de postagens instantâneas. O funcionamento desta rede possibilita uma proliferação massiva de informações, de dizeres, de assuntos, fazendo com que tal discurso ganhe destaque e/ou seja “notado”. Segundo Pêcheux (1997), há um teatro da consciência, ou seja, o *WhatsApp* seria o espaço em que os sujeitos, em meio às relações/formações imaginárias criariam sua imagem e seu lugar de fala jogando entre assuntos e aceitação, auto autorizando a discursivizar, de acordo com o efeito retratável da realidade. Neste espaço de/em rede, transitam posições discursivas, que colocam em funcionamento as imagens recíprocas que “fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (PÊCHEUX, 1997a, p. 82).

Tendo em vista que a “geração Y”, atual sociedade da era da tecnologia, reconhece como essenciais os aparelhos que possibilitam tal comunicação, que são considerados acessórios básicos da vida cotidiana e possibilita a relação entre os sujeitos. Essa relação é imaginária e de identificação, como define Orlandi (1990), é que “nossa concepção [...] é a de que a identidade é um movimento, tanto no seu modo de funcionamento (entre o eu e o outro) como em sua historicidade (devenir, mas também multiplicidade na contemporaneidade etc)” (p. 46).

Nesse contexto, o aparelho celular deixou de ser, há muito tempo, apenas uma ferramenta de comunicação por meio de ligações, já que, com o advento e evolução da internet, ele pode ser utilizado de diversas maneiras para relação social, busca de informações e entretenimento. Sendo assim os *smartphones*, evolução dos celulares comuns, têm

---

3 Para essa subseção, deslocaremos alguns autores da Comunicação Social, como Recuero (2009).



aplicativos que permitem novas maneiras de se comunicar e dentre eles, presente no foco do nosso estudo, temos o *WhatsApp*, “um aplicativo de mensagens multiplataforma que permite trocar mensagens pelo celular sem pagar por SMS.” (WHATSAPP, 2015, s/p).

Calculados em que o próprio site do aplicativo afirma, nessa troca de mensagens, definiremos o *WhatsApp* como um espaço “virtual na materialidade descritível do enunciado” (PÊCHEUX, 1990, p. 55), logo, chamaremos de rede discursiva, uma vez que por esse aplicativo vários discursos podem circular, relacionando com o que Recuero (2009) afirma ser os dois elementos principais, sendo o ator, que para nossa teoria é o sujeito, e suas conexões, que na nossa teoria pensamos nas Formações Discursivas e Ideológicas .

No caso do nosso trabalho, que faremos referencia direta a Formação Discursiva religiosa católica, percebe-se que é por meio do *WhatsApp* que esses enunciados emergem e fazem sentido, assim, como afirma Orlandi (2005), quando explica em *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*, que os sentidos ocorrem por meio do percurso do fio condutor discursivo e destaca, em Orlandi (p. 9), ao tratar da formulação dos discursos, ressalta que sujeito e sentido têm sua “corporalidade articulada no centro da materialidade da língua com a materialidade da história.”

No entanto, entendemos que só se tem sentido, na esteira de Orlandi (2005), pois os sujeitos têm a “ilusão” de poder dizer tudo em rede, de discursivizar sobre qualquer assunto por meio das relações imaginárias que se tem com o sujeito outro, dando compreensão ao que Pêcheux (1990, p. 55), chama de “presença virtual”.

Sendo assim, as mensagens, que são as chamadas correntes de *WhatsApp*, seriam enunciados logicamente estabilizados. As correntes de *Whatsapp* são discursos que se manifestam por meio das relações imaginárias e ideológicas que o sujeito eu tem com o sujeito tu, uma vez que como afirma Althusser (1970, p. 77), em sua primeira tese a respeito da ideologia: “a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com as suas condições reais de existência.”



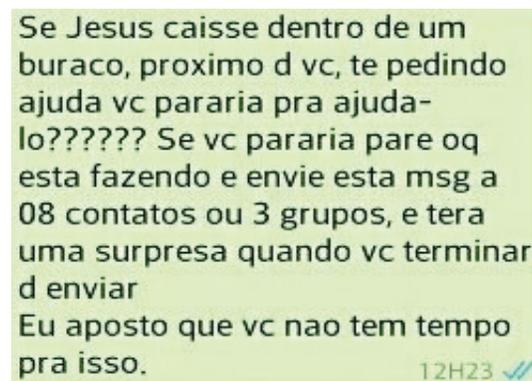
A internet constitui um fenômeno social, pois é por meio da ocupação desse lugar, que sujeitos constituem sentidos e a rede de relações se estabelece. O funcionamento dessa teia, entretanto, não se dá de modo aleatório, mas depende da inscrição do sujeito em dada formação discursiva e do trabalho do interdiscurso, que “[...] disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa numa situação discursiva dada” (ORLANDI, 2005, p. 31). O espaço da internet possibilita, então, a observação de um lugar heterogêneo, estilhaçado por diversas FDs e entrecruzado por redes de memórias (MOREIRA *et al.*, 2012, p. 169). Na teia digital, o sujeito pode ocupar diferentes posições–sujeito em um intervalo curto de tempo, pois ora ocupa o lugar de sujeito–autor, produtor de sentidos, ora de sujeito–leitor, afetado pelos discursos que lhes são dados a ler.

Nas redes sociais, em especial no WhatsApp é frequente recebermos ou até enviarmos mensagens de correntes de oração, dependendo da posição sujeito que estamos ocupando, “forçando” o sujeito usuário da rede a repassar a mensagem para os demais. O Papa Francisco (2014), ao enviar uma mensagem ao XLVIII Dia mundial das comunicações sociais, salienta que “quando a comunicação tem como fim predominante induzir ao consumo ou à manipulação das pessoas, encontramos-nos perante uma agressão violenta”<sup>4</sup>. A materialidade abaixo (Figura 1) é um exemplo desse tipo de mensagem que circula nas redes sociais. Na mensagem em questão, o sujeito usuário do WhatsApp tem sua crença colocada à prova, a partir do conteúdo da mensagem, que o orienta a parar tudo o que está fazendo para repassar a mensagem para outras pessoas.

---

4 FRANCISCO, P. **Mensagem do Santo Padre Francisco para o XLVIII Dia Mundial das Comunicações Sociais**. 2014. Disponível em: [http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/messages/communications/documents/papa-francesco\\_20140124\\_messaggio-comunicazioni-sociali.html](http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/messages/communications/documents/papa-francesco_20140124_messaggio-comunicazioni-sociali.html). Acesso em: 03 de jun. 2016.

Figura 1- Objeto adquirido de capturas de conversas pessoais via aplicativo WhatsApp



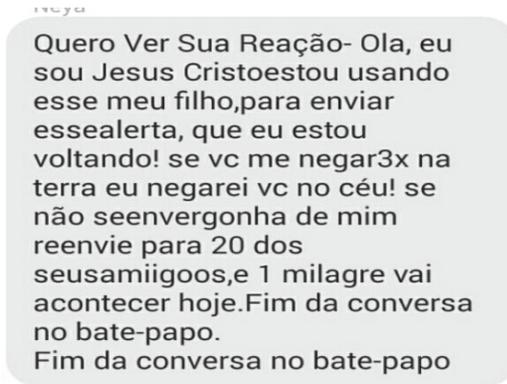
Fonte: o autor (2019).

Pensando a figura 1 pelo viés discursivo, pode-se dizer que ela se inscreve na Formação Discursiva (FD) religiosa. A noção de formação discursiva é entendida pela AD como a matriz dos sentidos e representa, no discurso, as formações ideológicas que afetam o sujeito e são definidas por Pêcheux (1997b, p. 166, grifos do autor), como “[...] um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’ mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classe em conflito umas com as outras.” Assim, somente os sujeitos que se identificam plenamente com os os saberes pertencentes à FD religiosa, possivelmente repassarão a mensagem da figura 1 para demais usuários.

Na figura 1 percebe-se ações utópicas (ORLANDI, 1987), em que a religião se torna fantasiosa a partir do momento em que se coloca uma ação impossível que se contradiz na fala, “*Se Jesus caísse dentro de um buraco, próximo d vc, te pedindo ajuda vc pararia pra ajuda-lo?*”. Nesse caso, enviar a mensagem para 08 (oito) contatos ou 3 (três) grupos não retiraria Jesus do buraco, apenas reafirmaria a ordem e a intenção da corrente eletrônica, que é espalhar-se (e ameaçar-risos):



Figura 2- Objeto adquirido de capturas de conversas pessoais via o rede social WhatsApp



Fonte: o autor (2019).

Na figura 2, um dos efeitos de sentido provocados pela materialidade é de um Deus vingativo, que pune aqueles que não agem como lhe é do agrado. O que se pode observar a partir da mensagem é a criação de uma imagem de “Deus” pelo sujeito usuário da rede, que corresponda ao que lhe é de interesse, isto é, fazer com que sua mensagem ganhe visibilidade, sendo compartilhada várias vezes. Nas palavras de Freud (1978), o homem criou Deus a sua imagem e semelhança. Assim, novamente a religiosidade do sujeito que lê a mensagem é colocada à prova, a partir de ameaças, uma vez que se você for “bom”, você será recompensado, como visto na sequência discursiva “se vc me negar3x na terra eu negarei vc no céu”!

Sabe-se que Deus, na história cristã, como se vê na bíblia é a entidade maior, ou como afirma Orlandi (2001), seria o Sujeito-mor do Discurso Religioso, e a ele cabe toda benevolência e submissão. Desde o primeiro livro da bíblia, “Gêneses”, Deus é apresentado como aquele é bom. E se Deus é bom, logo, ele não negaria seus filhos, já que a bíblia, livro que deve ser usado como uma espécie de “guia” pelos sujeitos cristãos, também contempla o perdão inclusive a Pedro, que negou Jesus, filho de Deus três vezes, e após arrepende-se, foi contemplado recebendo as chaves do céu e da igreja. Assim, retomamos Freud, cria-se uma imagem

distorcida de Deus do que é apresentado na bíblia, no qual, se o sujeito negá-lo, Deus também o negaria. Mais uma vez o encaminhar reafirma a ideologia e prova a “onipotência divina e a submissão humana” (ORLANDI, 2001, p. 247).

Ainda pensando discursivamente, nota-se um jogo constante das relações de força que, segundo Orlandi (2002, p. 39), são constitutivas dos discursos, de modo que as palavras significam diferentemente, dependendo dos lugares que os sujeitos ocupam, no seu interior. Assim, no interior da FD religiosa há um jogo hierarquizado, no qual o saber supostamente advindo de Deus, figura onipotente, deve ser inquestionável. Vale lembrar que, boa parte das pessoas que creem em Deus, frequentam igrejas. Elencada naquilo que Althusser (1987), numa releitura da teoria marxista sobre a ideologia, designa Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), por ele definidos como “[...] certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas”, a igreja é uma instituição concreta, que legitima um conjunto de práticas e nega outras. Ao contrário dos Aparelhos Repressivos de Estado (ARE), funciona primordialmente pela ideologia, “[...] seja ela bastante atenuada, dissimulada, ou mesmo simbólica.” A igreja, ao mesmo tempo em que reproduz as condições de produção, ‘moldando’ suas ‘ovelhas’, por meio de métodos próprios de sanção, exclusão e seleção, é também afetada por outras instituições igualmente “especializadas” (ALTHUSSER, 1987, p. 70, grifos do autor).

Assim, atravessado pelo discurso religioso, o sujeito é interpelado pela ideologia e, afetado pela memória de que “Deus castiga”, memória cristalizada que ressoa de geração em geração, inclusive por pais na educação de seus filhos. O sujeito usuário da rede continua repassando a mensagem para os demais sujeitos, para não ser castigado por Deus. O retorno desta memória só se torna possível pelo trabalho do interdiscurso. **Para Pêcheux (1997a, p. 162)**, a memória é tomada como interdiscurso, definida por ele como “[...] ‘algo fala’ (*ça parle*) sempre antes, em outro lugar e independentemente”. Segundo ele, diz respeito “aos pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc.”,



que se impõem como necessários à leitura. A memória, nesse caso, é “[...] a condição legível em relação ao próprio legível.” (PÊCHEUX, 2010, p. 52).

Vale ressaltar que tanto na figura 1 quanto na figura 2 estão presentes verbos no imperativo, como nas sequências “[...] envie esta msg a 08 contatos ou 3 grupos” (figura 1) e “[...] se não se envergonha de mim reenvie para 20 de seus amigos”. Os verbos no imperativo sinalizam para o discurso autoritário<sup>5</sup>, isto é, “[...] aquele em que a polissemia é contida, o referente está apagado pela relação de linguagem que se estabelece e o locutor se coloca como agente exclusivo, apagando também sua relação com o interlocutor”, conforme Orlandi (2005, p. 86). Assim, tanto a figura 1 quanto a figura 2 não abrem brecha para a polissemia, isto é, para outros possíveis sentidos, interpelando o sujeito que lê as mensagens a repassá-las dando continuidade à corrente.

É importante salientar que é frequente nas redes sociais, que as mensagens de correntes sejam marcadas pelo imperativo. A partir deste recurso, no caso das figuras 1 e 2, dos verbos “envie” e “reenvie”, e em outras mensagens termos como “compartilhe”, ou “encaminhe”, contribuem para reafirmar o jogo de relações de força entre Deus e sujeitos-homens no interior da FD religiosa. Ao ser interpelado pelos saberes inerentes da FD religiosa o sujeito reconhece que “Deus- institui, interpela, ordena, regula, salva, condena. Homens – respondem, pedem, agradecem, desculpam-se, exortam” (ORLANDI, 2001, p. 252), e, no caso das imagens, “enviam”, identificando-se plenamente com a forma-sujeito<sup>6</sup> e reproduzindo tais discursos ao compartilharem a corrente.

Cabe lembrar, todavia, que essa teia, conforme salienta Romão (2004), mais especificamente, neste trabalho, o *WhatsApp*, significa e produz sentidos para todos que se inscrevem em regiões da memória e

---

5 Orlandi (2012a, p.86) propõe os seguintes tipos de discurso: discurso autoritário, discurso polêmico e discurso lúdico. O discurso autoritário é aquele em que a reversibilidade tende a zero, conforme já assinalamos. O discurso polêmico refere-se àquele em que a polissemia é controlada, em que o referente é disputado pelos interlocutores, em uma relação tensa de disputa pelos sentidos. O discurso lúdico, de acordo com a autora, corresponde àquele em que a polissemia é aberta, pois a reversibilidade entre os interlocutores é total.

6 Pêcheux (1997a), em “*Semântica e Discurso*”, emprega o termo forma-sujeito para o sujeito do saber de uma determinada Formação Discursiva (FD), sendo que o lugar que esse sujeito ocupa não é vazio, o (re)significando pela FD que se inscreve, que se identifica e se constitui discursivamente.

têm acesso ao interdiscurso. Assim, ao retornarem no eixo da formulação, pelo trabalho do interdiscurso, os discursos retornam sob o efeito de novidade, fazendo funcionar o jogo entre o mesmo e diferente.

### *Considerações Finais*

Considerando que, para a teoria discursiva, o sentido é lacunar e depende de como se inscreve na história, entendida não como sucessão de fatos, mas como lugar do embate entre o sentido já sedimentado e aquele produzido na atualidade, nesta etapa do trabalho propomo-nos a pensar em um “efeito de fechamento”.

As materialidades em questão se inscrevem na FD religiosa e os sujeitos que se inscrevem nesta FD e ocupam a posição sujeito de fiel, ao se depararem com enunciados religiosos no *WhatsApp*, como as correntes de mensagens, identificam-se plenamente com estes dizeres e por isso, compartilham tais mensagens reproduzindo discursos.

O gesto interpretativo empreendido atesta que, nas materialidades que constituem o *corpus* deste trabalho, retornam discursos religiosos já-ditos, isto é, são produzidas diferentes formulações de dizeres já sedimentados, que produzem os efeitos do “novo”, do “nunca dito”, e cuja interpretação somente é possível pelo funcionamento da memória discursiva, a qual permite a atualização dos dizeres, afetando o modo como o sujeito significa numa dada situação discursiva.

As análises apontam para sujeitos submissos à ideologia religiosa, como qualquer sujeito fiel. Mas nesse caso, essa submissão é passada de sujeito a sujeito, sendo que “para realizar esses atos, é preciso estar investido de uma autoridade dada” (ORLANDI, 2011, p. 252). Assim, para compartilhar uma corrente eletrônica recebe-la, pois, só assim o sujeito está induzido a compartilhar com os números exigidos de contatos.



## Referências

- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**. 3.ed, Lisboa, Editora Presença/Martins Fontes, 1970. 120 p.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 3.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.
- DIAS, Cristiane P. Telecentros como políticas públicas de inclusão digital: da administração da vida na cidade. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. (Org.). **A produção do consenso nas políticas públicas urbanas**. Campinas, SP: RG, 2010. p. 43-73.
- FRANCISCO, Papa. **Mensagem do Santo Padre Francisco para o XLVIII Dia Mundial das Comunicações Sociais**. 2014. Disponível em: [http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/messages/communications/documents/papa-francesco\\_20140124\\_messaggio-comunicazioni-sociali.html](http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/messages/communications/documents/papa-francesco_20140124_messaggio-comunicazioni-sociali.html). Acesso em: 03 jun. 2016.
- FREUD. (1911). **Obras completas**, vol. XII. Buenos Aires: Amorrortu, 1978.
- LAGAZZI, Susy. **O desafio de dizer não**. Campinas, SP: Pontes, 1988.
- LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na Era da Informática**. 34. ed. Porto Alegre: ArtMed, 1999.
- MOREIRA, Vivian Lemes; BASTOS, Gustavo Grandini; ROMÃO, Lucília Maria Sousa. Discurso homofóbico em blogs: tessituras da violência e(m) rede. **Calidoscópico**. v.10, n.2, p. 161-170, mai/ago 2012, Unisinos - DOI: 10.4013/cld.2012.102.04. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/cld.2012.102.04/981>. Acesso em: 06 jun. 2016.
- OLIVEIRA, Luciano Amaral (Org.). **Estudos do Discurso: perspectivas teóricas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Segmentar ou recortar? In: GUIMARÃES, Eduardo. (org.). **Linguística e questões controversas: série estudos**. n. 10. Uberaba: FIUBE, 1987.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação**. Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **A Linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 4. ed. 2. reimp. Campinas, SP: Pontes, 2001.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas, SP: Unicamp, 2002.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. 3 ed. Campinas: Pontes, 2003.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2005.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de Discurso. In: ORLANDI, Eni Puccinelli; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. **Introdução às Ciências da Linguagem- Discurso e Textualidade**. 2 ed. Campinas: Pontes, 2010.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Eni Orlandi fala sobre análise do discurso e linguagem em entrevista**. 2012. Disponível em: <http://redeglobo.globo.com/globouniversidade/noticia/2012/11/eni-orlandi-fala-sobre-analise-do-discurso-e-linguagem-em-entrevista.html>. Acesso em: 04 ago. 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação, autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 6 ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 10 ed. Campinas, SP: Pontes, 2012a.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Trad. Orlandi. Campinas, SP: Ponte, 1990.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1997a.

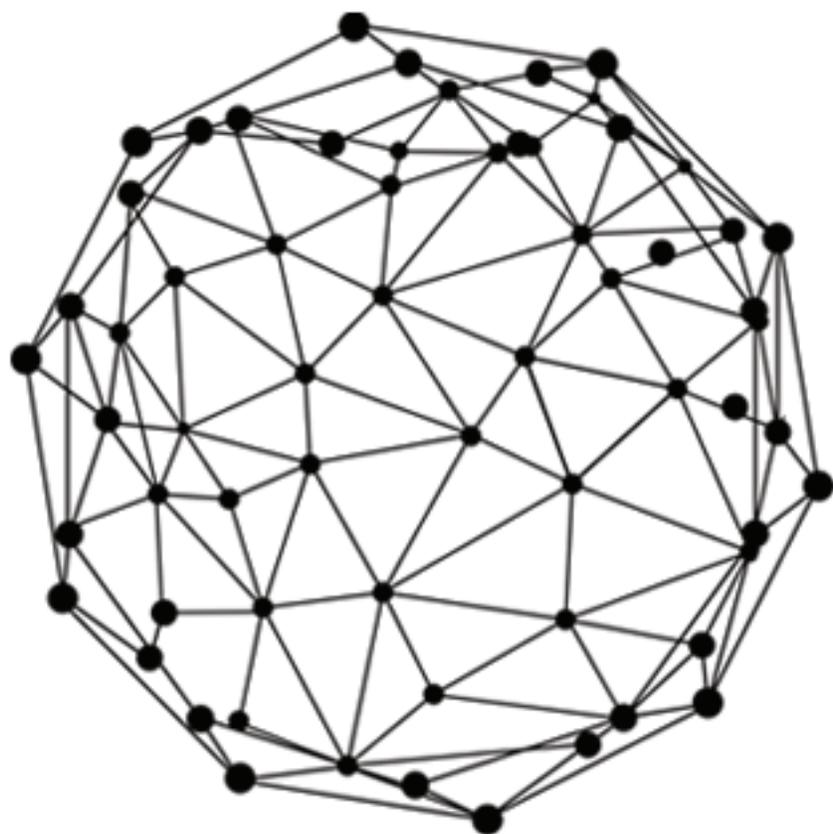
PÊCHEUX, Michel. **Análise Automática do Discurso**. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Orgs.). **Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997b.

PÊCHEUX, Michel. **Papel da Memória**. In: PÊCHEUX, Michel. **Papel da Memória**. Trad. José Horta Nunes. 3 ed. Campinas, SP: Pontes, 2010.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Na teia eletrônica, fragmentos da memória**. In: MORELLO, Rosângela. (Org.). **Giros na cidade: materialidade do espaço**. Campinas: LABEUB/NUDECRI-UNICAMP, 2004.

WHATSAPP. **Sobre o WhatsApp**. Disponível em: [www.whatsapp.com](http://www.whatsapp.com). Acesso em: 04 jul. 2015.





# O conhecimento em (per)curso: os espaços digitais em/como construção discursiva das práticas da gestão do conhecimento

FLÁVIO BORTOLOZZI<sup>1</sup>

RAFAEL DELGADO<sup>2</sup>

FABIANO KANADANI<sup>3</sup>

A linguagem não está presa, tampouco unificada, ela se alterna, ela cursa, entra percurso, se movimenta, conforme o mundo social se movimenta. Assim também são as relações entre sujeitos e instituições, que são, sobretudo, derivados da linguagem. Seja norte ou sul, socialismo ou capitalismo, a linguagem está em moldação, se (re)adaptando às realidades do mundo.

Não tão distante, encontramos as necessidades de sobrevivência, no auge das construções sociais/imaginárias, buscando recursos e maneiras de se valerem e sobreviverem ao mercado capitalista de trabalho, que, ao massacrar a exigência da competência, busca, para além da linguagem, mecanismos que configurem e constituem sua nova cara, sua nova maneira de se enquadrar às mudanças que, inconscientemente, a sociedade exige.

A Gestão do Conhecimento (GC), ora algo sociológico, ora um método administrativo, concerne os ciclos de alterações que ocorrem nos dias de hoje, principalmente no cenário empresarial, no qual o diferencial ainda é o conhecimento, sobretudo, a maneira como este conhecimento é organizado e controlado. Para tanto, a GC busca implementar mecanismos que atendam suas necessidades, assim como a linguagem,

- 
- 1 Doutor em Engenharia de Computação pela *Université de Technologie de Compiègne* - França em 1991.
  - 2 Graduado em Turismo e Hotelaria, pela Universidade do Vale do Itajaí, UNIVALI. Especialista em Metodologia do Ensino Superior, pela Faculdade Capivari, FUCAP.
  - 3 Atualmente é coordenador do curso de Ciências Contábeis das Faculdades Integradas do Vale do Itajaí. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Ciências Contábeis.



da própria sobrevivência em meio às relações de forças que o mercado de trabalho impõe.

As mídias sociais, as redes de tecnologia, passaram a incorporar, ainda mais, este espaço, que outrora era tido como sério e antiquado, para facilitar tanto o armazenamento, como a criação e compartilhamentos destes conhecimentos. De fato, é sabido que quem não se adapta, perde muito mais em relação com quem investe, tanto em pessoas, processos e em tecnologia. Por isso, as empresas buscam especializar suas equipes e seus Recursos Humanos, a fim de conceder e efetivar práticas que fazem parte da GC.

Com isso, a linguagem troca de cenário, passa a participar da relação triangular, em que empresa, por meio dos processos, os sujeitos e a tecnologia, por meio das práticas, se signifiquem e ressignifiquem o outro, possibilitando em construção ou desvinculação dos conhecimentos propostos.

A Análise de Discurso, teoria que surgiu com o advento da tecnologia, tão questionada por Michel Pêcheux, nos auxilia, desta forma, a entender como os discursos auxiliam na compreensão, construção, transformação e na utilização tanto do conhecimento, como nas práticas propostas pela GC. Sobretudo, por conta do seu teor crítico e social, nos possibilita compreender que a GC se tornou um discurso exigido e pré-determinado pelo mercado empregatício, por conta da grande demanda e evasão de sujeitos-funcionários e de serviços a serem prestados.

Por meio de conceitos discursivos, buscamos responder de que maneira o discurso auxilia para a efetivação das práticas dos espaços digitais na GC. Para tanto, temos como objetivo central analisar algumas práticas da GC, por meio do discurso nos/pelos espaços digitais.

### *Gestão do conhecimento: trajetos que se iniciam*

O espaço social, pós-capitalista, os sujeitos que neles se constituem, são configurados, hoje, por meio das práticas sociais legitimadas e reconhecidas do/no meio digital, tecnológico. O grande acesso se dá por conta da praticidade, bem como na instantaneidade como o conhecimento se materializa. A GC, por sua vez, busca, além de organizar os



conhecimentos possíveis, classificar, de maneira a segregar e agregar, o capital intelectual a ser gerenciado, buscando delimitar uma linha tênue entre início de gestão até o sucesso.

De acordo com Batista (2012), a GC é um método interligado, a fim de criar, compartilhar e inserir o conhecimento, de modo que o mesmo aumente a eficiência, melhore a qualidade e a convivência social. Também, para que contribua com a legalidade, as relações impessoais, com a moral e para a divulgação na maneira como a administração pública se relaciona com o desenvolvimento humano brasileiro.

A gestão, sob esta perspectiva, possibilita que a empresa, o mercado de trabalho, organize suas atividades em relação aos clientes, assim como se organize enquanto patrimônio, para que constantemente esteja em funcionamento, baseado no processo de aprendizagem organizacional, valorizando e priorizando o conhecimento do individual, do coletivo e do social.

Após a exploração das duas gestões, Fleury (2001) explica que a sociedade contemporânea, através do sistema capitalista que rege o funcionamento social da globalização, impõe, muitas vezes, organizações sem precedentes. Assim, se torna imprescindível dizer que as pessoas são os recursos mais valiosos para o cenário empresarial, uma vez que a empresa se tornou um lugar comum, no qual a GC engloba esta organização. Por isso, a aprendizagem se torna um eixo constitutivo do processo de formulação da GC, porque o desempenho trabalhista resultaria nas expressivas representações das suas competências aprendidas ao longo de sua vida. Ao dizer isso, os autores mostram que os processos de aprendizagem, assim como as condições de conhecimentos, se iniciam no nível individual, partindo posteriormente para o coletivo. Isto aparece como uma estratégia difundida, fazendo com que os seus funcionários tenham suas experiências, assim como competências, valorizadas em meio aos recursos humanos.

Em si, a GC busca analisar, estruturar as possíveis maneiras de se implementar a GC na organização de inúmeras práticas que se dão na sociedade, especialmente a empregatícia. Para os Recursos Humanos, assim como seu desenvolvimento organizacional em meio aos quesitos de eficácia, a gestão é uma competência que além de concernir sua transfor-



mação, traz benefícios concretos para sua definição. Por isso, pensar em complementação e ligação das alternativas, temos a Gestão por Competência e por Conhecimento.

Em “*A relação entre a Gestão por Competências e do Conhecimento e a Gestão de Recursos Humanos*”, Câmara e Queiroz (2011) apresentam como as organizações funcionam, difundido seus valores, que orientam os membros, afetando o setor de Recursos Humanos, que além de se encarregar da organização de um sistema, é o modelo pelo qual se refletirá a cultura. O imbricamento das gestões se efetiva na maneira como os Recursos Humanos atuam, estruturando o comportamento humano no trabalho, no qual colabora para a construção da sua própria imagem de organização – sendo que os modelos internos e externos são determinantemente significativos para o desempenho deste subsistema. Desse modo, a GC é estruturante neste processo de organização, uma vez que esta gestão se responsabiliza em disseminar os conhecimentos e as práticas pertinentes deste funcionamento.

A criação/produção/concretização do conhecimento, bem como sua organização e gestão, é o alicerce para inovação das empresas. De acordo com Nonaka (1997), podemos compreender que “a capacidade de uma empresa de criar novo conhecimento, difundi-lo na organização como um todo e incorporá-lo a produtos, serviços e sistemas” (p. 01) se dá pela GC, muito embora o autor estivesse falando mais sobre as empresas japonesas do que as brasileiras. A GC é a inovação para as relações nas e pelas empresas, que buscam atenuar e estruturar suas características trabalhistas. A inovação, também, se configura de maneira contínua, que, por sua vez, constituem as vantagens competitivas, tal como apontado pelo esquema: Criação de conhecimento → inovação contínua → vantagem competitiva.

Vale ressaltar que, a empresa, materializada no órgão especializado dos Recursos Humanos, se torna um fio condutor desta prática, moldando e controlando as produções e eficiências, colocando em validação o jogo triangular do método que se baseia em pilares para transformar informação em conhecimento: Processos > Pessoas > Tecnologias.



## *Os três pilares e sua estruturação com a gestão do conhecimento*

Segundo Nonaka e Takeuchi (2008), as empresas possuem habilidades em criar, metodicamente, o conhecimento organizacional que lhes permitiram, ou seja, cabe à empresa delimitar e padronizar sua GC, para que, na rotatividade das ações empresariais, os mecanismos do conhecimento lhes auxiliem na evasão da crise. A criação do conhecimento ocorre de forma contínua, de maneira circular, e em todos os níveis da organização, focando nos pilares estruturantes da GC.

Os pilares surgiram de maneira a vir ajudar os empresários a organizarem suas empresas, bem como otimizar relação/funcionabilidade entre funcionários e metas. Pessoas, processos e tecnologia, intrinsecamente, funcionam como o eixo modular em que as metas são efetivadas, sobretudo, em uma perspectiva humanista, proporcionada pelos Recursos Humanos.

A gestão, visando às pessoas, os processos e tecnologia em meio à era do conhecimento, segundo Alarcon (2015), se dá por conta da sociedade capitalista, a sociedade da informação, no qual, constantemente, se vendem, trocam, adquirem e buscam o conhecimento. De fato, o conhecimento é tido como uma das maiores riquezas do homem, ainda mais quando se coloca em questão a transição entre anseios e desafios profissionais em meio ao conhecimento.

As Práticas de GC definidas por Batista (2004), funcionam como mecanismos da gestão organizacional, restituída e direcionada para as possibilidades do conhecimento em meio a uma organização, tais como o compartilhamento, a produção, a aplicação deste conhecimento, muito embora sem deixar de se preocupar com o mundo exterior.

Isso significa que qualquer maneira de ficção e compreensão de um conhecimento, está ligada à maneira como este mesmo conhecimento está organizado, funcionando como um reflexo organizacional, muitas vezes produzido, em termos empresariais, pelos Recursos Humanos. Por isso, é de suma importância que as práticas de GC estejam em concomitância com os preceitos da empresa, bem como com a estratégia de



futuro em que está inserido. Quando pensamos em pessoas/processos/tecnologia, é possível compreender que estes são os eixos estruturantes de uma boa construção de êxito, se tornando os significantes para as ações empresárias funcionarem enquanto tais.

Ao pensarmos cada eixo do triângulo, que forma o pilar da GC, podemos compreender que cada prática possui uma função determinante na sustentação da construção do conhecimento, em meio a métodos, técnicas, aspectos facilitadores e barreiras perante esta organização. Entretanto, vale ressaltar que há uma singularidade importantíssima entre as práticas e os funcionamentos positivos da GC, que é a própria linguagem, já adquirida, materializada e resignificadora das produções de acesso. Embora Batista (2004, 2012) e Nonaka e Takeuchi (1997, 2008), sejam autores atemporais, mas que falaram antes do advento das redes sociais, ainda mais, como já dito nesta pesquisa, ao pensar na GC, enquanto uma possibilidade de funcionamento, estamos pensando-a em seu aspecto social, capitalista e empresarial, ou seja, não podemos descartar que, hoje, a GC funcione, sobretudo, acerca do próprio meio digital, como fonte enriquecedora e facilitadora da sua concretização.

Embora as três categorias das práticas de GC sejam, para Batista *et al.* (2005), consideradas arbitrárias, pois podem, facilmente, transcender a essa categorização estabelecida, as práticas são classificadas em três categorias estruturantes:

- Práticas relacionadas principalmente aos aspectos de gestão de pessoas (conhecimento) que facilitam a transferência, a disseminação e o compartilhamento de informações e conhecimento;
- Práticas ligadas primariamente à estruturação dos processos organizacionais que funcionam como facilitadores de geração, retenção, organização e disseminação do conhecimento organizacional;
- Práticas cujo foco central é a base tecnológica e funcional que serve de suporte à gestão do conhecimento organizacional, incluindo automação da gestão da informação, aplicativos e ferramentas de Tecnologia da Informação (TI) para captura, difusão e colaboração (ALARCON, 2015, p. 64).



Sobre isso, Davenport e Prusak (1998) ainda ressaltam que a melhor maneira de entender as práticas da GC é pelas etapas de geração, codificação e transparência e/ou compartilhamento do conhecimento. Isso significa que as práticas relacionadas, além de funcionarem arbitrariamente, constroem um ciclo de vivência no qual práticas se (co)relacionam. É válido ressaltar que, assim como a linguagem também se constitui pelo funcionamento (in)determinado das relações entre os sujeitos, as práticas da GC também se colocam em um lugar em que, embora sejam determinadas, se auto possibilitam transitar e a transformar o conhecimento organizacional em capital intelectual. Ainda mais importante do que o lugar em que se configura, compreendemos que tanto as práticas, como a linguagem, funcionam em meio aos espaços que, eficazmente, possibilitam a criatividade e a aprendizagem.

Voltando ao olhar para as empresas, Batista (2004, p. 15), entende que as práticas da GC reúnam quatro características. 1) São executadas regularmente; ou seja, são colocadas em práticas, elas não ficam no marasmo, garante que conforme são executadas, são atualizadas e aperfeiçoadas. 2) Sua finalidade é gerir a organização; em outras palavras, elas funcionam como um mecanismo controlador e determinante, embora não siga uma ordem específica, direciona o sujeito a agir de determinada maneira. 3) Baseiam-se em padrões de trabalho; ou seja, além de determinarem, como vimos na segunda característica, as práticas também estão em um funcionamento controlado, regido de uma instituição que se faz valer. 4) São os eixos voltados para a geração do conhecimento e a organização; essas etapas, que asseguram a produção, retenção, disseminação, compartilhamento ou aplicação do conhecimento dentro das organizações, coloca o sujeito praticante, enquanto um sujeito do conhecimento.

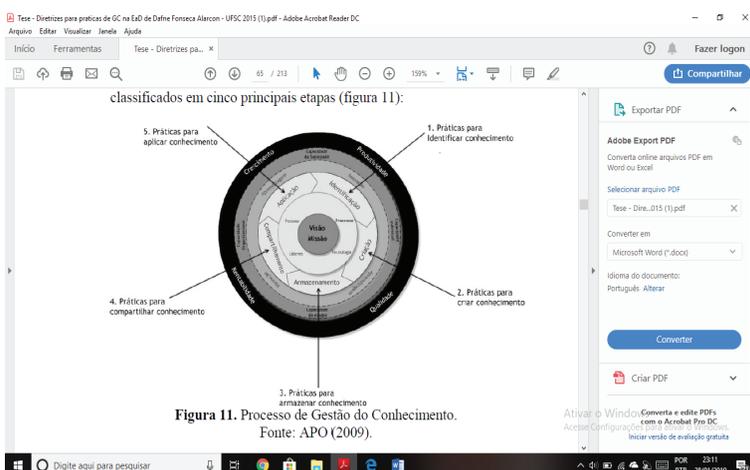
Se relacionarmos às práticas de GC ainda mais com o funcionamento da linguagem, podemos compreendê-la dentro do campo teórico da Análise de Discurso francesa, proposta por Michel Pêcheux, que relaciona a linguagem, psicanálise e marxismo. Embora essa relação pareça estranha, a GC também se coloca em um mesmo nível de interdiscipli-



naridade, a linguagem em meio às suas práticas de GC, o marxismo é constituinte da sociedade do capital, fazendo que a própria GC se valide enquanto uma diferenciação no mercado de trabalho e a psicanálise enquanto maneira de aquisição e obediência às ordens. Ou seja, a linguagem das práticas da GC, faz com que os sujeitos se encontrem na necessidade de se diferenciarem no mercado, o que, de acordo com Pêcheux (2015), seria uma necessidade pré-determinada, estabilizada, acerca de uma projeção imaginária, assim como afirma Orlandi (2012), do que se espera do funcionário, da empresa, da sociedade, colocando a GC no processo de antecipação. Segundo Orlandi (2012), a antecipação, para a Análise de Discurso, é o imaginário acerca das situações e os resultados advindos delas, é como se o Recursos Humanos se colocasse no lugar da empresa, no lugar dos empregados, no lugar da sociedade, se projetasse enquanto os processos, as informações, e tivesse uma noção do que resultaria. Em outras palavras, a GC também tem como objetivo a produção antecipada ou posterior de algum ativo a ser utilizado nos demais processos organizacionais.

Segundo o Manual da APO (2009, s/p), as Práticas de GC apresentam em cinco principais etapas.

**Figura 1 – Processo de Gestão do Conhecimento**



Fonte: APO (2009 s/p).

As cinco etapas são caracterizadas nos níveis de pessoas, processos, tecnologias e liderança, tendo como objetivo a visão/missão da organização e na sequência o ciclo dos processos de GC na ordem da Figura 1.

1. Identificação do Conhecimento, a) Ferramenta de Avaliação do Conhecimento; b) Café do Conhecimento; c) Comunidades de Prática; d) Ferramenta de Busca Avançada; e) *Clusters* do Conhecimento; f) Localizador de Especialistas; g) Espaço Virtual Colaborativo (YOUNG, 2010; BRASIL, 2003; BATISTA *et al.*, 2005).

2. Criação do conhecimento: a) *Brainstorming*; b) Aprendizagem e Captura de Ideias; c) Revisão Pós-ação; d) Revisão da Aprendizagem; e) Espaço Presencial Colaborativo; f) Base de Conhecimento; g) Blogs; h) Voz sobre IP (VOIP); i) Comunidade de Prática; j) Café do Conhecimento (YOUNG, 2010; BRASIL, 2003; BATISTA *et al.*, 2005).

3. Armazenamento do Conhecimento: a) Revisão da Aprendizagem; b) Revisão Pós-ação; c) Café do Conhecimento; d) Comunidades de Prática; e) Taxonomia; f) Sistema de Gerenciamento de Documentos; g) Bases de Conhecimento; h) Blogs; i) Voz sobre IP (VOIP); j) *Clusters* de Conhecimento; k) Localizador de Especialistas; l) Espaço Virtual Colaborativo (YOUNG, 2010; BRASIL, 2003; BATISTA *et al.*, 2005).

4. Compartilhamento de Conhecimento: a) Revisão por Pares; b) Revisão da Aprendizagem; c) Revisão Pós-ação; d) Narrativas; e) Espaço Presencial Colaborativo; f) Café do conhecimento; g) Comunidades de Prática; h) Taxonomia; i) Repositórios de Conhecimento; j) Blogs; k) Serviços de Rede Social; l) *Clusters* de Conhecimento; m) Localizador de Especialistas; n) Espaço Virtual Colaborativo (YOUNG, 2010; BRASIL, 2003; BATISTA *et al.*, 2005).

5. Aplicação do conhecimento: a) Revisão por Pares; b) Espaço Presencial Colaborativo; c) Café do Conhecimento; d) Comunidades de Prática; e) Taxonomia; f) Repositórios de Conhecimento; g) Sistema de Gerenciamento de Documentos; h) *Blogs*; i) Ferramenta de Busca Avançada; j) Base de Conhecimento; k) *Clusters* de Conhecimento; l) Localizador de Especialistas; m) Espaço Virtual Colaborativo (YOUNG, 2010; BRASIL, 2003; BATISTA *et al.*, 2005).



## *Gestão do conhecimento e discurso: o espaço digital como (re)produtor do conhecimento*

Tendo contextualizado, mesmo de maneira sucinta, o que seria a GC, bem como o que são essas práticas e como os pilares estruturantes da teoria funcionam, buscaremos, nesta subseção, compreender de que maneira o discurso auxilia para a efetivação das práticas de GC nos espaços digitais.

De acordo com Lacan (2005), a linguagem é o principal componente para as relações sociais, bem como a responsável pela sobrevivência humana. Ao pensarmos nisso enquanto eixo constitutivo para a GC, entendemos que ambas as teorias, embora sejam de campos do saber diferentes, se relacionam e funcionam para um bem comum.

A linguagem, assim como a GC, possibilita e facilita as relações humanas, se alteram de acordo com suas necessidades, ou seja, assim como Batista (2005), afirma que as práticas da GC podem/são arbitrárias, a linguagem também é. Aliás, se respaldarmos em Lacan (2005), para poder compreender a afirmativa de Batista (2005), podemos afirmar que as práticas da GC só são arbitrárias, porque a linguagem possibilita que ela seja.

Aqui, quando falamos em linguagem, não estamos presos a um conceito *stricto, a priori*, pensando apenas na língua. Estamos pensando de acordo com Pêcheux, que pensava a linguagem em meio ao seu percurso, pelo curso, pelos seus movimentos, pelas suas trocas e pelo cenário em que o discurso se configurava, seja em uma relação de força, como é o que vemos nas empresas, seja nas relações humanas básicas, como no discurso familiar.

Sobretudo, focados em nosso objetivo geral, que é analisar as relações discursivas que emergem da GC, notamos que a empresa se coloca enquanto uma Formação Discursiva, que segundo Orlandi (2012), explica ser um discurso no qual está determinado o que pode e o que não pode ser dito. Isso se dá, justamente, porque a empresa precisa se colocar em um lugar de responsabilização perante os sujeitos que interpela, em outras palavras, seria que a empresa também precisa produzir as regras,



para poder manter a ordem do seu próprio discurso, e conseqüentemente resultará em efetivação das atividades. O sucesso.

Como já dito nesta pesquisa, respaldados em Alarcon (2015), compreendemos que existe uma antecipação de reação/resultada nas práticas de GC. Discursivamente, podemos afirmar que qualquer relação social, ainda mais em um mundo capitalista, há um processo imaginário de antecipação. Segundo Orlandi (2012), a antecipação faz parte das relações de forças, das projeções imaginárias e dos funcionamentos sociais, assim como a GC também faz. Uma vez que, ao discursivizar, seja a empresa, seja o sujeito, o discurso será construído nas/pelas imagens que se têm de cada situação, de cada condição de produção. Sobretudo, essa relação é formada por:

Grupos de pessoas que compartilham uma preocupação ou um sentimento por algo que fazem e aprendem. No contexto da Gestão do Conhecimento, as Comunidades de Práticas são formadas intencionalmente ou de forma espontânea para compartilhar e criar habilidades comuns, conhecimento e experiência entre os participantes (APO, 2009, s/p).

Um dos espaços que mais englobam esse funcionamento, nos dias atuais, é a rede, o espaço digital, no qual, além de facilitadora de serviço, mantém os sujeitos em interação. Hoje, as práticas da GC se aplicam, facilmente, por meio digital, *online*, assim como os processos da linguagem também funcionam neste mesmo espaço.

Ao realizar uma entrevista de emprego *online*, o sujeito se encontrará em um lugar discursivo de dizer autorizado pela empresa, que por vez já se coloca em seu lugar institucional que autoriza este sujeito a estar/dizer neste lugar digital. Temos, nesta situação, a exemplificação tanto de uma prática da GC, como a presença dos pilares da GC, pois uma entrevista *online* configura, primeiramente, a identificação do conhecimento, no qual a empresa/o Recursos Humanos, já especializados em GC, buscam analisar o sujeito-candidato, a fim incluí-lo em seu corpo de empregados. O sujeito, seria a pessoa, a entrevista *online*, o processo, e o espaço possibilitado para que isso acontecesse, a tecnologia. Neste procedimento, é indispensável a não aplicação de um mapeamento do conhecimento, que é:



Processo pelo qual as organizações podem identificar e categorizar os ativos de conhecimento dentro da organização. Permite que uma organização possa alavancar competências existentes na organização, bem como identificar as barreiras e restrições para o cumprimento de metas e objetivos estratégicos (APO, 2009, s/p).

Ainda mais, após a aprovação/contratação deste sujeito, muitas vezes, ele terá que trabalhar com mais espaços digitais, bem como *e-mails*, *trello*, *hubSpot*, *slack*, que são ferramentas básicas, que além de possibilitarem o funcionamento/produção discursivo dentro do espaço do trabalho, possibilita que este discurso seja materializado por meio de informação e armazenamento digital. Isso auxilia para a efetivação e concretização do conhecimento em meio à internet, no qual se faz necessária nos dias atuais. Em outras palavras: “grupo de pessoas que compartilham uma área de interesse comum. São sistemas de apoio social online para encontrar pessoas com necessidades e interesses em comum, compartilhar conteúdos e documentos relevantes” (APO, 2009, s/p).

Sobretudo, é uma “prática que permite que as pessoas trabalhem em colaboração, compartilhando documentos, edição colaborativa em coautoria, áudio e videoconferência, independentemente de onde estejam localizadas fisicamente” (APO, 2009, s/p).

Vale lembrar que a teoria discursiva compreende que um discurso, ao possibilitar as condições de produção dos seus dizeres, ele está funcionando em meio às relações de forças, materializando as áreas do saber, por meio dos sujeitos que se assujeitam às regras impostas, e autorizam/reconhecem este discurso enquanto determinado, estabilizado e autorizado.

O espaço digital, passa a ocupar um lugar determinante, ainda mais que, para Orlandi (2012), este lugar ocupado, configura nas situações possibilitadas do dizer, ou seja, possibilita as relações humanas. E pensar o digital, é pensar na generosidade do lugar, nas múltiplas ferramentas disponíveis, e na significação e materialização do discurso e do conhecimento. A GC, discursivamente, pensa cada sujeito individualmente, a fim de inseri-lo em um conjunto, ou seja, por mais que cada sujeito te-



nha suas condições de produção/ideologias próprias, ela, enquanto uma Formação Discursiva, conduz o sujeito para uma condição institucional.

### *Considerações finais*

Destarte, é perceptível que a GC é um lugar, discursivamente falando, em que as informações são organizadas, para que haja uma tomada de decisão, ou seja, possuem um propósito, embora isto não seja consciente. A GC é um processo sistemático, articula e surge como intencional, mas, no entanto, isto é apenas uma imposição social, dita por alguém, que ouvirá de outrem, e a colocaram como determinada, estabelecida. Não que isso seja errado, pelo contrário, mas de acordo com a Análise de Discurso, não é intenção, no máximo, uma vontade de intenção, que surge em meio às relações de forças e pelas projeções imaginárias.

A GC, ao trazer a codificação, disseminação e a apropriação do conhecimento, buscar atingir uma excelência organizacional, que será frutífera para a organização em que este mecanismo configurará. Falando em projeções imaginárias, a GC possui componentes coercitivos que auxiliam no seu destaque, em meio às relações de forças, que são os planejamentos, a organização, a motivação, o controle de pessoas, processos e os sistemas em que a organização do conhecimento garante que seus relacionamentos, bem como todo o conhecimento que isso gera, permaneçam ativos e efetivamente empregados.

As práticas da GC são fundamentais para construir a imagem tanto da empresa, quanto da própria GC, pois, inconscientemente, elas são aplicadas de maneiras conscientes, para controlar e civilizar este discurso específico. O discurso, aqui, emerge das relações entre prática de GC, sujeitos e instituição, refletindo no resultado. A uma interação discursiva que significa e ressignifica todas as condições de produção destes resultados, bem como a maneira como as práticas de GC serão aplicadas, uma vez que a organização até pode ser a mesma, mas os sujeitos, ideologicamente cognitivos, não o são.



As metodologias agile<sup>4</sup>, que são os *frameworks*, ou seja, as ferramentas digitais que são utilizadas na interação e funcionamento comunicacional de uma empresa, são estratégias e táticas de organizacionais. Dessa maneira, a fim de compreender de que maneira o discurso auxilia para a efetivação das práticas dos espaços digitais na GC, entendemos que o discurso ele só não auxilia, como ele é quem possibilita que as práticas digitais, em meio aos componentes basilares e às práticas da gestão do conhecimento, sejam reconhecidas enquanto tais, de suma importância, e que reconheça/autorizam sua existência em um espaço tido como disciplinador.

Discursivamente, ao falar das questões organizacionais, hoje, em meio ao funcionamento moderno social, rememora-se questões que auxiliam as organizações e possibilitam o (auto) controle das funções realizadas, tais como folhas-pontos *onlines*, ferramentas de entrevistas, conversação e blocos de notas digitais. Ou seja, se na sociedade moderna é impossível se desvincular da linguagem, quem dirá da tecnologia. Ainda mais quando se fala no ciclo dos processos da GC, desde a criação, até a aplicação, qual é um refinamento da memória, transformando o conhecimento em uma memória organizacional empresarial, sejam transferidos, sejam compartilhados.

Por fim, o capital social e o capital do conhecimento, propõem que a GC seja uma área interdisciplinar, que assim como a linguagem, muitas vezes é tida como subjetiva, por nem sempre apresentar um resultado concreto, em nível de consciência, pois inconscientemente, só teremos o encontro com o resultado, no momento que em atualizarmos nossos discursos, materializando-os em/nas relações entre sujeitos e/ou instituições.

---

4 <https://www.lecom.com.br/blog/valores-da-metodologia-agile/>. Acesso em: 19 jan. 2019.



## Referências

- ALARCON, Dafne Fonseca. **Diretrizes para a implantação das Práticas de Gestão do Conhecimento na Educação a Distância**. 2015. 213f. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento), Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, EGC/UFSC, Florianópolis/SC.
- APO. Knowledge management: Facilitator's Guide, 2009. Disponível em: [http://www.apo-tokyo.org/00e-books/IS-39\\_APO-KM-FG.htm](http://www.apo-tokyo.org/00e-books/IS-39_APO-KM-FG.htm). Acesso em: 19 de jan. de 2019.
- BATISTA, Fábio Ferreira. **O governo que aprende: gestão do conhecimento em organizações do executivo federal**. Brasília: Ipea, 2004. (Texto para Discussão, n. 1022).
- BATISTA, Fábio Ferreira; PACHECO Fernando Flávio; TERRA, José Cláudio Cyrineu; QUANDT, Carlos Olavo. **Gestão do conhecimento na administração pública**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/IPEA, 2005.
- BATISTA, Fábio Ferreira. **Modelo de gestão do conhecimento para a administração pública brasileira - como implementar gestão do conhecimento para produzir resultados em benefício do cidadão**. Brasília: Ipea, 2012.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. **Cem palavras para gestão do conhecimento**. Brasília: Ministério da Saúde, 2003, 28p.
- CÂMARA, Mauro Araújo; QUEIROZ, Tathiana Maria Viana **Stemler Morandi de**. Gestão por Competências e Gestão do Conhecimento: suas características e a área de Recursos Humanos. **Revista Perspectivas em Políticas Públicas**. v. 4, n. 8, 2011.
- DAVENPORT, Thomas H.; PRUSAK, Laurence. **Conhecimento empresarial**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- FLEURY, Maria Tereza L.; OLIVEIRA JR., Moacir M. **Gestão Estratégica do Conhecimento: integrando aprendizagem, conhecimento e competências**. São Paulo: Atlas, 2001.
- LACAN, Jacques. **O triunfo da religião: precedido de Discurso aos católicos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- NONAKA, Ikujiro; TAKEUCHI, Hirotaka. **Criação de conhecimento na empresa**. 19. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
- NONAKA, Ikujiro; TAKEUCHI, Hirotaka. **Criação de conhecimento na empresa**. Porto Alegre: Bookman, 2008.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 10 ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.
- PÊCHEUX, Michel. **Discurso: estrutura ou acontecimento**. 8.ed. Campinas: Pontes, 2015.
- YOUNG, Ronald. **Knowledge Management Tools and Techniques Manual**. Published by the Asian Productivity Organization, Tokyo, 2010.





**10**

# Professor e inovação e(em) discurso: produção e circulação de sentidos em espaço digital

TÁCIA ROCHA<sup>1</sup>

ISMARA ELIANE VIDAL TASSO <sup>2</sup>

Sob a égide do conceito “modernidade líquida” que preconiza a liquidez da sociedade, cuja forma está em constante mudança, que nunca se fixa no espaço e no tempo (BAUMAN, 2001, p. 3), se depreende o objeto que rege as condições de existência dos enunciados (FOUCAULT, 2008) acerca do conhecimento, da informação e do saber: flexibilidade. Tal conceito atuou na reestruturação do capitalismo uma vez que compreende a inovação tecnológica e a transformação organizacional, constituindo o paradigma da tecnologia da informação (TI). É também parte dos procedimentos regidos pela lógica de redes na ordem global de mercado.

Com efeito, as sociedades se tornam cada vez mais multiculturais, tecnologizadas, com reduzida distância entre o público e o privado, com maior acesso à diferentes modalidades de busca do conhecimento, nas quais há uma permanente mobilidade dos perfis profissionais e reduzida intervenção estatal. Tal regime de dizibilidade e de visibilidade (DELEUZE, 2005) confere à educação um espaço outro à medida que ela e a universidade “perdem progressivamente o monopólio da criação e transmissão do conhecimento” (LÉVY, 1999, p. 158). Por consequência, recebem a dupla missão de orientar os percursos individuais do saber e de contribuir para o reconhecimento de conjuntos de saberes já pertencentes às pessoas (LÉVY, 1999, p. 158).

- 
- 1 Doutoranda e mestra em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Graduada em Publicidade e Propaganda pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER).
  - 2 Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (2003), com estágio pós-doutoral na Unicamp (2012); mestre em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1997) e graduada em Letras pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Jandaia do Sul (1975).



Nesse sentido, interessa a esta pesquisa pensar a Educação como um campo do saber-poder que centraliza o/a aluno/a no processo de ensino-aprendizagem por meio de métodos ativos e da abordagem por competências (PERRENOUD, 1999, p. 53 *apud* DUARTE, 2008b, p. 6). Nessa ordem discursiva, o enunciado “aprender a aprender” – presente no relatório Jacques Delors (UNESCO, 2006, p. 20), torna-se um dos pilares da educação do século XXI e sintetiza o conceito flexibilidade “aplicado” à ela, a fim de formar os sujeitos criativos que melhor se adaptem aos ditames da sociedade neoliberal (DUARTE, 2008b, p. 11). “Hoje o valor é criado pela ‘produtividade’ e pela ‘inovação’, que são aplicações do conhecimento do trabalho” (DRUCKER, 1997, p. XVI-XVII). Segundo essa prática discursiva, tal atuação visa conferir maior autonomia ao aluno para que ele possa encontrar uma solução inovadora para dado problema.

Nesse processo, a posição tradicional do/a professor/a como figura central do ensino-aprendizagem é transferida em parte à memórias e bancos de dados, restando à ele/a uma posição coadjuvante no processo de ensino e de aprendizagem. Sob essa perspectiva, o objetivo deste capítulo é apresentar os modos de objetivação da educação e de seus agentes, aluno/a e professor/a sob a ordem da inovação e como são materializados no site *Porvir.org*. Trata-se de um recorte de pesquisa, em nível de mestrado, vinculada às reflexões empreendidas no Grupo de Pesquisa em Análise do Discurso (GEDUEM) e defendida em 2017, no programa de pós-graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Com tal propósito e visando à prática analítica a ser empreendida, o tema é abordado em três segmentos: (a) Regimes de ver e de dizer a educação da/na Sociedade da Informação e do Conhecimento na qual se discute; (b) Regimes de Verdade: o que é ser professor/a e aluno/a na cultura da convergência; c) por fim tecemos as considerações finais ressaltando os principais resultados apreendidos na análise.



## *Regimes de ver e dizer a educação da/na sociedade da informação e do conhecimento*

Ao empreender uma análise discursiva amparada nos preceitos de Michel Foucault que toma como objeto o discurso, implementamos noções basilares no trato analítico nesta e na próxima seção. Assim, tomamos *A Arqueologia do Saber* como referência para tal percurso realizando um diálogo entre teoria e análise, primeiramente “problematiza[ndo] a unidade do discurso em relação ao espaço comum em que vários objetos se perfilam e continuamente se transformam” (TASSO, 2013, p. 119). Isso porque o acontecimento funciona como um elo entre as diferentes materialidades, na busca das unidades que ali se formam na dispersão dos enunciados (TASSO, 2013, p. 119).

Assim, ao problematizarmos o modo como ocorre a circulação da prática discursiva sobre a educação, seus agentes, aluno/a e professor/a, e a inovação consideramos a criação da internet, nos anos 1960, como acontecimento de impacto sobre o verdadeiro da época, sendo condição de emergência para mudança de condutas da sociedade. Os anos 1990 é época em que o neoliberalismo e a globalização ganham vigor e cuja governamentalidade age por meio da Sociedade da Informação (SI). A SI é tomada como acontecimento discursivo uma vez que promove transformações: a) no setor econômico, a transposição da manufatura para os serviços; b) no campo tecnológico, a tecnologia desenvolvida, com bases científicas, é central para as modernas indústrias; c) no campo social, trata-se da ascensão de novas elites técnicas e o advento de um novo princípio de estratificação social (BELL, 1973, p. 538).

Em seguida, deve-se “*individualizar um conjunto de enunciados relativo a um dispositivo, realizada por meio da definição da regra de aparecimento*” (TASSO, 2013, p. 119, grifos nossos), que são as condições de (co)existência dos discursos, de manutenção, de modificação e de desaparecimento em uma dada repartição discursiva (FOUCAULT, 2008, p. 43). Para tanto, tomamos como dispositivo Sociedade da Informação e do Conhecimento e selecionamos para este capítulo séries enunciativas advindas de decretos, leis, manuais, relatórios, planos educacionais a fim



de tornar visível os sistemas de enunciabilidade do sujeito em questão materializado no site *Porvir.org*. O objetivo é “reconhecer o sistema que rege a transformação do objeto que constitui o dispositivo desse mesmo conjunto” (TASSO, 2013, p. 119, grifos nossos). O dispositivo é tomado como um conjunto heterogêneo, que organiza seus elementos, estabelecendo uma rede entre eles. Sua função principal é responder a uma urgência (FOUCAULT, 2015, p. 364).

Continuando na tomada analítica, deve-se *identificar a “lei de exclusão ou de implicação recíproca do objeto* nesse conjunto enunciativo” (TASSO, 2013, p. 119, grifos nossos), que institui a “vontade de verdade que, como os outros processos de exclusão, apoia-se sobre um suporte institucional” (FOUCAULT, 2012, p. 16-17). Aplicado ao campo discursivo, na educação, os anos 1990 “foram marcados pela emergência de um discurso, sustentado pelos organismos internacionais de cooperação e de financiamento, que promove a educação como estratégia vital para o desenvolvimento nacional auto-sustentável”. Essas condições de emergência foram sustentadas pelo regime de verdade do “paradigma tecnológico baseado na tecnologia da informação” (CASTELLS, 2000, p. 52-53), que, por sua vez, conduziu práticas da governamentalidade como a SI que representa:

uma profunda mudança na organização da sociedade e da economia, havendo quem a considere um novo paradigma técnico-econômico. É um fenômeno global, com elevado potencial transformador das atividades sociais e econômicas, uma vez que a estrutura e a dinâmica dessas atividades inevitavelmente serão, em alguma medida, afetadas pela infra-estrutura de informações disponível (TAKAHASHI, 2000, p. 5).

Com efeito, o novo regime de verdade se articula por meio do dispositivo Sociedade da Informação e [também] do Conhecimento (SIC), instituindo modos de condutas nos campos político, econômico, tecnológico, estatal, jurídico, educacional, cultural, social e científico conforme prevê o documento da SI no Brasil – Livro Verde (LV) (TAKAHASHI, 2000) produzido após a promulgação do Decreto n.º 3.294/99 (BRASIL, 1999). O decreto é composto por três artigos que institui o Programa Sociedade da



Informação (PSI), delega sua coordenação ao MCT e estabelece o vigor da norma a partir da data de sua publicação, 15 de dezembro de 1999.

No LV (TAKAHASHI, 2000), o tema “educação” é tratado no quarto capítulo, no qual ganha vitalidade o discurso sobre a “desigualdade de oportunidades relativas ao desenvolvimento da capacidade de aprender e concretizar inovações” é visto como um obstáculo para a educação na SI. Nessa grade de especificação, as tecnologias de informação e comunicação (TIC) desempenhariam a “construção de uma sociedade que tenha a inclusão e a justiça social como uma das prioridades principais” (TAKAHASHI, 2000, p. 45).

Numa SI, as TIC funcionam como meios para realizar a participação ativa do cidadão. “As tecnologias da informação e comunicação devem ser utilizadas para integrar a escola e a comunidade, de tal sorte que a educação mobilize a sociedade e a clivagem entre o formal e o informal seja vencida” (TAKAHASHI, 2000, p. 45). Desse modo, a tecnologia se infiltra em todas atividades humanas, alterando as práticas e o conceito de cidadania. Essa regularidade discursiva aparece no site *Porvir.org*.

**Quadro 1 - Transcrição do vídeo “Especial Tecnologia na Educação: Por que usar Tecnologia” (frame 1).**

Frames	Transcrição de áudio
<p>Frame 1: três grandes desafios da educação</p> 	<p>(0) A tecnologia já mudou a forma como a gente faz muitas coisas na vida. Como a gente produz, como a gente consome, interage, até mesmo como a gente exerce a nossa cidadania. Agora é a vez da tecnologia mudar a forma como a gente aprende e ensina.</p> <p>Se antes a gente educava os alunos para usar a tecnologia, hoje a gente usa tecnologia pra educar os alunos. E assim a gente consegue avançar na superação de <b>três grandes desafios da educação brasileira</b>.</p>

Fonte: as autoras (2019), decupagem do vídeo, com seleção de frames e transcrição completa de áudio. Disponível em: <https://youtu.be/IzsHAIcVxr8>. Acesso em: 10 dez. 2018.

O *Porvir.org* identifica-se, de acordo com o Vídeo “Especial Tecnologia na Educação”, com o momento atual da educação. Inscreve-se na prática discursiva regida pelo dispositivo Sociedade da Informação e do Conhecimento. Na conjuntura da função enunciativa, o professor, referencial para o sujeito *Porvir*, é convidado a fazer parte das transformações que as TIC estão promovendo nas práticas, inclusive no exercício da cidadania. Por seu turno, o conceito de cidadania é reformulado, inscrevendo-se em práticas de aprendizagem continuada como condição de sobrevivência, dado o mundo capitalista em transformação ininterrupta, na qual a inovação se torna um conceito de primeira importância. Cultivar por meio da educação a capacidade de inovar é garantir que o sujeito possa ser útil ao mundo global.

Almeja-se, nesse sistema educacional, ao desenvolvimento de “competências suficientemente amplas” para atuar no mercado de trabalho, em ininterrupta mudança, isto é, não se trata de chegar à excelência em uma competência, mas de estar preparado para qualquer circunstância num mercado em mutação e com trabalhos precarizados. Por essa razão, a escola inscrita na SI é conduzida pelo saber pedagógico da construção das competências, cujo foco são o aluno e os métodos ativos (PERRENOUD, 1999, p. 53 *apud* DUARTE, 2008a, p. 5). Duarte ainda cita Philippe Perrenoud, que em seu livro *Construir as competências desde a escola*, afirma que a formação de competências passa da lógica do ensino para a lógica do treinamento (*coaching*) para se construir as competências, à medida que as exercita. Tal princípio, preconizado pela escola da SIC, está contemplado na plataforma *Porvir.org*, cujo fim é garantir a conectividade.

Figura 1 – Desenvolver a competência de aprender a aprender

## O que deveria acontecer nas escolas uma vez que elas tenham internet veloz?

- Os currículos e as práticas educativas devem colocar **menos foco em conteúdo** e desenvolver a capacidade de o aluno **aprender a aprender**.

Fonte: Recomendações para garantir conectividade nas escolas. (PORVIR, 2015b).



De posse da “internet veloz”, não há porque o currículo e as práticas do/a o/a professor/a replicar informações que estão disponíveis para qualquer sujeito, no banco de dados. O foco é “desenvolver a capacidade de o aluno *aprender a aprender*”. Em outras palavras, a biopolítica atua na constituição da competência em aprender e em colocar os conhecimentos em prática para gerar um produto, uma rentabilização. Estando todo conteúdo disponível, a escola fica encarregada de ensinar ao/a aluno/a o que fazer com a informação. É nesse sentido que a educação dos sujeitos é uma condição de sobrevivência da SI “na medida em que as mudanças nas organizações e no trabalho resultarão na redução dos postos e da jornada de trabalho, ensejando outra distribuição entre tempo de trabalho e tempo de vida” (BEMFICA, 2002, p. 182). O mercado precisa de sujeitos úteis para atuar na expansão do capitalismo que não é mais local, mas global (BAUMAN, 1999).

Numa sociedade em que o modelo disciplinar está em decadência, os meios puramente rígidos e de confinamento não funcionam mais. Podemos aplicar o conceito de sociedade de controle enunciado por Foucault e retomado por Deleuze (1992, p. 216), em que funciona por controle contínuo e comunicação instantânea. Nesse sentido, a escola não pode mais se restringir à ecologia analógica, em que os mecanismos e instrumentos são a caneta, o papel, o caderno, o livro, a voz do professor, a lousa, o giz, as cadeiras e as quatro paredes de carteiras enfileiradas, e cujo currículo é composto por disciplinas rigidamente estabelecidas. É preciso adicionar flexibilidade e mobilidade, redefinindo a arquitetura escolar e, portanto, seus regimes de visibilidade para a ecologia digital.

Para efetuar o funcionamento desse controle exercido por meio da tecnologia, a SI normatiza as condições necessárias como é enunciado pelo *Porvir.org* e o que se enuncia é voltado a gestores escolares e secretarias de educação.



Quadro 2 – Transcrição do vídeo “Especial Tecnologia na Educação: Por que usar Tecnologia” (frame 9a)

Frames	Transcrição de áudio
<p data-bbox="157 291 541 317"><b>Frame 9: 8 Assegurar infraestrutura</b></p>  <p data-bbox="157 644 370 734"><b>Próximos letterings:</b> 8.1 Internet veloz 8.2 Wi-fi</p>	<p data-bbox="611 291 1045 378">(8) Mas pra que tudo isso aconteça, é preciso garantir algumas condições imprescindíveis.</p> <p data-bbox="611 387 1045 508">(8.1) <b>Conectividade.</b> A internet veloz, estável é fundamental para que alunos e professores tenham acesso a plataformas e recursos mais sofisticados;</p> <p data-bbox="611 517 1045 638">(8.2) Também é preciso garantir a rede lógica dentro da escola. Quanto mais wi-fi mais é possível usar a tecnologia de diferentes maneiras.</p>

Fonte: as autoras (2019), decupagem do vídeo, com seleção de frames e transcrição completa de áudio. Disponível em: <https://youtu.be/IzsHAIcVxR8>. Acesso em: 10 dez. 2018.

Na SI, uma série de procedimentos compõe o controle dos corpos, a começar pela implantação de uma infraestrutura adequada em escolas e outras instituições de ensino, organizada por: computadores, dispositivos, *software* educacional nas salas de aula e/ou laboratórios mais a conectividade em rede – a Internet (TAKAHASHI, 2000, p. 45). Trata-se de uma forma de exercício do controle por meio da ecologia digital, no qual a conectividade é o que garante a rede entre os dispositivos de informática e constitui umnexo de controle e comunicação. A conexão wi-fi é a tecnologia que possibilita a conexão móvel. Para exemplificar o funcionamento da lógica da rede indicada pelo *Porvir.org* no regime de visibilidade da escola da SI, recortamos um plano de tecnologia para educação, igualmente referenciado para as secretarias de educação com base no que está sendo adotado por São Paulo e Pernambuco.

Figura 2 – Modelo de Plano de tecnologia para educação (a)



Fonte: Porvir (2015a). Disponível em: <http://porvir.org/especiais/tecnologia/#infraestrutura>. Acesso em: 10 dez. 2019.

O enunciado “Veja o que São Paulo e Pernambuco adotam e planeje suas estratégias” tenta tangibilizar a normalização do dispositivo Sociedade da Informação e do Conhecimento. A tática é exemplificar com o plano de tecnologia usado pelas secretarias de educação de dois Estados brasileiros e assim, estimular a adesão por parte de outros Estado: “O Porvir ouviu as duas secretarias estaduais para entender como estratégias, processos e modelos de compra e de manutenção são traduzidos em um plano de tecnologia para educação”. O plano de cada secretaria é revelado quando se clica nos botões “São Paulo” e “Pernambuco”. A secretaria de educação de outro Estado pode acessar o mesmo modelo em forma de arquivo e elaborar seu próprio plano a partir do modelo disponibilizado.

Outro aspecto importante da análise é que troca de SI, usado no LV (TAKAHASHI, 2000) por Sociedade do Conhecimento (SC) no LB (MCT, 2002a), demonstra o funcionamento da governamentalidade global, pois o sintagma ganhou vigor a partir dos “círculos de iniciados, e uma cúpula mundial o consagrou” (AMBROSI; PEUGEOT; PIMIENTA, 2005, p. 22), mais precisamente do primeiro encontro da *Cúpula Mundial da Sociedade da Informação (CMSI)*, em 2003. A CMSI foi realizada em duas fases: a primeira fase, em Genebra, de 10 a 12 de dezembro de 2003, e a

segunda fase, em Tunis, de 16 a 18 de novembro de 2005, “a fim de promover sociedades do conhecimento de caráter *inclusivo e equitativo* em um *ambiente em transformação*” (MANSELL; TREMBLAY, 2015, p. vii, grifos nossos). Esse discurso de equidade aparece na prática discursiva do *Porvir*:

**Quadro 3 – Transcrição do vídeo “Especial Tecnologia na Educação: Por que usar Tecnologia” (frame 2a)**

Frames	Transcrição de áudio
<p><b>Frame 2: 1 Primeiro Desafio: Equidade</b></p> 	<p>(1) O primeiro deles é a <b>equidade</b>. Com tecnologia a gente consegue ampliar o acesso dos alunos, não importa se eles estão em regiões vulneráveis ou até geograficamente dispersas.</p>

Fonte: as autoras (2019), decupagem do vídeo, com seleção de frames e transcrição completa de áudio. Disponível em: <https://youtu.be/IzsHAIcvxR8>. Acesso em: 10 dez. 2018.

A competitividade entre os sujeitos se torna mais “justa” e “possível” com as condições “iguais” de conectividade. Cada cidadão terá acesso à informação e poderá transformá-la em conhecimento e inovação. O acesso de alunos/as deve ser tanto à rede lógica, quanto aos recursos digitais de qualidade, como é possível depreender do enunciado:



**Quadro 4 - Transcrição do vídeo “Especial Tecnologia na Educação: Por que usar Tecnologia” (frame 2b)**

Frames	Transcrição de áudio
<p>Frame 2: 1.1 Ampliação do acesso</p> 	<p>(1.1) Que eles possam ter <b>acesso</b> a recursos de <b>qualidade</b>, a vídeo-aulas, a <i>games</i>, a plataformas.</p>

Fonte: as autoras (2019), decupagem do vídeo, com seleção de frames e transcrição completa de áudio. Disponível em: <https://youtu.be/IzsHAIcvXR8>. Acesso em: 10 dez. 2018.

A qualidade à qual se refere a sequência enunciativa acima está relacionada aos ambientes de aprendizagem, um efeito de memória na educação. Destacamos que no regime de visibilidade do encontro do CMSI, sobretudo, com a formalização da troca de SI por SC, expande a infraestrutura material para atuar sobre os sujeitos também. O acesso à informação torna-se insuficiente, uma vez que os sujeitos devem ter competência para transformá-la em conhecimento. Por isso, o enunciado *ensino de qualidade* se estende para além dos muros escolares, em ambientes informais, a fim de promover a participação ativa do aluno. As TIC ajudam na empreitada da qualidade, como observada a regularidade no quadro 5.



**Quadro 5 - Transcrição do vídeo “Especial Tecnologia na Educação: Por que usar Tecnologia” (frame 3a)**

Frames	Transcrição de áudio
<p>Frame 3: 2 Segundo Desafio: Qualidade</p> 	<p>(2) Outro desafio que as tecnologias ajudam a gente a superar é o da <b>qualidade</b>.</p>

Fonte: as autoras (2019), decupagem do vídeo, com seleção de frames e transcrição completa de áudio. Disponível em: <https://youtu.be/IzsHAIcVxR8>. Acesso em: 10 dez. 2018.

Dessa maneira, o discurso da qualidade no ensino é revitalizado no documento da Unesco (MANSELL; TREMBLAY, 2015) porque a “educação é fundamental para o desenvolvimento das sociedades do conhecimento já que é a fonte de habilidades básicas, a base para a aquisição de conhecimento, para a inovação, além de impulsionar o desenvolvimento socioeconômico” (MANSELL; TREMBLAY, 2015, p. 6). O discurso organizado pelo dispositivo Sociedade da Informação e do Conhecimento, na racionalidade da globalização, prescreve quatro enunciados que orientam os modos e condutas das políticas educacionais: a) liberdade de expressão e liberdade de informação; b) acesso universal à informação e ao conhecimento; c) ensino de qualidade para todos; d) respeito à diversidade cultural e linguística (MANSELL; TREMBLAY, 2015).

Diante das sequências enunciativas depreendidas do discurso regido pelo dispositivo Sociedade da Informação e Conhecimento em funcionamento no campo educacional, passamos para análise dos modos de objetivação do/a professor/a inovador/a nessa prática, tomando como sob o regime neoliberal e na ordem da globalização.



## *Regimes de verdade: o que é ser professor/a e aluno/a na cultura da convergência*

Na seção anterior pudemos compreender como os enunciados compõem a SIC, conforme arquivo analisado, relacionam a educação no século XXI à cidadania, aos papéis a serem desempenhados pelo aluno e professor, ao uso de tecnologias em âmbito escolar. Tais práticas produzem efeitos substanciais no modo como o conhecimento circula e é apreendido e diante disso, quais posições professores/as e alunos/as devem tomar no processo de ensino-aprendizagem.

Iniciando pelo aspecto de distribuição da informação, as TIC possibilitaram a “criação de uma arquitetura informativa que não se limita a distribuir informação, mas é, também, interativa” (LEMOS; DI FELICE, 2014, p. 7). Diversos atores passam a produzir conteúdos, distribuí-los e, ao mesmo tempo, ter acesso a todos eles. Trata-se de um diálogo estabelecido no mundo globalizado, mediado por ferramentas digitais, a comunicação mediada pelo computador (CMC). A CMC possibilita o aparecimento do objeto “rede social”, definido por um conjunto composto por dois elementos: atores e conexões. Os primeiros correspondem às pessoas, instituições ou grupos. São os nós da rede que se ligam por meio de conexões, ou seja, os laços sociais são constituídos por meio das interações. Rede, é, portanto, “uma metáfora para observar os padrões de conexão de um grupo social, a partir das conexões estabelecidas entre os diversos atores” (RECUERO, 2009, p. 24).

Nesse regime de verdade que sustenta a rede, a cultura da convergência tem sua relevância por designar o conjunto de transformações no modo como “as velhas e as novas mídias colidem, onde mídia colaborativa e mídia alternativa se cruzam, onde o poder do produtor de mídia e o poder do consumidor interagem de maneira imprevisível” (JENKINS, 2009, p. 29). Para pensar a cultura da convergência, Jenkins (2009, p. 29) esboça a relação entre três conceitos: convergência, cultura participativa e inteligência coletiva.

O conceito de Convergência define as transformações tecnológicas, mercadológicas, culturais e sociais no modo como as mídias circulam



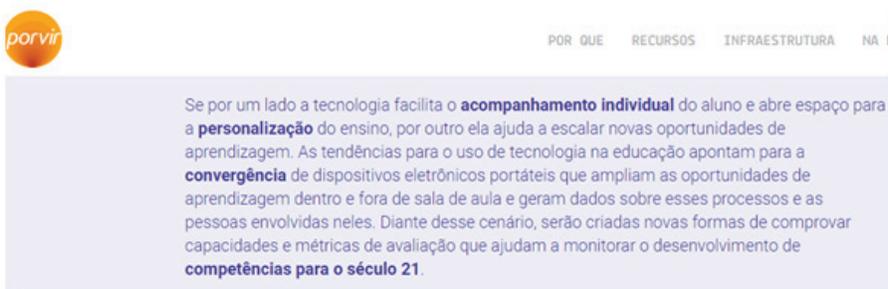
em nossa cultura. Além da comunicação instantânea, as TIC podem ser usadas para “repasso, armazenamento, distribuição e construção colaborativa de conteúdo” (LEMOS; DI FELICE, 2014, p. 67). A convergência das mídias permite que o conteúdo flua com facilidade por múltiplas plataformas de comunicação e os consumidores desse conteúdo transitem pelas plataformas. As indústrias midiáticas, ao detectarem essas práticas, operam juntas para fazer crescer o mercado.

Já o termo cultura participativa expressa a circulação de conteúdos por meio de diferentes sistemas de mídia depende da participação ativa dos consumidores (JENKINS, 2009, p. 29). Não se separa mais o papel de sujeitos produtores de sujeitos consumidores de mídia. Eles podem ser considerados como “participantes interagindo de acordo com um novo conjunto de regras, que nenhum de nós entende por completo” (JENKINS, 2009, p. 30).

A expressão Inteligência Coletiva, por sua vez, cunhada por Pierre Lévy, pressupõe o aspecto colaborativo das mídias digitais. “Por haver mais informações sobre determinado assunto do que alguém possa guardar na cabeça, há um incentivo extra para que conversemos entre nós sobre a mídia que consumimos” (LEVY, 1999, p. 166). O modo colaborativo, conectivo e plural da rede permite que os sujeitos associem e disponibilizem seus recursos e suas habilidades no ciberespaço. Os saberes são codificados em *data base*, ou seja, bases de dados acessíveis *on-line*, alimentados em tempo real por todo mundo, no ciberespaço (LEVY, 1999). “O consumo tornou-se um processo coletivo” (JENKINS, 2009, p. 30).

Desse modo, a ordem da convergência dos dispositivos e o modo como os sujeitos acessam as informações em múltiplas plataformas é deslocado para o campo escolar. O que se requer na prática pedagógica é que se insira as múltiplas plataformas em sala de aula e nas atividades extraclasse, utilizando das especificidades de cada materialidade. Essas plataformas de mídia geram formas de controle, como podemos observar no enunciado retirado da seção *O que está Por vir*:

Figura 3 – Controle exercido nas mídias digitais



Fonte: Porvir. Disponível em: <http://porvir.org/especiais/tecnologia/#por-vir>. Acesso em: 10 dez. 2018.

O enunciado trata de “tendências” do uso de tecnologia na educação. Nesse sentido, podemos verificar que como efeito da convergência de múltiplas plataformas digitais para o aprendizado é o progressivo controle da biopolítica por meio do “acompanhamento individual” e a geração de “dados sobre esses processos e as pessoas envolvidas neles”. A finalidade do uso de TIC é desenvolver as “competências para o século 21.”

Para tanto, é preciso criar novas formas de avaliar as competências adquiridas, sobretudo nos ambientes informais. A conectividade permite que o sujeito adquira conhecimento de forma flexível em termos de horário, lugar e interesse. Essa ampliação dos espaços de aprendizado requer que novos modos de certificação sejam inventados como aparece na seção *O que está Por vir*.



Figura 4 – Controle exercido nas mídias digitais



Fonte: Porvir. Disponível em: <http://porvir.org/especiais/tecnologia/#por-vir>. Acesso em: 10 dez. 2018.

No recorte acima, identificamos em negrito a regularidade das “novas formas de ensinar” e “espaços informais de aprendizagem”. Recorrendo à trama histórica, considera-se que diferente do que fora nos séculos XVI a XX, a escola é mais o espaço de educação por excelência e o/a professor/a perde o status de “mestre/a do saber”. Novas formas de ensinar e novos espaços de apropriação social com seus poderes e saberes (FOUCAULT, 2012, p. 42) surgem e concomitantemente, novas formas de governo do outro devem surgir, por isso, em negrito e em fonte maior aparece o enunciado: “novas formas de certificação”. A certificação é um procedimento de sujeição do discurso (FOUCAULT, 2012, p. 42). No poder pós-panóptico, o aluno passa a ser avaliado, controlado, regulado, examinado à distância por meio das tecnologias, de modo extraterritorial.

Lemos e Di Felice (2014, p. 11) asseveram que a construção do conhecimento pode ser feita por meio de disseminação das informações e por meio do diálogo. O primeiro meio pode ser exemplificado pelo modo como o/a professor/a tradicional é subjetivado/a, detentor/a dos saberes, este/a que transmite aos/as seus/suas alunos/as. O segundo pode ser exemplificado pela subjetivação do/a professor/a inovador/a, pois ele/a atua de modo a dialogar em rede, envolvendo diversos participantes construindo colaborativamente o conhecimento. O/a professor/a inovador/a deve entrar nesse verdadeiro da educação na SIC, como aparece em

Como criar a INFRAESTRUTURA necessária para usar tecnologia nas escolas?:

Figura 5 – As TICs permitem que o aluno seja mais ativo na aprendizagem



Fonte: Porvir. Disponível em: <http://porvir.org/especiais/tecnologia/#infraestrutura>. Acesso em: 10 dez. 2018.

Ao se interpelar o/a professor/a, atenta-se para a “definição de uma estratégia para o uso da tecnologia” “admitir as limitações do modelo de ensino atual”, restringindo-se à “exposição de conteúdo”. Para que o ensino seja colaborativo, em rede, é preciso que o/a estudante se torne mais ativo na aprendizagem. É possível também flexibilizar os conteúdos e metodologias, contrapor-se à educação massificada, permitir que o/a aluno/a siga o seu ritmo de aprendizagem e interesses usando as TIC de forma “personalizada” e facilitando o trabalho de professores/as.

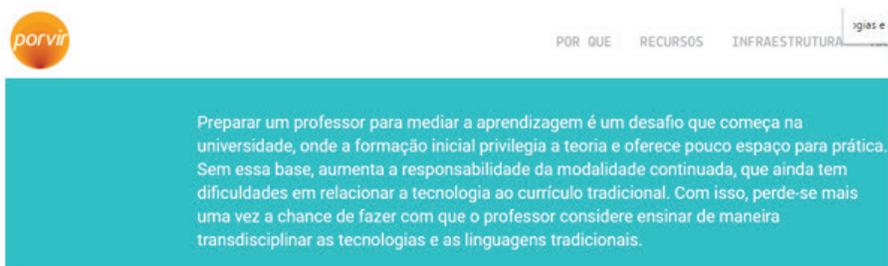
Quadro 6 - Transcrição do vídeo “Especial Tecnologia na Educação: Por que usar Tecnologia” (frame 3c)

Frames	Transcrição de áudio
<p>Frame 3: 2.2 Apoio ao professor</p> 	<p>(2.2) <b>Apoiam o professor</b>, oferecendo a ele a oportunidade de criar novas estratégias pedagógicas e fazem com que a educação esteja disponível a toda hora, em todo lugar, com cada vez mais autonomia para o aluno.</p>

Fonte: as autoras (2019), decupagem do vídeo, com seleção de frames e transcrição completa de áudio. Disponível em: <https://youtu.be/IzsHAIcVxR8>. Acesso em: 10 out. 2016.

Ao enunciar que as TIC auxiliam no desafio da qualidade (quadro 5), elas “apoiam o professor” com disponibilidade para ensinar no contexto de big data. Consideradas as competências delegadas ao professor, ele é o sujeito-curador desse processo. É aquele que escolhe, partilha, distribui, aumenta o acervo e o coloca à disposição do público. Na educação, o acervo é a informação transformada em conhecimentos. Depois de selecionar, o/a professor/a assume a posição de mediador/a, porque serve de ponte entre a informação e os/as alunos/as, que por eles mesmos terão que combiná-las e transformá-las em conhecimento economicamente útil. Tal como *Porvir.org* enuncia:

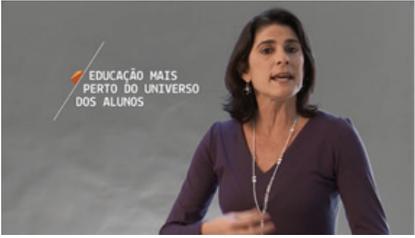
**Figura 6 – Formação do professor para o uso de tecnologia**



Fonte: Porvir. Disponível em: <http://porvir.org/especiais/tecnologia/#infraestrutura>.  
Acesso em: 10 dez. 2018.

A formação do/a professor/a começa na graduação. Como esse processo de “atualização” de professores/as novos/as e velhos/as leva um tempo, a “modalidade continuada” tem maior responsabilidade. Contudo, há ainda uma fragilidade na formação continuada em “relacionar a tecnologia ao currículo tradicional”. Cabe ao/a professor/a descobrir como dialogar em sua metodologia com as novas e velhas mídias, para assim “ensinar de maneira transdisciplinar as tecnologias e as linguagens tradicionais”. Para além do quadro negro e das aulas expositivas, o/a professor/a dispõe de recursos interativos que podem ser combinados entre si para atender a um novo conceito de metodologia pedagógica – o ensino híbrido – conforme o enunciado pelo *Porvir.org* (quadro 7).

Quadro 7 - Transcrição do vídeo “Especial Tecnologia na Educação: Por que usar Tecnologia” (frame 6)

Frames	Transcrição de áudio
<p>Frame 6: 5 Educação mais perto do universo dos alunos</p> 	<p>(5) É preciso mesclar atividades <i>on-line</i> com atividades <i>off-line</i> no que se convencionou chamar de <b>ensino híbrido</b>. Então o professor vai criando estratégias pedagógicas, em que alguns alunos estão usando <i>games</i>; usando plataformas; outros estão experimentando em projetos; fazendo trabalhos de grupo; ainda outros, em mentoria. <b>Essa mistura é que vai garantir a qualidade e efetividade da educação.</b></p>

Fonte: as autoras (2019), decupagem do vídeo, com seleção de frames e transcrição completa de áudio. Disponível em: <https://youtu.be/IzsHAIcvxR8>. Acesso em: 10 dez. 2018.

O enunciado que aparece no *lettering* do vídeo mostra que há um abismo entre o/a professor/a, o/a aluno/a e a educação. O primeiro tem uma formação na qual as práticas pedagógicas não compreendem o uso de TIC (recursos onipresentes na vida dos jovens do século XXI). As metodologias propostas para o ensino híbrido se contrapõem aos métodos tradicionais de aula expositiva e teórica para uma metodologia multiplataforma, baseada em vivências práticas, o “aprender a fazer”: o uso de *games* e plataformas (recursos digitais); criação de projetos (trabalhos práticos); trabalhos de grupo; e mentoria (o professor orienta o percurso pedagógico do aluno). Em resumo, a proposta de dialogar com as tecnologias e as linguagens tradicionais está na ordem da ordem da convergência, da cultura participativa e da inteligência coletivo. O *Porvir.org* se propõe a estabelecer modos de conduta para o/a professor/a ser inovador/a (quadro 8):



**Quadro 8 - Transcrição do vídeo “Especial Tecnologia na Educação: Por que usar Tecnologia” (frame 7)**

Frames	Transcrição de áudio
<p><b>Frame 7: 6 A tecnologia não substitui o professor</b></p> 	<p>(6) Também é preciso <b>evitar o risco de apenas digitalizarmos os processos tradicionais de educação</b> substituindo a lousa pela lousa digital, ou livro pelo livro digital, ou mesmo uma aula convencional por uma vídeo-aula.</p> <p>E algo muito importante: <b>a tecnologia não substitui o professor</b>. Ao contrário, empodera os educadores.</p> <p>Algumas <b>atividades mecânicas e repetitivas</b> como <b>correção de exercícios e transmissão de conteúdos</b> podem ser feitas <b>pelas máquinas</b> enquanto o <b>professor</b> tem mais tempo planejar sua aula, ser um <b>mediador da aprendizagem</b>, um <b>provocador</b>, um <b>curador de conteúdos</b>, um <b>designer da aprendizagem</b>.</p>

Fonte: as autoras (2019), decupagem do vídeo, com seleção de frames e transcrição completa de áudio. Disponível em: <https://youtu.be/IzsHAIcVxR8>. Acesso em: 10 dez. 2016.

A série enunciativa aponta que o/a professor/a inovador/a não pode “apenas [digitalizar] os processos tradicionais de educação”. O que interessa à educação contemporânea não é mais do que garantir a aquisição de conhecimentos, mas, permitir que os/as alunos/as saibam como aplicá-los em sua vida cotidiana (por isso o uso de TIC no ensino híbrido). Portanto, é necessário atualizar a prática pedagógica, substituindo as aulas expositivas e teóricas por estratégias pedagógicas diversificadas. “Algumas atividades mecânicas e repetitivas como correção de exercícios e transmissão de conteúdos podem ser feitas pelas máquinas”. Por conseguinte, o “professor tem mais tempo para planejar sua aula”, fazer uma triagem de informações relevantes para o aluno, um “curador de conteúdos”, criar estratégias pedagógicas para ser um “mediador da aprendizagem”, ser um “provocador” e relacionar interesses e necessidades dos

seus alunos a partir das plataformas digitais, atuando como um “designer da aprendizagem.”

Para fechar o nosso trajeto sobre os regimes de verdade sobre o que é ser professor/a e aluno/a na contemporaneidade, sob o regime neoliberal e na ordem da globalização que sustenta as relações educacionais estabelecidas por meio da tecnologia. A racionalidade da empresa se espraia por todos os campos sociais. Embora, à primeira vista, os enunciados que dizem o que dizem sobre a SIC pareçam democráticos e humanistas, acreditamos que desapropriar da escola a exclusividade em educar, sob a ordem da globalização, é uma estratégia para desresponsabilizar o Estado; precarizar o ensino público; reduzir custos; transferir a responsabilidade de escolarização para o sujeito. Tais medidas ainda geram mais competitividade, pois, caso o sujeito não busque a formação continuada, aprenda durante toda a vida, ele é responsável por seu insucesso num mundo em constante transformação.

### *Considerações finais*

Este capítulo se ocupou em apresentar os modos de objetivação da educação e de seus agentes, aluno/a e professor/a sob a ordem da inovação e como esses modos são materializados no site *Porvir.org*. Para tanto, usamos o método arqueogenealógico, sob os pressupostos de Michel Foucault, a fim de: a) problematizar as unidades do discurso; b) individualizar um conjunto de enunciados a partir de um dispositivo; c) encontrar o acontecimento discursivo bem como o sistema regras que regem as formações discursivas; d) a vontade de verdade; e) as relações de poder.

Os procedimentos sobrescritos possibilitaram a escavação de sequências enunciativas de arquivo que constituímos composto por leis, regulamentos, projetos e pelo *Porvir.org*, encontrando os enunciados que gozam do estatuto “verdadeiros” e excluem os enunciados que não corresponderem àqueles considerados nos documentos que norteiam as práticas discursivas da SIC no Brasil. A regularidade dos enunciados encontradas no gesto analítico nos permite reunir os seguintes regimes de verdade:



**Educação:** a educação é tomada como o meio mais eficaz para promover equidade, o exercício da cidadania e reduzir a exclusão social por isso a escola básica e de qualidade é direito de todos; o aumento da competitividade econômica torna a educação ao longo da vida fator vital para preparar os profissionais para atender às demandas do mercado, que está em constante transformação. Por isso, os sistemas educacionais devem ser mais flexíveis, com maior diversidade de cursos; por outro lado, devido à disponibilidade de informações em banco de dados, a escola perde a “centralidade do conhecimento nos processos de produção e organização da vida social” e outros espaços se tornam pedagógicos; como o conhecimento é a matéria-prima para o desenvolvimento de inovação, o processo educativo assume três funções: aquisição, atualização e utilização dos conhecimentos, ou seja, uma educação muito mais voltada à atender demandas do mercado; a escola deve ser atualizada à “nova” ordem adotando as tecnologias educacionais por meio de uma nova infraestrutura composta por: computadores, dispositivos, *software* educacional nas salas de aula e/ou laboratórios mais a conectividade em rede - a Internet;

**O/a professor/a:** perde o status de detentor do conhecimento, pois deve ensinar os alunos/as juntar as informações disponíveis em rede, sintetizá-las, interpretá-las e criar uma forma inovadora do conteúdo; o/a professor/a é objetivado/a como mediador da aprendizagem, curador de conteúdos, provocador e designer da aprendizagem; os/as “novos/as” profissionais devem acessar outras redes de professores/as e escolas para tornar a aula mais dinâmica. A interação com outras comunidades garantirá que seus/suas alunos/as entrem em contato com maior volume de informação e possa articulá-la em conhecimento; Os cursos de licenciatura devem prever a formação desse “novo/a” professor/a, tecnologizado. A formação continuada é responsabilidade do professor/a e também deve ser feita durante toda vida. Por isso, deve aprender a articular



as novas metodologias pedagógicas que contemplam as tecnologias e as linguagens tradicionais – o ensino híbrido;

**Alunos/as:** o/a aluno/a são a centralidade da a escola e dos métodos ativos para que se tornem competentes em transformar a informação em conhecimento; alunos/as devem ser ativos/as com o uso de métodos de aprendizagem a fim de se tornarem autônomos/as e aplicarem os conhecimentos em sua vida cotidiana; para que esses sujeitos aumentem sua qualidade de vida, sua produtividade, sua lucratividade e sua competitividade, deve-se melhorar a escolaridade e a difusão do conhecimento científico;

Os resultados explicitados acima demonstram o funcionamento do dispositivo Sociedade da Informação e do Conhecimento. Este constitui uma rede heterogênea entre os enunciados dispersos, organizados por uma regra geral que lhes confere a regularidade demonstrada na prática discursiva analisada. Na ordem da SIC, a objetivação de educação, do/a professor/a e do/a aluno/a lhe confere novos conceitos orientados pelo regime neoliberal e global, instituindo modos de condutas nesses sujeitos da educação.

## *Referências*

AMBROSI, Alain Ambrosi; PEUGEOT, Valérie; PIMIENTA, Daniel. Rumo às sociedades dos conhecimentos compartilhados. In: AMBROSI, Alain; PEUGEOT, Valérie; PIMIENTA, Daniel (Orgs.). **Desafios de Palavras: Enfoques Multiculturais sobre as Sociedades da Informação**. França: C&F éditions, 2005. (Coleção Sociedades da Informação).

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: As consequências humanas**. Tradução: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BELL, Daniel. **O advento da sociedade pós-industrial**. São Paulo: Cultrix, 1973.

BEMFICA, Juliana do Couto. **Estado, mercado e redes transnacionais na constituição da ‘Sociedade da Informação’**: um estudo sobre os princípios norteadores das políticas para a infra-estrutura de informação. 2002. 238f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002. Disponível



em: [http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/EARM-74CS22/tese\\_juliana\\_do\\_couto\\_bemfica.pdf?sequence=3](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/EARM-74CS22/tese_juliana_do_couto_bemfica.pdf?sequence=3). Acesso em: 20 dez. 2018.

BRASIL. **Decreto n.º 3.294/99, 15 de dezembro 1999**. Institui o Programa Sociedade da Informação e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. 1999. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3294.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3294.htm). Acesso em: 10 jul. 2016.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 8. ed. Tradução Roneide Vanancio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Tradução Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992. 232 p. (Coleção TRANS)

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Tradução Claudia Sant'Anna; rev. trad. Renato Janine. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **A sociedade pós-capitalista**. Tradução Nivaldo Montingelli Jr. 6. ed. São Paulo: Pioneira, 1997. (Coleção novos umbrais).

DUARTE, André. Biopolítica e resistência: O legado de Michel Foucault. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. **Figuras de Foucault**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008a.

DUARTE, Newton. **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?:** quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação. Campinas, SP: Autores Associados, 2008b. (Coleção polêmicas do nosso tempo, 86)

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. (Coleção Campo Teórico).

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 22. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012. (Coleção Leituras Filosóficas)

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. Tradução Suzana Alexandria. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

LEMONS, Ronaldo; DI FELICE, Massimo. **A vida em rede**. Campinas: Papyrus 7 mares, 2014.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed. 34, 1999. 264 p. (Coleção TRANS)

MANSELL, Robin; TREMBLAY, Gaëtan. **Renovando a visão das sociedades do conhecimento para a paz e o desenvolvimento sustentável** [livro eletrônico]. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO; [tradução Melissa Nicolosi e Gustavo Pugliesi Sachs]. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2015. Disponível em: <http://www.cetic.br/publicacao/renovando-a-visao-das-sociedades-do-conhecimento-para-a-paz-e-o-desenvolvimento-sustentavel/>. Acesso em: 2 dez. 2018.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (MCT). **Livro Branco: Ciência, Tecnologia e Inovação**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2002a. Disponível em: [http://www.cgee.org.br/arquivos/livro\\_branco\\_cti.pdf](http://www.cgee.org.br/arquivos/livro_branco_cti.pdf). Acesso em: 20 dez. 2018.

PORVIR. **Tecnologia na Educação**. São Paulo, 2015a. Disponível em: <http://porvir.org/especiais/tecnologia/>. Acesso em: 28 dez. 2018.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009. (Coleção Cibercultura). p. 25-44.

TAKAHASHI, Tadao (Org.). **Sociedade da informação no Brasil**: Livro Verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. Disponível em: [http://www.mct.gov.br/upd\\_blob/0004/4795.pdf](http://www.mct.gov.br/upd_blob/0004/4795.pdf). Acesso em: 02 dez. 2018.

TASSO, Ismara. Discurso em imagem: verdade, fotografia-documentário e inventário do real. **Revista Científica Ciência em Curso** - R. cient. ci. em curso, Palhoça, SC, v. 2, n. 2, p. 113-124, jul./dez. 2013.

UNESCO. **Educação: um tesouro a descobrir**. 10 ed. Tradução José Carlos Eufrázio. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC; UNESCO, 2006. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI. Disponível em: <http://proletariosmarxistas.com/docs/Publicacoes%20diversas/Educacao%20-%20um%20tesouro%20a%20descobrir.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2018.





***11***



# A objetivação em sujeito das candidatas à vice-presidência brasileira no discurso midiático

ALINE RODRIGUES<sup>1</sup>

BRUNA PLATH FURTADO<sup>2</sup>

No âmbito dos objetivos para esta obra, nos propusemos a elaborar um trabalho que tivesse como escopo da discussão um dos conceitos centrais na abordagem teórico-metodológica da análise de discurso foucaultiana, a saber, o sujeito. E considerando, para tanto, o recorte do discurso midiático bem como a relevância, não apenas da representatividade feminina nos cargos políticos cuja ocupação é condicionada ao voto popular durante as eleições como também a relevância compreendida pela ocupação do cargo de vice-presidência na contemporaneidade brasileira, elegemos como corpus de análise um debate, promovido pelo jornal El País em parceria com o Instituto Locomotiva, exclusivamente entre as candidatas à vice-presidência do Brasil, nas eleições ocorridas no ano de 2018. O debate ocorreu no dia 28 de setembro de 2018 e foi transmitido ao vivo pelas redes sociais dos organizadores do evento, sendo que, para a análise e discussão que elaboramos neste trabalho, utilizamos o debate integralmente disponível no canal do YouTube Mídia NINJA (disponível pelo endereço eletrônico <https://www.youtube.com/watch?v=glOeZ-0FR8qg>). Participaram do debate, somente as candidatas à vice-presidência da república mulheres, sendo elas: Ana Amélia Lemos (do Partido Progressista, doravante PP), Kátia Regina Abreu (do Partido Democrático Trabalhista, doravante PDT), Manuela Pinto Vieira D'ávila (do Partido Comunista do Brasil, doravante PCdoB) e Sônia Bone Guajajara (do Partido Socialista, doravante PSol).

- 
- 1 Doutoranda em Estudos Linguísticos, linha de pesquisa Estudos do Texto e do Discurso, pela Universidade Estadual de Maringá - UEM.
  - 2 Doutoranda em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá.

Constituídas nossas motivações iniciais e selecionado o corpus, nos perguntamos: Quem é o sujeito mulher candidata à vice-presidência do Brasil em 2018?

Para respondermos a essa pergunta, primeiramente, apresentaremos, na primeira seção, a partir da obra foucaultiana, o subsidio teórico-metodológico sob o qual desenvolveremos da segunda seção em diante, as análises acerca dos enunciados que constituem a materialidade discursiva eleita. Assim, temos como objetivo geral: analisar como emerge, nos enunciados que constituem o debate das candidatas à vice-presidência, um sujeito mulher. E temos como objetivos específicos: Apresentar uma abordagem possível acerca da elaboração do conceito de sujeito no interior da filosofia de Foucault; descrever, no interior da materialidade escolhida, modos de objetivação do sujeito nos enunciados; evidenciar a relevância da verdadeira pauta feminina no interior das discussões acerca do futuro das políticas públicas brasileiras.

A formulação deste trabalho, uma vez que selecionamos estudar o que fala ou cala a voz da mulher enquanto sujeito candidato à vice-presidência brasileira, justifica-se pela relevância do cargo de vice-presidente no atual cenário político do Brasil bem como pelo ineditismo no relevante número de mulheres como candidatas ao cargo.

### *A questão do sujeito*

Foucault (1995) coloca o sujeito no centro de seus trabalhos – enfatizando tratar-se do sujeito e não do poder, o tema geral de sua pesquisa – ao esclarecer-nos o fato de que o objetivo dos seus trabalhos anteriores tenha sido criar uma história dos modos por meio dos quais os seres humanos tornam-se sujeitos, em nossa cultura. Conforme o filósofo, os seres humanos são transformados em sujeitos a partir dos modos de objetivação, sobre os quais Foucault (1995) apresenta-nos três.

O primeiro deles, denominado como modo da investigação, estabelece-se por meio do estatuto de ciência quando, por exemplo, possibilita a objetivação do sujeito a partir da história natural ou da biologia pelo fato de estar vivo. O segundo modo de objetivação do sujeito se dá



nas, deste modo denominadas por Foucault, *práticas divisoras*, em que o sujeito é dividido em comparação a outros sujeitos, no seu interior, sendo objetivado, dessa maneira, em, por exemplo, louco ou são, doente ou sadio e assim sucessivamente. Por último, como uma forma de compreender os modos por meio dos quais o ser humano torna-se um sujeito, Foucault (1995, p. 232) desenvolve seu trabalho no domínio da sexualidade, questionando-se sobre “como os homens [e as mulheres] aprendem a se reconhecer como sujeitos da ‘sexualidade’”.

A respeito da temática do sujeito no fazer filosófico de Foucault, Fischer (1996, p. 73), ao elaborar trajetória a respeito desse tema na obra do referido autor, nos explica que, na *História da loucura*, o filósofo analisa discursos médicos e práticas de internação para compreender como nasce o discurso psiquiátrico, sendo que, no interior dessas análises, é possível identificar a preocupação em compreender também de que modo o louco passa a ser classificado como “doente mental”. Conforme a pesquisadora, Foucault descreve o modo pelo qual a loucura vai se constituindo enquanto um problema de razão e moralidade extrapolando, desse modo, o ambiente da medicina, no século XVII, e, posteriormente, século XVIII, passa a ser caracterizada diferentemente em relação a outros tipos de “erros morais”, sendo compreendida como resultado da relação do homem com o meio e identificada, então, como um fenômeno interno ao sujeito.

O tema do sujeito na obra foucaultiana também é assinalado por Fisher (1996, p. 74) em I. *O nascimento da clínica*, que tem como escopo o corpo sob a ótica da ciência médica; em II. *As palavras e as coisas*, onde o escopo configura-se enquanto as ciências humanas e desenvolvem-se questões sobre “como o homem é determinado pelo que se sabe dele e como só assim poderá ser conhecido”; e em III. *Vigiar e punir*, onde se aprofunda o problema acerca do homem enquanto objeto de saber. Sobre essa tríade de elaboração arqueológica em relação à temática do sujeito que a perpassa, Fisher (1996) nos esclarece que

[...] estamos ainda diante do tema do sujeito, que aqui poderíamos entender sob duas óticas. De um lado, acompanhamos a trajetória de um historiador que se define por querer libertar-



se da ideia de um sujeito constituinte, transcendente e ideal: de fato, suas análises nos falam de um sujeito que se constitui por dentro de própria trama histórica, apanhada em regiões e em locais muito específicos, como os hospitais e as prisões, na Europa dos Séculos XVII e XVIII. De outro, defrontamo-nos com um conjunto de técnicas e procedimentos de controle e fragmentação dos indivíduos, os quais se tornam perfeitamente disponíveis a uma série de saberes: constituem-se subjetividades, no seio de lutas por imposição de sentido, na história da produção de efeitos de verdade. E essa subjetividade é muito concreta, ela toma corpo nos gestos, na postura, no olhar, nos discursos, descritos magistralmente pelo autor (FISCHER, 1996, p. 76).

A partir dessa abordagem geral acerca do sujeito nas três obras citadas, a autora também nos apresenta o modo pelo qual o sujeito é tratado por Foucault nos volumes da *História da sexualidade*. No primeiro volume (*A vontade de saber*), o filósofo descreve, conforme Fischer (1996), o domínio do funcionamento das relações de poder, caracteriza a sexualidade, identifica nela um dispositivo histórico de controle das populações, bem como identifica, no discurso do sexo, táticas de poder, compondo, assim, o que Fischer (1996, p. 78) apresenta como sendo a “gestação de um longo processo de construir a história do sujeito”. No segundo volume (*O uso dos prazeres*), Fischer (1996, p. 78) esclarece que Foucault questiona-se a respeito do modo como, no ocidente, o homem construiu uma ciência do sujeito ou “como fomos levados a reconhecer-nos como ‘sujeitos do desejo’”. Por último, no terceiro volume (*O cuidado de si*), o filósofo traça da cultura Antiga à Era cristã, no ocidente, um estudo acerca do que denominou-se por “cultura de si” que culmina na constituição, a partir do caráter austero do cristianismo posterior ao século III da Era Comum, do homem culpado, conforme o caracteriza Fischer (1996, p. 82), no interior de uma moral cristã que “entranhou-se no corpo e na alma ocidental, percorre os discursos científicos, esquiva-se aqui e ali e reaparece silenciosa nas práticas cotidianas de todos nós.”

Sobre essa trajetória que parte da *História da loucura* e chega à *História da sexualidade*, Foucault (1993) conclui que as práticas que definem e transformam o sujeito são acompanhadas da formação de deter-



minados tipos de conhecimento, sendo que, no ocidente, o conhecimento se estrutura a partir de formas ou normas mais ou menos científicas, além do fato de que, em nossa sociedade, é uma obrigação moral extremamente importante a todo sujeito conhecer-se a si mesmo.

Nesse ínterim, apesar da centralidade dada ao sujeito nos objetivos do autor, Foucault (1995) destaca também a questão do poder, das relações de poder, juntamente com as relações de produção e com as relações de significação, nas quais o sujeito humano é colocado e as quais o autor se propõe a compreender e usar para estudar a objetivação. Enquanto das relações de produção dão conta a história e a teoria econômica e das relações de significação dão conta a linguística e a semiótica, conforme Foucault (1995, p. 232), no que concerne às relações de poder há a necessidade de se “estender as dimensões de uma definição de poder se quiséssemos usá-la ao estudar a objetivação do sujeito”, uma vez que não há instrumentos de trabalho para tratar das relações de poder.

A partir disso, o autor esclarece-nos para a necessidade de desenvolver uma nova economia das relações de poder e, para tanto, propõe que para o desenvolvimento de um trabalho analítico é preciso, primeiramente, suprir aquilo que ele denomina como necessidades conceituais, ou seja, uma conceituação dos problemas tratados é necessária, bem como, é necessário conhecer as motivações históricas que motivam tal conceituação. Dito de outro modo, “Necessitamos de uma consciência histórica da situação presente” (FOUCAULT, 1995, p. 232). Assim como a necessidade de conhecimento histórico, o autor estabelece uma segunda necessidade: a de se conhecer a realidade da qual tratamos.

É nesse ponto que compreendemos com Foucault (1995) que a noção de poder não é para nós apenas uma questão teórica da qual deve se ocupar a filosofia, mas trata-se de uma parte da nossa experiência. Ao citar o fascismo e o stalinismo como exemplos de “doenças de poder”, o autor salienta o fato de que, ainda que historicamente singulares, elas nos são assustadoras por não serem formas originais de estabelecimento de relações de poder. Ao contrário disso, elas utilizam mecanismos existentes nas sociedades, expandem tais mecanismos e, no caso especificamen-

te do fascismo e do stalinismo, foram utilizadas “amplamente as ideias e os artifícios de nossa racionalidade política” (FOUCAULT, 1995, p. 233). Fato que evidencia a relação entre a racionalização e os excessos de poder político. Tal fato estabelece, segundo o autor, uma necessidade de se analisar racionalidades específicas – uma vez que é papel da filosofia tanto prevenir a razão de exceder os limites do que é dado na experiência quanto “vigiar os excessivos poderes da racionalidade política” (FOUCAULT, 1995, p. 233) – ao invés de vigiar constantemente o progresso de uma racionalização em geral.

Foucault (1995) sugere, então, prosseguirmos a uma nova economia das relações de poder, tendo como ponto de partida as formas de resistência contra as diferentes formas de poder. Dito de outro modo, tal abordagem consistiria em “usar esta resistência como catalisador químico de modo a esclarecer as relações de poder, localizar sua posição, descobrir seu ponto de aplicação e os métodos utilizados”, de modo que se analise não o poder do interior de sua racionalidade, mas as relações de poder a partir do antagonismo das estratégias. Assim, o filósofo identifica como motivação principal dessas lutas de resistência o objetivo de atacar principalmente uma técnica, uma forma de poder e não tanto uma classe, um grupo, uma elite ou instituição de poder. Donde o autor conclui que

Esta forma de poder aplica-se à vida cotidiana imediata que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele. **É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos.** Há dois significados para *sujeito*: sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito a (FOUCAULT, 1995, p. 235, grifo nosso).

Assim, como explora Fernandes (2011) – ao traçar um panorama acerca da questão do sujeito no interior da obra foucaultiana bem como considerando os trabalhos desenvolvidos contemporaneamente pelos principais pesquisadores cuja linha teórico-metodológica encontra subsídio na arqueogenealogia de Foucault – quando consideramos a explanação da prática do cuidado de si na Antiguidade apresentada pelo filósofo,



podemos compreender a subjetividade como uma atividade, uma forma de constituição do sujeito possível a partir dos discursos que são exteriores a eles, ou, dito de outro modo, “Os discursos, exteriores aos sujeitos são sempre o motriz dos dispositivos possibilitadores e/ou determinantes de sua constituição e da produção da subjetividade” (FERNANDES, 2011, p. 15). Desse modo, Fernandes (2011) nos explica que o que se denomina como *subjetividade*, ou subjetivação – considerando-se para tanto a obra de Foucault a partir de uma leitura não linear e tendo como centralidade, como especificado pelo filósofo (FOUCAULT, 1995), a questão do sujeito – compreende determinadas formas de constituição do sujeito, ou seja, diferentes maneiras por meio das quais ocorrem subjetivação e objetivação do sujeito. Nesse aspecto conceitual, podemos complementar por meio do exposto por Deleuze (1992, p. 142) que a subjetivação é “a produção dos modos de existência ou de estilos de vida.”

O estudo acerca das formas de resistência que Foucault (1995) apresenta e que nos permite compreender o sujeito no interior das relações de poder identifica três tipos de lutas, sendo elas: as lutas contra as formas de dominação (étnica, social e religiosa), as lutas contra as formas de exploração responsáveis por separar o indivíduo do que ele produz e a luta contra o que liga o indivíduo a si mesmo submetendo-o aos outros (o que o autor especifica como sendo lutas contra a sujeição, ou contra as formas de subjetivação e submissão).

Desse modo, Foucault (1993, p. 206) coloca para o seu projeto a finalidade de construir uma genealogia do sujeito por meio de um método que ele define como uma arqueologia do conhecimento e a partir de uma análise que ele denomina como tecnologias ou, como o filósofo especifica, “a articulação de certas técnicas e de certos tipos de discurso acerca do sujeito.” Nesse ponto, uma vez tendo desenvolvido trabalhos que tinham como escopo de análise o sujeito compreendido no interior das instituições, Foucault (1993) salienta a necessidade de estudar formas de compreensão que o sujeito cria de si próprio. Para tanto, o autor destaca a necessidade de abordar nas análises sob esse domínio as técnicas ou tecnologias do eu, definidas por ele como técnicas que permitem aos



indivíduos efetuarem algumas operações sobre seus corpos, suas almas, seus pensamentos, sua própria conduta e, desse modo, é possível que tais indivíduos se transformem a si mesmos, modifiquem-se a si mesmos ou que possibilitem ao indivíduo agir num certo estado de perfeição, felicidade, poder sobrenatural, desse modo em diante.

Considerando para tanto o breve panorama acerca a temática do sujeito na abordagem teórico-metodológica da análise de discurso subsidiada na obra de Foucault, seguiremos na próxima seção à análise do corpus que selecionamos para este trabalho.

### *Das mulheres (entre o privado e o público) e do ciberespaço (agenciador de discursos)*

O reconhecimento do sujeito em discurso, ou seja, do lugar que ele ocupa ao manifestar-se discursivamente e do lugar que outro (s) sujeito (s) ocupa (m) ao falar (m) dele delinea linhas culturais e históricas que desvelam a história do presente e recuperam memórias do passado. Sendo o próprio discurso o inaugurador e o regulador desses lugares, é pela análise deste que é possível chegar aos modos atuais de objetivação das mulheres em sujeito, apreendendo, no discurso que se quer político e midiático, os três pontos sobre os quais uma subjetividade se constitui – dos quais tratamos na seção anterior.

Os discursos contemporâneos sobre o feminino têm transbordado embates pela formação de condutas e corpos possíveis às mulheres. Nesse contexto, os modos de existência de sujeitos femininos têm se tornado plurais e prova disso é o número inédito de vices mulheres que compunham chapas que concorriam às eleições presidenciais do Brasil, no ano de 2018. Especificamente, nos discursos que emergem de instituições midiáticas, o sujeito feminino torna-se o referente de dizeres que produzem representações variadas do que é ser mulher. Gregolin (2004, p. 16) fecha um de seus escritos com a seguinte afirmação: “a mídia é uma fonte poderosa e inesgotável de produção e reprodução de subjetividades.”

Obviamente que a mídia que tratamos aqui, o YouTube, tem suas peculiaridades em relação à outras, tanto em seus mecanismos físicos



para configurar e suportar discursos, quanto nos meios de distribuir tais discursos e, assim, contribuir na criação de subjetividades que se fragmentam em um espaço como este: um tanto mais “democrático” do que a TV. Entretanto, antes de analisar – *no corpus* – os discursos político e midiático objetivando mulheres em sujeito, é necessário observar o que vem logo atrás e o que condiciona a existência desse lugar e desse dizer inaugurados nesse ano e, portanto, possível nesse momento histórico: a prevalência de vices mulheres nas eleições brasileiras e o debate exclusivo entre elas em um canal do YouTube.

Para as breves observâncias das condições de existência e emergência dos discursos político e midiático que faremos aqui, seguiremos duas linhas mestras para o abastecimento teórico das temáticas mais amplas por nós abordadas (política e mídia), objetivando o entendimento do atual feminino. Vincularemos o político ao trabalho privado e público e o midiático à conceituação do ciberespaço enquanto agenciador de discursos.

As voltas de Foucault à sociedade disciplinar que se formou na ordem burguesa e à sociedade normalizadora, ou mesmo à Grécia Antiga, subsidiam a compreensão da ‘realidade da qual tratamos’, herdeiros que somos dessas sociedades. Assim, um passo atrás que se dá e já nos deparamos com formações históricas que impunham, com respaldo na ciência, a fragilidade, o recato e a subordinação do feminino ao masculino. A medicina, baseando-se em razões biológicas, condicionou a formação de aparatos discursivos que moldaram corpo e conduta das mulheres: leis, manuais de comportamento, literaturas, pesquisas de toda sorte etc. Moldou-se, assim, a mulher-esposa-mãe:

A promoção de um novo modelo de feminilidade, a esposa-dona-de-casa-mãe-de-família, e uma preocupação especial com a infância, percebida com riqueza em potencial da nação, constituíram as peças mestras desse jogo de agenciamento das relações intrafamiliares. À mulher cabia, agora, atentar para os mínimos detalhes da vida cotidiana de cada um dos membros da família, vigiar seus horários, estar a par de todos os pequenos fatos do dia-a-dia, prevenir a emergência de qualquer sinal da doença ou do desvio. Complementarmente, a criança passou a ser considerada como ser especial que requeria todos os cuidados dos médicos, novos aliados da mãe, não obstante sua



ampla utilização nas camadas pobres da população, como força de trabalho industrial (RAGO, 1985, p. 62).

O enclausuramento da mulher no privado produziu efeitos no mundo do trabalho. O determinismo natural mascarou o trabalho doméstico de inútil, associando-o ao pessoal e ao afetivo, em detrimento do trabalho público (esse sim era produtivo, pois gerava economia). No entanto, ao contrário do que se pensou durante décadas, e até séculos, o trabalho doméstico e o cuidado da vida pessoal e afetiva da família têm valor econômico e garantem a perpetuação do modo de vida burguês. A mulher burguesa tinha em seu poder, sob e égide da dominação e submissão, o trabalho de prolongar a vida familiar e o cuidado da imagem do homem público (D'INCAO, 2012).

Entre as camadas populares, a força de trabalho feminina foi amplamente utilizada, como podemos constatar na citação acima, a marca do recato e da submissão rendeu a essas mulheres a condição de estarem “sempre por baixo de uma hierarquia profissional, e estabelecendo seus salários em níveis insuficientes para sua subsistência” (SCOTT, 1991, p. 428 *apud* RAGO, 1998, p. 7). Entre as negras e mestiças, as linhas entre privado e público se misturavam no mundo do trabalho, essas mulheres “sofreram o maior ônus, já que exerciam seus afazeres na própria moradia, agora mais caras e com cômodos reduzidos [...] lavadeiras, engomadeiras, doceiras, bordadeiras, floristas, cartomantes e os possíveis biscates que surgissem” (SOIHET, 2012, p. 364 -365). Entre o serviço doméstico e o das fábricas, as mulheres ficavam sempre com nenhum ou pouco poder econômico, independente da classe social.

A saída da mulher para o mundo público, principalmente nas últimas décadas do século passado e início do atual, da mesma forma, teve seus efeitos no mundo do trabalho, como avalia Rago:

Em relação a esse aspecto, vale notar que, hoje, não apenas as mais jovens entram de outro modo no mercado de trabalho e no mundo público, isto é, com muito mais autonomia do que as mulheres com essa idade experimentaram em décadas anteriores, como também se encontram em condições de estabelecer relações de gênero bastante relaxadas e bem menos hierarquizadas [...] (RAGO, 2004, p. 02).



Em vista disso, a postulação de que o privado e o público são separações naturalmente desdobradas de fenômenos como a industrialização que, conseqüentemente, separam espontaneamente homens e mulheres, cai por terra, juntamente com a lógica que privilegia o trabalho de um em detrimento do outro. A trajetória do enclausuramento privado à conquista do público pode ser interpretada sob a ótica foucaultiana da política da objetivação e subjetivação dos indivíduos; a cultura dócil e as práticas de resistência feminina tornam-se referências e representações dos discursos em formações históricas e estratégias de poder (a ordem burguesa, o movimento feminista são exemplos dessas formas e estratégias), evidenciando o poder do discurso em arquitetar verdades e produzir sujeitos.

Nesse âmbito, a mulher conquista a vida pública, entra na vida política e ganha espaço na mídia. Corpo e conduta se pluralizam e os limites hierárquicos relaxam, de modo que é preciso analisar, nos discursos político e midiático, os pontos nos quais as estruturas do poder trabalham pela dominação e nos quais as formas de resistência trabalham contra as diferentes formas de poder e, como, na captura de um ponto por outro, sujeitos mulheres são produzidos.

Certamente que o termo mídia ganhou amplitude com o advento do ciberespaço. Para além de seus aparatos técnicos, o ciberespaço agencia discursos, em outras palavras, a transmutação da TV para a internet, não transformou somente o arcabouço técnico da comunicação, o que nos encaminha a pensar o ciberespaço do “ponto de vista histórico, que envolve não apenas o mecanismo da internet (sua base técnica), mas, principalmente, os sujeitos envolvidos e as condições sócio-históricas de produção, articulação, determinação e circulação de discursos” (MITTMANN, 2011, p. 124).

Se envolve sujeito, envolve história e poder e agencia discursos. Segundo Monteiro, o ciberespaço é:

[...] como um mundo virtual, onde são disponibilizados variados meios de comunicação e interação em sociedade. Um universo virtual onde se encontram quantidades massivas de dados, informações e conhecimento em que os textos são “mi-



xados” a imagens e sons, em um hipertexto fluido e cheio de possibilidades, ou seja, um ambiente não físico, mas real, um espaço aberto, cheio de devires, onde tudo acontece instantaneamente, em tempo real e de durabilidade incerta (MONTEIRO, 2007, p. 14).

Enfim, pela própria produção de posições sujeito pode-se compreender a concretude desse espaço que se mostra pelo não físico. Da comunicação midiática impressa, em que as revistas femininas traziam manuais e dicas de comportamento à “nova” mulher burguesa (e também às outras), ao debate político entre vices-presenciáveis, na comunicação midiática virtual no ciberespaço, analisemos os modos de objetivação deste último.

### *Mulheres na política*

“Mulheres na Política”, essa foi a temática que mobilizou as discussões do debate exclusivo entre as candidatas à vice-presidência do Brasil, nas eleições do ano de 2018, promovido pelo jornal El País em parceria com o Instituto Locomotiva. Datado de 28 de setembro de 2018, o debate encontra-se integralmente disponível no canal do YouTube Mídia NINJA (pelo endereço eletrônico <https://www.youtube.com/watch?v=glOe-ZOFR8qg>). Ana Amélia Lemos (PP), Kátia Regina Abreu (PDT), Manuela Pinto Vieira D’ávila (PCdoB) e Sônia Bone Guajajara (PSol), mulheres que pleiteavam um dos cargos mais significativos do poder público deste país, debateram entre si sobre as principais demandas das eleitoras brasileiras, a partir de perguntas articuladas por uma bancada de jornalistas completamente feminina.

O ineditismo do número de mulheres candidatas à vice foi encarado como um acontecimento ligado ao “empoderamento da mulher na política”, como registrou em sua fala, que abriu o debate, a Senadora Ana Amélia (17’45”): “E essa eleição tá mostrando uma novidade, quatro mulheres estão aqui como candidatas à vice-presidente da república. É a primeira vez na história que isso acontece.” Ela ainda comentou sobre as duas candidatas à presidência: Marina Silva e Vera Lúcia. Sonia Guajajara



engrossou o caráter do acontecimento histórico que se produzia, salientando o significado que a presença feminina e indígena introduz ao contexto que se formava: “E com muito orgulho, estou aqui como a primeira mulher indígena a estar concorrendo uma chapa presidencial. E essa presença vem também no sentido da gente acabar com essa sub-representação da diversidade nos espaços da política institucional” (24’34”).

Se Foucault (2008) nos convida a pensar o discurso como acontecimento, pelo seu ser histórico e material, consideramos o referido debate, uma singularidade. Uma cesura que rompeu o momento e reverbera na história por meio dos dizeres dessas mulheres, que atravessarão outros discursos. “Essa novidade”, como se referiu Ana Amélia ao número de candidatas, desencadeou a produção discursiva em torno do feminino protagonista, por meio de um mecanismo produtor de discurso (nada novo) utilizado pela mídia em época de eleições, o debate, que se refaz e irrompe singular na discursivização atravessada por perguntas que sempre recolocavam a mulher no âmbito político.

Diante disso, nos atentemos à questão do sujeito: Quem é o sujeito mulher candidata à vice-presidência do Brasil em 2018? Dentre as perguntas elaboradas pelas jornalistas presentes no debate, dirigidas às candidatas, mobilizadoras de seus discursos, recortamos aquelas que referenciavam posições sujeito à mulher candidata a cargo público de vice-presidente, visto que outros temas mais específicos foram abordados: mulher e trabalho, mulher e feminicídio, mulher e violência, mulher e aborto, mulher e saúde, entre outros.

Jornalista Rejane de Oliveira (El país) pergunta para Ana Amélia com direito a comentário de Kátia Abreu (31’53): “*Senadora Ana Amélia desde o impeachment da presidente Dilma Roussef a figura do vice mudou um pouco a forma como nós olhamos pra figura do vice, há alguma negociação sobre como será o seu papel num futuro governo Geraldo Alkmin? Algo entre ser uma vice decorativa ou uma vice com um projeto pessoal de poder?*”

Ancorando-se em acontecimentos históricos que se sucederam, no país, após as eleições de 2014, que culminaram no referido impeachment

da presidenta Dilma Roussef, a jornalista retoma um enunciado que irrompeu à época e se prolongou até as eleições de 2018: o *vice decorativo*. Tal enunciado, encunhado pelo, então, vice-presidente Michel Temer, ganhou destaque nas mídias. Não há espaço para retomarmos todo o trajeto desse dizer, mas importa analisá-lo em sua constituição na pergunta e sua irrupção exatamente em tal momento.

A posição sujeito, *vice decorativa*, discursivizada pela jornalista aparece em contraponto a outra posição sujeito, que é a da *vice com projeto pessoal de poder*. Livrando-nos do sujeito constituinte e observando essas posições sujeito constituídas na trama histórica (FOUCAULT, 1985), o ato de nomear esses lugares possíveis à Ana Amélia (ou a qualquer outra candidata) desvela determinações institucionais, racionais e sociais do que cabe ao cargo de vice-presidência. De dentro do executivo público distribui-se o saber político e racional de que o cargo possui atribuições dentro do que a constituição e o Estado Democrático Brasileiro exigem para o exercício desse poder. Quando Foucault afirma que o discurso não é uma manifestação majestosa de um sujeito que pensa e conhece, ele nos introduz a (re) considerar a formação do sujeito e, também, da verdade no discurso, primeiro, pelas práticas que garantem às instituições, o poder de formar conhecimentos acerca dos sujeitos, ou seja, fabricar o próprio sujeito e a verdade acerca dele. Segundo, considerar “a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo” (FOUCAULT, 2008, p. 61), o que é desvelado na irrupção do enunciado *vice decorativo*, que, na contracorrente do saber/poder da instituição, se fez possível no Brasil, na figura de Michel Temer e passou a constituir a memória cultural e a história e, neste caso, compunha o dizer institucional da jornalista, ancorada em sua posição sujeito no discurso midiático.

A seguir, a resposta de Ana Amélia (32’20”):

*Pra quem saiu de casa aos nove anos de idade, filha mais velha de uma família pobre, sabe que não há submissão que me imponha qualquer regra desde que eu reconheça nesse caso da vice-presidência que eu tenho que seguir aquilo que a constituição determina das prerrogativas que compete ao vice-presidente. Já disse ao presidente Geraldo*



*Alkmin que não serei uma vice decorativa e a agenda das mulheres é uma das prioridades na nossa pauta de atuação [...].*

E o comentário de Kátia Abreu (34'05"):

*[...] E quero dizer também a todas as mulheres que a vice-presidência da republica é... no nosso mandato... será uma embaixada das causas da mulher brasileira [...].*

Na fala de Ana Amélia, o reconhecimento da objetivação da instituição se discursiviza na menção à constituição, que estratifica o conhecimento e reúne as estratégias de poder que formam aquilo que se pode conceituar como vice-presidente. No entanto, novamente esse lugar de sujeito se dispersa e ambas as candidatas priorizam, em seus discursos, uma política voltada para a mulher. Nos enunciados que mencionam a “agenda das mulheres” e as “causas das mulheres”, Ana Amélia e Kátia pluralizam essas posições que não são mais, ou não apenas, as de *vice decorativa* ou *vice com projeto pessoal de poder*, mas *vice-presidentes mulheres/mulher brasileira*. De dentro do discurso político, imbricado ao discurso midiático – diante de uma plateia de jornalistas e das câmeras do El País e do Instituto Locomotiva – as candidatas reconhecem a si mesmas como mulheres e deixam sobressair em suas falas, apesar da força institucional que as objetivavam no domínio político e midiático, o discurso feminino e feminista, como motriz dessa própria objetivação. Principalmente na fala de ana amélia, a produção da posição sujeito parte da subjetivação de sua fala confessional que demarca para si mesma um lugar a ocupar: *Pra quem saiu de casa aos nove anos de idade, filha mais velha de uma família pobre, sabe que não há submissão que me imponha qualquer regra...*

Essa fragmentação do sujeito não se dá sem antes entrar em relações de poder. O *vice decorativo* de uma presidenta mulher e a possível *vice decorativa* de um presidente homem, enquanto objetivações engatilhadas pela pergunta da jornalista, entram em jogo na luta pelo poder político e, não de qualquer forma, mas pelo poder político feminino que passe pelo sujeito mulher e que se dirija a outras mulheres. Esses embates de poder, como discutiu Foucault, caracterizam o próprio poder,

que tem que manter o sujeito até o fim pelas possibilidades de “respostas, reações, efeitos, invenções possíveis” (FOUCAULT, 1995, p. 243). E recuperando as várias facetas que moldaram o feminino no mundo do trabalho, apresentadas na seção anterior, nesses espaços de respostas e (re) invenções que as mulheres passaram do privado ao público e, hoje, transitam entre eles com mais liberdade.

Num outro recorte, é possível recuperar, dentre as descontinuidades, as permanências históricas do tema “a mulher na política” articulado ao mundo público e privado:

Jornalista Sônia Racy (O Estado de S. Paulo) pergunta para Kátia Abreu com direito a comentário de Sonia Guajajara (51'27"): *senadora, eu vou aqui insistir na minha primeira pergunta, só que agora no âmbito da política: a representação feminina no congresso é de 10%, é uma limitação! Por que que isso acontece? Por que que alguns partidos, hoje, se utilizam de candidatas laranjas para poder cumprir a cota de 30%? Não existe interesse suficiente, de maneira mais significativa, da mulher entrar na política? Por que se nós somos só 10% do congresso e a lei exige uma cota de 30% das candidatas e os partidos não conseguem preencher essa cota, usam candidatas laranjas... o que você acha disso? Nós não estamos querendo participar da política?*

As condutas femininas atuais, definitivamente, não são mais as mesmas da sociedade disciplinadora, formadora da mulher-esposa-mãe vinculada diretamente ao lar, entretanto, carregam ainda algumas heranças oriundas de séculos de enclausuramento doméstico. A proporção de 10% de mulheres no congresso (para 90% de homens) é um número que mostra a concretude dos efeitos da retirada da mulher da vida pública e que, mesmo que com avanços significativos, ainda há limitações. Mesmo as cotas estabelecidas, desde 2012, como mecanismo para alcançar maior paridade entre os gêneros no poder público, se mostram ineficientes. A lógica científica de que o homem reúne, em sua biologia, características para a vida pública e para a liderança, ainda hoje, se prolonga em discursos que recuperam essa memória e, conseqüentemente, segundo essa

lógica, a mulher não demonstrava, antes, aptidão, e, hoje, interesse pela vida política.

Recorremos, no entanto, a Rago, para tentar descrever esses discursos da e sobre a política, que se ancoraram no saber científico, para perscrutar as modulações dessas verdades, bem como as relações de poder que dão a elas a aparência do verdadeiro: “com todas as suas dificuldades e limitações, o **feminismo** criou um **modo específico de existência**, muito mais integrado e humanizado” (RAGO, 1998, p. 10, grifo nosso). Mesmo sob a pecha da incapacidade, o feminino e suas estratégias de luta, e tendo o feminismo como a principal delas, soube abrir espaços de reinvenção de si contra as objetivações científicas da dominação, elaborando uma maneira diferente da do homem de entrar na vida pública. Na resposta da senadora Kátia Abreu (52’32”), esse **modo específico de existência** objetiva, em sujeito, uma posição diversa daquela do *não existe interesse suficiente*:

*[...] a questão era muito mais econômica e financeira, na minha avaliação. As mulheres, normalmente, defendem áreas difíceis de serem financiadas, as mulheres defendem muito área social, a questão da mulher, a questão dos mais pobres, a questão da saúde. E quem quer financiar isso? Normalmente, as pessoas financiam defesas mais segmentadas...*

Certamente que, no que diz respeito ao preenchimento de cargos no congresso por mulheres, a questão pode ir além do financeiro, mas, no que diz respeito à formação da subjetividade feminina na política, há uma disparidade quanto a do homem. A forma como o feminino teve que lidar com o trabalho doméstico, o cuidado familiar, a maternidade, o casamento, o econômico, o conhecimento acadêmico ao longo dos anos, os entremeios entre o público e privado, enfim, determinou o pensamento, a cultura, a linguagem e, obviamente, sua subjetividade. É o que argumenta Rago (1998) logo acima, e segue:

Há uma construção cultural da identidade feminina, da subjetividade feminina, da cultura feminina, que está evidenciada no momento em que as mulheres entram em massa no

mercado, em que ocupam profissões masculinas e em que a **cultura e a linguagem se feminizam**. As mulheres entram no espaço público e nos espaços do saber transformando inevitavelmente estes campos, recolocando as questões, questionando, colocando novas questões, transformando radicalmente (RAGO, 1998, p. 10, grifo nosso).

Ainda mais uma vez: a concretude dessa subjetividade toma o corpo, os gestos, o comportamento e a linguagem. No comentário de Sonia Guajajara (55'06”), é possível observar as estruturas linguísticas em que se dão a ver essa feminização da cultura e linguagem:

*É, bom... Eu quero dizer aqui que estou muito orgulhosa de estar participando de uma chapa em um partido, uma coligação PSOL e PCB, onde tem... É uma coligação que tem o maior número de mulheres candidatas concorrendo nessas eleições 2018, que são muito, muita presença de mulher, mulher feminista, né, também o partido que mais tem aí a presença da diversidade como candidatas. E nós temos, ainda, quatro estados que nós temos mulheres que tá como cabeça de chapa. E três deles, nós temos mulheres que estão concorrendo na chapa majoritária, a exemplo de Distrito Federal, Pernambuco, que a gente tem aí as mulheres, não como vice, né, lá são mulheres candidatas a governadora e co-governadora. E senado também, uma chapa majoritária completa: feminina/feminista. E nesse lugar aqui também que eu estou, tenho orgulho também de dizer que nós estamos tentando superar essa história de vice, né. Porque nós estamos aqui pleiteando uma participação compartilhada como co-presidenta.*

Palavras como *co-governadora*, *co-presidenta* mostram estratégias de poder na modificação do léxico. Modificação estrutural linguística relevante que faz assentar em si posições sujeito que, até certo ponto, carregam equivalência com aquelas que desejam quebrar (*essa história de vice*), mas que, definitivamente, emergem com novos e outros efeitos de sentido e não com o feminino incluso, mas com o feminino protagonista. Esse é o caráter da produtividade do poder, que não só vigia, mas, ao nomear (*co-presidenta*), separa os sujeitos e institui novas e outras verdades. Esses termos modificados e que referenciam um sujeito, que não é apenas

Sonia Guajajara, mas o corpo coletivo ao qual ela pertence, encontram suporte em outros termos – diversidade, mulher feminista –, relações essas que Foucault chamou de Formações discursivas, ou seja, enunciados que “falavam da ‘mesma coisa’, colocando-se no ‘mesmo nível’ ou a ‘mesma distância’, desenvolvendo ‘o mesmo campo conceitual’, opondo-se sobre ‘o mesmo campo de batalha’” (FOUCAULT, 2008, p. 143).

Retomando, na fala da senadora Kátia Abreu, que as pautas femininas despertam pouco interesse do financiamento privado (quando este ainda era permitido), observa-se, mais uma vez, a relação entre a racionalização e o poder político. A subjetividade feminina que toma corpo em sua linguagem, como pudemos observar nas falas das candidatas, cada uma a sua forma, desponta condutas no poder executivo e legislativo que não estão no mesmo campo da lógica do masculino, como já dissemos aqui. As mulheres defendem a *área social, a questão da mulher, a questão dos mais pobres, a questão da saúde* e esse **modo específico de existência** não compreende a racionalização econômica vigente no país. Essa subjetividade feminina díspar das candidatas mulheres comunga com a subjetividade das eleitoras mulheres.

Vejamos a pergunta feita pela Jornalista Jacira Melo, onde um perfil da eleitora brasileira é brevemente traçado:

Jornalista Jacira melo (Agência Patrícia Galvão) pergunta para Kátia Abreu, com comentário de Manuela D’ávila (1º14’06”): *senadora, 46% das eleitoras ainda não decidiram seu voto, segundo as pesquisas espontâneas. As mulheres decidem seus votos na reta final da campanha eleitoral, por estarem em processo de avaliação das políticas públicas em áreas vitais do cotidiano. As mulheres pensam em como são as principais usuárias da área de saúde, é... educação, transporte etc. e tal. Eu diria, ouvindo todas vocês, eu perguntaria pra senadora, em especial, nós tivemos uma onda de vice mulheres, mas parece que as vices mulheres estão influenciando muito pouco as campanhas. Porque os candidatos continuam, ainda, como nas eleições passadas, com uma enorme dificuldade de dialogar com as mulheres, isto é, de priorizar políticas públicas que tem a ver com a vida real e concreta das principais usu-*

árias dos serviços de saúde pra si própria, pras crianças e pros idosos. Que que tá acontecendo ainda com as campanhas, as mulheres vices, que foi essa onda que nós tivemos, ainda não estão conseguindo influenciar as campanhas?

Como nosso foco é nas candidatas, basta retomar, aqui, da pergunta da jornalista, o interesse feminino em comum pelas áreas vitais do cotidiano e sua atividade prática em áreas sociais como principais usuárias e que, mesmo assim, a racionalização política vigente não consegue alcançá-las. Isso nos encaminha ao aspecto do poder em se utilizar de seus próprios mecanismos para exceder seus limites e cercear os sujeitos. Contra essa racionalidade, as mulheres continuam sendo minoria na política quando são candidatas, mas são maioria quando eleitoras e, o ponto onde esse desnível encontra principal existência é no próprio desnível entre os interesses das mulheres por políticas públicas e o interesse do mercado em financiar políticas voltadas ao setor privado.

Portanto, não é exatamente a classe política ou masculina que domina e cerceia o feminino, mas sim, e neste caso, entre outras questões, a estratégia econômica que tais classes incorporam e, num mesmo gesto, são incorporadas por ela. As relações de poder, do micro ao macro, é que vão estabelecendo posições sujeito, e, essas relações são (em grande parte) discursivas e, por isso, cristalizam sentidos, mas não são imutáveis. Foucault adverte que “se quisermos analisar a genealogia do sujeito nas sociedades ocidentais, temos de levar em conta não apenas as técnicas de dominação, mas também as técnicas do eu” (FOUCAULT, 1993, p. 207). Dentro dessa racionalidade e estratégia econômica, as mulheres são objetivadas em sujeito, objetivam outras mulheres e homens e, no movimento de dobra, praticam sobre si, o que o filósofo chamou de técnicas do eu, pela invenção de novos espaços por meio das resistências a essas estratégias de poder que trabalham pela lógica masculina.

A última questão proposta por jornalistas brasileiras, no debate, apresenta um movimento de dobra do poder. A jornalista Jacira Melo (1°29'00”) menciona um mecanismo de poder utilizado em alguns países para alcançar a paridade entre os gêneros no poder público, ao que ela chamou de ações afirmativas:



Senadora, os países que adotaram ações afirmativas para alcançar a paridade de mulheres nas casas legislativas, adotaram um sistema de cotas para mulheres eleitas e não para candidaturas de mulheres. Nos partidos políticos brasileiros, que a gente pode dizer o mínimo que são misóginos, ou clube de bolinhas, para ser mais suave, e um congresso com 90% de parlamentares homens, como é possível enfrentar essa enorme distorção, onde nós temos um país em que somos mais de 50% da população e menos de 10% de mulheres. E mais, no estado de São Paulo, nós temos médios municípios... (Jacira, Jacira Melo)... no estado de São Paulo, nós temos médios municípios que não têm se quer uma mulher vereadora.

Novamente, a objetivação de mulher por sua própria experiência é produzida no discurso. A jornalista Jacira Melo pontua essa sobreposição do volume masculino nos poderes e questiona sobre a possibilidade de reverter tal distorção com a utilização dos próprios mecanismos políticos.

Com resposta de Kátia Abreu e comentário de Manuela D'Ávila, trazemos a fala da segunda candidata:

Manuela D'Ávila (1°31'26'"): eu defendo isso, né. Há bastante tempo, minha militância é marcada por isso, inclusive, tentamos, num último esforço de reforma política, incluir uma espécie de transição, né, não chegar, automaticamente a 50% das vagas, mas 20% das vagas, 25% das vagas. Mas pra além disso, Jacira, meu mestrado, eu vou entregar domingo e é só sobre isso: participação de mulheres e efetividade do aumento de políticas pras mulheres quando a mulher é gestora, não quando é parlamentar, mas nós precisamos, então, falar sobre quais mulheres nós queremos eleger, né. A gente precisa ampliar o número de mulheres, e isso nos garante qualidade democrática, garante representatividade ao conjunto de opiniões na voz das mulheres, mas, para a maior parte das mulheres brasileiras, não adianta eleger qualquer mulher. É preciso ter uma mulher comprometida com investimentos públicos que emancipem a maior parte das mulheres e a maior parte das mulheres brasileiras é negra, recebe um salário baixo e precisa de um Estado que invista em políticas públicas. Quem é contra políticas

*públicas, em investimento em políticas públicas, em última instância, é contra a maior parte das mulheres brasileiras.*

Manuela diz de si mesma enquanto sujeito que pratica essas técnicas, porém, não enquanto qualquer sujeito, mas na posição sujeito deputada mulher e na posição sujeito pesquisadora mulher. A objetivação em sujeito da mulher na política ganha outra fragmentação, não apenas em contraponto com o homem na política, mas entre as próprias mulheres. Ao discursivizar técnicas do eu (*eu defendo isso, né. Há bastante tempo, minha militância é marcada por isso, inclusive*), a candidata toma para si o mecanismo de ações afirmativas de paridade como algo pelo que luta – diferenciando-se do homem político – e retorna ao referente *políticas públicas* – diferenciando-se de outras mulheres políticas pela formação discursiva a qual se filia para falar desse mesmo objeto. Acatar, nesses discursos acerca da mulher na política, “os pontos em que as tecnologias de dominação dos indivíduos uns sobre os outros recorrem a processos pelos quais o indivíduo age sobre si próprio e, em contrapartida, os pontos em que as técnicas do eu são integradas em estruturas de coerção” (FOUCAULT, 1993, p. 207), certamente, significa considerar esse multifacetado ser mulher que recita seus próprios interesses e reconhece suas diferenças – entre si e, principalmente, do homem.

Agindo sobre si mesmas, apontando suas agendas e definindo suas verdades acerca de um mesmo objeto, seja ele *políticas públicas*, paridade entre os gêneros, e, até mesmo, suas próprias condutas, as mulheres produzem suas posições sujeito, mas também reconhecem os efeitos da insistência da lógica masculina em cercear o feminino – mais uma vez: não o homem em si, mas as estratégias que o próprio poder se utiliza para se manter e manter os sujeitos. Essas verdades, segundo Foucault, nos dividem em grupos e em nosso próprio interior, porém, elas também nos atam e, para o bem ou para o mal, a produção de uma verdade tem de passar pelo poder:

Essas produções de verdade não podem ser dissociadas do poder e dos mecanismos de poder, ao mesmo tempo porque esses mecanismos de poder tornam possíveis, induzem essas produções de verdades, e por-



que essas produções de verdade têm, elas próprias, efeitos de poder que nos unem, nos atam. São essas relações verdade-poder, saber/poder que me preocupam (FOUCAULT, 2006, p. 229).

E, nesse campo discursivo sobre o qual se formaram tantos enunciados – o debate –, o agenciamento midiático da linguagem conduziu a maior parte das objetivações e subjetivações das candidatas em sujeito. Oriundas de variados veículos de comunicação (Agência Patrícia Galvão, jornal El País, jornal O estado de S. Paulo), jornalistas mulheres se reuniram para a produção discursiva no ciberespaço, sob um eixo temático amplo (mulheres na política), a partir do qual outros temas mais específicos foram abordados. Um espaço *cheio de devires*, como assim definiu Monteiro (2007), o ciberespaço foi o lugar onde, maiormente, se produziram as verdades e os próprios sujeitos candidatas mulheres nas eleições de 2018, visto o pouco tempo de TV que essas mulheres tinham. Ademais, o ciberespaço proporcionou algo inédito e ainda interdito na mídia televisiva: um debate só de mulheres que visasse, exclusivamente, a agenda feminina, evidenciando sua fluidez em agenciar discursos e estabelecer novas conexões. Ainda sobre mulheres, vale destacar as que produziram e distribuíram as perguntas: as jornalistas, enquanto sujeitos institucionais, tiveram autoridade garantida para proferir seus discursos, no entanto, enquanto sujeitos mulheres, tiveram autoridade garantida para proferir seus discursos da maneira como fizeram, evidenciando a historicidade da língua, a descontinuidade histórica e as possibilidades dos movimentos de poder que formam uma posição sujeito.

### *Considerações Finais*

Considerando os objetivos que elencamos para o desenvolvimento deste trabalho, elaboramos a partir do subsídio teórico-metodológico foucaultiano uma retomada acerca das principais discussões presentes na literatura disponível no que concerne à compreensão do sujeito na análise de discurso assim orientada. Em seguida, apresentamos o desenvolvimento de uma análise possível do referido debate das candidatas à vice-presidência brasileira em relação ao modo como emerge no dis-



curso um sujeito mulher, fato que nos possibilitou também observar a singularidade da pauta feminina na política brasileira contemporânea.

Nesse sentido, destacamos o caráter de acontecimento histórico dado ao ineditismo do número de candidatas mulheres à vice-presidência do Brasil em 2018, bem como de uma mulher indígena candidata ao posto. Do mesmo modo, observamos o caráter de singularidade do debate que constitui nosso corpus de análise.

Assim constituído nosso ponto de partida, e ao definirmos um recorte em relação às perguntas direcionadas às candidatas – conforme a justificativa apresentada na seção de análise – que nos permitisse responder à questão inicialmente proposta, salientamos, primeiramente, o fato de os enunciados elaborados demarcarem uma posição sujeito que busca colocar-se como *vice com projeto pessoal de poder*, numa contraposição à posição sujeito discursivamente recuperada de *vice decorativo*, ao mesmo tempo em que deixam emergir uma posição sujeito, de outra forma constituída, *vice-presidentes mulheres/mulher brasileira*. Adiante, no curso das análises, a emergência de palavras como *co-governadora* e *co-presidenta* nos enunciados investigados demonstram estratégias de poder que irrompem modificações no léxico que nomeia e classifica os sujeitos ao mesmo tempo em que institui novas verdades e novas subjetividades. Por último, destacamos o fato de que pudemos observar que em muitos casos é por meio da produção de enunciados em que a própria experiência se constitui no discurso que ocorre a objetivação da mulher candidata.

## Referências

DELEUZE, Gilles. **Conversações: 1972-1990**. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary. (Org). **História das mulheres no Brasil**. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

FERNANDES, Claudemar Alves. **Discurso e produção de subjetividade em Foucault**. ano 2. artigo n. 1. Uberlândia: LEDIF – Laboratório de Estudos Foucaultianos, 2011.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Adolescência em discurso: mídia e produção de subjetividade**. Porto Alegre: UFRGS/FACED, 1996.

- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder** (organização e tradução de Roberto Machado). Rio de Janeiro: Edições Graal, 5. ed. 1985.
- FOUCAULT, Michel. Verdade e subjetividade. **Revista de Comunicação e Linguagem**. n. 19. Lisboa: Edições Cosmos, 1993. p. 203-223.
- FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p.231-239.
- FOUCAULT, Michel. **Estratégia, Poder-Saber**. Ditos e escritos IV. Org. Manuel Barros da Motta. Trad. Vera Lucia Avellar Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- GREGOLIN, Maria do Rosario de Fátima Valencise. Discurso, História e a produção de identidades na mídia. In: XIV Encontro da ANPOLL, **Anais [...]**. Maceió, AL, 2004.
- MITTMANN, Solange. Alguns apontamentos sobre militância digital. In: GRIGOLETTO, Evandra; NARDI, Fabiele Stockmans de; SCHONS, Carme Regina (Org.). **Discursos em rede: práticas de (re) produção, movimentos de resistência e constituição de subjetividades no ciberespaço**. Recife: Ed. Universitária, UFPE, 2011. p. 119-139.
- MONTEIRO, Silvanna. O Ciberespaço: o termo, a definição e o conceito. 2007. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 2, n. 2, 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/27007>. Acesso em: 29 nov. 2016.
- RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pilar. **Masculino, feminino, plural gênero na interdisciplinaridade**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998. p. 21-41.
- RAGO, Margareth. Feminismo e subjetividade em tempos pós-modernos. In: COSTA, Claudia de Lima; SCHMIDT, Simone Pereira. (orgs.). **Poéticas e políticas feministas**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004.
- SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORE, Mary (Org). **História das mulheres no Brasil**. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2012.





***12***



# A escrita intimista e o espaço digital: cenas paranaenses

NÍNCIA CECÍLIA RIBAS BORGES TEIXEIRA<sup>1</sup>

O desenvolvimento no campo da produção cultural, no que se refere a interseção entre territórios diversos, foi acelerado com a revolução digital. A fusão das culturas literárias permite explorar um fazer artístico numa articulação com as novas tecnologias da informação e da comunicação propiciando novas formas de contato e abordagem do fato.

Em escritos em meio digital, de acordo com De Santa (2016) a função-autor pode sofrer alterações e perder sua legitimação, uma vez que as produções literárias impressas ou hipertextuais são resultado de um trabalho funcional por parte do autor, que se utiliza de elementos arquitetados (de si ou de suas impressões) para a construção de seu texto. Ela não se constrói simplesmente atribuindo um texto a um indivíduo com poder criador, o que faz de um indivíduo um sujeito-autor é o fato de, por meio de seu nome, delimitarmos, recortarmos e caracterizarmos os textos que lhes são atribuídos. Sendo assim, o ciberespaço às vezes torna ilegítima essa instância autora.

O espaço da literatura, da criação literária e da leitura na perspectiva discursiva confere ao sujeito, em nossa cultura, um lugar especial e destacado. A arte de escrever na modernidade, segundo Luis Fernando Duarte, é uma criação solitária, que envolve a psicologia dos personagens e a psicologia do autor, axiada sobre o tema da “inspiração íntima, devendo brotar das profundezas do indivíduo-autor” (DUARTE, 1981, p.43). Envolve, ainda, uma linguagem própria ao sujeito criador, em um funcionamento que privilegia a polissemia e os efeitos de deslocamento. A arte de escrever, vigente culturalmente, além de ser uma prática solitária, é também da ordem da intimidade, pois revela na sua especificidade - o

---

1 Pós-doutora pela UFRJ. Doutora em Letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2005), Mestre em Letras pela Universidade Estadual de Londrina.



domínio da linguagem – o seu ancoramento ao primeiro termo da dicotomia indivíduo x sociedade, no âmbito da literatura.

Nos domínios do discursivo, a arte de escrever relaciona-se com a inscrição do sujeito em formações discursivas, que determinam o que ele pode/deve dizer, conforme Pêcheux (1997, p. 160), apesar de para o sujeito parecer ser da ordem do individual, pela ilusão que ele tem de ser a origem do dizer e de esquecer-se, de acordo com Orlandi (2002, p. 35), de “retormos sentidos pré-existentes”. A literatura constitui-se como texto e circula socialmente, convocando sujeitos à interpretação e, apesar de pertencer à ordem da criação, para ser compreendido deve ter sempre um fundo de realidade, pois se consubstancia no/pelo mundo. É no texto que o desvio é valorizado como manifestação da individualidade, mesmo que esta individualidade se concretize por esquecimentos e ilusões. Orlandi (2002, p. 35) diz que “embora se realizem em nós, os sentidos apenas se representam como se originando em nós: eles são determinados pela maneira como nos inscrevemos na língua e na história e é por isso que significam e não pela nossa vontade.”

Entretanto, uma vez valorizada e enquadrada como desvio, a literatura adquire legitimidade própria, que lhe confere plena liberdade de criação, e tudo se torna possível já que não possui responsabilidade social e pode, por isso mesmo e nestes limites, “revelar à sociedade sua loucura, propor questões, permitindo o prazer na dúvida. O discurso do desvio, por excelência [...] a literatura pode sê-lo sob o preço de nunca se tornar o discurso da sociedade” (COSTA LIMA, 1972, p. 65).

No que diz respeito ao escritor, a tensão entre o imaginário e o real sofre um rebatimento para o plano do “eu”. Ainda, segundo Costa Lima, “o imaginário tem relação direta com a possibilidade de ampliar o que chama de ‘ângulo de refração’ das experiências pessoais do escritor” (1984, p. 228). Para o autor, essa é a expressão usada para contestar a noção de reduplicação especular, segundo a qual, as figuras compostas pelo escritor seriam meros reflexos ou projeções de seu eu.

Assim, ao mesmo tempo em que o imaginário permite a “transformação” do escritor em personagens que nada têm a ver com ele, tal

transformação é alimentada pela refração de sua experiência pessoal (esta, vivida no plano da “realidade”), o ângulo de refração sendo o espaço no interior do qual se estabelece a tensão entre o eu imaginário e o eu “real”. Desse modo, o “eu” do escritor na narrativa ficcional dissipa-se no espaço aberto pelo ângulo de refração, permitindo ao escritor inventar múltiplas possibilidades, imaginar-se, enfim, “um outro”, que na verdade é a imagem dele mesmo, instaurando efeitos de movência do eu e a possibilidade de chorar pela morte de um personagem, como se estivesse sendo “possuído” por, ou se “metamorfoseando” em sua criação.

De tudo isso, depreende-se que a ficção, se questionada corretamente, fornece aspectos sociais que não são encontrados na historiografia oficial. Um dos fatores determinantes para esse acontecimento é o descompromisso da obra literária com a ordem da verdade, do real. Cabe ao estudioso da obra, então, identificar nela uma realidade ilusoriamente peculiar, pessoal e individual do autor, posto que se trata de transfigurar, mistificar, reconfigurar o específico de certa realidade. Mesmo assim, vale destacar, citando Pêcheux (1997), a interpelação ideológica e o atravessamento pelo inconsciente, fazendo com que a literatura, assim como outros textos, guarde a narrativa e sua característica de objeto construído de acordo com a ideologia de quem escreve, apagando o fato de que “quando nascemos os discursos já estão em processo e nós é que entramos nesse processo. [...] Isso não significa que não haja singularidade na maneira como a língua e a história nos afetam”, mas que a língua e a história se realizam nos sujeitos como materialidade. Assim, a literatura está no campo do “vir a ser” e não do já realizado. O romancista irá se utilizar de seus personagens para expor suas ideias, sua percepção. Brockmeier (2003) assevera que uma das funções essenciais da narrativa como arte é, portanto, subjetivar o mundo.

Blanchot (1987) destaca que o mundo proposto pela literatura é autossuficiente, um mundo próprio, em que as suas bases não estão de modo algum subservientes ao mundo real, ao mundo do autor que a produziu, uma vez que a obra – a obra de arte, a obra literária – não é acabada nem inacabada. O espaço literário, por mais que seja semelhante



ao espaço dos homens, é mundo de regras próprias, em que prevalece a não verdade, o não poder e o não saber, subsidiados pela ambiguidade: “Na literatura, a ambiguidade é como entregue aos seus excessos pelas facilidades que ela encontra, e esgotada pela extensão dos absurdos que pode cometer” (BLANCHOT, 1987, p. 19). Nessa perspectiva, a literatura deixa de ser um modo de representação, perdendo a referência possível com o mundo real, para tornar-se apresentação de si mesma como um mundo possível e diversificado, pois cada escritor possui uma maneira diferenciada de nos apresentar esse mundo por meio da escrita.

Na perspectiva literária, “O espaço literário” é fatalmente aquele em que se dá a “morte” do escritor (como origem suposta de seu discurso), uma vez que uma ausência irremediável fala por meio dele. Esse anonimato da palavra conduziu Maurice Blanchot (1987) a conceber a experiência literária como uma dramaturgia da linguagem, da qual sua obra crítica e romanesca é espelho. Essa leitura filosófica permite pensar o projeto crítico blanchotiano como forma de retirar da literatura tudo o que não é ela (o autor e sua história, as relações de “gênero”, estilo, língua, tudo que for relativo ao material linguístico da obra).

Escrever é quebrar o vínculo que une a palavra ao eu, quebrar a relação que, fazendo-me falar para “ti”, dá-me a palavra no entendimento que essa palavra recebe de ti, porquanto ela te interpela, é a interpelação que começa em mim porque termina em ti. Escrever é romper esse elo. É, além disso, retirar a palavra do curso do mundo, desinvesti-la do que faz dela um poder qual, se eu falo, é o mundo que se fala (BLANCHOT, 1987, p. 20).

No entanto, ao colocar um ponto final, o artista percebe que nada realizou, pois a obra, depois de feita, suprime seu criador, tem existência autônoma. Escrever uma obra é, nesse sentido, abdicar-se de si. A escrita literária não é resultado da vontade do autor, da sua intenção ou da sua sensibilidade. Pelo contrário, a dinâmica neutra da escrita conduz ao apagamento da figura do autor, ao anonimato necessário, à solidão essencial e ao estranhamento antilírico diante do mundo.

O texto autobiográfico não tem a função de narrar acontecimentos da ordem do vivido, posto que na prática narrativa o sujeito, sempre



tomado como posição e inscrito em lugares, interpreta a si mesmo, mas essa interpretação não se liga ao intencional, tendo em vista a interpe-  
lação ideológica e o atravessamento pelo inconsciente. Assim, mesmo  
quando diz “eu”, o sujeito que assume o lugar e a função de autor. Não  
fala exatamente de si mesmo, mas organiza a memória determinando o  
que faz sentido e o que ressoa como o já sabido, a partir de uma posição  
social, do lugar de escritor, que por entrar nessa ordem do discurso e por  
inscrever-se em uma Formação Discursiva que lhe permite dizer o que  
diz, fala da literatura, da política mundial, de viagens, das tormentas e,  
também da sua vida.

Mesmo em se tratando de memória, o sujeito que ocupa a posição  
e exerce a função de autor faz projeções imaginárias em torno de si mes-  
mo, dos leitores e do tema que desenvolve, colocando-se no lugar deles.  
Segundo Pêcheux (1997a, p. 82), trata-se da projeção em que um sujeito  
A projeta um sujeito B e a partir dessa projeção encaminha seu discurso.

[...] segundo o mecanismo de antecipação, todo sujeito tem a  
capacidade de experimentar, ou melhor, de colocar-se no lugar  
em que o seu interlocutor “ouve” suas palavras. Ele antecipa-se  
assim a seu interlocutor quanto ao sentido que suas palavras  
produzem. Esse mecanismo regula a argumentação, de tal forma  
que o sujeito dirá de um modo, ou de outro, segundo o efeito que  
pensar produzir em seu ouvinte (ORLANDI, 2002, p. 39).

Na perspectiva discursiva, o texto autobiográfico remete ao equí-  
voco de que o sujeito- autor narra objetivamente fatos relacionados à sua  
vida e que os dizeres e os saberes são da ordem da realidade. Segundo  
Venturini (2009, p. 121), “[...] para minimizar os efeitos desse equívoco há  
que estabelecer diferenças entre sujeito e eu e entre real e realidade.” O  
sujeito, por sua vez, resulta da inscrição do sujeito a FD’s, a lugares que  
são determinantes no que ele diz e, no caso do texto autobiográfico em  
torno do conteúdo do que é dito.

A possibilidade de aliar o discursivo ao literário deve-se ao fato de  
que, no âmbito da literatura, a escrita de si ser vista como um discurso e  
nesse discurso, a função-autor é de organizar as experiências fragmentá-  
rias do eu, dando sentido ao que aparece na memória (individual e cole-



tiva) de forma caótica. Trata-se, portanto, de um fazer-acreditar naquilo que está sendo contado: não o que aconteceu, mas o que significou. Por essa razão, as escritas de si trazem valores e representações ligadas ao inconsciente de sujeitos de uma sociedade e até mesmo de um país. Fritzen (2003) afirma que o gênero autobiográfico passa a ser como uma relação de aprendizagem, que a experiência narrada do outro nos sugere.

Sendo assim, o ponto de interseção entre o real e o ficcional é o escritor, assumindo a função-autor, organizando o mundo ficcional. É ele quem vai catalisar os anseios e características daquela sociedade. É uma arte que instiga sujeito-leitor e, por esse motivo, é transformadora. De acordo Orlandi (2001, p. 65), pela função-autor é que se constrói a textualidade, que, no que tange ao discurso, “produz um efeito imaginário de unidade”, como se o texto tivesse começo, meio, não-contradição e fim. Pela função-autor, o sujeito se pensa a “origem” do dizer, assumindo a responsabilidade pelo que diz. Nesse sentido, mesmo que o texto seja o mesmo, o autor continue assumindo a mesma posição, a cada leitura o texto é outro, os sentidos variam, de acordo com a inscrição do sujeito em formações discursivas, que determinam o dizer.

A autobiografia, ao invés de suscitar a dissipação do eu em múltiplos “outros”, parece, ao contrário, reafirmar sua unidade. Nas palavras de Philippe Lejeune (1975), o que caracteriza a autobiografia é a identidade entre narrador e autor, expressada através do pacto autobiográfico estabelecido com o leitor, espécie de declaração do tipo “isto é autobiografia”. Lejeune procura inferir o que “a autobiografia é principalmente uma narrativa, com perspectiva retrospectiva e cujo assunto tratado é a vida individual; e implica necessariamente a identidade entre autor, narrador e personagem” (1975, p. 14).

A identidade entre autor, narrador e personagem é condição essencial de uma autobiografia, consubstanciada no pacto autobiográfico: a identidade entre o nome exposto na capa e na folha de rosto (um nome que equivale a uma assinatura) e o nome que o narrador se dá como personagem principal, acrescida na maioria das vezes da indicação, na capa, na folha de rosto, nas orelhas e na contracapa, de que se trata de uma

autobiografia. O pacto autobiográfico se dá quando a identidade entre autor, narrador e personagem é assumida e tornada explícita pelo autor, ao contrário do “pacto romanesco”, declaração de negação daquela identidade e atestado do caráter de ficção. É por isso, também, que uma autobiografia nunca pode ser anônima, porquanto lhe faltaria assim o nome do autor, daquele que atualiza o pacto.

Atualmente, basta acessar a internet que nos deparamos com inúmeras páginas e nelas muitas mulheres publicam seus escritos sobre si. Escrita que, assim como a escrita de outros tempos, também expressa modos de ser e estar no mundo, de vivenciar e significar o corpo. Autoras paranaenses, muitas vezes, utilizam o ciberespaço para publicar seus textos, escrevem para expressar suas ideias, contar a sua história. Ocorre, dessa forma, um deslocamento e reconfiguração dos modos de escrita. As escritoras selecionadas para a pesquisa utilizam blogs pessoais para publicarem seus escritos.

Os blogs são páginas *on line*, pessoais, dinâmicas, interativas que podem tratar de variados assuntos. Alguns publicam notícias, comentários esportivos, poesias, receitas culinárias, contos. Outros, trazem fatos da vida pessoal de quem ali escreve, seus pensamentos, seu cotidiano, seus (des)amores, pois o sujeito também pode utilizar esse espaço para falar da sua intimidade, para falar de si. Os blogs, assim como outros modos de escrita na internet, portam rastros da comunicação “face-a-face”, em que um sujeito “fala” e outro/s “responde/m” (no caso dos blogs, através de comentários), guardando suas particularidades de tempo e velocidade, uma vez que a internet possibilita que o que é escrito de um determinado computador ou de um *Iphone*, por exemplo, possa ser acessado pelos/as demais usuários/as da rede, que podem estar espalhados por todos os cantos do mundo, ou a poucos metros de distância.

Por se constituir em um dos espaços em que algumas pessoas falam de suas dores, seus amores, suas misérias, do seu dia de trabalho, como lidam com o corpo, dos pequenos detalhes de seu cotidiano para o/a provável leitor/a da página, faz-se possível apontar o caráter confessional pelo qual a escrita em blogs é dotada. Entretanto, Paula Sibilia

(2008, p. 71) refere que mencionar apenas o caráter confessional dos blogs é “[...] uma explicação possível, embora parcial, pois deixa sem elucidar algumas de suas especificidades mais significativas.” No caso das escritoras paranaenses, observa-se que ele é um canal para a divulgação da escrita literária. Para a pesquisa foram selecionadas as autoras Carla Luma, Bárbara Lia e Deisi Perin.

### *Escritas de autoria feminina: cenas paranaenses*

Os últimos anos têm sido marcados por uma eclosão nas instâncias sociais, políticas, econômicas e culturais que se especializaram em decretar o fim dos pressupostos da sociedade tradicional, dentre eles, o esfacelamento do patriarcalismo. Sabe-se que o discurso considerado universal, aquele que se pretende patriarcal, logocêntrico, ou seja, dominado pelo homem, traz em seu cerne essa marca de restrição com relação à mulher.

A produção da escrita de autoria feminina, especialmente a literária, conhece de perto esse fato e busca, de certa forma, denunciar a ideologia patriarcal que ainda ronda o cotidiano de muitas mulheres. Além dessa denúncia espera fazer emergir a identidade da mulher do século XXI na literatura.

A literatura de autoria feminina passa, atualmente, por um processo de conscientização. Por alguns anos, a contar das primeiras décadas do século XX, a mulher escrevia, muitas vezes, com ressentimento, procurando destruir a simbologia masculina que a reprimia. Atualmente, há o registro do início de uma conscientização do sexo masculino à presença de um novo estilo de mulher na sociedade. Esse fenômeno é idêntico, tanto para a literatura feita pelos homens, como por aquela feita pelas mulheres. Entretanto, há, na literatura de autoria feminina, a busca pelo “[...] feminino autêntico, pressentido para além dos destroços da ‘imagem tradicional da mulher’, patente na crise em processo em nossos tempos” (COELHO, 1989, p. 04).

A evolução da consciência crítica da mulher em relação a si mesma e ao espaço-tempo onde/em que vive, fundamenta-se na visão so-



ciológica sobre as relações de poder na sociedade, pois a tentativa de se sobrepôr à soberania masculina fez reforçar as hierarquias no campo da arte. Superar a imagem tradicional da mulher e recuperar a voz exigiu das escritoras a concentração sobre si mesma e sobre o conjunto, propondo a construção de uma literatura do ser humano, sem discriminações, num universo sem privilégios.

A reflexão sobre a escrita de autoria feminina remete ao processo histórico que a produz, como fenômeno cultural, bem como as relações de poder e de confronto de interesses que ocorrem na sociedade e que irão influenciar em seu significado. Dessa forma, acredita-se que é preciso refletir sobre o passado para que se possa compreender o presente.

A exclusão histórica da autoria feminina no campo institucional da literatura, em especial no Paraná, foi resultado de práticas culturais que privilegiaram a enunciação do sujeito dominante da cultura, o sujeito masculino. As causas do silêncio envolvendo a história literária da mulher encontram-se nos preconceitos que sempre cercaram a escrita feminina. Os críticos literários do passado, em sua maioria homens de letras, sempre tiveram uma atuação determinante na configuração dos cânones nacionais, através de trabalhos acadêmicos.

A literatura feita por mulheres, juntamente com a discussão sobre a negritude e a literatura homoerótica, é fenômeno significativo dos últimos anos do século XX e insere-se na discussão do multiculturalismo. A produção de autoria de mulheres sempre foi excluída, por várias razões, dentre elas o puro preconceito de uma sociedade atrelada a valores patriarcais que reservava à mulher o papel de esposa e mãe. Assim, sua produção sempre foi avaliada como deficitária em relação à norma de realização estética vista sob o ponto de vista masculino. Para Peggy Sharpe (1997), é comum nas Literaturas Coloniais omitir ou sub-representar relatos advindos da voz feminina, só em iniciativas mais atuais é que ocorrem discussões em torno da identidade nacional advinda de várias vozes, inclusive a feminina.

O que se observa no Paraná é o número muito restrito de escritoras. Mesmo que não se considere somente o número de autoras apenas

nascidas, mas também radicadas no estado, o cenário continua o mesmo. Se considerar coletâneas como as organizadas por Luiz Ruffato, *25 Mulheres Que Estão Fazendo a Nova Literatura Brasileira* (2004) e *30 Mulheres que Estão Fazendo a Nova Literatura Brasileira* (2005), ambas publicadas pela Record. Somando as autoras de uma e de outra, são 55 mulheres. Dessas, apenas duas são do Paraná: Luci Collin e Regina Iorio. O equivalente a mais ou menos 3% do total. Diante disso, pode-se dizer que os estados com maior poder econômico promovem uma maior visibilidade das escritoras. Quanto menor a inserção da mulher na sociedade – que se dá, basicamente por conta da educação – menor o número de mulheres pensando a sociedade. Talvez possamos recorrer, ainda, a uma outra questão: a de que a colonização do interior do Paraná – com a produção de riquezas, através da cafeicultura – se deu muito recentemente e que, numa sociedade agrária, a educação da mulher sempre foi colocada em segundo plano (*apud* KUBOTA, 2006).

Talvez a questão sobre a falta de escritoras cronistas esteja justamente na falta de espaço regular para publicação e na falta de remuneração para o ofício. Luci Collin, escritora paranaense, perguntada se teve de encarar alguma dificuldade específica por ser mulher, responde que “por ser mulher, não; por ser paranaense, sim. Para publicar seus livros, precisou vencer o eixo Rio – São Paulo.

### *Carla Luma: inquietações femininas*

*Creio no Universo como numa abstração,/porque penso  
nele. Mas não o vejo/ porque pensar é compreender...  
(Carla Luma)*

Carla Luma nasceu em Jacarezinho no Paraná, escreve no blog <http://carlaluma.blogspot.com.br/>, que se constitui como uma possibilidade de tornar público seus textos e escritos. O blog dá lugar a experimentações, por sua estrutura ser aberta, convida o usuário à criação de páginas e de textos variados, à interação com outros. Segundo Maria Rita Kehl (2007), só no século XX é que a fala das mulheres migrou do espaço privado para o público e passou a produzir diferença. Os blogs, no final



do século XX e início do XXI, alargaram em muito a possibilidade de escrita de si, assim como sua visibilidade e circulação.

A narrativa de Luma instaura o efeito de sentido de contestação de valores, deslocando os sentidos cristalizados acerca da mulher não só dentro da ordem social e política discriminatória, mas, também, e, sobretudo, no interior de uma ordem simbólica, em que a própria linguagem é um instrumento de opressão. Como foi insistentemente sublinhado por Roland Barthes, a língua encarrega-se de marcar a diferença sexual e social, mantendo, por um lado, separados os gêneros feminino e masculino, pelo outro “a servidão e o poder” (BARTHES, 2004 p. 15).

Sua escrita procura desmanchar a manutenção da visão de mundo “masculina”, vigente na maioria das sociedades ocidentais modernas, ao mesmo tempo em que delinea e limita o “espaço” feminino, contribuindo, desta forma, para a construção da subjetividade das mulheres:

Acontece é que cansei. Acontece é que eu não presto. Acontece é que eu jamais conseguiria meter um par de chifres em Federico: um cara tão perfeito, um gentleman, e, ao mesmo tempo, eu não consigo me satisfazer comendo do mesmo todos os dias, pode ser lagosta, camarão, feijoada, o manjar que se serve aos deuses no monte Olimpo...Eu não consigo. Estava ficando triste, melancólica, beirando a depressão. Mandeí Federico pastar e, desde então, considero-me definitivamente curada (LUMA, 2010, s/p.).

As inquietações femininas em busca por uma identidade própria é o discurso predominante nos minicontos de Carla Luma, que busca romper com as funções atribuídas à mulher ao longo do tempo e revelando a sua necessidade em buscar autonomia e espaço dentro desse mundo até então descrito pelo homem. No conto “Federico”, a personagem principal retrata o papel da mulher que se submete às normas sociais, mas deseja transgredir, encontrando-se entre a vontade de violar e o cumprimento das normas, na qual não pode comandar suas ações devido à constante obediência às condições e modelos machistas. Dividida entre o “lado de cá” que representa as normas, e o “lado de lá”, espaço da liberdade em que a protagonista tende a se autoafirmar:

Entretanto, conheci Federico quando eu já me considerava livre deste perigo. O cara entrou na minha vida como o furacão Katrina em Nova Orleans: avassaladoramente. É mentira. Não foi boa a comparação, mas gostei da imagem e não vou retirar. Na realidade ele chegou de mansinho e me conquistou trazendo-me flores, presentes, chocolates – sou doidinha por chocolate, principalmente os absurdamente amargos – como se pudesse ler pensamentos, suprindo, desta forma, a figura do pai ideal (LUMA, 2010, s/p.).

A escrita de Carla Luma, suplanta o estigma da fragilidade, desqualifica paradigmas de certa forma cristalizados em nossa cultura, desconstrói estereótipo da “Amélia, a mulher de verdade” – registro de uma idealização social; ou da “mulher de cama e mesa” (ABREU, 1999, p. 131) e constitui efeito de verdade à medida que traz elementos do mundo, ligados ao real, tais como furacão Katrina, em Nova Orleans.

Eu não chorei. Sorri cinicamente, como se tranquilizada pelo anticlímax que se coaduna perfeitamente com a índole deste adorável covarde que, contudo, neste dia dos namorados, me trouxe flores, chocolates, uma garrafa de vinho e um livro com a Obra Poética Completa de Federico Garcia Lorca (LUMA, 2010, s/p.).

### *Bárbara Lia: escrita do não-lugar*

*Quando era menina descobri que o significado de Bárbara Lia é – Estrangeira de olhos tristes e cansados. Faz sentido. Sempre convivi com esta sensação de não-lugar. (LIA, 2011)*

Bárbara Lia é professora de História e escritora, nasceu em Assaí – PR e vive em Curitiba. Publicou os livros: O sorriso de Leonardo (2004), Noir (2006), O sal das rosas (2007), A última chuva (2007) e Constelação de Ossos (2010). Bárbara Lia escreve em seu Blog Chapar as Borboletas.

A escrita revela os amores e as dores da escritora, além de possibilitar que o mundo seja reinventado por meio de suas leituras e diálogos, indissociáveis, de todo modo, de suas identificações ideológicas, passionais e de sua busca constante pelo ideal humanista, segundo Mar-



cio Claudino (2011). É comum, em sua obra, estabelecer diálogos com outros escritores e artistas como Fernando Pessoa, Dalton Trevisan, João Guimarães Rosa, Bertolt Brecht, Clube da Esquina, Tunai e Elis Regina, Raduan Nassar.

É visível em seus textos vestígios de um sujeito que, por meio da escrita e não de seu corpo, habita vários espaços (muitas vezes simultaneamente). Nesses espaços, ganham acesso a diferentes realidades, assumindo identidades e características diferenciadas, ou seja, podem construir diferentes narrativas (verídicas ou não, sinceras ou não, anônimas ou não) a respeito de si mesmo. Como se observa no miniconto “Parisbiru”:

Peabiru é o meu refúgio mágico. Minha Pasárgada. Éden antigo. A felicidade andava colada ao meu ombro direito quando eu vivia ali. Eu vivi ali dos cinco aos dezesseis anos. [...]A cidade com seus costumes, a vida rígida. Bateu este banzo, este texto que alguém pode até dizer - piegas - mas, encontrei toda gente neste tal de Facebook; Na comunidade com o nome da cidade, que alguém comparou com Paris, preciso saber quem para dar o devido crédito. No final, todos os que passaram a infância e adolescência lá sabem que lá é uma cidade Luz, nossa Meca, nosso lugar... (LIA, 2011, s/p.).

Nicolaci-da-Costa (2005) apresenta alguns fatores que interferem nesse jeito de reescrever/interpretar o mundo por meio de marcas comuns na pós-modernidade: a geração de novos espaços de vida, as alterações de amplo alcance nos estilos de agir, de viver e de ser dos homens e mulheres que lhes foram contemporâneos, observando ainda a proliferação de vocábulos que expressam novos interesses, novas necessidades, novas formas de vida, novos relacionamentos, novos conflitos. Matos (2007) assevera que:

Os efeitos perceptíveis dos “deslocamentos”, ocasionados pela globalização, produzem uma permanente re(construção) das identidades. Liquidifica-se o tempo, o lugar, o real, o imaginário, as culturas, gerando novas formas de sociabilização, novas relações no mundo do trabalho e no lazer. Esses deslocamentos influenciam ainda a des(construção) do “mundo imaginário” e do “mundo real”. Sabemos que o sistema conhecido nos dias de hoje como globalização teve seu início muito antes, desde as



primeiras navegações. Mas esse movimento é recriado, principalmente com o desenvolvimento das tecnologias (p. 17).

Observa-se que Lia, em sua escrita, interpreta suas experiências, em épocas e contextos determinados e, ao mesmo tempo, passa a agir de acordo com os significados construídos. É uma mulher em busca de sua identidade, e esta é de tal importância que vai iniciar seu próprio processo de individualização. É por meio dessa ruptura com o espaço/memória que emerge várias de identidades:

O que você gostaria de ser se não fosse poeta?/ Correr riscos e flunar acima de abismos, sem ser poeta?/ Ressuscito um dos primeiros pensamentos de quando era menina: – Quero ser correspondente de guerra. [...] Quando você era criança, tinha mais medo de palhaço ou do Papai Noel? Palhaço. [...] Gosto de me libertar. Não creio em modelito perfeito para lançar livros... Cada poeta é um universo inteiro e suas adjacências, suas roupas são estrelas e os sapatos estradas e mar... (LIA, 2011, s/p.).

Bárbara Lia, de forma consciente ou não, faz uma travessia pelo universo masculino. Mas, sua escritura se torna autônoma: emerge a voz feminina que vai se construindo da memória e das vivências pessoais, do sentimento e da escolha rigorosa das palavras ao narrar a sua realidade, o seu cotidiano. Adensa-se o texto, eliminando, gradativamente, o supérfluo, os exageros lacrimajantes, as lamentações. A escritora é sujeito da sua produção, em uma literatura que representa identidades femininas, que deixa de ser o Outro do masculino e passa a ser ego:

Um patchwork mineiro dentro de mim [...] E água memorável/  
Labirintos de Rosa: Meu pai plantou-me em Minas. Sem mar.  
Sem José. Sem amor. Minha herança: Sertões. Sonetos. Canções.  
Meu nome é uma montanha. Minha sombra uma memória.  
Plantada naquela esquina (LIA, 2010, s/p.).

### *Deise Perin: multiplicidade e efemeridade*

*Nuances de rumores incompleto silêncio nas sombras das dores. Passagens da vida em nuances de cores do amargo ao doce. A vida tem diversos sabores. (Deise Perin)*

A curitibana Deise Perin (Deise Giacomazzi Silva) escreve no Blogue Pó&teias, (<http://poeteias.blogspot.com.br/search/label/deisi%20perin>) sua escrita é feita por meio de uma linguagem simples e se utiliza de espaços cotidianos para expressar temas banais, tipicamente pós-modernos. A era pós-moderna muda comportamentos dos sujeitos, que são repletos de contradições, seguem várias direções e se utilizam de várias máscaras sociais. Isso se deve ao fato de o homem na contemporaneidade ter de lidar com várias esferas ao mesmo tempo e estar cercado de muita informação. “A massa pós-moderna é atomizada, fragmentada, excitada pelas mensagens que lhes são destinadas segundo seus interesses individuais: o sujeito converte-se num terminal de informação, e num terminal isolado de outros terminais.” (NAZARIO, 2005, p. 58).

Meu lugar é em lugar algum. Não caibo nos espaços. Nem navego no fluxo. Visto tamanho único. Camadas de polimento escondem minha cor. Sorvo ácido e veneno cruzo as pernas delicadamente. Curvo-me. Rasgo as vestes, mas sempre sobra um trapo de culpa (PERIN, 2010, s/p.).

O sujeito que emerge da escrita de Perin é portador de múltiplas identidades, demonstrando como essa mulher atual lida com as questões da sexualidade, relações de afetividade e como traça para si múltiplas identidades. Tal fato, assumir vários papéis ao mesmo tempo, ser esposa, dona de casa, mãe, profissional, gera toda uma cobrança por parte da sociedade que exige demais das mulheres. Dessa forma, elas muitas vezes sentem-se sobrecarregadas com as novas relações que passaram a estabelecer com os homens a partir das mudanças sociais e, ainda, restam vestígios de culpa.

No poema “Efemeridade”: “Espera e descansa. Os degraus da vida ensinam... Não se pode deixar de subir, nem sequer retroceder. A vida é bela! Tanto quanto o humor. Realidades à parte. Felicidade é efêmera flor.” (PERIN, 2010), o próprio processo de identificação, pelo qual projetamos em nossas identidades, torna-se provisório, estabelece-se a identidade como uma “[...] celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 1998,

p.12-13). Essa multiplicidade dos sistemas de significação e representação cultural gera uma concepção de identidade muito mais perturbadora e provisória, levando o sujeito pós-moderno a questionar seu lugar no cenário contemporâneo e suas representações de identidade.

### *Considerações finais*

O Blog é um espaço que permite as experimentações, sua estrutura aberta, com um espaço vazio, favorece a criação e efeitos de sentidos diferenciados. Na narrativa de Luma, Lia e Perin os efeitos de sentido manifestam-se pelos finais múltiplos, enredos labirínticos, arbitrariedade, descontinuidade. Os blogs ao mesmo que permitem a escrita para as mulheres e a circulação desses escritores, por meio de sua e, facilita a divulgação de posicionamentos assumindo, por vezes, uma função política para os sujeitos femininos e, por meio deles, esses sujeitos contam, partilham e reivindicam uma visibilidade, um determinado espaço,

Na literatura paranaense de autoria feminina, ressoam discursos cada vez mais conscientes de sua situação de alteridade, sinalizando que a mulher não permite mais que a definam como a metade instável e antagonista da sociedade. No imaginário masculino atual, ela é ainda e antes de tudo a outra, o não-eu, muito mais do que a parceira. Este estranhamento se exprime nos sistemas simbólicos e de representação cotidiana da realidade, por meio das manifestações artísticas, como a literatura, por exemplo, agora em um novo suporte: o blog.

A escrita de autoria feminina lança sobre o espaço da pós-modernidade olhares transgressores que levam a situar questões de gênero. Carla Luma, Bárbara Lia e Deise Perin escrevem na tentativa de (re)construírem a identidade da mulher, a partir da focalização da mulher escritora. O que se observa que, nesse sentido, são tecidas várias identidades femininas. A mulher “escrita” na literatura dessas paranaenses não se detém apenas em seres submissos, vítimas da opressão que foi imputada às mulheres durante séculos, visto que as autoras se recusam a levantar bandeiras do feminismo ou mesmo escrever como “mulherzinha”.



Ao contrário, o sujeito da escritura das autoras analisadas são projeções de mulheres reais, que falam de si, sofrem, vivem. Destaca-se, também, o estilhaçamento da identidade, por rejeitar as hierarquias discriminadoras, a escrita acaba por não distinguir verdade e ficção, passado e presente, significativo e irrelevante.

É nesse contexto de mudanças de mentalidades, de novas subjetividades, de novos espaços de produção de saberes e poéticas várias que se situam as escrituras das paranaenses, que revelam a historio(grafia) das mulheres, cujas escrituras mostram-se capazes de inaugurar, parafraseando Adélia Prado, “reinos e linguagens”.

### Referências

- ABREU, Marcilio. Vozes femininas na pós – modernidade: mulheres em tons de vermelho. In: **Desafiando o cânone**: aspectos da literatura de autoria feminina na prosa e na poesia (anos 70/80)/ organizadora: Helena Parente Cunha – Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1999, p.125-133.
- BLANCHOT. Maurice. **O Espaço Literário**. Rio de Janeiro, Rocco. 1987.
- BARTHES, Roland. **Aula**. Cultrix: São Paulo, 2004.
- BROCKMEIER, Jens; HARRE, Rom. Narrativa: problemas e promessas de um paradigma alternativo. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 525-535, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v16n3/v16n3a11.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2012.
- CLAUDINO, Marcio. 2011. “**O Sal das Rosas**”. Disponível em: [http://www.saldaterraluzdomundo.net/Livros\\_Lan%C3%A7amentos\\_sal\\_das\\_rosas.htm](http://www.saldaterraluzdomundo.net/Livros_Lan%C3%A7amentos_sal_das_rosas.htm) Acesso em: 2 jun. 2012.
- COELHO, Nelly Novaes. **Literatura & Linguagem**: a obra literária e a expressão linguística. São Paulo: Quíron, 1989.
- DE SANTA, Everton Vinicius. **A Espetacularização do Escritor**. 2016. Tese (Doutorado em Literatura) – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2016. 252p. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/167916/339983.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 8 mar. 2017.
- DUARTE, Luiz Fernando. A construção social da memória moderna. In: Três ensaios sobre pessoa e modernidade. **Boletim do Museu Nacional**. Rio de Janeiro, p.28-54, 1981.
- FRITZEN, Celdon. Histórias de vida em entrevistas sociolinguísticas: memórias e oralidade. **Revista Ciências Humanas**, Criciúma, v.8, n.2, p. 25-28, jul/dez. 2003.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro: Rio de Janeiro: DP&A, 1998.



- KEHL Maria Rita. O que pode uma mulher, **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 29 dez. 2007. Disponível em:  
<https://alias.estadao.com.br/noticias/geral,o-que-pode-uma-mulher,102473>. Acesso em: 14 jun. 2012.
- KUBOTA , Marília. 2006. Disponível em: <http://micropolis.blogspot.com.br/2006/04/onde-esto-as-mulheres.html>. Acesso em: 2 jun. 2012.
- LEJEUNE, Philippe. **Le pacte autobio graphique**. Paris, Seuil, 1975.
- LIA, Bárbara. 2011. Disponível em: <http://chaparaasborboletas.blogspot.com.br/>. Acesso em: 14 jun. 2012.
- LIMA, Luis Costa. **Teoria da Literatura em suas fontes**. 2.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1984.
- LIMA, Luiz Costa. **Teoria da literatura em suas fontes**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
- LIMA, Luis Costa. **A literatura e o leitor: Textos de Estética da Recepção**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- LUMA, Carla. 2010. Disponível em: <http://carlaluma.blogspot.com.br/2010/04/federico.html>. Acesso em: 30 mai. 2012.
- MATOS, Maria do Carmo Rocha. **O acaso do discurso, o discurso do acaso: práticas de escrita de si nos blogs**. Orientadora: Profa. Dra. Beatriz Maria Eckert-Hoff. 2007. 81f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Vale do Rio Verde de Três Corações, Minas Gerais, 2007.
- MUZART, Zahidé L. (Org.) **Escritoras Brasileiras do Século XIX**. 2. ed. revisada. Florianópolis: Editora Mulheres, v. 1, 2000.
- NAZARIO, Luiz. “Viagens Imaginárias”. In: NAZARIO, Luiz (org.). **A Cidade Imaginária**. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- NICOLACI-DA-COSTA, Ana Maria. Primeiros contornos de uma nova “configuração psíquica”. In: **Cadernos CEDES – Antropologia e Educação – Interfaces do Ensino e da Pesquisa**. Unicamp, Campinas/SP, v.25, n.65, p. 71–85, 2005.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Formulação e circulação dos sentidos**. Campinas, SP: Pontes Ed., 2001.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 4.ed. Campinas, SP: Pontes, 2002.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Campinas, SP: Pontes, 2004.
- PÊCHEUX, Michel. A análise do discurso: três épocas (1983). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1990.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 3.ed. Trad. de Eni Orlandi et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.



PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (org.) **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. de Bethania Mariani et al. 3. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1997.

PERIN, Deise. 2010. Disponível em: <http://poeteias.blogspot.com.br/>. Acesso em: 07 jun. 2012.

SHARPE, Peggy. Apresentação. In: ALMEIDA, Júlia Lopes de. **A viúva Simões**. (atualização do texto e introdução por Peggy Sharpe). Florianópolis: Editora Mulheres, Edunisc, 1997.

SIBILIA, Paula. **O show do eu**: a intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

VENTURINI, Maria Cleci. **Imaginário urbano**: espaço de rememoração/comemoração. Passo Fundo, Editora da UPF, 2009.

ZANARDO, Rose. “As Mulheres e o Feminismo”. Disponível em: [http://observatoriodamulher.org.br/site/index.php?option=com\\_content&task=view&id=2229&Itemid=3](http://observatoriodamulher.org.br/site/index.php?option=com_content&task=view&id=2229&Itemid=3). Acesso em: 30 maio 2012.



***13***



# Preconceito nas redes sociais: terra sem lei? – argumentatividade e persuasão no gênero notícia

EDNA PAGLIARI BRUN<sup>1</sup>

JUÇARA ZANONI DO NASCIMENTO<sup>2</sup>

RAQUEL DUTRA SALDANHA<sup>3</sup>

Situado no campo jornalístico, o gênero textual/discursivo notícia é definido como um gênero informativo, de natureza neutra, pois sua função é informar por meio da divulgação de acontecimentos atuais, de modo a manter as pessoas cientes do que ocorre no mundo. Devido ao impacto do tratamento verbal que recebem, elas chamam a atenção do leitor (no caso das notícias produzidas na modalidade escrita da língua), informando-o e, supostamente, deixando-o livre para formar sua opinião a respeito do conteúdo veiculado.

No entanto, construímos uma hipótese de que, dependendo do contexto sócio-histórico, as notícias podem ficar entre um misto de informação e apelo. Hospedadas em seu suporte impresso ou na *internet*, além de informar, estamos considerando que tal gênero também pode divulgar opiniões e ideologias, bem como levantar e fomentar polêmicas.

Os assuntos sumarizados nas manchetes, nas chamadas e desenvolvidos rapidamente pelo texto são cuidadosamente elaborados a fim de destacar fatos relevantes do momento para determinados grupos sociais, mas que também interessam à empresa de mídia divulgar. Partimos da suposição de que, enquanto procuram chamar a atenção para esses fatos, os recursos utilizados no trabalho de edição deles podem alterar o que

- 
- 1 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Londrina - Linguagem e Educação. Mestre em Estudos de Linguagens - Linguística e Semiótica pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
  - 2 Doutoranda em Letras (Linguística / Texto e Discurso) pela Universidade Estadual de Maringá. Possui mestrado em Estudos de Linguagens pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
  - 3 Mestre em Linguística e Semiótica pelo Programa de Pós-graduação Mestrado em Estudos de Linguagens/PPGMEL/UFMS, desde Janeiro/2017.

seria mera informação, rompendo, assim, com a proposta de objetividade característica do campo jornalístico. Assim, as notícias também poderiam transmitir informações a respeito dos acontecimentos do contexto imediato de enunciação, colaborar para a compreensão deles, mas também favorecer a persuasão ou direcionar o agir dos leitores. Descobrir os meandros e a sutileza da tessitura dessa trama e seus efeitos é uma das tarefas atribuídas ao leitor.

Com isso em mente, analisamos a constituição textual de uma notícia publicada pelo *Jornal do Commercio* em sua versão *on-line*. Nossa proposta foi a identificação de alguns *recursos semântico-argumentativos*, viabilizados por critérios de textualidade, disponibilizados à interpretação do público-alvo do jornal, a fim de verificar os possíveis efeitos de sentido que, além de informar, levariam à persuasão ou ao convencimento do leitor. O objetivo deste artigo é apresentar os resultados dessa investigação.

Para tanto, abordamos o tema, partindo dos seguintes encaminhamentos: primeiramente, propusemos um breve histórico dos estudos sobre a argumentação e algumas considerações acerca dos postulados da Semântica Argumentativa e de reflexões sobre conceitos abordados pela Linguística Textual, os quais dão suporte ao nosso estudo e também nos servem como categorias de análise; na sequência, já fazendo parte da análise do *corpus*, apresentaremos o contexto de produção, as estratégias argumentativas reveladas nos recursos semântico-argumentativos, identificados no enunciado da notícia analisada, por último, apresentamos as considerações que encerram o capítulo, as referências bibliográficas sobre as quais nos apoiamos e um anexo referente à imagem da notícia analisada.

### *Fundamentação teórica: argumentação e linguagem*

Com o intuito de expressar ideias e persuadir o interlocutor, o enunciatador recorre a uma série de mecanismos linguísticos que, encadeados de maneira estratégica, tecem o texto e constroem a argumentação.

O fascínio que essa trama produz sobre as ciências da linguagem não é recente e isso se reflete na linha do tempo dos estudos da argumentação.

De acordo com Oliveira (2002), o marco inicial desses estudos é o século V a.C., quando, na Grécia Antiga, Córax e Tísias propuseram o primeiro “método de argumentação”, com o intuito de convencer um tribunal a devolver terras expropriadas de moradores da Sicília.

Com o passar do tempo, o modo de conceber a argumentação, ou melhor, a Retórica, muda e, conseqüentemente, o tratamento dado a ela também.

A partir da segunda metade do século V a. C., os filósofos sofistas, com o objetivo de formar alunos capazes de utilizar recursos retóricos da maneira mais persuasiva possível, mudam o foco da educação grega: além do treinamento para a guerra, vencer o oponente com o esforço intelectual passa a ser relevante, o cidadão deveria saber convencer, induzir e persuadir os demais daquilo que para ele seria a verdade, em qualquer situação. Com os estudos de Aristóteles, clareza e adequação passaram a ser condições essenciais para uma argumentação exemplar.

A partir dessa época e durante muitos anos, a arte de argumentar passou a integrar os currículos escolares e os manuais didáticos, valorizando o caráter ornamental dos textos, produzindo grandes oradores e importantes tratados de oratória. Contudo, paulatinamente, a Retórica enfrenta períodos de instabilidades, atrofia e perde espaço tanto nos meios escolares como no cotidiano das relações interpessoais.

Oliveira (2004) explica que, somente no século XX, sob a égide de uma nova retórica, a argumentação renasce como objeto de investigação de várias áreas de pesquisa sobre a linguagem: Estilística, Análise do Discurso e Linguística.

Com os estudos de Perelman e Oldrechs-Tyteca, a Nova Retórica propõe um retorno à Retórica Aristotélica: argumentar é levar a crer sem causar constrangimentos ao interlocutor, e técnicas específicas são desenvolvidas para colaborar com a eficiência do processo argumentativo.

Na esteira desses estudos, outros conceitos, como discurso, texto e subjetividade, passam a integrar as questões que tratam da argumentação. Surge, então, a Teoria da Enunciação, cujo precursor é Benveniste.

A partir dela, são fixados os pilares da Semântica Argumentativa, estabelecendo o discurso como estrutura apoiada nas relações entre os interlocutores e em determinada situação discursiva, comunicativa. Ducrot e Anscombe, representantes primeiros da área, defendem que a argumentação é inerente à língua e uma série de procedimentos argumentativos, nos níveis sintático, semântico e pragmático, direcionam o sentido do texto.

Desde então, os estudos da argumentação vêm despontando em outras áreas da Linguística – Pragmática, Análise da Conversação, Teoria dos Atos de Fala, Linguística Textual – e passou a ser consenso, entre os estudiosos, que a linguagem é uma forma de agir sobre o outro e o mundo, um espaço de interação.

Koch (2002; 2003), um dos expoentes brasileiros nos estudos da linguística de texto/discurso, concordando com Ducrot, afirma que a argumentatividade integra o nível fundamental da língua e o uso da linguagem já é, por si só, essencialmente argumentativo. Desse modo, a linguagem é marcada ideologicamente e vários discursos atravessam-na de acordo com os interesses dos sujeitos da enunciação, em uma relação situada em tempo e espaço determinados. Considerando essa base teórica, a autora (KOCH, 2002; 2003; 2006; KOCH; ELIAS, 2006, 2009, 2016) dedicou-se, entre outros, a estudos de identificação e análise de elementos linguísticos responsáveis pelas marcas argumentativas e ideológicas evidenciadas nos textos/discursos: os recursos semântico-argumentativos. Quando selecionados e combinados no texto do enunciado, além de produzirem uma força argumentativa que direciona a atenção do interlocutor para os sentidos que o locutor pretende que sejam construídos, e ainda revelam indícios do comprometimento do sujeito, ou do veículo que representam, no seu enunciado e suas intenções são reveladas por meio do exame do processo de construção de sentidos no texto.

Com base na concepção dialógica de linguagem, em que os sujeitos interagem no texto visando a essa construção textual, a combinação de recursos linguísticos também depende do contexto sócio-cognitivo de produção do gênero no qual se tem a participação ativa do autor e

do leitor numa atuação bilateral que não se constitui apenas de um conhecimento linguístico, mas também de um conhecimento de mundo, o qual pode determinar de antemão os propósitos comunicativos a serem alcançados pelo autor.

De acordo com Marcuschi (2008), isso ocorre porque na produção de um texto, autor e leitor não estão isolados e a produção e compreensão dos sentidos dependem de fatores que determinam a textualidade, isto é, um conjunto de fatores que fazem do texto um evento, um meio de agir pela linguagem. A textualidade, geradora dos textos, configura-se a partir de uma articulação em multinível.

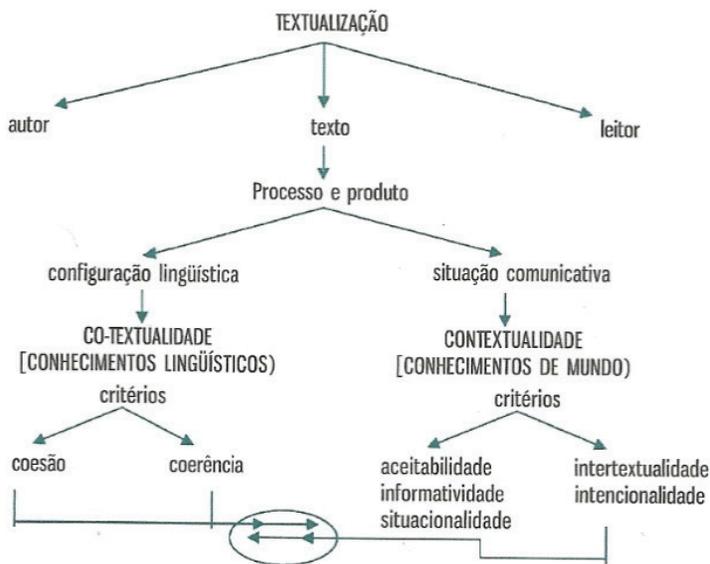
No primeiro nível, três aspectos essenciais se relacionam: linguísticos (os atos de fala verbalmente produzidos); sociais (situação sócio-histórica do momento do enunciado da notícia); e cognitivos (conhecimentos investidos na produção de sentido).

Articulados a esses aspectos, um segundo nível é mobilizado. Marcuschi (2008) explica, baseado em Beaugrande (1997), que a textualidade se atualiza discursivamente na forma de um gênero e planifica-se a partir de um outro nível que contempla sete condições ou critérios que se entrelaçam, não como leis linguísticas, mas como elementos de acesso à construção do (s) sentido (s) do texto.

Nos contextos de produção de sentidos, portanto, reconhece-se, conforme afirma o autor, que a textualidade é o resultado de um processo de textualização, é o evento final resultante de operações produzidas nesse processo, geradoras de elementos organizados em multinível e multissistema.

Para ilustrar a organização desses níveis, apresentamos o Esquema 1, o qual demonstra que a textualidade é estabelecida sobre a base tripolar autor/texto/leitor, organizadora do processo e do produto que constituem o evento texto. Por sua vez, o segundo nível planifica-se sobre a configuração linguística e a situação comunicativa que envolvem os critérios de textualidade que regem a produção textual.

Figura 1- Distribuição dos critérios gerais da textualidade



Fonte: Marcuschi (2008, p. 96).

Partindo da premissa inicial de que “a argumentação está na língua” (DUCROT, 1989, p. 16), analisamos recursos semântico-argumentativos presentes na produção textual de uma notícia, que espelham os critérios de textualidade. Para a análise empreendida, focalizamos, as escolhas lexicais do locutor e os critérios de situacionalidade, intencionalidade e aceitabilidade.

Neste estudo, optamos por aliar as considerações teóricas sobre esses recursos e critérios à exploração dos dados, a seguir.

### *Análise do corpus: notícia e argumentatividade*

A notícia é um gênero discursivo de caráter, essencialmente, impessoal devido ao seu propósito primeiro de divulgar uma informação, um fato. Com o foco no referente, o texto jornalístico que a compõe procura transparecer impessoalidade, criando um simulacro de neutralidade, objetividade e distanciamento do objeto temático do discurso. Um

dos recursos que contribuem para esse simulacro é, por exemplo, o uso predominante da terceira pessoa da ação verbal como efeito de distanciamento do autor daquilo que é dito, ou seja, o objeto seria retratado sem a interferência (opiniões, convicções etc.) do autor.

Segundo Koch (2002, p. 155), a opção por esse estilo “aparentemente” neutro “destina aumentar a credibilidade, por contraste com um estilo argumentativo mais inflamado.” Esse é o objetivo da mídia em geral. Assim, partindo da afirmação da autora, apesar da aparente neutralidade, consideramos que os textos do gênero notícia podem revelar, em determinadas circunstâncias, recursos ou marcas linguístico-argumentativas que denunciam não apenas o envolvimento afetivo/avaliativo do veículo em que circulam como a direção argumentativa para a qual ele pretende conduzir o interlocutor, influenciando na opinião deste a respeito do tema tratado por aquele.

Na tentativa de verificar se tal perspectiva procede, dedicamos os próximos tópicos à análise dessas marcas e recursos em uma notícia de jornal, selecionada no periódico *Jornal do Commercio*.

### ○ gênero notícia: textualidade e argumentação

O *Jornal do Commercio* é um jornal brasileiro sediado em Recife-PE. Pertence ao Sistema *Jornal do Commercio de Comunicação*, do qual também fazem parte a Rádio Jornal, a TV Jornal, o portal NE10 e vários outros meios de comunicação. É o maior periódico de Pernambuco e também um dos maiores do Brasil. Segundo informações do periódico, sua missão é “levar informação e entretenimento ao público pautando-se pela defesa da democracia, da justiça social e da livre iniciativa”. Sua versão digital, o *JC Online*, surgiu em 2011 e é um dos sites de notícias mais acessados do Nordeste. A circulação impressa do jornal é paga e veicula cerca de 37 mil exemplares por dia. A versão online (<https://jconline.ne10.uol.com.br/>) recebe em média 11 milhões de *pageviews* por mês, segundo dados da Comscore (<https://www.comscore.com/>), uma plataforma de pesquisa e análise de mídia e *marketing*.



Fundado em 3 de abril de 1919, o *Jornal do Commercio* figura entre os periódicos de maior credibilidade do Brasil e já conquistou ao longo de sua história muitos dos principais prêmios nacionais destinados ao setor de comunicação. Segundo o site do jornal, é recordista absoluto de um prêmio de maior reconhecimento jornalístico pernambucano, com dezenas de troféus em texto, arte, foto e desenho.

Assim, pelo número de acessos ao site do jornal, de exemplares veiculados e pelo reconhecimento recebido por meio das premiações de relevância social, o periódico em questão, representado por seus editores e colaboradores, que falam em nome de uma empresa – como o locutor que se dirige a um potencial leitor –, o jornal tem a confiança de seu interlocutor.

A notícia selecionada para a análise foi publicada no dia 07 de outubro de 2018, na versão *online*, veiculada em seu site (<https://jconline.ne10.uol.com.br/>).

Procuramos reproduzir, na transcrição do texto escolhido, todos os elementos gráficos utilizados, da forma como foram utilizados pelo jornal – apenas não informamos os nomes e os endereços eletrônicos dos autores dos comentários reproduzidos na publicação (delimitados aqui por aspas), contudo, eles podem ser consultados no site do periódico.

Figura 2 – Eleições 2018: Nordestinos são atacados nas redes sociais

HOME > POLÍTICA > ELEIÇÕES 2018

Eleições 2018: Nordestinos são atacados nas redes sociais

Os ataques começaram logo após a divulgação do resultado que levou a decisão para o segundo turno

Publicado em 07/10/2018, às 23h07

Eleitores de Bolsonaro (PSL) usaram as redes sociais para fazer publicações preconceituosas contra o Nordeste Reprodução/Facebook  
JC Online

Assim como nas eleições presidenciais de 2014, a população nordestina voltou a ser alvo de preconceito, logo após a divulgação do resultado das eleições gerais de 2018, neste domingo (7). **Inconformados com o resultado que leva a disputa para o segundo turno entre os candidatos Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT)**, eleitores do capitão da reserva usaram as redes sociais para publicar textos ofensivos direcionados aos nordestinos.

“Nordeste de novo estragando o brasil povo burro mal sabem lê.”

“Ou resolvemos isso de forma integra e correta o o Brasil vai invadir o Palácio e arrancar nas unhas esse bando de vagabundo que pensão que Brasileiro é burro, podem até conseguido comprar norte, Nordeste e etc... pq lá com um quilo de farinha é suficiente pra ter voto”

“Esse povo do #Nordeste é muito burro, bando de cocudo serve pra p\*\*\*a nenhuma bando de infeliz, tem mais que se f\*\*\*r”

“Desculpe se vou parecer preconceituoso, mas o Nordeste é o câncer desse País, não são a região mais desgraçada e miserável em vão, povo burro, alienado novamente ferrando o País, não é a toa que vivem de grandes secas e fome, fora o calor absurdo, tudo castigo de Deus”

Fonte: Jornal do Commercio Online (2018).

Conforme estrutura composicional do gênero notícia, sabemos que ela se divide em dois blocos. O primeiro, no alto, constitui-se da manchete e da chamada que já apresenta ao leitor o objeto temático: o acontecimento considerado relevante pelo jornal, por isso, publicado, pois os veículos de mídia podem escolher os fatos a serem focalizados, de acordo com o próprio interesse e o interesse de seu público leitor. O segundo bloco, apresenta o corpo da notícia, as informações referentes ao fato noticiado.



No primeiro bloco da notícia em questão, além da manchete, o locutor a organizou em duas chamadas e um excerto de um outro texto publicado que elucida o leitor a respeito do conteúdo da notícia.

Também observaremos que há enunciados presentes nesse bloco que são demarcados em cores diferentes (preta, branca e vermelha) e em negrito – recursos para chamar a atenção do leitor ou que também colaboram para os efeitos de sentido pretendidos no contexto de produção<sup>4</sup>.

Figura 3- Notícia jconline

<p>Eleições 2018: Nordestinos são atacados nas redes sociais</p> <p>Os ataques começaram logo após a divulgação do resultado que levou a decisão para o segundo turno</p> <p>Publicado em 07/10/2018, às 23h07</p> <p>Eleitores de Bolsonaro (PSL) usaram as redes sociais para fazer publicações preconceituosas contra o Nordeste Reprodução/Facebook</p> <p>JC Online</p>
--

Fonte: Jornal do Commercio Online (2018).

Por exemplo, abaixo da manchete e das chamadas, em fonte menor, na cor vermelha, estão os contextualizadores da publicação, isto é, informações que a ancoram na situação enunciativa: data e hora da publicação (07/10/2018, às 23h07) e a identificação do responsável por ela (JC Online).

Esse primeiro conjunto apela para o conhecimento de mundo do interlocutor para a identificação do referente. Segundo Koch (2006), o conhecimento de mundo reúne vivências pessoais e eventos espaço-temporalmente situados, permitindo a produção de sentidos. A expressão “eleições 2018” aciona o conhecimento de mundo, fazendo com que as experiências e os sentimentos não apenas daquele momento, mas de todo o processo eleitoral, sejam revividos pelo interlocutor na leitura da manchete, e a situacionalidade presente no texto seja identificada. De

4 O ambiente virtual em que a notícia foi publicada (CF. ANEXO A) também apresenta outros elementos visuais com as mesmas cores, numa composição multissemiótica, no entanto, em virtude do limite de extensão deste texto, não trataremos deles na análise aqui apresentada.

acordo com Marcushi (2008), a situacionalidade é um critério de textualidade (Cf. Figura 1) relativo à situação de um evento social, cultural, científico, político entre outros, ou seja, um texto apenas é significativo tendo em vista determinada situação de produção.

Os contextualizadores da notícia e a expressão escolhida para abrir o texto ao leitor levam à inferência de que o momento em questão se refere ao processo que culminou no pleito eleitoral realizado no Brasil em 2018. Uma observação um pouco mais apurada permite resgatar na memória que o texto foi publicado exatamente no dia do primeiro turno da votação. O horário da publicação indica que no momento da enunciação o país já conhecia o resultado do primeiro turno da eleição. Por meio desses elementos o contexto sócio-histórico se revela aos leitores do jornal, atribui significado ao texto e contribui para a construção dos sentidos pretendidos.

Na continuação da leitura da manchete, o interlocutor fica sabendo que os nordestinos estão sendo atacados nas redes sociais e associam o ataque ao resultado da eleição até aquele momento. O locutor irá contar com o conhecimento de mundo do leitor para a construção da coerência do texto e da contextualidade.

Nesse sentido, espera-se que o leitor saiba que em 2018, tivemos um ano eleitoral atípico no país: após 14 anos da Era do Partido dos Trabalhadores (PT) no comando do governo e um *impeachment* na reta final desse período, a ideologia de direita assume condições legais, via um pleito eleitoral legítimo, de ascender ao poder.

Ao mesmo tempo, também se espera que o leitor saiba que a região Nordeste do Brasil sempre foi a força eleitoral do ex-presidente petista Luís Inácio Lula da Silva e, por causa disso, a eleição para Presidente da República, em 2018, não foi definida ainda no primeiro turno e o candidato do PT – Fernando Haddad – continuou no pleito. Com o boom antipetista disseminado no país após a prisão do ex-presidente, acusado de corrupção, não fosse o grande número de fiéis eleitores petistas, concentrado na maior região do país, possivelmente, de acordo com pesquisas eleitorais e a apuração do resultado da primeira etapa da eleição, o ven-

cedor do primeiro turno – o então candidato da direita, Jair Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL) – teria a maioria dos votos válidos para o término do pleito já nessa etapa, ou seja, encerrando a eleição ainda no primeiro turno.

É nesse contexto situacional que é deflagrado o fato retratado na notícia.

Para explicitar o tema em discussão, o interlocutor também lança mão, ainda no primeiro bloco, de um exemplo dos ataques por ele mencionados – um comentário reproduzido da rede *Facebook*. O exemplo aparece bastante destacado do restante do texto, envolvido por uma tarja preta, que contrasta com elementos em vermelho (a cor símbolo do PT): “Nordeste vota em peso no PT, mas depois vem procurar emprego no Sudeste”. Esse enunciado, somado à segunda chamada da notícia, identifica os autores dos ataques: os eleitores do candidato de direita.

Diante desse cenário, infere-se que, em meio a uma disputa acirrada entre as duas frentes ideológicas em questão, que há anos se opõem, o eleitor brasileiro, um povo que também se destaca pelas diferenças sociais entre suas regiões geográficas, manifesta, por meio das redes sociais, não apenas sua preferência político-partidária, mas também a intolerância ao que lhe é diferente. No enunciado em destaque, além do confronto subentendido entre as duas ideologias representadas pelos partidos PT e PSL, também há o confronto declarado entre duas regiões do país – a mais pobre (Nordeste) e a mais abastada (Sudeste).

No desenvolvimento da notícia, constituinte do segundo bloco que organiza a infraestrutura textual do gênero, o fato destacado é novamente explicado.

Figura 4 – Notícia JConline

Assim como nas eleições presidenciais de 2014, a população nordestina voltou a ser alvo de preconceito, logo após a divulgação do resultado das eleições gerais de 2018, neste domingo (7). **Inconformados com o resultado que leva a disputa para o segundo turno entre os candidatos Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT)**, eleitores do capitão da reserva usaram as redes sociais para publicar textos ofensivos direcionados aos nordestinos.

“Nordeste de novo estragando o brasil povo burro mal sabem lê.”

“Ou resolvemos isso de forma integra e correta o o Brasil vai invadir o Palácio e arrancar nas unhas esse bando de vagabundo que pensão que Brasileiro é burro, podem até conseguido comprar norte, Nordeste e etc... pq lá com um quilo de farinha é suficiente pra ter voto”

“Esse povo do #Nordeste é muito burro, bando de cocudo serve pra p\*\*\*a nenhuma bando de infeliz, tem mais que se f\*\*\*r”

“Desculpe se vou parecer preconceituoso, mas o Nordeste é o câncer desse País, não são a região mais desgraçada e miserável em vão, povo burro, alienado novamente ferrando o País, não é a toa que vivem de grandes secas e fome, fora o calor absurdo, tudo castigo de Deus

Votos decisivos

O candidato do PSL foi o mais votado em 17 Estados e no Distrito Federal. Bolsonaro só ficou atrás de Fernando Haddad (PT em oito Estados do Nordeste e no Pará. **Ciro Gomes (PDT) liderou a disputa no Ceará, seu berço político.**

Fonte: Jornal do Commercio Online (2018).

Fica claro, mais uma vez que, os ataques, qualificados como preconceituosos, foram desferidos contra os nordestinos pelos eleitores “do capitão da reserva” “inconformados com o resultado que leva a disputa para o segundo turno”. Uma anáfora – “capitão da reserva” – retoma o referente “candidato Jair Bolsonaro” para identificar os eleitores. O termo anafórico também alavanca o conhecimento de mundo que lembra ao leitor que o candidato foi militar e que o Brasil enfrentou um período “difícil” – uma ditadura –, quando os militares governaram o país. Esse trecho da oração está grafado na cor vermelha. Ele indica um *link* para outra notícia. No entanto, o uso da cor vermelha não deixa de ser significativo nesse contexto.

O signo é um elemento naturalmente ideológico e seu funcionamento se concretiza na relação com outros signos (BAKHTIN, 2002),



assim, a escolha estratégica de determinados elementos linguísticos, como a expressão “capitão da reserva”, no contexto analisado, é um recurso retórico de grande importância, pois exerce influência significativa na argumentatividade do discurso e deixa marcas de subjetividade nos enunciados, denunciando as intenções do enunciador. De acordo com a Semântica Argumentativa, os substantivos, adjetivos, verbos, advérbios, pronomes são classes gramaticais propensas a imprimir subjetividade ao enunciado, revelando a intenção argumentativa do autor e o possível impacto dela sobre o leitor, no caso dos gêneros produzidos na modalidade escrita da língua, como os que foram analisados nesta oportunidade.

No segundo bloco textual que compõe a notícia em exame, os ataques focalizados desde a manchete, continuam sendo explicitados e exemplificados, de forma recorrente, com outro gênero de texto: comentários a respeito do fato objeto da notícia, reproduzidos, pelo jornal, a partir das redes sociais *Facebook* e *Twitter*, considerados por nós também como um recurso argumentativo utilizado pelo jornal. No próximo tópico, daremos atenção especial a esse recurso.

### *Comentários dos internautas: estratégias argumentativas*

Com o desenvolvimento das tecnologias digitais, o campo jornalístico também mudou a forma de divulgar informações e acontecimentos. Assim que uma notícia é postada, sua ampla divulgação acontece de forma instantânea e, com ela, a “tiracolo”, também são postados comentários dos mais variados perfis e opiniões a respeito. É uma interação simultânea em que tudo se pode comentar, questionar, responder e discutir em tempo real.

Visando a conhecer de que modo foram construídos os efeitos de sentido dos comentários utilizados pela notícia analisada e se, por isso, eles se constituem (ou não) como estratégias argumentativas empregadas pelo jornal que a publicou, confirmando (ou refutando) nossa hipótese de que o gênero notícia também pode ser argumentativo em determinados contextos, examinamos esses comentários a partir das escolhas lexicais de seus autores em articulação a alguns critérios de textualidade.



Os comentários em questão, postados no *Facebook* e no *Twitter*, utilizados no texto em análise, reiteram o quadro dialógico – autor/texto/leitor – apresentado por Koch e Elias (2006, 2009) e Marcuschi (2008) (cf. Figura 1), entre outros, pois, as leituras dessas postagens foram, em parte, produzidas graças ao alcance midiático proporcionado por notícias e reportagens veiculadas na *Web* e, também, ao(s) sentido(s) construído(s) de modo colaborativo entre esses usuários, segundo suas vivências e lugares sociais.

Conforme observado, o contexto imediato de produção dos comentários postados, retratando as reações oriundas das informações veiculadas pela mídia em geral, após a divulgação do resultado do primeiro turno da eleição para presidente em 2018, os votos da maior região do país (Nordeste) foram decisivos para que houvesse segundo turno, protelando, assim, a vitória do candidato que aparecia à frente nas pesquisas como o vencedor já na primeira etapa do pleito. Como vimos, tal resultado, divulgado pela mídia, gerou reações nos eleitores do candidato de direita, manifestadas também por meio das escolhas lexicais realizadas por eles, nos comentários produzidos e publicados na *Web*.

Podemos começar a observar as marcas linguísticas, decorrentes dessas escolhas, no Comentário 1, utilizado no segundo bloco da notícia:

Comentário 1: “Nordeste de novo estragando o brasil povo burro mal sabem lê.”

O internauta reage à situação inesperada que se apresenta, fazendo menção, por meio da expressão “de novo”, um sintagma preposicional, com valor de advérbio, para referir-se ao que também já teria ocorrido em outro momento da história recente do Brasil, ou seja, no passado, quando eleitores da região Nordeste também já teriam “estragado” a nação, isto é, teriam-na arruinado, deixando-a em péssimo estado (HOUAISS, 2009). A situacionalidade configurada no texto também faz alavancar o conhecimento de mundo do leitor para lembrar que, nas eleições de 2014, eleitores do Nordeste votaram maciçamente na candidata do PT à



presidência do país – a presidente que sofreu o referido *impeachment* em agosto de 2016.

Assim como no comentário anterior, levando-se em conta o mesmo contexto imediato, também se observa, no segundo comentário, a reação do internauta ao resultado da votação no primeiro turno.

Comentário 2: “Ou resolvemos isso de forma íntegra e correta o o Brasil vai invadir o Palácio e arrancar nas unhas esse bando de vagabundo que pensão que Brasileiro é burro, podem até conseguido comprar norte, Nordeste e etc... pq lá com um quilo de farinha é suficiente pra ter voto”

A reação que retrata o descontentamento do autor com o resultado da eleição, no primeiro turno, reflete-se na acusação a quem ele chama, pejorativamente, de “bando de vagabundo” – o candidato da esquerda e seus apoiadores –, caso venham a vencer a eleição ao final do pleito. Ao mesmo tempo, acusa os habitantes das regiões Norte e Nordeste, citadas por ele, de terem vendido votos, supostamente, ao PT, por “um quilo de farinha”. Também é notório que os habitantes da região Nordeste são apreciadores de farinha na preparação de comidas típicas locais, e que o preço do produto é bem barato – o quanto teria custado os votos vendidos, na visão do autor do comentário. Nessa assertiva, identifica-se também, pelo conhecimento de mundo, que a comunidade nordestina vive na região menos abastada do país e que, por isso, um quilo de farinha seria suficiente, ou seja, o bastante para satisfazê-la, considerando a condição precária em que viveria.

Sob a influência do entorno sócio-político-cultural, também se pode analisar os comentários utilizados pela notícia, observando o conhecimento e o engajamento ativo ou passivo representado no texto do internauta. Atualmente, como um país republicano de sistema presidencialista, com aproximadamente 210 milhões de habitantes, o período vivido pós-ditadura (de 1985 até a atualidade) traz em seu histórico dois processos de *impeachment*, a reelaboração da Constituição (1988) e vários processos eleitorais. Esses, entre outros acontecimentos de grande



relevância política, formaram cidadãos desde os menos aos mais engajados com questões dessa natureza.

Nesse contexto, destaca-se, no Comentário 2, um indicativo de que “o brasileiro”, substantivo que engloba todo o povo, com exceção dos nordestinos e nortistas, entende que pode depor um governante que não lhe agrade. O texto do segundo comentário ainda deixa claro que isso pode ser feito de maneira “íntegra e correta” – provavelmente, elegendo o candidato de direita –, ou de forma mais radical – arrancando “nas unhas esse bando de vagabundo”.

A representação de que os nordestinos (e também os nortistas) são inferiores em relação aos demais brasileiros também está ligada à informação que se tem e se propaga sobre os níveis de escolarização da região Nordeste (e Norte), pois dados divulgados com alguma frequência pela mídia mostram que o acesso à educação em algumas partes desse extremo do país ainda é precário e, devido a isso, na visão do autor, a população nordestina/nortista não saberia escolher seus representantes, uma vez que seriam intelectualmente atrasados. Para tanto, nos dois comentários, o substantivo “burro” é utilizado como qualificativo dessas populações e, no primeiro comentário, o autor explica que isso ocorre porque os nordestinos mal saberiam ler.

Essa opinião, que advém da situacionalidade e do conhecimento de mundo do leitor se radicaliza ainda mais no Comentário 3:

Comentário 3: “Esse povo do #Nordeste é muito burro, bando de cocudo serve pra p\*\*\*a nenhuma bando de infeliz, tem mais que se f\*\*\*r”

A menção ao povo nordestino refere-se a uma comunidade desprovida de qualquer instrução não apenas para votar, mas também para qualquer outra atuação enquanto cidadãos. Nesse caso, vários recursos linguísticos argumentativos são utilizados, tais como o pronome demonstrativo “esse” em relação ao povo do Nordeste. Tal pronome está na posição oposta, contrária ao sujeito que fala, o nordestino não faz parte de seu entorno.

Novamente, aparece o substantivo “bando”, que significa “grupo de pessoas que atua em atividades ilegais ou antissociais; quadrilha; reunião de pessoas com a finalidade de praticar crimes” (HOUAISS, 2009), acompanhado do adjetivo “infeliz”, aplicado no sentido de “fracassado, malsucedido, ruim” (HOUAISS, 2009).

Além dos palavrões, isto é, das palavras grosseiras e de baixo calão dirigidas aos nordestinos, também se observa o advérbio “muito” intensificando o predicativo “burro”, também recorrente nos Comentários 1 e 2. Por essas razões e, principalmente, pela escolha que fizeram nas urnas eleitorais, eles teriam que se sair mal, arruinar-se – esse seria o castigo que eles merecem, segundo o autor do comentário.

Nesse sentido, no Comentário 4, além da referência hostil e ofensiva a essa comunidade, o texto apresenta ainda uma justificativa discriminatória e excludente para o fato de a região geográfica considerada sofrer com as adversidades climáticas e econômicas – que seriam um “castigo de Deus” por suas preferências político-partidárias, conforme se observa:

Comentário 4: “Desculpe se vou parecer preconceituoso, mas o Nordeste é o câncer desse País, não são a região mais desgraçada e miserável em vão, povo burro, alienado novamente ferrando o País, não é a toa que vivem de grandes secas e fome, fora o calor absurdo, tudo castigo de Deus”

Além do predicativo “burro”, novamente utilizado e, agora, complementado por “alienado” – aquele que não compreende os fatos por fatores sociais, políticos e culturais (HOUAISS, 2009) –, destacam-se outros termos que potencializam a representação negativa que o autor manifesta dessa região, como o substantivo “câncer”, uma doença agressiva caracterizada pelo aparecimento de tumor maligno e pela degeneração de tecidos orgânicos de maneira incontrolável e incessante (HOUAISS, 2009); e os adjetivos “desgraçada” e “miserável” também dirigidos à região; e “cocudo” – “cabecudo, teimoso, obtuso” (DICIONÁRIO INFORMAL, s.d.) –, direcionado ao nordestino.



Nesse comentário, também chama a atenção o fato de o internauta desculpar-se, caso *pareça* preconceituoso, ou seja, ele afirma que não é preconceituoso, mas que se manifesta de forma, no mínimo, inadequada, a respeito dos nordestinos por culpa deles mesmos – o conector “mas”, na função de operador argumentativo responsável pela coesão (OLIVEIRA, 2003) e indicativo de oposição entre as ideias presentes na oração principal e na subordinada adversativa, corrobora tal observação, seria como se os habitantes dessa região o forçassem a agir dessa forma por meio da linguagem: tudo o que ele diz no comentário seria fato, ele estaria apenas constatando-o, embora não seja preconceituoso.

Analisados sob esses aspectos, determinados pelo contexto imediato e sócio-político-cultural, entende-se que a situação comunicativa interfere na produção de tais comentários, de modo a destacar a oposição e o descontentamento em relação à preferência nordestina por um quadro político-partidário diferente, contrário, sem que haja, todavia, uma preocupação com as escolhas lexicais utilizadas e com os efeitos de sentido que podem produzir. No caso dos comentários focalizados, escolhidos pelo locutor da notícia do *JC Online*, as opiniões e críticas dos internautas – autores dos comentários – são construídas por meio de termos que traduzem ofensas às quais revelam forte preconceito e discriminação contra os nordestinos e a região Nordeste.

Em 05 de janeiro de 1989, passou a vigorar a Lei nº 7.716 (BRASIL, 1989) para coibir, com pena de reclusão de um a três anos e multa, crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, como é o caso dos nordestinos. Se qualquer um deles for cometido por intermédio dos meios de comunicação social ou publicação de qualquer natureza – o que inclui a *internet* e os gêneros discursivos digitais, como os comentários postados em redes sociais –, a pena aumenta para reclusão de dois a cinco anos e multa.

Contudo, no tocante a esses crimes, no contexto histórico-social contemporâneo, ao que parece, a *internet* assume *status* de “terra-de-ninguém”, pois, ainda com poucos casos de punição por mau uso de seus recursos ou conduta inapropriada, muitos internautas despejam, sem um



mínimo de cuidado, palavras de ódio, ofensas, ameaças etc. contra tudo e todos que constituírem um perfil diferente de uma parcela da população. Nesse sentido, já se sabe de vários crimes cometidos, tais como exposição alheia, injúria, calúnia, discriminações de gênero, de raça e religião. Sabe-se também que já há especialistas para investigar tais práticas – os chamados crimes virtuais –, no entanto, com menor incidência, pouco se vê quanto à divulgação pela mídia da resolução desses casos ou das respectivas punições.

Antes da *internet*, quando se ouvia falar sobre racismo, por exemplo, havia outros meios para se recorrer a fim de comprovar o crime: com um gravador em mãos e/ou testemunha (s), a vítima obtinha provas consistentes para, pelo menos, solicitar a abertura de processo na Justiça contra o ofensor. Com a *internet*, apesar da referida lei, o anonimato ainda impera, não se veem rostos, não se ouvem vozes, o que se tem são textos, como os comentários analisados, por trás de uma tela, que protege seus autores, e ainda que sejam decodificados, continuarão sendo um IP (*Internet Protocol*<sup>5</sup>) até que se configurem como criminosos. Talvez seja esse simulacro de proteção, criador de uma sensação de impunidade, que faça com que, em determinados momentos da história, essas ofensas proliferem com mais intensidade no ciberespaço, como o que ocorreu no contexto próximo das eleições, marcadamente, da presidencial do ano de 2018.

A intencionalidade é um critério centrado no autor do texto, pois todos os textos são produzidos com base em um propósito de dizer. No caso dos comentários focalizados, a intencionalidade dos autores – manifestar sua opinião e descontentamento sobre o resultado do primeiro turno da eleição para Presidente da República, deixando clara sua preferência político-partidária, e ainda culpar os nordestinos por contrariá-las – sobrepõem-se à polidez, ao respeito ao cidadão ou à legislação.

Ainda abordando a situação comunicativa de produção desses textos, Koch (2009, p. 40) também apresenta a possibilidade de análise partindo do texto para a situação comunicativa em que “o produtor recons-

---

5 Um endereço de Protocolo de Internet é um número, um código de comunicação que identifica cada dispositivo (computador, celular) ligado em rede para encaminhamento de dados.

trói o mundo de acordo com suas experiências, seus objetivos, propósitos, convicções, crenças, isto é, seu modo de ver o mundo. O interlocutor, por sua vez, interpreta o texto de conformidade com seus propósitos, convicções, perspectivas.” Ou seja, é possível depreender que tais comentários foram produzidos com o claro propósito de atacar os diferentes posicionamentos diante de um quadro eleitoral como o ocorrido no Brasil em 2018, com o subterfúgio de estar apenas expressando uma opinião.

Esses autores também aceitaram os textos que informaram o resultado das eleições – notícias e reportagens, por exemplo. A aceitabilidade reconhece os textos como coerentes e coesos, ou seja, significativos e passíveis de serem interpretados. Esse critério de textualidade refere-se à atitude do leitor que, ao ler o texto, como vimos, aceita-o e reage por meio da linguagem. Esse critério, portanto, assume estreita relação com a intencionalidade, uma vez que diz respeito às reações do leitor, ou seja, como este aceita o texto (o dito) e reage diante dele. A aceitabilidade é a contraparte da intencionalidade.

No caso dos comentários, ainda há a intenção de que outros leitores compartilhem da opinião do autor, ou por meio de “curtidas” ou por respostas semelhantes. Observamos que, no caso da *internet*, o alcance desses textos é ainda maior e uma rede apoiada na intertextualidade perpassa uma profusão de comentários postados, como o que se viu nesse período – em que os termos depreciativos, como os da amostra analisada, são recorrentes e se entrelaçam nessa rede, intensificando ou exacerbando as imagens representadas, como as imagens que foram construídas dos nordestinos e da região Nordeste.

Os comentários produzidos pelos leitores de outros gêneros midiáticos (notícias, reportagens, entre outros) a respeito dos resultados do primeiro turno do pleito eleitoral para Presidente da República revelam marcas de subjetividade altamente argumentativas. Ao utilizá-los para exemplificar de que forma os nordestinos foram atacados, o *Jornal do Commercio Online* também faz uma escolha visando a efeitos específicos, mobilizando recursos adequados para tal fim, pois a intencionalida-



de também se refere aos diversos modos como os sujeitos usam textos para perseguir e realizar suas intenções comunicativas.

Ao escolher os referidos comentários, mais do que informar, o *JC Online* também revela, por um lado, a posição ideológica de um segmento social ou de uma região do país que não concorda com a assunção da direita ao poder, lembrando que o *Jornal do Commercio* é um periódico, muito lido e acessado, do Estado de Pernambuco, portanto, da região Nordeste do país. Para essa parcela, o veículo midiático está ao lado dela – isso pode significar mais acessos na *internet*, mais jornais comercializados.

Ao fazer uso da linguagem, o autor de um texto tem, necessariamente, determinados objetivos ou propósitos que vão desde a simples intenção de estabelecer ou manter o contato com o leitor até a de levá-lo a partilhar de opiniões ou a agir ou a comportar-se de determinada maneira. Desse modo, a intencionalidade refere-se às formas como os autores usam textos para realizar seus propósitos (intenções), produzindo, para tanto, textos adequados para a obtenção dos efeitos desejados. É por essa razão que o locutor procura, de modo geral, construir textos coerentes e dar pistas que permitam ao interlocutor construir o sentido desejado e a agir da maneira como ele deseja.

Assim, ao dizer que os nordestinos sofreram ataques dos apoiadores do candidato da chamada ideologia de direita, a intenção do jornal, por outro lado, ainda pode ser a de convencer aqueles que apoiam o partido de direita a mudar de opinião e fazê-los juntar-se ao segmento ideológico contrário. Observe-se que o substantivo “ataque”, utilizado no contexto situacional no qual a manchete da notícia foi produzida, tem o sentido de “causar dano moral a alguém, ofensa, injúria” (HOUAISS, 2009). Somada aos exemplos que comprovam que a comunidade nordestina realmente foi atacada constitui uma escolha marcante, que mexe com os sentimentos e os brios dos nordestinos e os motiva a tomar uma atitude.

Apesar de o jornal ser publicado na região Nordeste, ele pode ser acessado, pela *internet*, em todas as regiões do país, logo, o alcance do dito é muito maior e a mesma reação pode ser mobilizada por outros



leitores do território nacional e até fora dele, que igualmente se sentem indignados ou ofendidos com esses ataques.

Embora as notícias não sejam gêneros opinativos, a opinião do jornal já é manifestada no início do texto, quando aparece, no alto, em uma caixa na cor vermelha (a cor símbolo do PT), o substantivo “PRECONCEITO”, escrito em caixa alta e em cor contrastante – branca – recurso visual que chama bastante a atenção do leitor. É a opinião do periódico a respeito das manifestações dos apoiadores do candidato vencedor no primeiro turno da eleição, ou seja, não há isenção por parte do jornal, o fato não foi simplesmente narrado para que o eleitor formasse a própria opinião. Nesse momento, já se inicia a estratégia de convencimento do leitor e ela prossegue com o uso dos comentários dos internautas para exemplificar o tipo de ataque que os nordestinos estavam sofrendo naquele momento histórico-social.

Barroso (2011) explica que os textos opinativos têm o propósito de promover a adesão do interlocutor para levá-lo a um determinado comportamento ou aceitação de uma opinião/posicionamento pela persuasão ou pelo convencimento. No caso da notícia analisada, embora os comentários sejam subjetivos e se manifestem em opiniões pessoais, ligadas a emoções sobre o que poderia vir a acontecer, se a ideologia de direita não assumisse o poder. Contudo, no contexto mais amplo da notícia, eles constituem argumentos lógicos, provas evidentes, com base em citações e exposição de dados comprobatórios do preconceito a que os nordestinos estavam sendo submetidos, segundo a opinião do Jornal. De acordo com a autora, esses são argumentos fortes mobilizados para o convencimento do interlocutor.

Desse modo, o que se espera é que os leitores aceitem o texto da notícia como significativo, construam os sentidos pretendidos e reajam em relação ao dito. Na situação sócio-histórica que se apresentava, seria possível conjecturar que a melhor reação ou resposta do eleitor poderia ser por meio do voto no segundo turno do pleito.

Por isso, a intencionalidade e a aceitabilidade, que perpassam o processo de construção de sentidos do texto, também assumem relação

direta com a argumentatividade, porque, subjacente à produção de um texto, há sempre algum propósito ou objetivo da parte do autor, que, mediado por crenças, convicções e perspectivas decorrentes de suas vivências, usa de estratégias para a adesão do leitor quanto às representações que têm a respeito do objeto temático do texto.

### *Considerações finais*

O momento em que analisamos *o como se diz e o quem diz para quem* faz parte do processo de desvelamento do discurso, desencadeado pelos elementos verbais, não-verbais e extraverbais empregados nos textos. Trata-se da observação daquilo que se mostra na sintaxe, na semântica e no processo de enunciação, fornecendo-nos pistas para compreendermos o modo como o discurso se textualiza e o que o locutor pretende com ele.

O objetivo do trabalho foi a identificação e análise dessas pistas, presentes em uma notícia publicada pelo *Jornal do Comercio Online*, a fim de verificar os possíveis efeitos de sentido que, além de informar, a nosso ver, levam à persuasão ou convencimento do leitor.

A análise da notícia revelou o caráter argumentativo do texto enunciado por meio de indícios de subjetividade presentes nas escolhas lexicais do locutor, mas, principalmente, na escolha do gênero comentário, como argumento para comprovar o que afirma na notícia.

Dessa forma, o discurso configurado pelos recursos linguístico-argumentativos escolhidos, mediante o contexto sócio-histórico da eleição presidencial de 2018, assume um caráter de persuasão sobre o leitor para que ele consuma o jornal, mas para que também concorde com a opinião do locutor.

Por meio da análise, percebemos que o gênero notícia pode adentrar a sociedade em geral, tentando interagir com o leitor de modo aberto, simples, despretensioso, apenas informando, todavia, ao mesmo tempo, pode envolvê-lo, por meio de recursos verbais e não-verbais (representados pelas cores com que alguns trechos foram grafados, por exemplo), em uma trama argumentativa que permite, em determinados contextos,



a identificação de um problema social, muitas vezes, escondido em jogos de palavras e ideias.

## Referências

- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 9. ed. São Paulo: HUCITEC, 2002.
- BARROSO, Terezinha. Gênero textual como objeto de ensino: uma proposta de didatização de gêneros do argumentar. **Signum: Estudos Linguísticos**, Londrina, v.14, n. 2, p. 135-156, dez. 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/download/9409/9584>. Acesso em: 01 fev. 2018.
- BRASIL. **Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989**, define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Brasília, 1989. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L7716.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7716.htm). Acesso em: 20 de fev. de 2018.
- DICIONÁRIO Informal. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/>. Acesso em: 10 de dez. dez. 2018.
- DUCROT, Oswald. Argumentação e 'topoi' argumentativos. In: GUIMARÃES, Eduardo (Org.). **História e sentido na linguagem**. Trad. Eduardo Guimarães Campinas, SP: Pontes, 1989.
- HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário eletrônico Houaiss**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- JORNAL do Commercio Online. **Eleições 2018**: Nordestinos são atacados nas redes sociais. Recife, 07 out. 2018. Disponível em: <https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/politica/eleicoes-2018/noticia/2018/10/07/eleicoes-2018-nordestinos-sao-atacados-nas-redes-sociais-357598.php>. Acesso em: 08 dez. de 2018
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Argumentação e linguagem**. 7. ed. revista. São Paulo: Cortez, 2002.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça **A inter-ação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 2003.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Desvendando os segredos do texto**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria da Silva. **Ler e compreender**: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Introdução à linguística textual**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria da Silva. **Ler e escrever**: estratégias de produção textual. São Paulo: Contexto, 2009.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria da Silva. **Escrever e argumentar**. São Paulo: Contexto, 2016.
- MARCUSCHI, Luiz Antonio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.



OLIVEIRA, Esther Gomes de. A Argumentação na Antiguidade. **Signum: Estudos da Linguagem**, Londrina, n. 5, p. 201-214, dez. 2002.

OLIVEIRA, Esther Gomes de. Aspectos diferenciais dos operadores argumentativos e dos marcadores discursivos. In: SANTANA NETO, João Antonio de; MACEDO, Joselice; ROCHA, Maria José Campos. (Org). **Discursos em análises**. vol. 1. Salvador, 2003.

OLIVEIRA, Esther Gomes de. Argumentação: da Idade Média ao Século XX. **Signum: Estudos da Linguagem**, Londrina, v.7, n. 2, p. 109-131, dez. 2004.

SANTANA NETO, João Antônio de. **Discursos em análises**. Salvador: Universidade Católica de Salvador, Instituto de Letras, 2003.



# Anexo A

**PRECONCEITO**

## Eleições 2018: Nordestinos são atacados nas redes sociais

Os ataques começaram logo após a divulgação do resultado que levou a decisão para o segundo turno

Publicação em 07/10/2018, às 23h07

**Nordeste vota em peso no PT, mas depois vem procurar emprego no Sudeste.**

Eleitores de Bolsonaro (PSL) usaram as redes sociais para fazer publicações preconceituosas contra o Nordeste

Reprodução/JC Online

JC Online

Assim como nas eleições presidenciais de 2014, a população nordestina voltou a ser alvo de preconceito, logo após a divulgação do resultado das eleições gerais de 2018, neste domingo (7). Incentivados com o resultado que leva a disputa para o segundo turno entre os candidatos Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT), eleitores do capitão da reserva usaram as redes sociais para publicar textos ofensivos direcionados aos nordestinos.

**joelzan camargo**  
@joelzancamargo

Nordeste de novo estragando o Brasil! povo burro mal sabem ler...  
2 19:40 - 7 de out de 2018

33 pessoas estão falando sobre isso

**@TSEJusbr**

Ou resolvemos isso de forma íntegra e correta e o Brasil vai invadir o Palácio e arrancar nas unhas esse bando de vagabundo que pensa que Brasileiro é burro, podem até conseguido comprar norte, Nordeste e etc... pq lá com um quilo de farinha é suficiente pra ter voto [pic.twitter.com/vpx5Fkd4yly](https://twitter.com/vpx5Fkd4yly)

— SL-BX (@SLBX8) 8 de outubro de 2018

Esse povo do #Nordeste é muito burro, bando de cocado serve pra porra nenhuma bando de infeliz, tem mais que se fuder

— junior 0707 (@jr\_140198) 7 de outubro de 2018

Desculpe se vou parecer ser preconceituoso, mas o Nordeste é o câncer desse País, não são a região mais desgraçada e miserável em vida, povo burro, alienado novamente ferrando o País, não é a toa que vivem de grandes sezas e fome, fora o calor absurdo, tudo castigo de Deus

— BOLSONARO PRESIDENTE (@BDeDeu.uC12000) 8 de outubro de 2018

### Votos decisivos

O candidato do PSL foi o mais votado em 17 Estados e no Distrito Federal. Bolsonaro só ficou atrás de Fernando Haddad (PT) em oito Estados do Nordeste e no Pará. Ciro Gomes (PDT) liderou a disputa no Ceará, seu berço político.

**ESPORTES** Cristiano faz 2, Atlético de Madrid bate Valladolid e se qualifica ao Barça na ponta 151427

**POLÍTICA** Toffoli suspende veto a Crivella sobre uso de máquina pública 151442

**MUNDO** Trump anuncia saída de seu secretário do Interior 151434

**MUNDO** Campanhas têm dificuldades para regularizar votos em Guarulhos 151602

**MUNDO** Morre o baixinho Arthur Mau, aos 56 anos, em Niterói 14151

**MUNDO** MP diz que João de Deus é foragido; Polícia Civil nega renúncia 141448

### MAIS NOTÍCIAS

**ESPECIAIS JC**

**Papai Noel**  
e o Natal já chegou. E neste época do ano que o espírito natalino faz aflorar alguns dos sentimentos mais nobres. Agora é tempo de convívio, reuniões de família, presentes, organizações e empresas que fizeram da volta à cidade mensagem de vida

**VIDA** PT tudo dia  
Vida faz todo dia. Apesar de a abertura do Verão no Brasil só acontecer em dezembro, no Nordeste há uma antecipação de data. Por esse motivo, que tal aproveitar esses meses de energia para cultivar bons hábitos e mudar o estilo de vida? Veja várias dicas de como se cuidar

**BRT É AGORA!**  
BRT: é agora!  
Ele está sendo, sofrido, esquecido. E sem perspectivas de melhoria, tem sofrimento como é provável e, apenas parcialmente, evasão nas redes sociais. O sistema BRT, nos Brasil, Brasil, Brasil

### RANKING DO DIA

+ LIKES + COMENTÁRIOS

- 1 Redes sociais de adolescente desaparecida são compartilhadas em Paraíba
- 2 Grupo político faz nova demonstração em massa de professores
- 3 Seta processa sua filha e relata durante exatidão a luta no centro do Recife
- 4 Presidente do Grêmios confirma intenção de permanecer com atacante do Sport
- 5 Tuga representa confusão de culpa, diz mãe de Beatriz sobre suspeita

Fonte: JC Online. Disponível em: <https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/politica/eleicoes-2018/noticia/2018/10/07/eleicoes-2018-nordestinos-sao-atacados-nas-redes-sociais-357598.php>. Acesso em: 08 dez. 2018.



**14**

# Overwatch e o consumo transmidiático dos videogames

DURVAL RAMOS<sup>1</sup>

HERTZ WENDEL DE CAMARGO<sup>2</sup>

Os estudos de convergência sempre trouxeram consigo uma preferência inata pela narrativa cinematográfica. E razões para isso não faltam. Primeiramente, a mais notória reflexão sobre esse tipo de abordagem, apresentada por Jenkins (2009), trouxe justamente o filme *Matrix* como o maior exemplo de produção transmídia, criando quase como uma espécie de modelo de análise para pesquisas futuras.

Em segundo lugar, temos o fato de que o longa-metragem em questão realmente foi um divisor de águas em relação ao uso de múltiplas plataformas para construir sua narrativa. Embora *Matrix* não tenha sido o primeiro a ampliar as fronteiras de seu universo – a franquia *Star Wars* já tinha histórias em quadrinhos que continuavam as aventuras dos filmes desde a década de 1970 –, foi com a história de *hackers* que transitavam entre um mundo real pós-apocalíptico e outro digital que o formato se tornou icônico, explorando também animações e videogames como peças complementares dessa trama.

Por fim, há o próprio encantamento e fascínio exercidos pela “toda poderosa” Hollywood, conseguindo trazer não apenas histórias envolventes, mas universos dos quais não queremos sair mais. Basta olhar o recente fenômeno *Marvel* para compreender o quanto ainda somos magnetizados por esse tipo de narrativa. No entanto, a construção de universos transmídia não se resume apenas a um filme que gera outros produtos com histórias complementares. Embora tenha *Matrix* como seu exemplo principal para ilustrar a questão, em nenhum momento Jenkins

---

1 Mestrando do PPGCOM-UFPR. Graduado em Jornalismo. Membro do grupo de pesquisa EC-COS – Estudos em Comunicação, Consumo e Sociedade. E-mail: durvalrms@gmail.com.

2 Doutor em Estudos da Linguagem (UEL). Professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFPR. E-mail: hertzwendel@gmail.com

(2009, p. 30) defende que o cinema seja a única plataforma capaz de propor esse modelo. Para o autor, a convergência é uma transformação cultural “à medida que consumidores são incentivados a procurar novas informações e fazer conexões em meio a conteúdos de mídia dispersos”, ou seja, independe de seu meio original.

Isso tudo significa que, embora haja essa preferência para o cinema como ponto de partida para o estudo de universos transmídia, ele não é o único caminho – e, em alguns casos, a exploração de outros meios pode gerar resultados bem diferentes daqueles que habitualmente encontramos nesse tipo de análise.

É o caso do videogame, que traz consigo um potencial e uma relação entre o indivíduo e a narrativa bastante própria. Como o jogo eletrônico tem a interatividade como uma das suas principais características (MELLO; MASTROCOLA, 2016, p. 8), a proximidade do jogador com aquele universo que se apresenta pela tela da TV ou do próprio aparelho – seja ele o console ou um *tablet* ou celular – vai ser diferente.

A interatividade se apresenta, desta maneira, não apenas como possibilidade para imersão, experiência o agenciamento [...] do *iterator*, mas como possibilidade de construção de obras abertas e dinâmicas. O jogador torna-se coautor de um *work in progress*, que se elabora diferentemente a cada jogar (NESTRIUK, 2009, p. 29).

É a partir, portanto, dessa narrativa mediada pela interação que este trabalho pretende pensar o transmídia. Para isso, o jogo *Overwatch* se apresenta como um excelente objeto de estudo, pois serve para ilustrar não apenas como outros formatos ajudam a ampliar as fronteiras desse universo como a própria participação da comunidade de fãs ajuda a dar forma a essa história.

Lançado em 2016 para *PlayStation 4*, *Xbox One* e PC, o game é produzido pela empresa norte-americana Blizzard e traz uma mecânica simples, no qual os jogadores participam de partidas em que duas equipes se enfrentam. Cada personagem possui características e funções próprias, o que altera significativamente o modo de jogar.



E, embora possa ser resumido como um *First-Person Shooter* (FPS, ou um jogo de tiro em primeira pessoa) *multiplayer*, *Overwatch* possui um universo em constante expansão. Diferentemente de outros games do gênero, como o popular *Counter-Strike: Global Offensive*, essas personagens possuem histórias próprias e, a cada nova atualização disponibilizada, novos elementos são incorporados à narrativa. O curioso, porém, é que essas histórias não são contadas no jogo em si, mas em outros formatos. Exemplo disso é que a Blizzard lançou uma série de animações para explicar alguns elementos dessa trama, assim como também publicou histórias em quadrinhos que explorou outros eventos e desenvolveu facetas diferentes de seus personagens.

Dessa forma, é a partir dessa relação multimidiática construída em torno de *Overwatch* que este trabalho pretende entender como essa narrativa transmídia é construída, analisando sobretudo o conteúdo apresentado dentro do jogo e como ele é ampliado em outros formatos.

### *Desenvolvendo o básico*

Se fôssemos olhar para a história de *Overwatch* a partir do conteúdo presente unicamente no jogo, poderíamos dizer que ela nada mais é do que uma simples justificativa para os tiroteios oferecidos em cada partida. Quando o game é iniciado, ele traz um breve vídeo de apresentação que, em menos de dois minutos, faz um resumo básico do que é aquele universo, mas pouco explica o que está acontecendo.

A animação traz um dos personagens do jogo – Winston, um gorila azul falante que veste uma armadura tecnológica – falando com uma câmera, gravando uma mensagem para quem ele chama de *ex-agentes da Overwatch*. Nesta mais do que rápida introdução, ele apresenta ao jogador o *background* daquele universo: há 30 anos, a humanidade foi atacada na *Crise Omnica* e, para enfrentar essa ameaça, o grupo foi montado. Contudo, passado o perigo, a própria sociedade passou a tratar a *Overwatch* como um grupo criminoso, forçando o seu desmantelamento. E, agora, uma nova onda de ataques tem início e a equipe precisa retornar.



Ao longo dessa explicação, algumas imagens ilustram esses eventos. Vemos que a tal *Crise Omnica* é causada por um ataque de robôs e vemos alguns personagens que aparecem claramente como sendo os mocinhos da história (Figura 1). Contudo, a apresentação deixa várias lacunas. Ela não explica quem é quem e nem porque esses personagens possuem um visual diferente daquele encontrado pelo jogador quando ele assume o controle. Tampouco diz quem são os outros que não são exibidos na introdução, não deixa claro o que foi essa crise e nem porque as equipes se enfrentam.

**Figura 1- Introdução do game apresenta aqueles que são retratados como os heróis do universo do game, os membros da Overwatch**



Fonte: (*Overwatch*- Blizzard, 2016)

Dessa forma, a introdução parece ser apenas uma desculpa para a parte jogável do game. Contudo, à medida que o jogador passa a explorar o jogo, percebe alguns detalhes que ajudam a compor a história básica. Essa escassez de informação está ali para fazer com que o próprio jogador construa a narrativa, já que há vários elementos espalhados no jogo que ajudam a compor a trama – isto é, depende da interatividade inerente ao jogo para se realizar.

Esse aspecto se encaixa naquilo que Salen e Zimmerman (2012, p. 103) entendem como interação lúdica narrativa, na qual os elementos de uma história vão produzir uma experiência significativa ao jogador à medida que ele controla determinado personagem. Na prática, isso aparece

em *Overwatch* quando o jogador visita os mapas e encontra informações nos cenários que remetem ao passado dos personagens e da própria história, envolvendo a *Crise Omnica* e o retorno dos robôs – como é o caso do mapa *Volskaya Industries*, em que os jogadores competem em meio a uma fábrica na qual esses robôs são construídos ao fundo. Também existem algumas linhas de diálogo que indicam a existência de relacionamentos entre alguns desses heróis.

Em muitos casos, esse tipo de conteúdo passa despercebido pelo jogador, principalmente aquele que está mais concentrado na ação central do game. Contudo, à medida que ele revisita aquele ambiente e presta mais atenção no conteúdo à sua volta ou, melhor dizendo, passa a se interessar no porquê de tudo o que está acontecendo, compreendendo os detalhes dessa narrativa que é constantemente reapresentada/revisitada.

A construção de uma narrativa desse modo evidencia algo que Nesteriuk (2009, p. 28) vai definir como uma das principais características do jogo eletrônico. Para ele a obra do videogame é o resultado do próprio jogo jogado e, “assim sendo, é muito pouco provável achar dois jogadores diferentes com o mesmo jogo jogado” – da mesma forma que ele acredita que um mesmo jogador não consegue jogar o mesmo game duas vezes de maneira idêntica.

Assim, com todas essas informações em mãos, o jogador é capaz de entender o básico do que está acontecendo. Pela introdução, ele sabe que a *Overwatch* está de volta à ativa e é capaz de reconhecer os heróis, da mesma forma que é fácil identificar quem são os vilões. Personagens como Reaper e Widowmaker possuem um visual mais sombrio e algumas falas deixam claro seu alinhamento moral mesmo sem que isso precise ser claramente explicado. “Para entender o cenário do mundo de um jogo, os jogadores contam com o conhecimento de outras histórias semelhantes” (SALEN; ZIMMERMAN, 2012, p. 123). Em outros termos, cada jogador conta com uma memória (repertório) construída por um legado estético e visual de diferentes origens: signos da cultura pop, do cinema, dos desenhos animados, HQs e mangás, publicidade. Um imaginário construído a partir do consumo e seus mapas culturais, enfim,

capacitando o jogador por meio de uma educação estético-visual-trans-midiático com a qual ele entra para o jogo e permite sua interpretação.

No entanto, isso não quer dizer que esse ou aquele personagem vai desempenhar o papel de protagonista. Na verdade, nenhum deles o é – ao mesmo tempo em que todos são. Como a narrativa é toda fragmentada e baseada nas experiências e nas escolhas do jogador, a história se forma a partir da conexão desses elementos e se completa a partir daquilo que é oferecido por outros meios.

### *Ampliando fronteiras*

Dessa forma, se olharmos para *Overwatch* como um produto isolado, sua narrativa se torna autocontida, mas com várias lacunas que tornam seu universo bem mais limitado. E o que aprofunda o jogo e seus personagens é justamente a grande quantidade de conteúdo existente em outros formatos.

Embora muito seja contado a partir da interação do jogador com seus personagens e com o ambiente à sua volta, muitas outras histórias só são contadas em outras mídias que complementam a construção desse universo e o jogador precisa conectar essas peças para enxergar o panorama completo — ou seja, criando uma narrativa tipicamente transmídia.

A narrativa transmídia é a arte da criação de um universo. Para viver uma experiência plena num universo ficcional, os consumidores devem assumir o papel de caçadores e coletores, perseguindo pedaços da história pelos diferentes canais, comparando suas observações com outros fãs, em grupos de discussão on-line, e colaborando para assegurar que todos que investiram tempo e energia tenham uma experiência de entretenimento mais rica (JENKINS, 2009, p. 49).

Nesse sentido, *Overwatch* se encaixa bem no que o autor propõe, pois a construção da história depende justamente dessa conexão de informações que estão, a princípio, espalhadas. Para quem olha unicamente o jogo, vai encontrar apenas o conflito que o game trata como a *Segunda Crise Omnica*, mas todo o contexto que levou a situação até ali é apresentado e detalhado em outras plataformas.



E a primeira expansão dessa narrativa está justamente no site oficial do game. Quem acessa a página de *Overwatch* encontra, além de uma ficha com as habilidades de cada herói e vilão, um recorte de sua história. Assim, o jogador pode compreender como aquele personagem se encaixa dentro da trama geral do jogo e por que ele está no meio do combate.

Voltemos ao caso de Winston, o gorila que aparece no único vídeo de história existente no jogo. Naquela animação, é possível saber que ele está recrutando antigos membros da *Overwatch* depois de uma nova onda de ataques e que ele mesmo já fez parte do grupo. Contudo, ao explorar o conteúdo textual oferecido no site, é possível saber a relação do personagem com outros heróis, com os ambientes oferecidos e com outros elementos.

Essa primeira investida transmídia, por exemplo, vai explicar que o primata inteligente nasceu na *Colônia Lunar do Horizonte* (um dos mapas disponíveis no jogo), e que o lugar era o “primeiro passo para uma nova exploração do espaço pela humanidade”<sup>3</sup>. Assim, Winston fazia parte de um grupo de gorilas geneticamente melhorados para testar os efeitos da vida prolongada fora da Terra e que o projeto foi encerrado logo após uma rebelião na Colônia. Após isso, Winston foge e se une à *Overwatch*.

Já no trailer divulgado pela Blizzard para anunciar o cenário<sup>4</sup>, essa história é complementada. Nele, vemos o personagem contando o que houve na colônia lunar, detalhando a rotina a que era submetido e porque houve a tal rebelião – ao mesmo tempo que mostra como esses elementos estão presentes no mapa em si. Além disso, *Overwatch* conta com uma série de curtas que expandem ainda mais esse universo. No caso de Winston, o episódio batizado de *Recall*<sup>5</sup> mostra os eventos que antecedem a abertura do jogo, retratando o ataque feito à base do herói e como ele usa isso como justificativa para convocar os ex-agentes.

Por fim, o jogo tem ainda uma série de quadrinhos digitais disponíveis em seu site oficial<sup>6</sup> que expande as relações entre os personagens

---

3 Disponível em: [www.playoverwatch.com/pt-br/heroes/winston/](http://www.playoverwatch.com/pt-br/heroes/winston/). Acesso em: 4 ago. 2018.

4 Disponível em: [www.youtube.com/watch?v=Fq6WapcrFhg](http://www.youtube.com/watch?v=Fq6WapcrFhg). Acesso em: 4 ago. 2018.

5 Disponível em: [www.youtube.com/watch?v=zBJs\\_Wf9hQ4](http://www.youtube.com/watch?v=zBJs_Wf9hQ4). Acesso em: 4 ago. 2018.

6 Disponível em: [www.playoverwatch.com/pt-br/media/tracer-comic](http://www.playoverwatch.com/pt-br/media/tracer-comic). Acesso em: 4 ago. 2018.

de outras formas. Em uma dessas histórias<sup>7</sup>, por exemplo, é apresentada não apenas a relação de amizade entre Winston e Tracer, como também confirma a orientação sexual da heroína – algo que muitos fãs já especulavam antes mesmo da confirmação<sup>8</sup>.

Assim, temos uma narrativa que se desenvolve em quatro formatos distintos – jogo, animação, quadrinhos e em formato textual a partir das fichas presentes no site – e que se complementam na construção de um universo bem maior, o que faz com que *Overwatch* se encaixe na premissa básica da transmídia.

### *Dissecando a transmídia*

Só que, para compreendermos melhor a composição desse conteúdo transmídia, é preciso desmontá-lo. Em seu site oficial, Jenkins (2010) apresenta o que chama dos sete princípios da transmídia e que ajudam a entender o desenvolvimento desse tipo de narrativa.

No que foi visto até agora, já é possível identificar algumas características apresentadas pelo autor. A mais evidente delas até aqui é a serialização da história, que é dividida em fragmentos e espalhada em diferentes formatos. Como já vimos, a trama se desenvolve a cada nova animação, história em quadrinhos ou adição no site.

Além disso, *Overwatch* tem um sistema de temporadas em que novos conteúdos são adicionados ao jogo periodicamente, inserindo também novos elementos narrativos. A cada nova atualização, personagens e cenários são colocados no game e toda a relação de narrativa e interação descrita anteriormente se repete. Assim, a comunidade espera por essas novidades justamente para entender para onde a história está seguindo. Em uma delas, por exemplo, foi inserido o personagem Wrecking Ball, cujo passado revela que as pesquisas com animais não se limitaram ape-

---

7 A história chama-se Reflexos. Disponível em: [www.comic.playoverwatch.com/pt-br/tracer-reflections](http://www.comic.playoverwatch.com/pt-br/tracer-reflections). Acesso em: 4 ago. 2018.

8 O site Polygon destacou justamente o fato de a comunidade estar esperando a confirmação da homossexualidade da personagem. Disponível em: [www.polygon.com/2016/12/20/14028604/overwatch-gay-tracer](http://www.polygon.com/2016/12/20/14028604/overwatch-gay-tracer). Acesso em: 4 ago. 2018.

nas a gorilas, mas também a roedores – e agora o jogo conta com um hamster inteligente que controla um robô gigante.

Isso tudo se conecta a outro dos princípios: a relação entre a continuidade e multiplicidade. Zierhut e Tomita (2017, p. 2) vão definir a continuidade como algo que vai além de simplesmente reproduzir a história em múltiplas plataformas, mas como uma forma de “continuá-la a fim de expandir o próprio universo dela, contando mais detalhes sobre os locais e personagens.” E é justamente isso o que acontece com esses múltiplos formatos, já que eles vão apresentar novas facetas que não estão presentes na mídia original e, ainda assim, são consideradas parte do cânone.

A história em quadrinhos *Velhos Soldados*<sup>9</sup>, por exemplo, traz acontecimentos que antecedem os eventos do jogo e mostra a relação existente entre personagens que se apresentam de lados opostos. É a partir dessa pequena história que o jogador descobre que os heróis Ana e Soldier 76 já foram aliados do vilão Reaper e que este se transformou em um inimigo justamente após a dissolução da *Overwatch* original. E isso não fica claro em nenhum momento do conteúdo presente apenas no jogo.

Já a multiplicidade surge como a abertura para a criação de versões alternativas que podem ser deslocadas do conteúdo canônico – o que, em *Overwatch*, aparece na forma de eventos sazonais em que os personagens entram em histórias paralelas e não relacionadas à trama central, como no evento de Halloween em que os heróis e vilões participam de uma narrativa própria que brinca com filmes clássicos de terror (Figura 2).

---

9 Disponível em: [www.comic.playoverwatch.com/pt-br/ana-old-soldiers](http://www.comic.playoverwatch.com/pt-br/ana-old-soldiers). Acesso em: 5 ago. 2018.

Figura 2- Os personagens Junkrat e Roadhog se transformam em uma versão alternativa de Victor Frankenstein e seu monstro no evento de Halloween



Fonte: Site oficial do jogo

O terceiro princípio da transmídia que é explorado em *Overwatch* é a ideia da subjetividade, que é feita justamente a partir dessa narrativa focada em cada um de seus personagens. Como explica Jenkins (2010), trata-se de olhar para os mesmos eventos a partir de múltiplos pontos de vista, justamente é isso que o jogador encontra ao se aprofundar na história de cada herói e vilão do game. Ao todo, o jogo oferece nada menos do que 28 linhas narrativas que se cruzam em vários momentos, mas que apresentam eventos e perspectivas diferentes dos mesmos eventos.

O caso de Winston e Wrecking Ball citado anteriormente é um ótimo exemplo disso. Dentro da narrativa, ambos coexistiram dentro da estação lunar. No entanto, quem acompanha a trama sob o ponto de vista do gorila vai seguir na rebelião dos símios e ver como Winston se juntou a *Overwatch*. Já no caso do hamster, vemos como ele se aproveitou da mesma rebelião para fugir e chegar à Terra — algo que, dentro da narrativa do gorila, nem chega a ser citado.

Essa subjetividade é algo que se correlaciona com a ideia de coautoria que a interatividade oferece ao jogo (NESTERIUK, 2009), já que é o jogador quem vai encaixar as peças para construir a história de forma que, dependendo de quais informações ele agrupar, algumas dessas tramas podem passar despercebidas. “No caso das narrativas em videogames, não há como jogador se certificar de que um determinado caminho



narrativo foi percorrido em todas as suas possibilidades e extensões, ou seja, em sua totalidade” (NESTERIUK, 2009, p. 30).

Tudo isso está diretamente atrelado àquela que pode ser considerada a base e o principal objetivo da transmídia, que é a construção de um universo. Ao fragmentar sua narrativa e espalhá-la em diferentes meios, *Overwatch* consegue se aproveitar das características de cada uma dessas plataformas para trazer novos elementos para aquela história. Assim, não se trata apenas de contar o que houve com o grupo após a sua dissolução, mas de apresentar episódios que se passam antes e depois desse evento, além de introduzir fatos que dão continuidade àquilo que o jogador encontra no videogame. Em linhas gerais, o que Blizzard fez com esse tipo de narrativa foi muito mais do que aproveitar os elementos de sua linha do tempo, mas criar um mundo próprio e multifacetado e, o mais importante, saber explorá-lo de diferentes maneiras.

Na prática, isso faz com que todos os elementos apresentados dentro do jogo tenham algo a dizer ao usuário. Como dito, os mapas nos quais as partidas são realizadas ajudam a contar parte da história, contextualizam o jogador sobre eventos passados ou mesmo se conectam àquilo que ele viu em outras mídias. E, diante de tudo isso, ele é capaz de interligar esses elementos e cenários a fim de criar um universo coeso em que uma peça está diretamente relacionada à outra. Assim, o jogador de *Overwatch* é capaz de pensar não só o espaço da história, mas também da interação como uma geografia ficcional (JENKINS, 2010).

É claro que essa construção de universo não se limita apenas à parte geográfica, embora esta seja a mais fácil de visualizar, mas também de toda a parte social e histórica. Ao expandir a narrativa em múltiplos formatos, a transmídia se abre para um aprofundamento nessas questões que, dentro da narrativa tradicional, haveria pouco espaço. Em *Overwatch*, isso fica claro justamente na relação do grupo com a proibição de suas operações e nesse retorno das atividades por vias clandestinas. Embora o jogo apresente isso já em sua animação inicial, as causas e as consequências são exploradas a fundo em outras mídias.

Isso tudo se encaixa na ideia inicial de Jenkins sobre os produtos transmidiáticos, principalmente quando ele analisa a franquia *Pokémon*. Citando os professores de pedagogia David Buckingham e Julian Sefton-Green e usando o universo criado para Pikachu e companhia, o autor explica que o conteúdo transmídia não é algo que você apenas vê, lê ou consome, mas faz.

Não existe um texto único em que se possam obter informações sobre as várias espécies; em vez disso, a criança reúne seu conhecimento sobre *Pokémon* a partir de diversas mídias, e o resultado é que cada criança sabe alguma coisa que seus amigos não sabem e, portanto, tem a chance de compartilhar sua expertise com outros (JENKINS, 2009, p. 183-184).

Essa interação proposta é justamente o que ele define como outras duas características desse modelo narrativo. O potencial de propagação e de profundidade vai dizer justamente sobre o modo como o público vai consumir ou, melhor dizendo, *fazer* aquele material e todos os elementos agregados a ele.

A tensão entre esses elementos “relaciona a capacidade de o conteúdo ser compartilhado, mas, ao mesmo tempo, a capacidade do espectador/receptor de explorar o tema em profundidade” (SILVA, 2015, p. 3). Nesse aspecto, notamos uma clara tendência do game de evidenciar seu potencial de profundidade, já que essa narrativa fragmentada e voltada à interação do jogador vai incentivar um mergulho por parte do indivíduo. Como tratamos em diversos momentos até aqui, o jogador busca conectar todas as peças que o game oferece a fim de construir um universo coeso, buscando se aprofundar mais e mais no universo apresentado pelo jogo. A cada novo mapa ou personagem lançado, inicia-se uma nova busca por elementos que o situem dentro do cânone já estabelecido.

E essa corrida por respostas vai destacar o potencial de propagação de *Overwatch*. A própria comunidade se engaja tanto para debater teorias sobre as evidências encontradas quanto para compilar aquilo que já está definido. Exemplos para isso não faltam. A relação entre imersão e propagação fica clara justamente no fórum oficial do game, disponibili-



zado dentro do site da Blizzard. Lá, os jogadores apresentam suas descobertas na tentativa de conectar àquilo que já era sabido.

O tópico *A história por trás dos mapas de Overwatch*<sup>10</sup>, publicado na versão nacional do fórum, ilustra bem não só como essas duas características se manifestam como também tudo aquilo que foi apresentado até aqui: a construção do mundo, a subjetividade, a continuidade e a serialização existente dentro do jogo e como tudo isso se relaciona com a interação que o meio oferece.

Outro exemplo claro são as *wikias*, sites criados pelos fãs como uma espécie de enciclopédia de determinadas franquias. E, com *Overwatch*, não é diferente. A *Overwatch Wikia*<sup>11</sup> possui exatos 9.868 verbetes que vão compilar aquilo que os jogadores já descobriram sobre o mundo do game. É o tipo de engajamento que demonstra o quanto o *fandom* está disposto a se aprofundar e a propagar o conteúdo.

E essa conexão criada entre o jogador e o universo ficcional vai muito além do jogo em si e passa a invadir também o *mundo real*, fazendo com que *Overwatch* entre na sexta característica da transmídia, a relação entre imersão e extração. Nesse caso, este último elemento se torna a característica mais clara por causa do apelo comercial que o jogo alcançou entre o público fã de videogames. Segundo a própria definição de Jenkins (2010), a capacidade de extração é justamente a possibilidade que a narrativa permite que o indivíduo retire elementos da história e traga para a sua vida cotidiana, no caso, com a infinidade de produtos relacionados.

---

10 Disponível em: [www.us.battle.net/forums/pt/overwatch/topic/20745174446](http://www.us.battle.net/forums/pt/overwatch/topic/20745174446). Acesso em: 15 ago. 2018.

11 Disponível em: [overwatch.wikia.com/wiki/Overwatch\\_Wiki](http://overwatch.wikia.com/wiki/Overwatch_Wiki). Acesso em: 15 ago. 2018.

Figura 3- Dois pôsteres inspirados em personagens de Overwatch que foram produzidos pela ilustradora brasileira Luiza McAllister



Fonte: 2Minds Studio, no Facebook.

*Overwatch* possui uma vasta gama de itens licenciados. Dentro da própria loja online da Blizzard<sup>12</sup> é possível encontrar desde adesivos e chaveiros até roupas, pelúcias e bonecos que chegam a custar algumas centenas de dólares. Além disso, a própria comunidade passou a criar seus próprios produtos não oficiais, como pôsteres e camisetas (Figura 3). Neste caso, o consumo material acaba sendo outra forma de extensão transmidiática, assentada em objetos e contribui para jogador adentrar o universo criado em torno do jogo.

Já a imersão citada pelo autor seria a “capacidade da história em fazer o receptor entrar naquele universo, através de pontos de contato e experiências reais” (SILVA, 2015). Nesse caso, esse elemento da transmídia se manifesta de duas formas. A primeira seria justamente a presença de *cosplayer* – pessoas que se vestem como os heróis do jogo em eventos diversos (Figura 4). Neste caso, o corpo, considerado a “primeira mídia” (BAITELLO JUNIOR, 2005) é trazido para dentro do universo *Overwatch* como plataforma e performance. A outra é aquela que é inerente ao videogame justamente por causa da interação que lhe é tão característica.

12 Disponível em: [gear.blizzard.com/us/game/overwatch](http://gear.blizzard.com/us/game/overwatch). Acesso em: 15 ago. 2018.

Voltando à definição de Nesteriuk (2009, p. 29) vista anteriormente, a interatividade do jogo eletrônico se abre como possibilidade de imersão, o que torna a mídia uma plataforma diferenciada de qualquer outro meio em relação a esse aspecto da narrativa transmidiática.

Figura 4- Cosplayers se fantasiam como os personagens Tracer e D.Va



Fonte: Kotaku

### ○ *desafio final*

Por fim, chegamos à última característica do universo transmidiático e também a mais desafiadora delas: a performance. Jenkins (2010) vai definir esse componente como “a capacidade de extensões transmídia conduzirem a performances produzidas por fãs que podem se tornar parte da própria narrativa transmídia”<sup>13</sup>.

Isso significa basicamente fazer com que o universo criado abra espaço para que os próprios fãs ampliem essa narrativa, criando histórias próprias baseadas nos elementos e regras estabelecidas inicialmente para este mundo. É a definição que nos leva para o mundo das *fanfics*, histórias criadas pela comunidade inspiradas nos elementos já estabelecidos

---

13 Tradução nossa.



na mídia original. Com *Overwatch*, por exemplo, não é difícil encontrar páginas dedicadas a agrupar essas tramas não canônicas, mas que despertam a imaginação do fã mais devoto.

A página *Spirit Fanfiction*<sup>14</sup> possui uma categoria dedicada exclusivamente para o game e traz nada menos do que 331 histórias situadas dentro desse mundo. A grande maioria delas coloca os personagens já existentes para interagir de forma que nenhuma das mídias consideradas oficiais fez anteriormente. Esses pequenos contos se dividem em uma enorme infinidade de gêneros, da ação à comédia e do romance a outras com abordagens pornográficas. Além disso, há aquelas *fanfics* protagonizadas por heróis criados pelos próprios fãs.

Essa exploração do universo pode ser vista como uma primeira camada do potencial de performance oferecido pela transmídia, pois acontece de maneira independente da mídia original ou de seu criador. Movido por sua paixão por aquele universo, o fã conta novas histórias e segue por direções inimagináveis, quase como uma brincadeira de criança.

Contudo, Jenkins vai um pouco além e defende que “as especulações e elaborações dos fãs também expandem o universo em várias direções” (JENKINS, 2009, p. 161-162). Nesse caso, há um controle um pouco maior por parte do criador original. Ainda que não tenha controle para definir os rumos dessa intervenção, é possível deixar pistas e indícios que conduzam as interações dos fãs por determinado caminho.

E o maior desafio da performance – e que, no caso de *Overwatch*, não se concretiza – está na possibilidade da narrativa canônica englobar aquilo que é produzido pelo *fandom*, como aconteceu com o chamado Universo Expandido de *Star Wars*. No caso, a produção dos fãs se torna tão relevante que passa a complementar aquela que é criada pela empresa original. Por outro lado, a interação oferecida pelo videogame abre a possibilidade para um tipo diferenciado de relacionamento com o universo ficcional. Se, para Zierhut e Tomita (2017), a performance é a capacidade de levar os fãs a fazerem parte da narrativa, não seria o jogar uma forma de colocar o jogador dentro desse mundo?

---

14 Disponível em: [spiritfanfiction.com/categorias/overwatch](http://spiritfanfiction.com/categorias/overwatch). Acesso em: 16 ago. 2018.

O videogame nos leva a explorar diferentes universos, os quais não necessariamente existem no cotidiano de forma biológica, mas podem muito bem ser referenciados em outro tipo de recurso metafórico, o da simbologia. Isto é, por mais que você não possa assumir a faceta de uma criatura esverdeada, inumanamente musculosa, com presas e tacape em mãos, isso não significa que a relação vivenciada por esse “outro virtual” e a pessoa por trás das telas não influencia e altera o indivíduo que a corporiza em um mundo de bits e bytes (GASI, 2013, p.16-17).

A partir desse ponto de vista, temos a definição de Nesteriuk (2009, p. 30) que vai apontar que, “ao interagir com e no videogame, o jogador altera constantemente o estado da arte do jogo, construindo assim, a cada momento, o seu próprio jogo e a própria narrativa.” Dessa forma, podemos compreender que o ato de jogar é criar uma narrativa própria e única para cada indivíduo, mas dentro das potencialidades que o jogo oferece.

Assim, se Jenkins aponta que a característica de performance da transmídia se dá a partir da construção de narrativas criadas pela comunidade que possam se incorporar à narrativa original, podemos considerar que cada partida de *Overwatch* é uma narrativa inédita que está sendo construída pelos jogadores e que altera, ainda que de maneira efêmera, o andamento daquele universo. Dessa forma, o jogador estaria fazendo parte desse mundo ficcional.

### *Considerações finais*

Não há dúvidas de que *Overwatch* explora muito bem o seu universo transmídia. O jogo passa por todas as etapas descritas por Jenkins e aproveita muito bem cada um dos diferentes formatos midiáticos para contar a sua história. Mais do que isso, ele é capaz de criar um universo coeso e despertar no jogador, levando em conta que a porta de entrada do indivíduo para este mundo é o videogame, a vontade de explorar as extensões da narrativa. Seja no game, nos quadrinhos ou nas animações, cada mídia vai apresentar uma faceta diferente da história.

No entanto, o que mais se destaca aqui não é apenas o fato de *Overwatch* ser um produto que nasceu transmidiático. O que esta análise



destaca é o potencial e as possibilidades que o videogame como mídia oferecem a essa trama, já que a interação que é própria do meio abre espaço para novos usos e relações. Se levarmos em conta que o potencial de performance da transmídia é, se não o objetivo maior desse modelo narrativo, a comprovação de que todos os passos finais foram bem desenvolvidos – afinal, o fã só vai querer fazer parte da narrativa caso a construção do mundo seja bem-feita e esse universo seja interessante o suficiente para que o indivíduo queira estar dentro dele por mais e mais tempo –, o videogame é capaz de oferecer um tipo de imersão único dentro da narrativa. Enquanto um filme vai entregar uma estrutura quase que homogênea para todos os seus espectadores, o jogo eletrônico permite com que cada jogador tenha a sua própria experiência e construa sua própria história.

É claro que isso é apenas um passo dentro do potencial performático descrito por Jenkins. Uma equipe vencer ou perder uma partida de *Overwatch* altera a narrativa da história apenas momentaneamente. O grupo de heróis falhou em determinada missão, por exemplo, por causa do mau desempenho da equipe, mas isso não chega a alterar o cânone oficial do universo. Porém, isso não impede de fazer com que cada jogador desenhe a sua própria história a partir das peças oferecidas pela mídia original e demais conteúdos ofertados.

E é essa apropriação do universo e das experiências criadas pelo jogar que serve de gancho para futuros estudos sobre a relação dos videogames com a transmídia. Se o jogar pode ser uma forma de interferir na história e, ainda mais significativo, de criar sua própria narrativa, como isso é usado pelos jogadores? Que tipos de histórias dentro da história o jogo e a sua interação são capazes de oferecer? Essas são questões que ficam para um próximo *Continue*.



## Referências

BAITELLO JUNIOR, Norval. **A era da iconofagia**: ensaios de comunicação e cultura. São Paulo: Hacker Editores, 2005.

GASI, Flávia. **Videogames e mitologia**: A poética do imaginário e dos mitos gregos nos jogos eletrônicos. Nova Iguaçu, RJ: Marsupial Editora, 2013.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.

JENKINS, Henry. **Transmedia Education**: the 7 Principles Revisited. 2010. Disponível em: [http://henryjenkins.org/blog/2010/06/transmedia\\_education\\_the\\_7\\_pri.html](http://henryjenkins.org/blog/2010/06/transmedia_education_the_7_pri.html). Acesso em: 5 ago. 2018.

MELLO, Felipe Côrrea; MASTROCOLA, Vicente Martin. **Game cultura**: Comunicação, entretenimento e educação. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

NESTERIUK, Sergio. Reflexões acerca do videogame: algumas de suas aplicações e potencialidades. In: SANTAELLA, Lucia; FEITOZA, Mirna (Org.). **Mapa do jogo**: A diversidade cultural dos games. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

SALEN, Katie; ZIMMERMAN, Eric. **Regras do Jogo**: Fundamentos do Design de Jogos. Volume 3: Interação lúdica. São Paulo: Blucher, 2012.

SILVA, Claudia Palma da. A narrativa transmídia na estratégia de comunicação do Magazine Luiza. In: XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, **Anais [...]**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-0725-1.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2018.

ZIERHUT, Daniel Arias; TOMITA, Iris Yae. A construção do universo transmidiático da Marvel. In: XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, **Anais [...]**. Caxias do Sul, 2017. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/sul2017/resumos/R55-1499-1.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2018.



***15***



# Mecânicas de jogos digitais e processos de gamificação como mediadores de experiências e produção de sentidos: taxonomia sobre as práticas de *hard* e *soft skills*

POLLYANA NOTARGIACOMO<sup>1</sup>

De acordo com a pesquisa do *LinkedIn Talent Solution*, denominada de *Global Talent Trends 2019* (LEWIS et al., 2019), realizada com mais de 5000 profissionais da área de RH (recrutamento) para o levantamento das tendências do mercado profissional para o ano de 2019, o principal fator de transformação do espaço de trabalho corresponde às *soft skills* (especialmente à criatividade, à persuasão, à colaboração, à adaptabilidade e à gestão do tempo). O relatório destaca que 92% dos entrevistados declarou que estas são mais relevantes que as *hard skills*; sendo que o país que mais valora as *soft skills* para o recrutamento é o México com 96%, seguido pelo Brasil, Índia, Itália, Sudeste Asiático e Espanha que contabilizam 95%. Inclusive a Chefe do RH da *Home Credit China*, Lydia Liu, ressalta que *hard skills* podem, metaforicamente, levar um candidato até a porta da empresa, mas são as *soft skills* que a abrem.

O relatório coloca também o avanço e popularização da inteligência artificial na sociedade atual, fez com que as *hard skills* isoladamente deixassem de ter representatividade para o sucesso profissional, advento também vinculado ao que Toffler (1970) denomina de obsolescência programada. Além disso, apenas 41% das empresas possuem um processo formal de avaliação de *soft skills* e 57% dispõem esforços para realizar uma avaliação precisa destas (o que envolve questões comportamentais e situacionais, linguagem corporal, projetos e avaliações com base tecnológica, sendo esta última a de menor representatividade com o percentual

---

1 Professora Adjunta na Faculdade de Computação e Informática (FCI) e Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica e Computação (PPGEEC), Universidade Presbiteriana Mackenzie.

de 17%), mas que parece requerer novas abordagens, pois 89% dos problemas de contratação estão relacionados à falta de *soft skills* (LEWIS et al., 2019). Nesta direção, o presente texto pretende mostrar que os games constituem uma ferramenta e um caminho para isto, assim como discutir aspectos de mecânica de jogos, gamificação e uma taxonomia que abarque diferentes arquiteturas de *hard* e *soft skills*.

### *Games: conceitos e caracterizações*

Games instituíram formas específicas de entretenimento e interação num contexto social de mobilidade e conexão em que coexistem distintas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) (NOTARGIACOMO et al., 2019). Tal fenômeno, em 2018, configurou um mercado global da ordem de aproximadamente 138 bilhões de dólares – sendo 51% deste em dispositivos móveis (*smartphones* e *tablets*) – com uma receita de 1,5 bilhões para o Brasil, que ocupa o segundo lugar na América Latina. Este panorama mercadológico se encontra em expansão, sendo a estimativa para 2025 da ordem de 200 bilhões de dólares (GLOBAL GAMES MARKET REPORT, 2018).

Esta representatividade suscita a realização de estudos para a compreensão do game não só como um fenômeno contemporâneo, bem como “produto cultural voluntário” (HUIZINGA, 1971). É relevante salientar que este se caracteriza como um programa computacional que apresenta, de forma lúdica, uma “progressão de obstáculos” (SCHUYTEMA, 2008), assim como envolve decisões e ações circunscritas e contextualizadas num determinado ambiente de entretenimento (CASTRO-NOVA, 2014) regido por regras que conduzem a um estado final. Além disso, o game apresenta como característica a interatividade, sendo que o jogador constantemente recebe *feedback* imediato para avaliar o resultado de suas ações/decisões (GEE, 2009; PRENSKY, 2004). Inclusive, a “riqueza do contexto, o desafio, e a emoção e a diversão da jornada de um jogador, e não simplesmente a obtenção da condição final, é que determinam o sucesso do game” (SCHUYTEMA, 2008, p. 7). A combinação destes atributos faz do game um “círculo mágico” (HUIZINGA,



1971), um ambiente desvinculado da realidade, um ambiente regido pelas regras aceitas pelos participantes quando estes jogam num mundo crível (CASTRONOVA, 2014).

A partir desta contextualização é essencial enumerar os elementos fundamentais dos games, denominados por Schuytema (2008) de átomos, assim como suas ligações com aspectos educacionais, psicológicos, sociais e/ou computacionais: *Clareza do objetivo* apresentado ao jogador; *Oportunidade de conquistas parciais* no game (subvitórias); *Agência* (quando as ações do jogador afetam o universo do game); *Contexto Compreensível* (quando o universo proposto pode ser entendido pelo jogador); *Regras Compreensíveis* (claras e lógicas para que o jogador possa interagir no game); *Habilidade requerida* do jogador; *Feedback da experiência* (para verificar o sucesso ou não no game); *Interface Coerente*, com curva de aprendizagem gradativa e que proporcione conforto ao longo da experiência, para a instituição de *Affordance* (PROENÇA, 2018); *Inteligência Artificial (IA)* para disposição de desafios compatíveis com as habilidades atuais do jogador (e adaptação ao longo da experiência); *Alternância* entre ação intensa e descanso do jogador, para evitar que o jogador fique sobrecarregado cognitivamente ou mesmo do ponto de vista motor (PROENÇA, 2018); *Causalidade* como recurso para redução da previsibilidade (e experiência entediante do jogador); Ferramenta para *localização espacial* que, por meio do uso de *Affordance* para *Conhecimento Espacial* (PROENÇA, 2018), possibilita ao jogador ter consciência de onde se encontra no universo do game; *Padrões desafiadores* (de maneira a evitar padrões simples, bem como a previsibilidade); *Reviravolta* que permite a Vitória (diz respeito à instituição de mecanismos para o jogador mudar a condição de derrota e obter sucesso na experiência); Oferta de *oportunidades para a prática de novas habilidades* por meio de desafios que envolvam a prática deliberada (ERICSSON; LEHMANN, 1996; ERICSSON, 2006), ou seja, à instituição de atividades frequentes (não diretamente relacionadas ao domínio) que possibilitem melhorar a performance e/ou habilidade numa área específica a partir de objetivos determinados; Desenvolvimento de *Habilidades recompensadas com poderes e/ou power ups* – objetos



que ao serem coletados aumentam temporariamente uma habilidade ou atributo (CARREKER, 2012); Estabelecimento de *equilíbrio entre desafio e falha*, em que há motivação intrínseca, envolvimento pleno, gratificação, dedicação, superação, assim como estado de consciência alterado – o que se relaciona à Teoria do Fluxo (CSIKSZENTMIHALYI, 1991); *Dificuldade crescente* (aumento progressivo do desafio, demandando mais esforço para recepção de recompensa); *História entremeada com o gameplay* para instituir uma experiência envolvente, ou seja, mesclada com a experiência do jogador, sendo decorrente da participação deste na interação com o game (CARREKER, 2012).

Os elementos fundamentais são complementados pelos tipos de desafios existentes em games, os quais podem ser classificados como crescentes (vinculados à melhoria ao longo do processo de interação, o que constitui um recurso para a manutenção do interesse do jogador) e variados (para exercitar diferentes habilidades essenciais). Ou seja, a manutenção do interesse do jogador se relaciona não só a variedade de desafios vinculados às habilidades essenciais como também ao crescimento do que é exigido do jogador, instituindo graus de proficiência incrementais que se efetivam no fluxo do game estabelecido por meio de missões e/ou níveis. Assim, o nível do desafio se adapta ao desempenho apresentado pelo jogador a este obter subvitórias e finalizar campanhas pertinentes aos objetivos propostos (SCHUYTEMA, 2008).

De forma complementar, os desafios também podem ser caracterizados em relação às recompensas obtidas conforme os riscos assumidos pelo jogador. Além disto, destaca-se ainda a questão do desafio adaptativo, cuja premissa envolve a mensuração e avaliação do desempenho do jogador para fazer com que os NPCs (*Non-Player Characters*, oponentes ou colaboradores computacionais) – ou mesmo outros elementos de ambiência – modifiquem seus comportamentos para adequar a experiência dos jogadores. Também, cabe ainda ressaltar o componente humano, i.e. os jogadores, como abordagem para transcender a previsibilidade da IA ao apresentar oponentes humanos com habilidades e níveis de experiência distintos, o que constitui a principal característica dos games



multijogadores, dos *Massive Multiplayer Online Games (MMOG)* e dos *Massive Multiplayer Online Role Playing Games (MMORPG)*. Ainda, se evidenciam as variáveis dinâmicas, sendo que a interação entre as mesmas institui possibilidades fluidas e orgânicas para o jogador.

Estes componentes são complementados pelas emoções suscitadas nos games, o que requer a compreensão dos sentimentos dos jogadores. Dentre os fatores que influenciam diretamente na experiência emocional de cada jogador (SCHUYTEMA, 2008) se destacam os apresentados a seguir.

O primeiro deles é o *fluxo*. Este implica na concentração, envolvimento pleno, motivação intrínseca, dedicação, otimização da consciência, distorção do tempo, superação, gratificação (CSIKSZENTMIHALYI, 1991). No âmbito dos jogos digitais o fluxo se caracteriza (CALLEJA, 2011) pelas seguintes instâncias: tática (pertinente ao planejamento), performance (voltada ao desempenho), afetiva (referente ao vínculo emocional), compartilhada (envolvendo a interatividade entre pessoas ou objetos), narrativa (caracterizada pela história) e espacial.

Outro elemento é a *realização*, que diz respeito à reação positiva decorrente de atingir objetivos ao longo do game. Um terceiro é a *resolução de problemas*, dado que envolve o reconhecimento e decodificação de padrões, resultando num sentimento de realização agradável.

Além destes também há a questão da *socialização*, caracterizada pelas interações nos ambientes de games. Estas podem ser voltadas exclusivamente ao aspecto social sem necessariamente focar o universo do jogo ou tratar do contexto do game, sendo que os games online são atraídos exatamente por essa perspectiva.

Ressaltam-se ainda aspectos como as *reações aos personagens e/ou à história*, decorrentes de “experiências não-lineares”, assim como *momentos inesperados* decorrentes de formas diferenciadas de jogar. Finalmente, ainda há a questão do *comportamento viciante*, resultado de um *gameplay* construído de forma instigante, cuja mecânica pode ser aprendida de forma intuitiva e rápida e posteriormente masterizada, possibilitando mensurar o progresso.

De forma geral, é possível caracterizar que “mecânica (mecânica de jogos) são sistemas de interação entre o jogador e o jogo” (BARRY, 2010, p. 70), portanto independem da mídia (ADAMS; DORMANS, 2012). Inclusive, para Järvinen (2007) a mecânica de jogos constitui o elemento determinante das ações que os jogadores realizam para cumprir seus objetivos ao longo da interação – sejam eles vinculados ao posicionamento estratégico, manobras etc. – segundo suas próprias motivações no âmbito do game. A mecânica de jogos digitais, portanto, envolve a física adotada no contexto do game, a economia interna presente na interação, o sistema de progressão do jogador, as manobras táticas passíveis de realização e a interação social entre os jogadores (ADAMS; DORMANS, 2012), gerando uma experiência única para o jogador.

Em vista disso, games constituem ambientes para a inovação cultural, dado que estabelecem espaços seguros em que as pessoas possuem liberdade para expressão e experimentação. Quando isso ocorre em larga escala se dá um reflexo no mundo real, instituindo tendências persistentes. Por isso Castronova (2014) coloca os games como incubadores de mudanças culturais, artefatos que instanciam o jogar e estabelecem ferramentas que podem instaurar uma força motriz essencial aos assuntos socioculturais. Assim, o autor atribui relevância ao papel do game designer na medida em que pode conceber modificações graduais ou criar mundo diferenciados que permitam solucionar problemas, exercitar competências, habilidades e atitudes. Inclusive, além dos elementos já destacados – habilidades e atitudes –, Notargiacomo *et al.* (2019) destacam a imersão e o exercício de talentos como elementos comuns aos jogos em geral, assim como jogos educacionais, *serious games*, jogos de empresas, jogos militares e *games for change* (G4C). A associação destes, quando mediados pela adaptatividade, proveem experiências desafiadoras e balanceadas, personalizando a experiência do jogador para que estes desenvolvam competências.



## *Competências e habilidades: um panorama sobre hard e soft skills*

De acordo com Sue, Arredondo e McDavis (1992) competências constituem um conjunto denominado de CHA – conhecimentos, habilidades e atitudes (que se traduzem em respostas emocionais). Este conjunto, respectivamente, se refere às dimensões de *saber*, *saber fazer* e *querer fazer* (RABAGLIO, 2001). As competências podem ser classificadas em duas instâncias (COSTA, 2015): técnicas (pertinentes aos conhecimentos e habilidades) e comportamentais (pertinentes às atitudes). Na mesma linha, Pee (2011) define competência no contexto de games como junção de três elementos – conhecimentos, habilidades e comportamentos – de forma a propiciar a execução de uma tarefa específica com um nível determinado de proficiência.

As habilidades integram este escopo maior de competências, mas são realizadas de forma efetiva (CARMELI; TISHLER, 2006). Cabe destacar, inclusive, que há inúmeras abordagens com classificações distintas de habilidades, sendo algumas delas dispostas a seguir. Katz (1974) estabelece habilidades técnicas (especialização), humanas (interação pessoal) e conceituais (aspectos cognitivos). De forma semelhante, Redecker *et al.* (2011) colocam três tipos de habilidades: pessoais (resiliência, assumir riscos, iniciativa, responsabilidade e criatividade), sociais (empatia, *networking*, paixão, cocriação, trabalho em equipe) e aprendizagem (organização, gerenciamento, habilidades metacognitivas e perseverar após falhar).

Já Cinque (2016) categoriza habilidades em básicas/fundamentais (literacia, cálculo), relacionadas às pessoas (comunicação, trabalho em equipe), conceituais (coleta e organização de informações, criatividade), pessoais (responsabilidade, flexibilidade), relacionadas aos negócios (inovação, empreendedorismo), relacionadas à comunidade (conhecimento cívico, cidadania). Uma proposta mais detalhada é apresentada por Walton (2017) que, no relatório sobre as habilidades do futuro (“*skills of tomorrow*”), destaca as habilidades interdisciplinares, habilidades criativas e analíticas, habilidades empreendedoras, habilidades de liderança, habilidades digitais e técnicas, conscientização global e educação cívica.



O autor também apresenta uma categorização específica de habilidades em relação ao ensino superior: sociais (comunicação, trabalho em equipe, flexibilidade, abertura ao *feedback*), pessoais (empatia, honestidade, comprometimento, motivação, abertura a novas aprendizagens, curiosidade, paciência, perseverança, capacidade de aprender a partir da falha), auto-habilidades (autoavaliação, autorregulação), aprendizagem (síntese, numeracia, apresentação). Finalmente, a abordagem apresentada pelo World Economic Forum (2016) – com base no modelo O\*NET OnLine (<http://www.onetonline.org>), base de dados de informações sobre mais de 900 ocupações profissionais desenvolvida pelo Departamento Americano de Trabalho – distribui as habilidades vinculadas ao mercado profissional conforme elencadas abaixo (Quadro 1).



Quadro 1 – Habilidades centrais para o trabalho

CAPACIDADES	HABILIDADES BÁSICAS	HABILIDADES INTERFUNCIONAIS	
<b>Capacidades Cognitivas</b>	<b>Competências de Conteúdo</b>	<b>Habilidades Sociais</b>	<b>Habilidades de Gerenciamento de Recursos</b>
Flexibilidade Cognitiva	Aprendizado ativo	Coordenar com os outros	Gestão de Recursos Financeiros
Criatividade	Expressão Oral	Inteligência Emocional	Gestão de Recursos Materiais
Raciocínio lógico	Compreensão de Texto	Negociação	Gerenciamento de tempo
Sensibilidade ao Problema	Expressão Escrita	Persuasão	
Raciocínio Matemático	Literacia em TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação)	Orientação de serviço	
Visualização		Treinar e Ensinar os outros	
<b>Habilidades Físicas</b>	<b>Habilidades Processuais</b>	<b>Habilidades de Sistemas</b> (compreensão, monitoramento e melhoria de sistemas socio-técnicos)	<b>Habilidades Técnicas</b>
Força Física	Escuta Ativa	Julgamento e Tomada de Decisão	Manutenção e Reparo de Equipamentos
Destreza e Precisão Manual	Pensamento crítico	Análise de sistemas	Operação e Controle de Equipamentos
	Monitoramento do Eu e dos Outros	<b>Habilidades Complexas de Resolução de Problemas</b>	Programação
		Solução complexa de problemas	Controle de qualidade
			Tecnologia e Design de Experiência do Usuário
			Solução de problemas

Fonte: World Economic Forum (2016, p. 21, tradução nossa)

Percebe-se pelo exposto anteriormente que algumas abordagens se sobrepõem e outras apresentam nuances particulares, mas não há uma arquitetura ou consenso nesta área. Contudo, elas podem ser agrupadas e instanciadas a partir da abordagem de Laker e Powell (2011), que caracteriza habilidades em *hard* e *soft skills*, sendo que ambas podem ser desenvolvidas. As primeiras, *hard skills*, dizem respeito aos aspectos técnicos que envolvam a aquisição de conhecimentos para o desempenho de uma determinada tarefa (TALUKDER; HAWKINS, 2014; HUNT, 2007).



As segundas, *soft skills*, se vinculam às habilidades intra e interpessoais (LAKER; POWELL, 2011), e traduzem a forma de aplicação das *hard skills* (HUNT, 2007). Assim, sendo, as *hard skills* constituem conhecimentos e ferramentas profissionais, envolvendo não só quantificação, como certificação (p.e. proficiência em língua estrangeira, certificação específica numa linguagem de programação ou para operar uma máquina) e titulação (p.e. curso técnico, bacharelado, licenciatura, mestrado, doutorado).

Já as *soft skills* se caracterizam como habilidades comportamentais, envolvendo desde habilidades pessoais, interpessoais, sociais, mentais e emocionais. Neste âmbito se destacam: empatia, liderança, colaboração, trabalho em equipe, ética, trabalho sob pressão, tomada de decisão, flexibilidade cognitiva (ir além do pensamento primários, envolvendo interpretações diferenciadas e situações distintas), adaptabilidade, criatividade, resolução de conflitos, resolução de problemas complexos, atitude positiva, pensamento crítico (capacidade de questionamento), ação orientada aos resultados, resiliência, comunicação, paciência, capacidade analítica, cordialidade, dinamicidade, gestão do tempo, gestão de pessoas, capacidade de aprendizagem, motivação, *networking*, persuasão, perseverança, coordenação, negociação, inteligência emocional, relacionamento interpessoal, responsabilidade pessoal, gestão do stress, comprometimento, autocontrole, respeito, audição ativa, capacidade de questionamento, controle do ego, conforto na incerteza, orientação para resultados.

Ao se estabelecer uma concatenação do mapeamento das abordagens citadas anteriormente se obtém o Quadro 2, abaixo, que apresenta uma taxonomia de *hard* e *soft skills*:



**Quadro 2 – Taxonomia de Hard e Soft Skills a partir de Laker e Powell (2011), Hunt (2007), Katz (1974), Redecker et al. (2011), Cinque (2016), World Economic Forum (2016) e Walton (2017).**

<b>HARD SKILLS</b>	
Vinculam-se aos aspectos que envolvem <b>conteúdos</b> (básicos e/ou fundamentais, interdisciplinares) e <b>técnicas</b> , podendo resultar em <b>formações</b> .	
<b>SOFT SKILLS</b>	
São pertinentes aos aspectos <b>cognitivos</b> e <b>metacognitivos</b> , <b>sociais</b> , <b>pessoais</b> , <b>sistêmicos</b> , <b>físicos</b> e de <b>inovação</b> .	
<b>COGNITIVAS E METACOGNITIVAS</b>	<b>SOCIAIS</b>
Abarcam os aspectos cognitivos, envolvendo desde questões vinculadas à aprendizagem, ao raciocínio lógico-matemático, à organização e gestão de conhecimentos, à visualização, ao pensamento crítico, bem como à criatividade, à capacidade de análise e à faculdade de síntese até aspectos metacognitivos como autoavaliação, autorregulação, empatia, responsabilidade, flexibilidade, honestidade, comprometimento, motivação, curiosidade, paciência, iniciativa, assumir riscos resiliência, perseverança e perseverança após falha.	Tratam da interação pessoal, comunicação, empatia, <i>networking</i> , paixão, cocriação, trabalho em equipe, flexibilidade, abertura ao <i>feedback</i> , inteligência emocional, negociação, persuasão, capacidade de treinar e ensinar, liderança, comunidade, assim como de aspectos de conscientização global e educação cívica.
	<b>SISTÊMICAS</b>
	Abordam a análise, o monitoramento, o julgamento e a tomada de decisão pertinente a quaisquer sistemas, assim como referentes aos problemas complexos e de gestão (de tempo, recursos – financeiros e materiais).
<b>INOVAÇÃO</b>	<b>FÍSICAS</b>
Pertinentes aos negócios, à inovação e ao empreendedorismo.	Envolvem destreza, força física e habilidade manual.

Fonte: a autora (2019).

Os elementos discriminados acima procuram instituir indicadores para a busca, seleção, uso e análise de games em diferentes contextos, sejam eles educacionais ou profissionais.

## Novas possibilidades educacionais e profissionais: games e gamificação

Os games, portanto, constituem *loci* para o exercício de *hard* e de *soft skills*, possibilitando testar diferentes abordagens e receber *feedback* imediato. Com isso, o desempenho pode ser transferido para contextos reais. Inclusive, se destaca que há iniciativas que fazem uso de games para mensurar *hard* e *soft skills* em processos de seleção de estágio ou para vagas profissionais. Esse é o caso do *serious game Houthoff Buruma The Game* (Figura 1), game desenvolvido em 2010 para uma firma de advocacia holandesa com o intuito de verificar as habilidades pertinentes às aquisições corporativas dos candidatos. A narrativa do game envolve a aquisição fictícia de uma empresa familiar holandesa por parte de uma estatal chinesa. Isso exige que grupos de cinco jogadores trabalhem em equipe ao longo de 90 minutos para persuadir os acionistas a venderem suas ações (ainda que trabalhem em grupo também estão competindo individualmente dado o contexto de recrutamento, o que envolve diferentes aspectos cognitivos e metacognitivos).

Figura 1 – Serious Game Houthoff Buruma The Game



Fonte: Group e Game (2011)

Destaca-se ainda que a conjuntura do game (Figura 1) faz uso de diferentes canais de mídia como e-mail, chat, vídeos, websites, documentos legais e mídias sociais. Além do conteúdo realista, os jogadores podem interagir com sete personagens (que possuem emoções e motivações pessoais), sendo as conversas adaptadas a partir do que os jogadores expressam no game, disponíveis em vídeos gravados por atores profissionais. É considerado o primeiro game empresarial com tais caracte-

rísticas, tendo sido ganhador de prêmios como o *European Innovative Games Awards 2010* (EIGA 2010), constituindo um exemplo de inovação em *serious games* na *World Expo 2010*. Também recebeu os prêmios *Excellence in Legal Marketing Award 2010*, do *E-Virtuoses Award 2011* e do *Magnet related to Employer Branding Award 2011*.

Dois elementos destacados no *Houthoff Buruma The Game* dizem respeito à coordenação de equipe e à liderança, aspectos também presentes em *serious games* como *Pacific* (desenvolvido pela *gamelearn*<sup>2</sup>, empresa premiada no setor e criadora do *Duolingo*), que aborda uma missão humanitária que sofre um acidente de avião e precisa coordenar esforços para sair da ilha em que se encontram. Outro game da mesma empresa que se destaca em linha semelhante é o *Merchants*, o qual se passa na Veneza do Século XV e requer o exercício da negociação.

Aspectos relacionados às condutas cognitivas e afetivas em games também podem ser o foco de propostas diferenciadas que envolvam discriminação, raciocínio prático e associação de ideias como em *World Without Oil* da *WriterGuy*<sup>3</sup>, game em que se enfrenta uma crise mundial de petróleo e seus desdobramentos. Isso porque explorar a “a aplicação de regras, a localização, a destreza, a rapidez, a força e a concentração ajudam no desenvolvimento de habilidades funcionais”, e “jogos que ajudam a desenvolver a confiança, a autonomia e a iniciativa auxiliam na aquisição de condutas afetivas” (FALKEMBACH, 2006, p. 5).

Inclusive, a destreza e motricidade fina como aspectos integrantes das *soft skills físicas* podem ser trabalhados como uma influência positiva exercida junto a estudantes de medicina, mais especificamente de cirurgia (ARAUJO *et al.*, 2016). O estudo foi realizado ao longo de três semanas com quatro grupos distintos: grupo de controle/de não jogadores; grupo que jogou *FPS – First Person Shooter*, jogo de Tiro em Primeira Pessoa; grupo que manipulou um Jogo de Corrida; e grupo que interagiu com um Jogo de Cirurgia. Após a análise, os autores concluíram que mais do que o tempo de uso/interação com os games, foi possível estabelecer

---

2 Disponível em: <https://www.game-learn.com/game-based-learning-corporate-training/serious-game-in-leadership-and-team-management/>. Acesso em: 10 nov. 2018.

3 Disponível em: <http://writerguy.com/wwo/metahome.htm>. Acesso em: 10 nov. 2018.

uma relação entre a complexidade dos jogos e a melhoria do desempenho das habilidades cirúrgicas.

Cabe também destacar que os games instituem possibilidades midiáticas para trabalhar aspectos educacionais e novas mecânicas para as salas de aula suportarem o desenvolvimento de *hard* e *soft skills*. Assim, num cenário fluido, ou seja, de constantes mudanças sociais, tecnológicas etc., se torna fundamental trabalhar os quatro pilares (*aprender a conhecer*, *aprender a fazer*, *aprender a viver juntos* e *aprender a ser*) para a educação do futuro propostos por Jacques Delors (1996), relacionando-os ao CHA (SUE; ARREDONDO; McDAVIS, 1992; RABAGLIO, 2001).

*Aprender a conhecer* diz respeito ao “domínio dos próprios instrumentos do conhecimento” (p. 80), a acessar metodologias científicas para “aprender a aprender, exercitando a atenção, a memória e o pensamento” (p. 91), podendo se beneficiar do exercício de *soft skills* vinculadas à cognição e metacognição, presentes em todas as espécies de jogos, dado que o “processo de aprendizagem do conhecimento nunca está acabado, e pode enriquecer-se com qualquer experiência” (DELORS, 1996, p. 92). *Aprender a fazer* se vincula, segundo Delors (1996), a colocar em prática conhecimentos, evoluindo o conceito de aprendizagem ao abarcar uma qualificação ampla, que envolve não somente a formação técnica profissional, como elementos vinculados às competências (capacidade comunicacional, resolução de conflitos, trabalho em equipe, julgamento, dentre outros), os quais vinculam-se diretamente às *hard skills* e as *soft skills sociais*. Tais aspectos mostram a indissociabilidade entre conhecimento e atuação. *Aprender a viver juntos* (DELORS, 1996) ressalta a missão da educação com a diversidade e interdependência humana, o que envolve projetos cooperativos, atividades sociais e a resolução de conflitos, aspectos diretamente relacionados às *soft skills sociais*. Finalmente, *aprender a ser* constitui um “processo dialético que começa pelo conhecimento de si mesmo para se abrir, em seguida, à relação com o outro” (DELORS, 1996, p. 101) em um espiral de *soft skills metacognitivas*.

Segundo Delors (1996, p. 117), a educação vitalícia deve “aproveitar todas as oportunidades oferecidas pela sociedade”, sendo que os games



enquanto sistemas contemporâneos possibilitam “traçar percursos individualizados em que cada aluno pode progredir de acordo com o seu ritmo” (p. 190), assim como a “interatividade permite ao aluno pôr questões, procurar ele mesmo informações ou aprofundar certos aspectos de assuntos tratados” (p. 190), expandindo a experiência e transcendendo o ambiente do game. Neste sentido, a “revolução midiática” ampliou consideravelmente as possibilidades de aprendizagem, permitindo que os estudantes assumissem de fato o papel de protagonistas.

Estes aspectos tornam ainda mais relevante o trabalho docente na medida em que se apresentam e se inter-relacionam diferentes papéis como o de mediador, organizador e adaptador de artefatos tecnológicos para o uso educacional (MUSTARO, 2002). A estes é possível ainda somar o aspecto de game designer instrucional, unindo as atividades desempenhadas pelo projetista de games e o projetista educacional, atividade que deve crescer nos próximos anos.

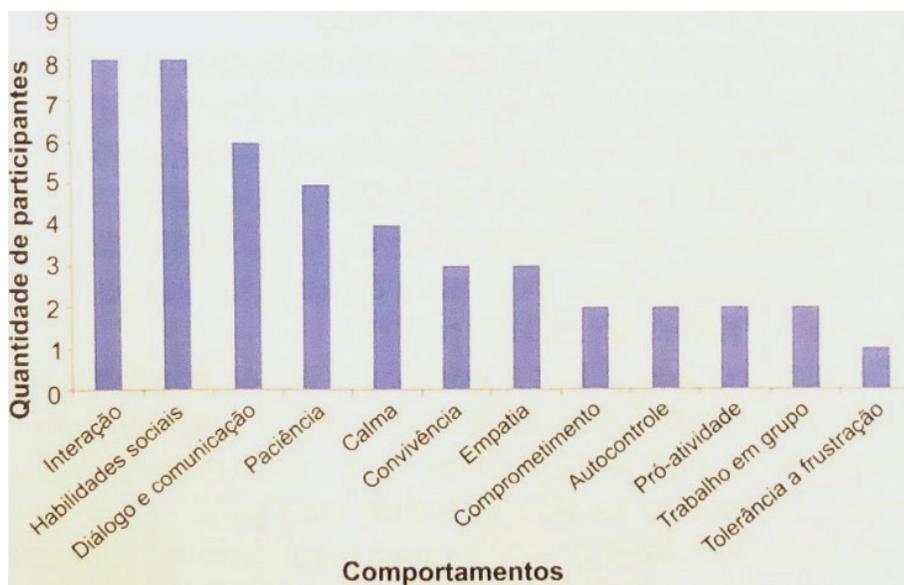
Outro aspecto a ser destacado se refere às condições para que a experiência com games auxilie no processo de aprendizagem. Segundo Gee (2009), são requeridas cinco condições:

- 1) a existência de metas ajuda as pessoas a memorizar as experiências;
- 2) a interpretação das experiências ocorre ao longo das ações, bem como após estas (assim, se torna possível averiguar contextos semelhantes em que as lições aprendidas com experiências precedentes possam ser empregadas);
- 3) o fornecimento de *feedback* imediato permite que as pessoas identifiquem e compreendam os erros para que possam vislumbrar outras opções de ações;
- 4) a melhoria da interpretação das experiências e generalização de ações em contextos e condutas diferenciados requer múltiplas oportunidades;
- 5) também se aprende com experiências de outras pessoas, o que envolve debates entre elas, além de conversas com mentores.



Estes aspectos são complementados por Ramos e Cruz (2018), que destacam as regras como dispositivos para delimitação das possíveis ações dos jogadores, o que possibilita exercitar o autocontrole e a autorregulação, relacionados à interação sociais e aos conteúdos atitudinais. Para explorar estas perspectivas Ramos *et al.* (2018) realizaram uma pesquisa envolvendo jogos cognitivos analógicos e digitais. Este foi desenvolvido com oito estudantes da faixa etária de 7 a 11 anos e buscou trabalhar aspectos socioemocionais (voltados à interação e colaboração, assim como à atenção) e analisar aspectos como cooperação, tolerância à frustração, autocontrole e comunicação cordial. Os resultados (Figura 2) apontam as categorias comportamentais que apresentaram melhoria durante os atendimentos focais realizados.

Figura 2 – Melhoria de habilidades sociais por meio de jogos cognitivos



Fonte: Ramos *et al.* (2018, p. 85).

Ramos *et al.* (2018) destacam que todas as crianças envolvidas no experimento melhoraram aspectos de habilidades sociais, sendo 37,5% no que se refere à empatia e 25% ao trabalho em grupo.

Em outra investigação, realizada com 769 jogadores (TURKAY; ADINOLF, 2012), sobre o que estes aprenderam no âmbito de games, se levantou que a aprendizagem ocorre por meio de quatro instâncias: a partir da *mecânica do jogo* (o que pode envolver desde conceitos formais até o desenvolvimento de habilidades); a partir da narrativa (que proporciona imersão e engajamento, propiciando melhorar as habilidades de leitura, assim como assimilar novos vocábulos ou ainda aprender sobre aspectos históricos); a partir de outras pessoas/jogadores (destacando a aprendizagem social, sobretudo aspectos como trabalho em equipe, comunicação, liderança, cultura, dentre outras); a partir de aprendizagem tangencial (quando o jogador ao se interessar por um determinado assunto busca voluntariamente por recursos externos para ampliar seus conhecimentos).

Os autores (TURKAY; ADINOLF, 2012) também destacam que habilidades sociais, habilidades motoras e espaciais, assim como habilidades cognitivas e traços pessoais constituem categorias que são aprendidas e/ou desenvolvidas ao longo da experiência com games, ou seja, os games podem constituir experiências que abarcam simultaneamente *hard* e *soft skills*.

Percebe-se, então, que os “jogos são uma forma de aprendizado ativo que permite ao aluno ter algum controle sobre a atividade do jogo e se engajar em interação” (ROMERO; USART; OTT, 2015, p. 102, tradução nossa). Assim, tanto *hard* quanto *soft skills* podem compor processos educacionais que façam uso de metodologias ativas, pois envolvem diretamente o desenvolvimento de habilidades, dado que o aprendiz se engaja em atividades específicas permitindo resolver desafios, problemas e se adaptar às mudanças tecnológicas, bem como a novos cenários de trabalho (EDENS, 2000), sendo que a mesma estratégia pode ser adotada no âmbito profissional.

Isso porque a alteração (ou intervenção) de ambientes tradicionais a partir da adição de mecânicas de jogos pode resultar em maior interesse ou mesmo engajamento, de maneira a instituir propostas para aprendizagem e resolução de problemas. Tal proposta é denominada por Kapp



(2012) de gamificação. Esta constitui uma abordagem para o engajamento de determinada audiência (ZICHERMANN, 2011) para mediar a solução de problemas em contextos reais por meio da aplicação de mecânicas de jogos (DETERDING *et al.*, 2011a; DETERDING *et al.*, 2011b).

Inclusive, as Forças Armadas dos Estados Unidos investem mais recursos financeiros em recrutamento por meio de games do que em campanhas de marketing. Da mesma forma, a Nike+ possui mais de 5 milhões de usuários que ultrapassam metas pessoais relacionadas à *fitness* (CHOU, 2015). A popularização de propostas de gamificação instituiu um mercado global em 2016–2017 da ordem de quase 2 bilhões de dólares, sendo que em 2023 a perspectiva é de atingir mais de 17 bilhões de dólares (ADKINS, 2018).

As propostas de gamificação são formadas por dinâmicas (abstração geral do sistema com o que é preciso para atingir o objetivo, instituindo as emoções que se deseja despertar no jogador, regras e restrições, narrativa, progressão, bem como interações sociais), mecânicas (promotoras do engajamento – desafios, competição e cooperação, recompensas, aleatoriedade, *feedback*, recursos – elementos que conjuntamente permite se atingir o “estado de vitória”) e componentes presentes nos games (avatars, pontos, placar, insígnias, conquistas, missões, chefões, dentre outros) (WERBACH; HUNTER, 2012). Ou seja, para instituir uma dinâmica é preciso implementar uma ou mais mecânicas, explorando os componentes pertinentes à experiência que se deseja proporcionar – caso a proposta envolva interações pessoais se pode fazer uso de cooperação e recompensas de maneira a permitir missões compartilhadas e a troca de insígnias.

McGonigal (2011) descreve um processo de gamificação escolar, o “Quest to learn”, em que crianças, nativos digitais, participam ativamente se engajando com tecnologias e games. O referido projeto de uma escola de Nova Iorque, financiado pela *Fundação MacArthur* e pela *Bill and Melinda Gates Foundations*, se volta para transformar o contexto escolar num jogo (tanto cursos quanto atividades curriculares). Com isso, o diretor Aaron Schwartz e de Katie Salen (pesquisadora e game designer)



buscaram como diferencial instituir um formato de proposta de aprendizagem, assim como o de avaliação. Este envolve missões (e falhas que exigem buscar missões alternativas para atingir as pontuações requeridas), evoluções (subir de nível) conforme o esforço pessoal e os chefões (pontos de controle para transpor um estágio), que motivam grupos de estudantes a usarem suas melhores habilidades, conjugando grupos diferenciados, em missões mais complexas que envolvem falhar e continuar até atingir o(s) objetivo(s).

Com base no exposto anteriormente, cabe ainda destacar a questão da literacia digital em relação às *hard* e *soft skills*. A literacia digital envolve competências (que coordenam conhecimentos, habilidades e atitudes – CHA) transversais, multidimensionais e que envolvam habilidades e atitudes que possibilitem tratar de problemas complexos e imprevisíveis como habilidades socioculturais, comunicação, colaboração, pensamento crítico, criatividade, produtividade, solução de problemas, aprender a aprender, planejamento, flexibilidade, assumir riscos, iniciativa, gestão de conflitos e empreendedorismo (VOOGT; ROBLIN, 2012).

Para efetivar e consolidar tais concepções, também é preciso instituir um mecanismo para que o exercício possa levar à maestria, o que envolve a prática deliberada.

### *Prática deliberada: a chave para a maestria de hard e soft skills*

A prática deliberada diz respeito às atividades atribuídas por professores ou treinadores com o intuito de aperfeiçoar o desempenho individual por meio do refinamento e monitoramento diário (acompanhado de *feedback*) proveniente da repetição (ERICSSON, 2006). O exercício da prática deliberada pode ser realizado tanto no âmbito educacional quanto profissional com o intuito de desenvolver *hard* e/ou *soft skills*. Isso porque envolve tarefas que possibilitam ao usuário (estudantes ou profissionais que fazem uso de games como mediadores) controlar o processo, assim como aos professores ou gestores de recursos humanos analisar as interações realizadas e o desempenho obtido em tarefas significativas no domínio que está sendo trabalhado para traçar ou apresentar



atividades que possibilitem melhorar os níveis de desempenho e maste-  
rização (GOG *et al.*, 2005).

De acordo com Notargiacomo *et al.* (2019), sistemas de prática de-  
liberada constituem “motores para diversão e aprendizagem” que podem  
ser reforçados por contextos sociais e envolver diferentes faixas etárias  
devido à mobilidade tecnológica. Portanto, mesmo que a prática delibe-  
rada não tenha sido pensada originalmente no escopo de games, pode ser  
desenvolvida por meio destes com o objetivo de desenvolver e/ou apri-  
morar o desempenho pertinente às *hard* e *soft skills*, tanto que Koster  
(2013) declara que games constituem “máquinas de prática deliberada”.  
Assim, o jogador, por meio de múltiplas repetições de tarefas instigantes,  
melhora sua performance.

A adequada concepção de um game, portanto, pode instituir me-  
canismos que auxiliam no processo de aprendizagem, assim como na fi-  
xação de conteúdos, pois requer uma postura ativa voltada à avaliação  
e tomada de decisão, socialização e trabalho conjunto (FALKEMBACH,  
2006), propiciando a prática de competências, habilidades e atitudes  
(CHA). Da mesma forma, é possível afirmar que os games podem ser  
usados com finalidades diversas de entretenimento ao mesmo tempo em  
que podem propiciar um ambiente para a construção de conhecimentos  
ou mesmo para o exercício de habilidades vinculadas às relações sociais,  
aspectos cognitivos, dentre outros (NOTARGIACOMO *et al.*, 2019), esta-  
belecendo uma ambiência frutífera para, respectivamente, praticar *hard*  
e *soft skills* no Século XXI. Estes aspectos levam à reflexão da necessida-  
de de maior inserção dos games em salas de aula, propiciando sistemas  
interativos mediadores de experiências e mecânicas que permitam aos  
professores também analisar diferentes aspectos e instituir metodologias  
ativas e lúdicas, mais condizentes com o contexto histórico da contem-  
poraneidade.

De forma análoga, também se coloca que os games podem ins-  
tituir mecanismos para a identificação, exercício e aferição de *hard* e  
*soft skills*, sobretudo destas últimas, o que pode contribuir de forma  
direta em processos de recrutamento profissional e acompanhamento



de carreira. Além disso, conhecer os diferentes aspectos pertinentes às *soft skills* (cognitivos e metacognitivos, sociais, sistêmicos, de inovação e físicos) e os tipos de games em que estes se sobressaem pode também propiciar a realização de diferentes dinâmicas em sala de aula e nos ambientes profissionais.

## Referências

- 2018 GLOBAL Games Market Report. **Trends, Insights, and Projections Toward 2021**. [S.l.], 2018. Disponível em: [https://resources.newzoo.com/hubfs/Reports/Newzoo\\_2018\\_Global\\_Games\\_Market\\_Report\\_Light.pdf?submissionGuid=%208251c2b9-e240-4fa3-b2da-7cc0830b6b27](https://resources.newzoo.com/hubfs/Reports/Newzoo_2018_Global_Games_Market_Report_Light.pdf?submissionGuid=%208251c2b9-e240-4fa3-b2da-7cc0830b6b27). Acesso em: 06 dez. 2018.
- ADAMS, Ernest; DORMANS, Joris. **Game Mechanics: Advanced Game Design**. Berkeley, CA: New Riders, 2012.
- ADKINS, Sam S. **The 2018–2023 Global Game-based Learning Market: Worldwide Serious Game Industry in a Boom Phase**, 2018.
- ARAUJO, Thiago Bozzi de; SILVEIRA, Filipe Rodrigues; SOUZA, Dante Lucas Santos; STREY, Yuri Thomé Machado; FLORES, Cecilia Dias; WEBSTER, Ronaldo Scholze. Impact of video game genre on surgical skills development: a feasibility study. In: **Journal of Surgical Research**, v. 201, n.1, p. 235–243, March 2016.
- BARRY, Isaac. 2.1. Game Design. In: BARRY, Isaac. **Introduction to Game Development**. Boston, MA: CENGAGE Learning, 2010. p. 61–138.
- CALLEJA, Gordon. **In-Game: From Immersion to Incorporation**. Cambridge, MA: The MIT Press, 2001.
- CARMELI, Abraham; TISHLER, Asher. An empirical analysis of the relative importance of management team. **International Journal of Manpower**, v. 27, n. 1, p. 9–36, 2006.
- CARREKER, Dan. **The Game Developer’s Dictionary: A multidisciplinary lexicon for professionals and students**. Boston, MA: Cengage Learning, 2012.
- CASTRONOVA, Edward. Games and the Internet: Fertile Ground for Cultural Change. In: **CH@NGE: 19 Key Essays on How Internet is Changing out Lives**. Spain: BBVA, 2014. p. 444–461. Disponível em: <https://www.bbvaopenmind.com/wp-content/uploads/2014/04/BBVA-OpenMind-Games-and-the-Internet-Fertile-Ground-for-Cultural-Change-Edward-Castronova.pdf.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.
- CHOU, Yu-kai. **Actionable Gamification: Beyond Points, Badges and Leaderboards**. [S.l.]: CreateSpace Independent Publishing Platform, 2015.
- CINQUE, Maria. “Lost in translation”. Soft skills development in European countries. **Tuning Journal for Higher Education**, v. 3, n. 2, p. 389–427, maio 2016. Disponível em: <http://www.tuningjournal.org/article/view/1063>. Acesso em: 10 dez. 2018.
- COSTA, Cintia Cristina da Silva. Recrutamento e seleção por competências: dificuldades e benefícios. In: Congresso Nacional de Excelência em Gestão, **Anais [...]**. 2015. p. 1–14.

CSIKSZENTMIHALYI, Mihaly. **Flow: The Psychology of Optimal Experience**. New York, NY: Harper Perennial, 1991.

DELORS, Jacques. (Org.). **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo/Brasília: Cortez/UNESCO, 1996.

DETERDING, Sebastian; DIXON, Dan; KHALED, Rilla; NACKE, Lennart. From Game Design Elements to Gamefulness: Defining “Gamification”. In: **MindTrek’11 – Proceedings of the 15th International Academic MindTrek Conference: Envisioning Future Media Environments**, September 28-30, 2011, Tampere, Finland, p. 9-15.

DETERDING, Sebastian; SICART, Miguel; NACKE, Lennart; O’HARA, Kenton; DIXON, Dan. Gamification. using game-design elements in non-gaming contexts. In: **Proceeding of the CHI EA’11 CHI’11 Extended Abstracts on Human Factors in Computing Systems**, Vancouver, BC, Canada — May 07 - 12, 2011, ACM New York, NY, USA, 2011, p. 2425-2428.

EDENS, Kellah M. Preparing Problem Solvers for the 21st Century through Problem-Based Learning. **Journal College Teaching**, v. 48, n. 04, p. 55-60, 2000.

EIRA. European Innovative Games Awards 2010. Press Release. Disponível em: [https://www.tinman3d.com/images/EuropInnovGamesAward\\_WinnerPM\\_EN.pdf](https://www.tinman3d.com/images/EuropInnovGamesAward_WinnerPM_EN.pdf). Acesso em: 08 jan. 2019.

ERICSSON, Anders; LEHMANN, Andreas C. Expert and exceptional performance: Evidence of maximal adaptation to task constraints. **Annual Review of Psychology**, 47, p. 273-305, 1996.

ERICSSON, Anders. The Influence of Experience and Deliberate Practice on the Development of Superior Expert Performance. In: ERICSSON, Anders. **The Cambridge Handbook of Expertise and Expert Performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. p. 683-704. (Cambridge Handbooks in Psychology)

FALKEMBACH, Gilse A. Morgental. O lúdico e os jogos educacionais. **Mídias na Educação**, v. 1, n. 16, p. 1-8, 2006. Disponível em: [http://penta3.ufrgs.br/midiasedu/modulo13/etapa1/leituras/arquivos/Leitura\\_1.pdf](http://penta3.ufrgs.br/midiasedu/modulo13/etapa1/leituras/arquivos/Leitura_1.pdf). Acesso em: 25 nov. 2018.

GEE, James Paul. Video Games, Learning, and “Content”. In: GEE, James Paul. **Games: Purpose and Potential in Education**. Boston, MA: Springer, 2009. p. 43-53.

GOG, Tamara Van; ERICSSON, Anders; RIKERS, Remigius; PAAS, Fred. Instructional design for advanced learners: Establishing connections between the theoretical frameworks of cognitive load and deliberate practice. **Educational Technology Research and Development**, v.53, n. 3, p. 73-81, 2005.

GROUP & samhoud; GAME, R. S. **Houthoff Buruma: The Game**. 2011. Disponível em: <http://ranjfive.samhoud.io/projects/corporate/recruitment>. Acesso em: 05 nov. 2018.

HUIZINGA, Johan. **Homo ludens: a study of the play element in culture**. Boston, MA: The Beacon Press, 1971.

HUNT, Steven. **Hiring Success: The art and Science of Staffing Assessment and Employee Selection**. San Francisco: Wiley, 2007. (Essential resources for training and HR professionals).

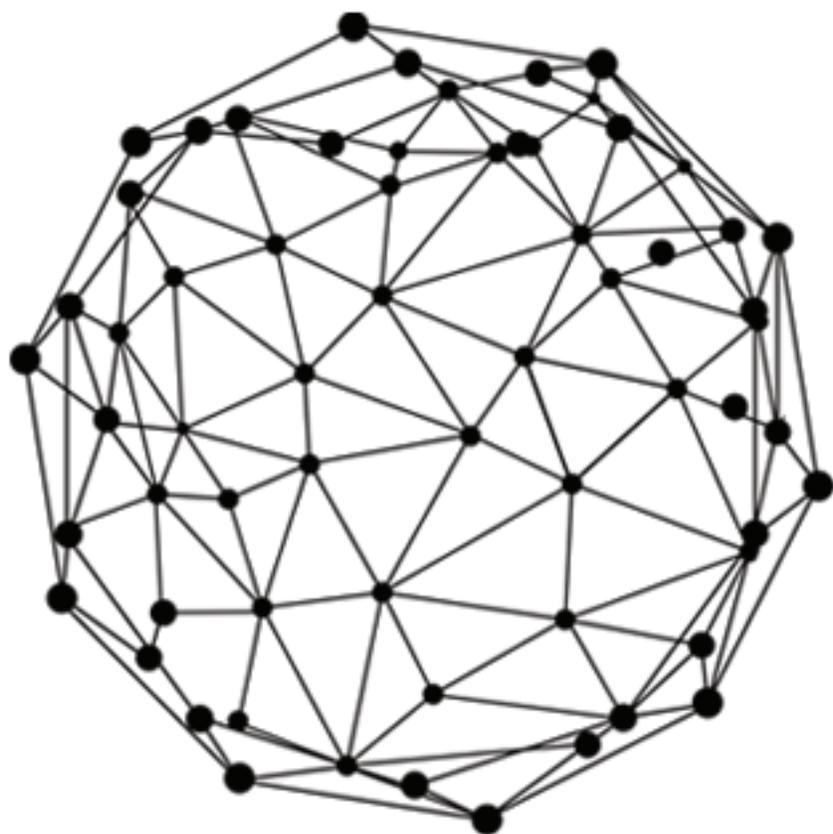


- JÄRVINEN, Aki. Introducing Applied Ludology: Hands-on Methods for Game Studies. In: **Proceedings of the 2007 DiGRA International Conference: Situated Play**. The University of Tokyo, 2007. p. 134–144. Disponível em: <http://www.digra.org/wp-content/uploads/digital-library/07313.07490.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2018.
- KAPP, Karl M. **The Gamification of Learning and Instruction: Game-based Methods and Strategies for Training and Education**. San Francisco, CA: Pfeiffer, 2012.
- KATZ, Robert L. Skills of an effective administrator. **Harvard Business Review**, v. 52 n. 5, p. 90–102, 1974.
- KOSTER, Raph. **Theory of Fun for Game Design**. O'Reilly Media, 2013.
- LAKER, Dennis R.; POWELL, Jimmy L. The differences between hard and soft skills and their relative impact on training transfer. **Human Resource Development Quarterly**, v. 22, n. 1, p. 111–122, Spring 2011 2011.
- LEWIS, Greg; REILLY, Kate; SMITH, Jared; IGNATOVA, Maria. **2019 Global Talent Trends: The 4 trends transforming your workplace**. Report. LinkedIn Talent Solutions. Disponível em: <https://app.box.com/s/c5scskbsz9q6lb0hq7euqeb4fr8m0bl/file/388525098383>. Acesso em: 10 fev. 2019.
- MCGONIGAL, Jane. **Reality Is Broken: Why Games Make Us Better and How They Can Change the World**. New York, NY: Penguin Books, 2011.
- MUSTARO, Pollyana Notargiacomo. Ciberespaço: horizontes e possibilidades. **Augusto Guzzo Revista Acadêmica**, São Paulo, n. 4, p. 50–56, 2002.
- NOTARGIACOMO, Pollyana; CABRINI, Felipe; OHATA, Daniel; MARTINS, Rafael; BRANCACCIO, Rafael; MARIN, Rafael. Chapter 6 - The Uses of Games That Transcend the Play and Mediate Learning. In: Krassmann, A. L. et. al. **Handbook of Research on Immersive Digital Games in Educational**. Hershey, PA: IGI Global, 2019. p. 131–166.
- PEE, Naim Che. **Computer games use in an educational system**. 2011. 187 f. Tese (Doutorado em Ciência da Computação) — School of Computer Science, Nottingham, England, 2011.
- PRENSKY, Marc. **Digital Game-Based Learning**. [S.l.]: McGraw-Hill Pub. Co., 2004.
- PROENÇA, Adriana Porto. **MAAVA3D: Modelo de Affordance para Educação mediada por Realidade Virtual**. 2018. 187 f. Tese (Doutorado em Engenharia Elétrica) — Faculdade de Engenharia Elétrica, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.
- RABAGLIO, Maria Odete. **Seleção por competências**. São Paulo: Educator, 2001.
- RAMOS, Daniela Karine; CRUZ, Dulce Márcia. A tipologia de conteúdos de aprendizagem de jogos digitais. In: RAMOS, Daniela Karine; CRUZ, Dulce Márcia. **Jogos digitais em contextos educacionais**. Curitiba: Editora CRV, 2018. p. 21–42.
- RAMOS, Daniela Karine; SILVA, Juliana Jacinto da; Jogos cognitivos em pequenos grupos: as funções executivas e a interação social. In: RAMOS, Daniela Karine. **Jogos digitais em contextos educacionais**. Curitiba: Editora CRV, 2018. p. 73–89.
- REDECKER, Christine; LEIS, Miriam; Leendertse, Matthijs; Punie, Yves; Gijssbers, Govert; Kirschner, Paul; Stoyanov, Slavi; Hoogveld, Bert. **The future of learning: Preparing for change**. Seville, Spain, 2011.



- ROMERO, Margaria; USART, Mireia; OTT, Michela. Can Serious Games Contribute to Developing and Sustaining 21st Century Skills? **Games and Culture**, v. 10, n. 2, p. 148–177, 2015.
- SCHUYTEMA, Paul. **Design de Games: Uma abordagem prática**. São Paulo: Cengage Learning, 2008. (Serie Profissional).
- SUE, Derald Wing; ARREDONDO, Patricia; MCDAVIS, Roderick J. Multicultural Counseling Competencies and Standards: A Call to the Profession. **Journal of Counseling & Development**, v. 70, p. 477–486, 1992.
- TALUKDER, Dayal; HAWKINS, Brent. Managerial skills and competencies in new zealand organisations: a cause for concern. **International Journal of Economics and Business Research**, v. 8, n. 2, p. 125–142, 2014.
- TOFFLER, Alvin. **Choque do futuro**. Rio de Janeiro: Record, 1970.
- TURKAY, Selen; ADINOLF, Sonam. What do Players (Think They) Learn in Games? **Procedia – Social and Behavioral Sciences**, v. 46, p. 3345–3349, 2012.
- VOOGT, Joke; ROBLIN, Natalie Pareja. A comparative analysis of international frameworks for 21st century competences: Implications for national curriculum policies. **Journal of Curriculum Studies**, v. 44, n. 3, p. 299–321, 2012.
- WALTON, Nicholas. Worldwide educating for the future index: A benchmark for the skills of tomorrow. **The Economist Intelligence Unit (EIU)**, Yidan Prize Foundation, 2017. Disponível em: <https://yidanprize.org/what-is-the-worldwide-educating-for-the-future-index/>. Acesso em: 10 dez. 2018.
- WERBACH, Kevin; HUNTER, Dan. **For The Win: How Game Thinking Can Revolutionize Your Business**. Philadelphia, PE: Wharton Digital Press, 2012.
- WORLD Economic Forum. **The Future of Jobs: Employment, Skills and Workforce Strategy for the Fourth Industrial Revolution**. Global Challenge Insight Report. January 2016.
- ZICHERMANN, Gabe **Gamification by Design: Implementing Game Mechanics in Web and Mobile Apps**. Canadá: O'Reilly Media, 2011.







**16**



# Per-cursos dos dis-cursos humanos: trogloditas digitais ou transumanos primitivos?

EDEMIR JOSE PULITA<sup>1</sup>

PATRÍCIA REGINA WYPYCH<sup>2</sup>

Ao se “destacar” da natureza, um determinado ser vivo inicia o longo processo de transformações cujo resultado será (a criação d) o ser humano. Por si só, o título, o subtítulo e a frase inicial deste texto já poderiam ser objetos de inúmeros questionamentos e reflexões para você, caro(a) (possível) leitor(a). Essa última frase, interrompendo uma enxurrada de informações contidas no título, no subtítulo e na primeira frase pretendem, de certa forma, interromper sua concentração, caro(a) (possível) leitor(a).

O interromper é, aqui, um violentar. O que interrompe o rosto do leitor é o inesperado, o imprevisito, o que não depende de seu saber nem de seu poder, nem sequer de sua vontade, o que ele não busca nem necessita. O leitor, em sua passividade e em sua entrega, abandonou toda violência para com o texto, toda vontade de domínio e de apropriação. Por isso, pode abrir-se à violência da obra, à violência inscrita na chamada da obra, nessa interpelação que é desvio e interrupção (LAROSSA, 2015, p. 107).

Faz-se isso, intencionalmente – diga-se de passagem –, tanto para dar o tom do presente ensaio quanto para apontar que, mesmo na escrita científica e acadêmica tradicional, as coautoridades em rede são uma realidade inevitável e, também, desejável. Talvez, ao menos, as interrupções – acadêmicas ou não – nos apontem para os tempos e espaços necessários ao leitor não ser um mero receptor, mas coautor dos textos lidos. Retomemos ao ser vivo que falávamos na primeira frase.

- 
- 1 Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília, na Linha de Pesquisa Educação, Tecnologias e Comunicação (2017).
  - 2 Mestre em Comunicação e Linguagens pela Universidade Tuiuti do Paraná (2011).



Ao se pensar sobre um “destacamento” (por mais perigosa que seja a conotação militarizada do termo atualmente) que ocorre de uma determinada espécie, espera-se aqui chamar a atenção para duas questões dentre as possíveis: a) como a gente virou (a) gente? e b) como (e por que) falamos?, ou seja: como se constitui(u) a linguagem e como a linguagem nos constitui(u)? Novamente atentamos ao(à) (possível) leitor(a) para que observe a pontuação – que interrompe a leitura e o raciocínio – e para o tempo verbal utilizado na última pergunta que pretende sugerir outras: i) finalizamos o processo de constituição de nossa humanidade? ii) como o (dis)curso da construção da humanidade foi delineado pela linguagem? iii) somos (de fato) sujeitos da linguagem ou foi (e é?) a linguagem que nos constitui(u) como sujeitos?

Em verdade (se é que ela exista, se é única ou plural – outras reflexões possíveis que não “cabem” neste momento, mas que servem para outra interrupção perturbativa) por mais possível e tentador que seja, deixaremos de lado as discussões sobre as teorias do surgimento da humanidade para arqueólogos e alguns historiadores. Porém, para tentar cumprir as finalidades deste texto, adentraremos um pouco na “mina escura e funda” (TEIXEIRA, 1977) da discussão de uma possibilidade teórica acerca da constituição da linguagem no ser humano. Isso para tentar sair da caverna (platônica) e, talvez, enxergar além das sombras e reflexos. Convida-se para o diálogo Ernst Fischer.

No livro “A necessidade da arte”, Fischer (2002) recapitula historicamente a origem da arte e seu papel na constituição do ser humano. Nessa revisita histórica, ele apresenta uma reflexão acerca de como a produção de instrumentos, passando pela criação da linguagem, fez surgir o ser humano do qual somos resultado. Há alguns dias, uma charge no Facebook chamou a atenção. Sem nenhuma imagem, ela apenas apresentava uma frase: “Você é resultado de 3,8 bilhões de anos. Aja de acordo.” Fim da pausa interruptiva, voltemos a Fischer. Este autor sustenta que algumas espécies, assim como atualmente, utilizavam ocasionalmente ferramentas e, após seu uso, as descartava. Tal utilização se dava por uma substituição dos dentes e unhas por instrumentos mais efetivos nas



práticas necessárias para alimentação. Porém, uma determinada espécie trilhou um caminho mais audacioso. Começou a selecionar determinados instrumentos para uma efetividade maior das tarefas necessárias, provavelmente, para a caça e a pesca. Neste “treino”, escolhiam-se ferramentas melhores e inicia-se seu aperfeiçoamento. Com o processo de humanização da natureza e produção de objetos, o homem modifica a natureza e cria a si mesmo, como “outro”, ou seja, o homem é produtor da sua existência.

Essa ideia corresponde à distinção entre natureza e cultura. O natural é tudo aquilo intocado pelo homem, que existe por si e independente do homem. Já o cultural corresponde a tudo o que o homem faz, incluindo ele mesmo. Ao produzir as ferramentas, os hominídeos iniciaram uma nova trajetória no reino animal se “destacando” da natureza, como se afirmou no início desta seção. Isso se deu, segundo defende Fischer, pois ao criar o conceito (abstrato) de utensílio, surge um pensamento consciente, deliberado e planejado, diferente da simples utilização de utensílios por outros animais. Tal abstração se deu pelo trabalho (utilização e criação de ferramentas para produzir a [sua] subsistência) e levou à constituição de um “sistema de signos representativos de atividades e objetos.” (FISCHER, 2002, p. 36). Fischer sustenta que foi a criação de instrumentos que possibilitou a sua nomeação, ou seja, o surgimento da linguagem verbal: “A linguagem surgiu justamente com os instrumentos.” (FISCHER, 2002, p. 30). Assim como as técnicas transformaram historicamente o ser humano, as tecnologias continuam a provocar as mentes em relação às adaptações que prometem mudar a ontologia do ser. As apostas mais moderadas apontam para uma mudança na condição humana por meio da utilização das tecnologias ampliando as capacidades intelectuais, físicas e psicológicas (transumanismo). As apostas mais altas são de um ciborgue que encontra no aparato cibernético, na mídia digital, na realidade virtual e na arquitetura hipertextual em rede o tão procurado elixir da vida eterna. Se isso é uma jogada com “Poker Face” dos magos da cibernética, talvez somente o tempo possa revelar.



Talvez injustamente – pela riqueza de reflexões exequíveis – propomos aos(as) caros(as) (possíveis) leitores/coautores(as) um salto ou um link entre a produção da linguagem relacionada ao trabalho e à própria produção da existência humana para/com as formas receptivas das práticas discursivas publicitárias digitais.

Atualmente, mais do que produtos, são consumidas ideias materializadas em discursos por meio de diversas linguagens e em várias mídias, em uma convergência midiática inédita (JENKINS, 2009). Tais linguagens mostram-se híbridas e/ou hipertextuais, em uma cibercultura cada vez mais – potencialmente – dialógica e polifônica. Diante disso, assevera-se que, ao se estudar o gênero discursivo publicitário, adentra-se no âmago de questões que contribuem para a compreensão dos fenômenos linguísticos e comunicativos, principalmente porque tais fatos ocorrem justamente com o advento das tecnologias digitais de informação, comunicação (SIBILIA, 2015) e expressão.

Em tempos de hiperconsumismo (LIPOVETSKI, 2009), questiona-se: quais as mudanças na linguagem publicitária com as mídias digitais no contexto da cibercultura? Com isso, busca-se analisar as mudanças nas práticas discursivas publicitárias digitais no contexto da cibercultura (LÉVY, 2007) enquanto representativas das transformações dos fenômenos culturais atuais, em termos linguísticos e discursivos. Juntamente com uma análise da trajetória histórica da humanidade e da sua comunicação, enfatizaremos a reflexão benjaminiana (BENJAMIN, 2013) acerca de quem são os protagonistas da história, na qual buscaremos centelhas para a compreensão de quem são, atualmente, os sujeitos das mídias digitais. Finalmente, nos interessa o paradoxo entre as relações de simples usuários-consumidores de produtos e a complexidade do protagonismo de sujeitos em suas práticas discursivas com as campanhas publicitárias digitais por implodir o clássico determinismo do modelo comunicativo emissor > receptor.

O breve mapeamento da história da constituição do ser humano aponta para a produção de um ser humano comunicante. Tal ser humano se torna humano justamente por ser falante, pensante e, atualmente,

“compartilhante”. Este ensaio pretende, a seguir, acompanhar as rotas que (nos) levaram a isso. Para tanto, em primeiro lugar se refletirá acerca da cibercultura enquanto uma nova forma de acesso, apropriação e socialização de saberes. Tais mudanças paradigmáticas culturais apontam para novos sujeitos que se constituem a partir de novas mídias e mensagens, segundas “paradas” desta reflexão, na qual se busca problematizar o novo mapeamento do mundo (virtual): as redes. Na terceira escala deste per-curso enfocaremos a práticas discursivas publicitárias digitais enquanto novas cartografias possíveis da era digital. “Apertem os cintos, o piloto...” pode ser você!

### *Rotas ciberculturais: a humanidade mudando de rumo (?)*

O desenvolvimento de técnicas cada vez mais aprimoradas e específicas relacionadas à garantia da sobrevivência seja para a alimentação seja para a proteção, colocou um determinado primata (de primeiro e não de primitivo, pejorativamente) numa rota de transformações (evita-se o termo desenvolvimento a fim de não se produzir a ideia de um determinismo ou teleologia). Tais mudanças, em conjunto com a possibilidade de um polegar opositor, a capacidade de andar ereto e a habilidade de produzir (e nomear) instrumentos, organiza um novo ser, antes inexistente na face da terra.

Pausamos novamente o raciocínio para incluir duas novas sinapses reflexivas. Se academicamente a clareza e a objetividade iluministas são apreciadas, conhecemos os perigos de uma especialização estéril, inócua e desconectada da realidade. Ainda: se a escrita científica exige rigor e sistematicidade, o que fazer com a história, filosofia, geografia, antropologia, com meu e o seu cérebro que se nega a pensar em linha reta? Em primeiro lugar, apontamos aos(às) caros(as) (possíveis) leitores(as) a sugestiva reflexão acerca da explicação dos primórdios da humanidade: a) como surgiu a odisseia humana na terra? b) teriam as explicações míticas, sagradas, artísticas, filosóficas, científicas, criacionistas e evolucionistas influencia na análise das atuais configurações cibernéticas? c) com tantas informações possíveis - de senso comum e/ou fake news -, ainda há espaço para ignorâncias sobre o assunto? Há algum tem-



po circulou nas redes sociais uma frase, cuja autoralidade ignora-se (como em vários casos do estilo), que asseverava: “Na era do Google, ignorância é uma opção.” Em segundo lugar aventamos a hipótese de que a história da técnica e da tecnologia teria muito mais a nos ensinar do que decorar, por exemplo, a data e o herói que “descobriu” a América e o Brasil ou elencar alguns filósofos pré-socráticos e socráticos e suas explicações para as sábias perguntas mineiras: “Dônco vim? Ônco to? Prônco vô?”. Talvez conhecer a própria história do tempo, passando pelas suas perspectivas mítica (Cronos), religiosa (um Deus que cria o mundo em sete dias), econômico-política (calendários, períodos, os tempos da fábrica e do fabrico), filosófica (existe o tempo?) e científica (mecanização do tempo: relógio, automação, produção), nos forneceria informações mais preciosas acerca da atual configuração planetária e uma compreensão mais profunda do que somos e do que podemos ser num futuro breve diante das transformações tecnológicas em curso.

Se o *Homo erectus* e o *habilis* foram forjados a partir de suas novas relações com a natureza (da qual se destacou) e tais transformações abriram possibilidades para novas mudanças em sua constituição, pode-se considerar que a relação homem – técnicas – natureza produz, inescapavelmente, modificação nos três elementos.

Dando um salto histórico – mesmo com o risco de cometer idiosincrasias –, e elevando essa reflexão à sua potência máxima, tomamos o raciocínio da pesquisadora Paula Sibilia (2015). A autora retoma Giovanni Pico della Mirandola, escritor renascentista (1486) que declarava, num entusiasmo humanista, que o homem em “sua natureza continha todos os elementos capazes de torná-lo seu próprio arquiteto” (*apud* SIBILIA, 2015, p. 13). Ao escrever sobre a alquimia dos corpos e das almas à luz das tecnologias digitais, a pesquisadora (2015, p. 16) debate com a possibilidade de uma nova era que profetiza o fim do homem e questiona: “ainda é válido – ou sequer desejável – persistirmos dentro das margens tradicionais do conceito de *homem*? [...] O que estamos nos tornando? [...] O que gostaríamos de ser?”. A autora (2015, p. 17) afirma que as modificações possibilitadas pelo campo tecnocientífico mudam as definições de vida, corpos e subjetividades e conclui: “Desse modo, entregue às novas cadências da tecnociência, da mídia e do mercado, o corpo humano



parece ter perdido tanto sua definição clássica como a analógica solidez que outrora o constituía. Na esteira digital, ele se torna mais permeável, projetável, reprogramável.”

Ao analisar os meios de comunicação (a palavra falada, a palavra escrita, as estradas, o número, o vestuário, a habitação, o dinheiro, os relógios, a tipografia, as estórias em quadrinho, a palavra impressa, a roda, bicicleta e avião, a fotografia, a imprensa, o automóvel, os anúncios, os jogos, o telégrafo, a máquina de escrever, o telefone, o fonógrafo, o cinema, o rádio, a televisão, os armamentos e a automação) como extensões do homem e tendo em mente a tríade mútuo-transformadora (homem, técnica e natureza), McLuhan realiza uma síntese histórica salutar:

Depois de três mil anos de explosão, graças às tecnologias fragmentárias e mecânicas, o mundo ocidental está implodindo. Durante as idades mecânicas projetamos nossos corpos no espaço. Hoje, depois de mais de um século de tecnologia elétrica, projetamos nosso próprio sistema nervoso central num abraço global, abolindo tempo e espaço (pelo menos naquilo que concerne ao nosso planeta). Estamos nos aproximando rapidamente da fase final das extensões do homem: a simulação tecnológica da consciência, pela qual o processo criativo do conhecimento se estenderá coletiva e corporativamente a toda a sociedade humana (MCLUHAN, 2007, p. 17).

Tal ideia foi escrita em 1969, muito antes do drama/romance “Her” (2013) apresentar uma paixão platônica entre um escritor e um sistema operacional. Se Hollywood já fez sucesso com diversos filmes contando várias guerras entre mundos no qual o “inimigo” eram os extraterrestres (cuja inteligência e tecnologias sempre eram temidas), talvez ultimamente tais “inimigos” estejam mais próximos e incrustados em nossas vidas do que imaginamos. Vide *Black Mirror* (2011) e suas provocações impacientes por serem talvez um reflexo da imagem real do virtual atual.

Ao realizar seu projeto de análise das “novas tecnologias”, Pierre Lévy (2007) afirma que a cibercultura reapresenta a copresencialidade das mensagens, porém em uma órbita diferente. Diferentemente dos textos escritos impressos, cuja circulação é restrita e cuja separação entre autor e leitor é geralmente inevitável, a cibercultura “se constrói e se



estende por meio da interconexão das mensagens entre si, por meio de sua vinculação permanente com as comunidades virtuais em criação, que lhe dão sentidos variados em uma renovação permanente” (LÉVY, 2007, p. 15). Se tais transformações são para o bem ou para o mal, se são messiânicas ou apocalípticas, o autor assevera:

Nem a salvação nem a perdição residem na técnica. Sempre ambivalentes, as técnicas projetam no mundo material nossas emoções, intenções e projetos. Os instrumentos que construímos nos dão poderes, mas, coletivamente responsáveis, a escolha está em nossas mãos (LÉVY, 2007, p. 16).

Para concluir esta seção, mas conscientes de estarmos longe de concluir o debate, enfatiza-se aqui a discussão de Umberto Eco (2011) acerca da cultura de massa sob o ponto de vista dos *mass media* e suas possíveis posições: de apocalípticos ou integrados. Ressaltamos tal posicionamento por nos colocar no centro do que consideramos a problemática: a) qual linguagem é utilizada nas mídias atuais? b) quais ideias, informações e conhecimentos circulam nas redes digitais? c) quem são, de fato, os sujeitos e que tipo de sujeitos são criados a partir da configuração cibernética atual?

Eco (2011) se mostra contrário a uma discussão que gire em torno de uma divinização das tecnologias industriais cuja responsabilidade seja o (livre) mercado ou da demonização de uma cultura de massa subjugada pela lógica industrial. Para este autor, o verdadeiro problema reside na seguinte questão:

[...] do momento em que a presente situação de uma sociedade industrial torna ineliminável aquele tipo de relação comunicativa conhecida como conjunto dos meios de massa, qual a ação cultural possível a fim de permitir que esses meios de massa possam veicular valores culturais? (ECO, 2011, p. 50).

A seguir, adentraremos na análise dos novos sujeitos gerados e geradores das novas mídias digitais, frutos de transformações que devem ser vistas em seus aspectos históricos, filosóficos, artísticos, políticos, econômicos etc. Após, propomos uma análise das práticas discursivas pu-

blicitárias digitais como representativas de tais modificações. Alertamos que tanto as passagens (e permanências) da cultura oral para a pictórica, escrita, impressa e digital quanto às modificações da produção artesanal, mecânica, industrial, automática, informacional nos aportam para mundos completamente diferentes. Talvez vivemos em uma temporalidade/espacialidade nos quais coexistam (como em *Stranger Things* [2016]) o calendário, o mapa e o concreto (do) real e as assincronicidades, as cartografias rizomáticas, as hipertextualidades do digital.

...(em) Rede (ados) (no) digital: novos sujeitos de novas mídias

Quando Bertold Brecht escreveu uma série de questões acerca do protagonismo dos grandes feitos históricos, colocava em relevo uma legião de trabalhadores que não entraram –literalmente – para a História.

Quem construiu a Tebas de sete portas?  
Nos livros estão nomes de reis.  
Arrastaram eles os blocos de pedra?  
E a Babilônia várias vezes destruída. Quem a reconstruiu tantas vezes?  
Em que casas da Lima dourada moravam os construtores?  
Para onde foram os pedreiros, na noite em que a Muralha da China ficou pronta?  
A grande Roma está cheia de arcos do triunfo.  
Quem os ergueu? Sobre quem triunfaram os cézares? (BRECHT, 2019)

Isso pode ter se dado simplesmente por não saberem escrever. A favor deste argumento está a clássica (e antiquada) divisão da História na qual “pré”-História é o período que corresponde à época na qual havia apenas a oralidade, que vai do surgimento da humanidade até 4000 a.C., com a invenção da escrita. Isso também pode ser explicado pelo fato de que a verdade seja da História seja em outras áreas (política, economia, cultura, geografia...) está na mão de quem segura a caneta que a escreve. Sabemos, caro(a) (possível) leitor(a), que o complexo do *topos* nevrálgico da frase anterior não é, necessariamente, a mão.



Assim como ao relacionar a invenção da escrita com a escrita da História percebemos que nem todos(as) tem acesso à ambos os atos que constituem patrimônio cultural da humanidade (direito de todos, portanto), a invenção da internet e todo o aparato das mídias digitais não possibilitaram, ainda, o acesso livre e democrático a esses bens historicamente constituídos.

Além disso, (que já daria um grande debate sócio-histórico e cultural: quem tem direito ao patrimônio cultural constituído historicamente pela humanidade?), o ponto central que se pretende atingir aqui é: a) tendo acesso, quem (e como) se beneficia do aparato digital hodierno? b) parafraseando Brecht: quais são as (possíveis) perguntas feitas por um usuário que lê? c) quem são os (novos) sujeitos das (novas) mídias? d) trata-se de usuários, consumidores, autores, “compartilhadores” ou protagonistas?

De um lado temos grandes alterações nas lógicas, nos movimentos e nos sujeitos, antes existentes talvez apenas em crônicas ou filmes de ficção científica. Uma das maiores redes de hospitalidade e hospedaria atualmente – Airbnb –, não é proprietária de nenhum hotel. Talvez a maior rede de transportes de passageiros (que está tentando evoluir para cargas e encomendas) utilizada hoje em dia – Uber –, não possui um único automóvel. Uma grande rede de conteúdos cinematográficos – Netflix – não possui estúdio, atores contratados ou um local-símbolo (Hollywood). Atente-se, neste último caso, para o paradoxo que foi entregar o Oscar de melhor filme estrangeiro a “Roma” (2018), cuja exibição não se deu em nenhum cinema, apenas na Netflix. Para concluir esta lista, apresenta-se o Spotify. Não somente pelo fato de ser o maior serviço de streaming musical que oportuniza acesso a enormes “playlists” musicais sem ser uma rádio ou gravadora, mas, também, porque será o objeto de uma breve análise nesta reflexão.

De outro lado têm-se números que impressionam e assustam. O relatório das empresas *We are social* (Reino Unido) e *Hootsuite* (Estados Unidos) sobre utilização de internet e redes sociais no mundo é organizado e comentado por Simon Kemp. Com periodicidade trimestral, o último relatório de 30 de janeiro de 2019 aponta que num planeta



com 7,593 bilhões de pessoas, existem 4,021 bilhões usuários de internet (53%). Deste total, 3,196 bilhões são usuários ativos de redes sociais (42%). 68% da população da terra (5,135 bilhões) possuem ao menos um telefone móvel e destes, 2,958 bilhões de pessoas (39%) utilizam as redes sociais por este dispositivo (KEMP, 2019).

Tais números se tornam ainda mais impressionantes quando se leva em consideração que a Internet, enquanto teia mundial de computadores, tem pouco mais de trinta anos. Dentre os inúmeros percursos possíveis para se desenvolver a reflexão a que essa seção se propõe, escolhe-se um texto de Walter Benjamin (2013) escrito entre 1920 e 1940, que possui três versões e que remete a um episódio ocorrido em 1769. Não sabemos, caro(a) (possível) leitor(a), se é o melhor caminho. Tão simplesmente, é uma aposta.

O texto intitulado “Sobre o conceito da História” é composto por 18 “teses” e um apêndice. São ideias, reflexões e/ou corolários, nos quais se revelam, conforme Barrento que organizador e tradutor da obra (*apud* BENJAMIN, 2013, p. 168), a “dinâmica do pensamento de Walter Benjamin e do seu ‘fragmentarismo construtivo’ (Detlev Schöttker)”. Exploraremos aqui, a primeira tese:

É conhecida a história daquele autômato que teria sido construído de tal maneira que respondia a cada lance de um jogador de xadrez com um outro lance que lhe assegurava a vitória na partida. Diante do tabuleiro, assente sobre uma mesa espaçosa, estava sentado um boneco em traje turco, cachimbo de água na boca. Um sistema de espelhos criava a ilusão de uma mesa transparente de todos os lados. De fato, dentro da mesa estava sentado um anãozinho corcunda, mestre de xadrez, que conduzia os movimentos do boneco por meio de um sistema de arames. É possível imaginar o contraponto dessa aparelhagem na filosofia. A vitória está sempre reservada ao boneco a que se chama “materialismo histórico”. Pode desafiar qualquer um se tiver ao seu serviço a teologia, que, como se sabe, hoje é pequena e feia e, assim como assim, não pode aparecer à luz do dia (BENJAMIN, 2013, p. 9).

Benjamin está (pré)ocupado com o desenvolvimento de teses sobre o conceito da História. Bertold Brecht, amigo de Benjamin e que foi cita-



do no início desta seção, está preocupado com quem faz e quem escreve a História. Nós estamos preocupados com os percursos dos discursos humanos e de como são feitos (ou compartilhados) na era das mídias digitais. A nossa reflexão seguirá a história da tese apresentada.

Benjamin fala sobre manipulação, vitória, ilusão, (uma determinada) tecnologia, filosofia, vitória, “materialismo histórico” e teologia. Lembre-se que o autor era judeu (e morreu suicidando-se ao ser perseguido pelo nazismo) e amigo de Adorno (Indústria Cultural). O termo “materialismo histórico” está entre aspas de propósito para uma crítica a determinados marxistas que, ligados à teologia, são teleológicos. Löwy (2005) esclarece a gênese desta tese:

Essa alegoria foi inspirada, como se sabe, em um conto de Edgar Allan Poe – traduzido por Baudelaire – que Benjamin conhecia muito bem: ‘O jogador de xadrez de Maelzel’. Trata-se de um autômato jogador de xadrez, apresentado em 1769 à corte de Viena pelo barão Wolfgang Von Kempelen, que vai acabar, depois de diversas peripécias, nos Estados Unidos, em uma turnê organizada por um inventor-empresendedor vienense, Johann Nepomuk Melzel (LÖWY, 2005, p. 42).

Na improvável relação entre a teologia (anão) e o materialismo histórico (autômato) Benjamin abre espaço para uma análise difícil e paradoxal. Segundo Löwy (2005, p. 45), uma hipótese possível é a da sugestão de uma complementaridade dialética entre a teologia e o materialismo histórico que, no tempo, às vezes são o mestre e às vezes são o servo. Segundo este autor (2005, p. 45), a teologia benjaminiana “está a serviço da luta dos oprimidos. Mais, precisamente, ela deve servir para restabelecer a força explosiva, messiânica, revolucionária do materialismo histórico.” Ou seja, essa teologia deve salvar os oprimidos da opressão e do apagamento histórico. O que até agora, conforme Benjamin (2013, p. 12) escreve na Tese VI, ainda não aconteceu: “Só terá o dom de ativar no passado a centelha da esperança aquele historiador que tiver apreendido isto: nem os mortos estarão seguros se o inimigo vencer. E esse inimigo nunca deixou de vencer.”



Levando-se em consideração os percursos dos discursos humanos desde os grunhidos guturais que ecoavam nas paredes rupestres até a imediaticidade dos dispositivos móveis digitais dos quais não nos desconectamos quase nunca em praticamente uma vida “extra” virtual, nossa principal reflexão é possibilitar construir respostas (ou novas perguntas) para alguns questionamentos: a) qual é o nosso papel e postura nestes novos espaços, tempos e ligações? b) há possibilidade para protagonistas e sujeitos particulares nessa multidão de conectados? c) em tempos de tecnologias de informação e comunicação digital, na qual a promessa é de que esses elementos se maximizem em tempo, espaço, velocidade e conexão, as pessoas concretas estão transformando suas vidas com mais informações e conhecimentos acerca de cultura, da economia, da política, da sociologia, da história etc.? d) ou, ao contrário das três perguntas anteriores, somos meros autômatos e coadjuvantes como nas perguntas de Brecht e na alegoria benjaminiana, apenas reagindo de acordo com a aparelhagem controlada por outrem? e) o hipertexto e a hipertextualidade, linguagem e arquitetura das novas mídias digitais, criam novas conexões e possibilidades para os novos sujeitos se expressarem (além de se informarem e se comunicarem) ou servem para enredá-los em seus mecanismos controladores?

Uma possível resposta de nosso aporte a Benjamin a esta reflexão é explicada por ele mesmo na Tese VII:

Não há documento de cultura que não seja também documento de barbárie. E, do mesmo modo que ele não pode libertar-se da barbárie, assim também não o pode o processo histórico em que ele transitou de um para outro. Por isso o materialista histórico se afasta quanto pode desse processo de transmissão da tradição atribuindo-se a missão de escovar a história a contrapelo (BENJAMIN, 2013, p. 13).

Ao tratar dos percursos dos discursos humanos sob um ponto de vista histórico, somos impelidos a realizar não apenas constatações de sua enorme evolução, grandes saltos e surpreendente originalidade e potencialidade, mas questionar seus mecanismos e suas intencionalidades. Se a interação humana foi originária da história da nossa formação en-



quanto humanos e em cada época se revelaram formas de relações de acordo com as técnicas, as tecnologias atuais são processos e produtos de novos elementos que, porém, podem simplesmente ser um “cemitério de grandes novidades” (CAZUZA, 1988), não cumprindo em nada as promessas de informação e comunicação, por mais avançadas, velozes e potentes que sejam.

Sabe-se que Benjamin se preocupou com a experiência e com o choque provocado pela evolução da sociedade do início do século passado. Suas problematizações giravam em torno, entre outras, da fotografia, do cinema, da evolução das cidades diante do vidro e do ferro. É famosa sua pequena, mas profunda reflexão acerca da “Obra de arte na era da reprodutibilidade técnica”, na qual realiza uma reflexão acerca da aura e da possibilidade de uma experiência no sentido verdadeiro. Em um curto texto intitulado “Experiência e pobreza”, de 1933, Benjamin (2013, p. 86) falando sobre o declínio da experiência enquanto patrimônio cultural da humanidade traduzida nos saberes legados de uma geração para outra, aponta que a primeira guerra, foi “uma das experiências mais monstruosas da história universal”. Lembrando que os soldados voltavam mudos dos campos de batalha e apontando nisso algo representativo de que algo na história falhou, Benjamin (2013, p. 86) reflete acerca da sua geração que “[...] viu-se de repente num descampado, numa paisagem em que nada se manteve inalterado a não ser as nuvens, e no meio dela, num campo de forças de correntes e explosões destruidoras, o corpo humano, minúsculo e frágil.”

Benjamin (2013, p. 86) faz, nesta altura do texto uma pergunta que é paradoxal: “Na verdade, de que nos serve toda a cultura se não houver uma experiência que nos ligue a ela?”. Transcrevemos tal questão para nossos dias e para nosso objetivo: “Na verdade, de que nos serve toda a parafernália tecnológica digital de informações, comunicações e conexões se não houver uma experiência que nos ligue a ela e aos outros?”.

Conscientes das inúmeras reflexões que tal questão suscita, para colocar um ponto final neste texto, realizaremos uma breve digressão



acerca das práticas discursivas publicitárias digitais, destacando uma análise do caso específico da publicidade no Spotify.



## *Em busca de novas cartografias: práticas discursivas publicitárias digitais*

São várias as possibilidades de dar “zoom” nos fenômenos tecnológicos e suas consequências nas transformações linguísticas e discursivas na cibercultura. O que se percebe na área é que, conforme a calibração dos elementos, novas perspectivas, luzes, refrações, imagens, questões e reflexões surgem. Dentro do espaço e tempo permitido por um texto escrito para ser lido – que mudaria completamente de configuração se fosse um hipertexto híbrido, digital e em coautoria –, seguiremos algumas pistas.

O teórico da hipermodernidade, Gilles Lipovetsky, realiza uma inspiradora aproximação às práticas discursivas publicitárias digitais em um ensaio sobre a sociedade do hiperconsumismo chamado “A felicidade paradoxal”.

Decepção, frustração: nos processos tentados contra o cosmo consumista, a publicidade, como se sabe, ocupa um lugar na primeira fila. “Bombardeando” os consumidores, criando necessidades supérfluas, impulsionando continuamente novos desejos de aquisição, identificando a felicidade aos bens mercantis, a publicidade é acusada não apenas de manipular-patronizar-cretinizar as pessoas, mas também de ser uma armadilha diabólica (LIPOVETSKY, 2007, p. 171-172).

Segundo o filósofo (2007, p. 173), a publicidade, atualmente, “continua a aparecer não apenas como a chave de leitura dos mecanismos de frustração característicos das novas sociedades mercantis, mas também, como o símbolo das instituições que conseguem apoderar-se dos homens, remodelando seu estilo de existência”. Com um tom um tanto determinista e teleológico, o autor (2007, p. 174) destaca que a publicidade atual “apresenta-se como um dispositivo de essência modernista, isomorfo aos intuítos revolucionários da política que afirma o pleno poder da sociedade sobre si própria e seu direito de definir-se, de organizar-se sem recorrer a um princípio externo a ela mesma”. Ao refletir sobre as práticas discursivas publicitárias na era digital o autor (2007, p. 175) se questiona e, também, responde: “O que ocorre com a publicidade



no estágio de hipermercadoria? Sob muitos aspectos, essa influência da publicidade sobre a sociedade não fez mais que ampliar-se.”

Já em outro texto – O império do efêmero: a moda e seus destinos nas sociedades modernas –, Lipovetsky (2009, p. 225) defende que muito mais do que “doutrinadoras”, as campanhas publicitárias por meio de humor e frases curtas, mas impactantes, são “sensibilizadoras” e, portanto, no “tribunal da história”, não podem ser acusadas pura e simplesmente de “dirigismo ideológico.” Ao tratar acerca do paradoxal poder publicitário, o autor (2009, p. 226) afirma que ele é determinante para as empresas, porém, não é crucial para os sujeitos particulares e, por isso mesmo, “só tem ação eficaz sobre o acessório e o indiferente.” De forma intrigante, diante da reflexão proposta em nossa discussão, o filósofo (2009, p. 229) conclui: “Para além das manifestações reais de homogeneização social, a publicidade trabalha, paralelamente à promoção dos objetos e da informação, na acentuação do princípio de individualidade.”

Ao refletir sobre a mudança de paradigma atual, Jenkins (2009) aponta que vivenciamos um tempo de confusas transformações. O autor diferencia um “antigo” paradigma da revolução digital que pressupunha que as mídias atuais substituiriam as antigas para um “novo” paradigma da convergência que prevê que todas as mídias interagirão cada vez mais e de forma mais complexa. Segundo o pesquisador, as novas tecnologias midiáticas possibilitaram que um mesmo conteúdo pudesse ser veiculado por diferentes canais e, o que nos interessa na discussão, chegasse ao receptor de formas distintas. Jenkins (2009, p. 38) destaca que “estamos numa era de transição midiática, marcada por decisões táticas e consequências inesperadas, sinais confusos e interesses conflitantes e, acima de tudo, direções imprecisas e resultados imprevisíveis.” Exemplificando, pode-se afirmar que, atualmente, a rádio agora se transformou no Spotify, a televisão no Youtube, o cinema na Netflix etc.

Segundo Jenkins (2009) as práticas discursivas publicitárias digitais estão se transformando. As empresas, buscando maximizar lucros, mercados e compromissos com o seu público, aumentam o fluxo de conteúdos de mídias pelos mais variados canais possíveis. Os consumidores



buscam um controle maior de tais fluxos e esperam interagir com outros consumidores. Cada vez há mais promessas de maior liberdade de ideias e conteúdos. De acordo com Jenkins (2009, p. 48), “o consumidor ideal é ativo, comprometido emocionalmente e parte de uma rede social.” O papel de simples consumidor com fidelidade é interpelado e o sujeito passa a integrar uma “comunidade da marca” que, mais do que meramente incentivar o consumo, transforma o receptor em um crítico das empresas. Traduzindo esta série de movimentos que a cultura da convergência traz, Mark Warshaw descreve assim a situação:

Não é segredo que ocorreu uma mudança de paradigma no modo com o mundo consome as mídias. Ouvimos todo aquele discurso apocalíptico. O comercial de 30 segundos morreu. A indústria fonográfica morreu. As crianças não assistem mais à televisão. As velhas mídias estão na UTI. Mas a verdade é que continuam produzindo música, continuam veiculando o comercial de 30 segundos, um novo leço de programas de TV está prestes a estrear, no momento em que escrevo estas linhas – muitos direcionados a adolescentes. As velhas mídias não morreram. Nossa relação com elas é que morreu. Estamos numa época de grandes transformações, e todos nós temos três opções: temê-las, ignorá-las ou aceitá-las (WARSHAW *apud* JENKINS, 2009, p. 8).

Independente de quais mídias utilizamos, somos expostos cotidianamente às práticas discursivas publicitárias, digitais ou não. Refletindo especificamente acerca da publicidade digital e seus desafios, Lapolli e Gauthier (2008, p. 73) partem, em suas análises, da constatação de que “o público está exposto a milhares de anúncios diariamente e por esse motivo sua atenção está mais dispersa, tornando-se cada vez mais difícil atingi-los.” Diante disso, segundo os autores (2008, p. 73), uma série de estratégias e ferramentas são utilizadas para angariar adeptos e, para tanto, lança-se mão de “formatos mais ricos em recursos visuais e interatividade passaram a ser utilizados. O estímulo das sensações através do som, texto, imagem, vídeos e outros recursos expandem essa experiência do consumidor com a marca.” Na era da hipermídia e do hiperconsumo, os pesquisadores (2009, p. 75) apontam que “a produção publicitária deve romper as barreiras dos universos online e off-line, considerando o



ambiente virtual em seus planejamentos de campanhas como uma ferramenta importante para atingir um público mais segmentado.”

Diante disso, afirma-se que a publicidade é uma atividade discursiva essencial no âmbito da conjuntura cultural atualmente construída, tanto pela movimentação de objetos de consumo materiais e não materiais, quanto por seus mecanismos (d)e discursos sedutores. O ciberespaço propiciou um novo paradigma cultural que, aliado à publicidade digital, utiliza e transfere ao consumidor novas abordagens em relação ao “consumo” da propaganda.

Aborda-se agora uma breve análise de exemplos que se encontram nas propagandas do Spotify (no site promocional e do próprio aplicativo) para refletir-se acerca de como tais abordagens e novas relações se dão. Sabe-se que as práticas discursivas publicitárias digitais são inúmeras e muito ricas e complexas. Desde os “pop-ups” até os vídeos publicitários que devem encantar nos primeiros 3, 5 ou 10 segundos, são exigidos, das campanhas publicitárias, cada vez mais dinamismo, criatividade e potencial de adesão. Por outro lado, quando se pensa, neste contexto, acerca da mineração de dados que ocorre para a realização da propaganda direta, diversas questões poderiam surgir para uma profunda discussão. Questionam-se mecanismos de utilização (espionagem) dos microfones dos aparelhos digitais como fontes de informações para direcionamento de publicidades. Por mais instigante que esses caminhos possam ser, nos deteremos, ainda que brevemente, na análise de algumas publicidades do Spotify.

Este interesse se iniciou quando, ao ouvir este streaming de playlists musicais em um smartphone, uma propaganda em podcast chamou muito a atenção. A mesma será transcrita conforme a memória que se tem do fato, pois, nem as pesquisas no site, em motores de busca e, também, diretamente com a página do Spotify logrou êxito de acessarmos a mesma na íntegra, infelizmente. Questões esquecidas serão omitidas e substituídas por “xxxxxxx”. A publicidade em podcast dizia o seguinte: *“O campeão mundial de pula corda é xxxxxxx. Ele pulava xxxxxxx vezes por hora. Se ele usasse Spotify Premium, pularia muito*

mais. Você também pode pular o quanto quiser. Assine o Spotify Premium” (SPOTIFY, 2019).

O próprio Spotify (2019) se apresenta como sendo “um serviço de streaming digital que dá acesso instantâneo a milhões de músicas, podcasts, vídeos e outros conteúdos de artistas de todo o mundo.” No site promocional, se esclarece que os serviços estão disponíveis para diversos dispositivos, como, por exemplo, computadores, celulares, tablets, alto-falantes, TVs e carros. O serviço oferece gratuitamente diversas funções como reprodução de músicas, navegação e busca dentre um catálogo e possibilidade de montar coleções de música. Porém, existe a possibilidade de upgrade para uma versão paga, chamada Spotify Premium.

Com Premium, ouvir música no Spotify fica ainda melhor.  
Acesso ilimitado a mais de 35 milhões de músicas com streaming de alta qualidade.  
Reprodução sem conexão com a Internet.  
Possibilidade de levar suas músicas em viagens internacionais, sem restrições.  
Música sem interrupção de anúncios.  
Liberdade para pular quantas faixas quiser (SPOTIFY, 2019).

Retornando ao exemplo da publicidade acerca do “campeão em pular corda”, usa-se um anúncio publicitário para “vender” uma versão do produto sem anúncios. Essa propaganda somente foi ouvida, interrompendo a escuta das músicas, pelo fato da conta ser a básica (gratuita). Fala-se do “campeão mundial de pular corda” para “lembrar” ao consumidor que, mesmo ele tendo acesso gratuito a uma fantástica quantidade de músicas, se ele assinar uma versão paga (que tem gratuidade nos primeiros 60 dias), ele terá a “liberdade para pular quantas faixas quiser” (SPOTIFY, 2019).

Percebe-se neste caso que a publicidade acompanhou a “lógica” do próprio serviço, mas de uma maneira original. Não cobra-se, simplesmente, pelo produto ou serviço. Oferta-se o mesmo gratuitamente, porém com restrições. Cria-se a possibilidade e, também, a demanda. A possibilidade entra neste processo como reforçadora para se evitar a restrição (obrigação de se ouvir as propagandas e não se poder pular de



música). As velocidades e a imediaticidade das informações típicas da cibercultura em geral se consubstanciam na possibilidade de ouvir o que se quer na hora em que se deseja.

Se a invenção do controle remoto já deu certa autonomia ao telespectador diante de alguns canais televisivos, a internet ampliou estratosféricamente a gama de possibilidades de escolhas e caminhos. Os rizomas digitais são múltiplos, descontínuos, heterogêneos, descentralizados, ou seja, literalmente, esparramados. Nestes rizomas de possibilidades, não se perde tempo ouvindo propaganda ou uma música que não se gosta até o final. A caminhada da trajetória linguística humana está chegando a cartografias rizomáticas digitais de modo surpreendente, apontando-se para múltiplos cruzamentos e percursos possíveis: novas espacialidades em novas temporalidades.

*Considerações reflexivas e/ou reflexões considerativas (o sideral é o limite?)*

O provocante texto “Fenomenologia do olhar”, de Alfredo Bosi (1988, p. 65), que compõe a obra “O olhar”, organizada por Adauto Novaes, possui a seguinte epígrafe: “... a história do mundo vivo se resume na elaboração de olhos cada vez mais perfeitos no seio de um Cosmos, onde é possível ver cada vez mais. (Teilhard de Chardin, O fenômeno humano).” Alguns autores considerados pós-modernistas, apontam, além da tragédia de um final da História (humana?), o colapso das grandes narrativas e o declínio da experiência e da tradição, ou seja, o aniquilamento da sócio-historicidade da humanidade. De certa forma, esta concepção historiográfica, filosófica e científica está, em muitas maneiras, consonante com muitos indivíduos da geração atual que acreditam que o leite é produzido no supermercado e que a carne que se come diariamente não é proveniente de um ser vivo.

No texto de Bosi (1988, p. 78), na seção intitulada “Olhar na linguagem: ensaio de prospecção”, o autor afirma que “é no uso das palavras que os homens traçam os fios lógicos e os fios expressivos do olhar.” Entre as diversas belas exegeses de diversas palavras, o autor (1988, p. 78, grifos do



autor) apresenta um termo que tomamos para título desta seção: “*Considerar* é olhar com maravilha, assim como os pastores errantes fitavam a luz noturna dos astros (*con-sidus*).” Olhar com maravilha para a trajetória humana e os discursos que a permeiam. Admirar “[...] é olhar com encanto movendo a alma até a soleira do objeto (*ad-mirar*).” (BOSI, 1988, p. 78, grifo do autor). Historicizar as mídias digitais para, a partir disso, compreender seus fenômenos e determinar seus sujeitos.

Uma primeira consideração importante é a seguinte: por mais promessas tecnocientíficas, transumanistas ou biocibernéticas que possam ser cogitadas atualmente, nenhuma dimensão do fenômeno humano atual – principalmente em termos linguísticos, culturais e discursivos –, pode ser analisada e refletida fora de uma perspectiva sócio-histórica. Por si só, a profusão midiática é profundamente indutora a perdas de pontos de contato com a realidade. Sem a perspectiva sócio-histórica, a alienação, a assujeitamento e a manipulação são praticamente inevitáveis.

Uma outra constatação diz respeito a dialogicidade das mídias. Termos como web 1.0, 2.0, 3.0 etc., surgiram no domínio informático e ganharam outros campos: marketing 4.0, educação 4.0 e assim por diante. O que, de fato, significa isso? A interatividade proposta e possibilitada pelas mídias digitais e suas convergências ampliam ou diminuem a participação dos usuários? Os programas, softwares e aplicativos dão brechas para os consumidores se exprimirem e permitem autoridade ou apenas Ctrl C – Ctrl V e compartilhamentos alienados? Essa é a discussão que se procura trazer a baila neste texto e que ainda necessita muitos rizomas reflexivos para se completar.

No texto “O autor como produtor”, que foi uma conferência pronunciada no Instituto para o Estudo do Fascismo, Walter Benjamin (1985) diferencia o escritor burguês e informativo do progressista e operativo. “*Um escritor que não ensina outros escritores, não ensina ninguém.*” (BENJAMIN, 1985, p. 132, itálico do autor) Para o autor (1985) um exemplo de alguém que transformou o papel dos leitores ou espectadores é Bertold Brecht, com seu teatro épico. “Conseguiu, assim, modificar a relação funcional entre o palco e o público, entre o texto e a representação, entre o diretor e os atores” (BENJAMIN, 1985, p. 133). O filósofo (1985, p.



133) afirma que Brecht alcança realizar esta transformação por meio do “princípio da interrupção”. Ao invés de ações e por meio do procedimento da montagem, o material irrompe do contexto, interrompendo as sequências, obrigando o espectador a participar intempestivamente e não apenas acompanhar passivamente. Benjamin aponta que tal mudança de coautorialidade se dá, principalmente, pelas inovações da época: fotografia, cinema e rádio.

Levou-se em conta esta preocupação na escrita deste documento, caro(a) (possível) leitor(a), quando no texto se faziam interrupções (nossa escrita não é “Premium”) e deixava-se brechas quando, por meio de perguntas e/ou apontamentos para outras direções, buscava-se estabelecer um diálogo com o leitor, o convocando a participar do texto. As provocações com a escrita entre parênteses, os exemplos do cotidiano, o tratamento dos anglicanismos, as fontes para citações, a utilização da pontuação foram estratégias para, de certa forma, exigir do leitor mais do que meramente uma leitura mecânica. A coautorialidade e a coparticipação ainda são características dos fenômenos comunicativos atuais pouco levados em consideração em diversos campos. Mas, não passam despercebidas nas/pelas publicidades, sabedoras da necessidade de adesão. Talvez essa crise comunicativa não esteja somente nas mídias digitais: Quanto à participação ativa é valorizada nas salas de aula? Quanto à autoralidade é requerida em concursos? Quanto o diálogo é permitido e reivindicado nas questões políticas? Quanto a dialogicidade proporciona aprofundamento de debates críticos e produtivos para não se encerrar em frases do tipo: “É minha opinião e ponto final.” ou “Isso é só mimimi!”?

Há um texto de Platão (1997) que afirma que Sócrates (“Contra os autores dos discursos escritos ou sobre os Sofistas”), frente à invenção da escrita, asseverou que a memória entraria em crise. Perenemente, as transformações humanas comunicativas apontaram para diversas crises. Atualmente, se cogita a crise da palavra, crise da escrita, crise da leitura, crise da interpretação de texto etc. Apontamos o que, em termos dos fenômenos linguísticos, discursivos e culturais, seja a antítese das promes-

sas e possibilidades das tecnologias digitais de informação, comunicação e expressão (TDICE): a crise do diálogo.

Em tempos de hedonismo egocêntrico maximizado, de relações e interações cada vez mais líquidas, de competitividade estimulada e exacerbada, de confusão entre real, concreto, virtual e digital bem como entre usuário, consumidor, autor e sujeito, questiona-se: estamos nos transformando em trogloditas digitais ou somos meros transumanos primitivos? Será que para realmente usufruir das potencialidades das mídias digitais seus sujeitos terão que pagar (para não terem interrupções e perderem tempo) ou a dialogicidade da web “x” “pontozero” permitirá acesso e participação democrática aos 4,021 bilhões de internautas?

A humanidade aprendeu a pintar, desenhar, falar, escrever, imprimir, digitar, mandar e-mail e mensagens pelo Whatsapp. Os percursos dos dis-cursos traçaram mapas, rotas, redes e cartografias buscando um tesouro valioso (se comunicar), nem sempre imune aos ataques dos piratas e aos sumiços no Triângulo das Bermudas. Isso tudo sem cogitar abrir uma discussão acerca das proposições dos “terraplanistas” que, conforme uma frase-meme das redes sociais ironicamente afirma: “Se a terra fosse redonda se chamaria ‘redondeta’ e não ‘planeta’” (difícil de encontrar/citar a autoralidade [coletiva? Quem compartilha é coautor?] de memes, fruto de uma próxima/possível reflexão). As práticas discursivas publicitárias digitais se transformaram juntamente com as mudanças das mídias e, de certa forma, elevaram a ação, recepção e percepção dos sujeitos comunicantes a outro patamar. De certa forma, autores como Borges, Cortázar, Joyce e Dostoiévski já mudavam a relação com o leitor e o convocavam para um papel mais ativo diante do texto. A hipermídia proporciona múltiplas possibilidades. A hiperconvergência ocorre em termos nunca imaginados ou possíveis. O hipertexto provoca novas leituras e exige hiperleitores. Os rizomas digitais permitem novas escritas. A cibercultura é um terreno fértil para reflexão acerca dos fenômenos linguísticos e discursivos. Resta-nos responder (ou formular novas questões): “Quem são? Onde vivem? O que fazem?” seus hipersujeitos?



## Referências

- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Volume 1. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BENJAMIN, Walter. **O anjo da história**. Trad. João Barrento. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- BLACK Mirror. **Primeira, segunda, terceira e quarta temporadas**. 201. Criação: Charlie Brooker. Emissoras: Channel 4 e Netflix. Acesso em: 20 mar. de 2019.
- BOSI, Alfredo. Fenomenologia do Olhar. In: NOVAES, Adauto *et al.* **O olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 65-87.
- BRECHT, Bertolt. **Perguntas de um trabalhador que lê**. 2019. Disponível em: <http://recantodasletras.uol.com.br>. Acesso em: 23 mar. 2019.
- CAZUZA. **O tempo não pára**. 1988. (Letra de música). Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/cazuza/45005/>. Acesso em: 20 mar. de 2019.
- ECO, Umberto. **Apocalípticos e integrados**. Trad. Pérola de Carvalho. 7. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- FISCHER, Ernst. **A necessidade da arte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- HER. Direção: Spike Jonze. Produção: Megan Ellison; Spike Jonze; Vincent Landay. Los Angeles, Warner Bros, Pictures, 2013. (126 min.).
- JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.
- KEMP, Simon. **Global Digital in 2019 Report**. We are social. Hootsuite. 2019. Disponível em: <https://wearesocial.com/>. Acesso em 23 de mar. de 2019.
- LAPOLLI, Mariana; GAUTHIER, Fernando Alvaro Ostuni. **Publicidade na era digital: um desafio para hoje**. Florianópolis: Pandion, 2008.
- LAROSSA, Jorge. **Pedagogia profana: danças, piruetas e mascaradas**. Trad. Alfredo Veiga-Neto. 5. ed. 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34 Ltda, 2007.
- LIPOVETSKY, Gilles. **A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero: a moda e seus destinos nas sociedades modernas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”**. Trad. de Wanda Nogueira Caldeira Brant, Jeanne Marie Gagnebin, Marcos Lutz Müller. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. Trad. Décio Pignatari. São Paulo: Cultrix, 2007.
- PLATAO. **Fedro**. Trad. José Ribeiro Ferreira. Lisboa: Edições 70. 1997.



***Sobre os  
Autores***

## Sobre os Autores

**Aline Rodrigues** – Doutoranda na área de Estudos Linguísticos, linha de pesquisa Estudos do Texto e do Discurso, pela Universidade Estadual de Maringá – UEM. Integra o grupo de pesquisa GPLEIADI. Graduada em Letras Português/Inglês pela UNESPAR, campus de Campo Mourão/PR. Docência em Letras com ênfase em Português e Produção Textual.

**André Luis Coelho** – Possui mestrado em Divulgação Científica e Cultural pela Universidade Estadual de Campinas (2015) e atualmente cursa o doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Análise do Discurso, atuando principalmente em condições de produção do discurso digital e análise do discurso digital e memes.

**Bruna Plath Furtado** – Doutoranda em Letras com Área de Concentração em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá. Graduada em Letras (Português / Francês) pela mesma universidade. Com atuação docente em Língua Portuguesa, Português Histórico e Metodologia e Técnicas de Pesquisa.

**Célia Bassuma Fernandes** – Graduação em Letras-Anglo pela Universidade Estadual do Centro-Oeste, Mestrado em Letras, pela Universidade Estadual de Londrina (2002) e doutorado em Estudos da Linguagem pela mesma universidade (UEL/2011), Pós-doutoramento em Estudos da Linguagem pelo IEL/Unicamp (2015–2016). Atualmente, é professora de Linguística (Adjunto D), na graduação em Letras/Literatura e no Mestrado em Letras (membro permanente), Interfaces entre Língua e Literatura, na Universidade Estadual do Centro-Oeste, onde ministra as disciplinas de História das Ideias Linguísticas e Textualidade e Interpretação. Ins-crita na linha de Pesquisa Texto, Memória e Cultura, desenvolve/orienta pesquisas cujo objeto de estudo é a família, bem como todos os discursos que irrompem nela/sobre ela, sob o viés da Análise de Discurso, tal como

proposta por Michel Pêcheux e por Eni Orlandi, no Brasil, bem como os demais pesquisadores que com eles estabelecem redes.

**Cristiane de Souza Pedroso** – Possui graduação em Letras –Português e Suas Literaturas pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (2006); Especialização em Arte: Educação e Saúde, pelo Instituto Superior do Litoral do Paraná (2008); MBA Executivo em Administração de Empresas, pelo Centro Universitário Campo Real (2010) e Mestrado em Letras pela Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO (2019).

**Dantielli Assumpção Garcia** – Possui graduação em Licenciatura em Letras: Português/Espanhol pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2005), mestrado em Estudos Linguísticos (2008) e doutorado em Estudos Linguísticos também pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2011). Realizou uma pesquisa de Pós-Doutorado (A Marcha das Vadias nas redes sociais: efeitos de feminismo e mulher, Apoio Fapesp) na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (USP) sob a supervisão da Profa. Dra. Lucília Maria Abrahão e Sousa (2013–2015). Realizou junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná uma pesquisa de Pós-Doutorado (“A manualização do saber linguístico e a constituição de uma linguagem não sexista”) com apoio CAPES sob a orientação do Prof. Dr. Alexandre Sebastião Ferrari Soares (2016–2017). Atualmente, é docente no curso de Graduação e de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Análise de Discurso, História das ideias Linguísticas, atuando principalmente nos seguintes temas: gramatização, arquivos, Institutos Históricos e Geográficos, análise do discurso urbano, redes sociais, feminismo, cibermilitância.

**Débora Hettwer Masmann** – É doutora em Letras pela Universidade de São Paulo (USP) (2009), mestre e graduada em Letras (português-francês) pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) (2005 e 2002). Realizou estágio Pós-doutoral em Semântica no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) (2014). É



Professor Visitante Nacional Sênior do Programa de Mestrado em Educação e Cultura (PPGEDUC) da Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Universitário de Cametá (CAPES – PROCAD). Em 2018, foi professora convidada na Universidade de Turim (Itália). Tem experiência em teoria e análise linguística principalmente na área de semântica, análise de discurso, retórica e argumentação. Em suas pesquisas, destaca-se o interesse pelo funcionamento dos discursos jurídico, político e artístico. É membro fundador no Grupo de Pesquisa Discurso, Sentido e Sociedade (DISENSO/UFPA) e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Semântica do acontecimento: agenciamento enunciativo, designação e argumentação (UNICAMP).

**Denikid Araújo Albino** – Doutorando em LETRAS – UEM (2017), Mestre em LETRAS – UNICENTRO (2016), graduado em Letras – FACULDADES INTEGRADAS DO VALE DO IVAÍ (2005), graduado em PEDAGOGIA –UCB (2011). Especialização em EDUCAÇÃO ESPECIAL–ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES ESPECIAIS–UNIVALE/ ESAP (2006), Especialização em GESTÃO ESCOLAR – UCB (2007), Especialização em GESTÃO PÚBLICA – UNICENTRO (2015) e Especialização em Neuropedagogia na educação – FATEC (2016). Diretor de Escola pública. Professor Pedagogo na Secretaria de Educação do Estado do Paraná. Coordenador do Curso de Pedagogia e Letras – UNIVALE – Ivaiporã – Paraná. Professor de Pós-graduação pelo grupo RHEMA Educação e pelo Grupo ESAP. Professor horista na FATEC – Faculdade de Tecnologia do Vale do Ivaí. Membro do GPDISCMIÁDIA/UEM – Grupo de Pesquisa em Discursividade, Cultura, Mídia e Arte. Têm experiência em Administração e Gestão Escolar, com ênfase em Administração de Unidades Educativas.

**Durval Ramos** – Mestrando em Comunicação na linha de pesquisa Comunicação e Formações Socioculturais pela Universidade Federal do Paraná (PPGCOM/UFPR). Graduado em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo pela PUCPR (2011) e com especialização pela Universidade Positivo em Produção e Avaliação de Conteúdo para Mídias Digitais (2013) e Comunicação, Cultura e Interfaces (2016). Desenvolve



pesquisa nas áreas de Imagem, com ênfase nas temáticas Games, Narrativa e Estrutura Mítica.

**Edemir José Pulita** – Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília, na Linha de Pesquisa Educação, Tecnologias e Comunicação (2017). Mestre em Engenharia de Mídias para Educação pelo Convênio EUROMIME (*Université de Poitiers* – França, Universidade Técnica de Lisboa – Portugal e *Universidad Nacional de Educación a Distancia* – Espanha, 2012), com diploma revalidado pela UnB (2013). Psicólogo pela Universidade Estadual de Londrina (2009) e Licenciado em Filosofia e em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (1999) e Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional Uninter (2018). Das experiências e das trajetórias, nas graduações e pós-graduações, articularam-se pesquisas nas interfaces entre educação e tecnologias, cujas temáticas principais são: (i) Educação Hipertextual: hipertextualidade; mídias; dialogicidade; polifonia; coautorias; rizoma; cibercultura; processos comunicacionais e educacionais; culturas oral, escrita e digital; novas formas de ensinar e aprender; novos papéis de professores e alunos. (ii) Ressignificações da educação na era digital: desconexões e transformações entre educação, tecnologias, sociedade, conhecimento e cultura; linguagens midiáticas; experiência; narrativas; reconfigurações de sujeitos, tempos, espaços e movimentos na/da construção de conhecimentos. Tais reflexões têm levado a incursões nas seguintes áreas: Educação; Tecnologias; Pesquisa Científica; Epistemologia; Pesquisa em Educação; Filosofia; Filosofia da Educação; História, História da Educação; Psicologia; Psicologia da Educação; Pedagogia; Didática; Fundamentos Filosóficos, Teóricos, e Sócio-Históricos da Educação; Organização da Educação; Políticas Educacionais; e Formação de Professores.

**Edna Pagliari Brun** – Professora dos Cursos de Letras, da Faculdade de Artes, Letras e Comunicação, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/FAALC–Campo Grande), possui Graduação em Letras (Licenciatura em Português, Espanhol) e Mestrado em Estudos de Linguagens – Linguística e Semiótica (Linha: Produção de Sentido no Texto/Dis-

curso) pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Londrina - Linguagem e Educação (Linha: Ensino/Aprendizagem e Formação do Professor de Língua Portuguesa e de outras Línguas). Pesquisadora do Grupo de Estudos Linguísticos (UFMS-Campo Grande); do Grupo de Estudos e Pesquisas da Educação Básica Pública em Mato Grosso do Sul (UFMS-Campo Grande) e do Grupo de Pesquisa Gêneros Textuais e Mediações Formativas (UEL-Londrina). Possui experiência na área de Ensino, com ênfase em Linguística, Língua Portuguesa, Prática de Ensino de Língua Portuguesa e Estágio. Formadora de professores, participou dos programas PNAIC e PNEM.

**Fabiano Kanadani** – Possui graduação em Ciências Contábeis - Faculdades Integradas do Vale do Ivaí (2012). Atualmente é coordenador do curso de Ciências Contábeis das Faculdades Integradas do Vale do Ivaí, sócio - INOVE ASSESSORIA CONTÁBIL, sócio-gerente - KR ASSESSORIA CONTÁBIL e técnico de administração de unidade - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - PR. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Ciências Contábeis.

**Flávio Bortolozzi** – Graduado em Matemática em 1976 e em Engenharia Civil em 1981 pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Doutorado em Engenharia de Computação pela *Université de Technologie de Compiègne* - França em 1991. Aposentado pela UTFPR. Foi Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação e Decano do CCET da PUCPR. Foi: Diretor Geral das Faculdades OPET; Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação e Extensão e professor do UniCesumar; Diretor do Centro de Ciências Exatas, Tecnológicas e Agrárias do CESUMAR; bolsista de produtividade CNPq por 15 anos; Membro do Conselho Curador da FUNADESP; Vice-Presidente do FOPROP; Presidente na Regional sul do FOPROP; Presidente do CPPG. Foi também consultor: do MEC - INEP; CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e da CAPES, entre outras atividades. Atualmente é: pesquisador colaborador no PP-GIA-PUCPR; diretor da BDF Consultoria Científica e Educacional; pesquisador do Instituto de Cesumar de Ciências, Tecnológicas e Inovação



- ICETI; colaborador da *Association for Computing Machinery* - ACM; colaborador do *Institute of Electrical and Electronics Engineers* - IEEE; coordenador e professor do Mestrado em Gestão do Conhecimento nas Organizações no UniCesumar; Professor do Mestrado em Promoção da Saúde no UniCesumar e em 2015 foi professor visitante Sênior no PP-GIA/PUCPR.

**Heitor Messias Reimão de Melo** – Doutorando e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Letras - PLE, área de concentração de Estudos Linguísticos, na linha do Estudos do Texto e do Discurso, pela Universidade Estadual de Maringá - UEM. Especialista em Libras e em Educação Especial Inclusiva pela Faculdade de Educação São Luís. Possui graduação em Letras Português e Espanhol pela Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP. Atualmente, realiza pesquisas no campo teórico-metodológico da Análise de Discurso de orientação francesa, partindo do pressuposto de Pechêux, no imbricamento das disciplinas psicanalistas, filosóficas, sociológicas e históricas, englobando pesquisas de discursos da/na mídia digital, bem como o campo dos discursos artísticos/em rede/culturais/atuais, priorizando as temáticas dos sujeitos à margem, seja por questões de gêneros, sexuais, seja por suas deficiências. Interesse em estudos da linguagem e suas práticas linguísticas que englobam a sociedade e nos estudos derivados da língua portuguesa, como gramática, produção e interpretação de texto. Integrante do grupo de pesquisa GPDISCMIÍDIA - Grupo de Pesquisa em Discursividades, Cultura, Mídia e Arte (CNPq/UEM).

**Hertz Wendel de Camargo** – Possui Doutorado em Estudos da Linguagem, UEL (2011); Mestrado em Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte, UNICAMP (2006); graduações em Jornalismo, e Publicidade e Propaganda (1995). Atua no ensino superior desde 2002. Professor adjunto do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), curso de Publicidade e Propaganda. Professor permanente do Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM) da UFPR. Atual vice-diretor da Editora da UFPR. Autor do livro MITO E FILME PUBLICITÁRIO: ESTRUTURAS DE SIGNIFICAÇÃO (Eduel, 2013, versão



em e-book 2016) – finalista na categoria Comunicação do Prêmio Jabuti 2014. Possui experiência na área de Assessoria em Comunicação, com ênfase em Produção Editorial e Direção de Arte (texto, criação e planejamento gráfico). Em produção audiovisual possui experiência em Documentários, Videoarte e filmes de curta-metragem. Pesquisador das áreas relacionadas a Imagem, Imaginário, Cultura Pop, Antropologia e Consumo, Neurociências e Consumo.

**Ismara Eliane Vidal Tasso** – É doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (2003), com estágio pós-doutoral na Unicamp (2012); mestre em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1997) e graduada em Letras pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Jandaia do Sul (1975). Desenvolve pesquisas na área de Estudos Linguísticos sobre o funcionamento discursivo em materialidades imagéticas e linguísticas, inscritas no social e no político, campos nos quais se estabelecem intersecções da ordem do corpo, da língua, da história, da memória e das tecnologias, sob os pressupostos teóricos da Análise do Discurso de linha francesa e de seus desdobramentos no Brasil; da Semiótica peirceana e da Linguística. Sob tal envergadura e dispositivos, busca apreender, compreender e explicitar processos de subjetivação, de objetivação e de governabilidade das populações à margem da sociedade e minoritárias. O percurso empreendido tem por foco séries enunciativas cujas condições de existência tratem de: identidades; inclusão/exclusão; diversidade cultural, étnica, práticas discursivas e de leitura de diferentes materialidades; Português como língua adicional/estrangeira; imagem e(m)discurso. Lidera na UEM o Grupo de Pesquisa (CNPq) GEDUEM – Grupo de Estudos em Análise do Discurso da UEM e integra o Grupo de Pesquisa (CNPq) GEF – Grupo de Estudos Foucaultianos da UEM.

**Juçara Zanoni do Nascimento** – Doutoranda em Letras (Linguística / Texto e Discurso) pela Universidade Estadual de Maringá. Possui mestrado em Estudos de Linguagens pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; especialização em Formação de Profissionais da Educação pela Universidade Federal da Grande Dourados; graduação em Letras – Ba-

charelado – Hab. Trad./Int. Por./Ing. pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2003); graduação em Letras – Licenciatura Plena – Hab. Port. Ingl. pela Universidade Federal da Grande Dourados (2007); graduação em Direito pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (2005). Tem experiência na área de Linguística e Língua Portuguesa, atuando principalmente nos seguintes temas: leitura e produção de textos. É professora efetiva na Universidade Federal de Rondônia/Campus de Vilhena.

**Juliana da Silveira** – Doutora em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (UEM-PR), na área de Estudos Linguísticos: Estudos do Texto e do Discurso, com período sanduíche na *Université Paris 13*, dirigido pela linguista Marie-Anne Paveau, com auxílio financeiro da CAPES. Mestre em Letras e graduada em Letras Português-Francês também pela Universidade Estadual de Maringá (UEM-PR). Atualmente é bolsista PNPd – Programa Nacional de Pós-doutorado da CAPES, atuando como pesquisadora no Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). Faz parte do *Contradit – Coletivo de Trabalho Discurso e Transformação*, coletivo que reúne pesquisadores do discurso de diferentes regiões do Brasil e exterior. Integra o Grupo Pesquisa Produção e Divulgação do Conhecimento (UNISUL). Suas pesquisas centram-se nos estudos do texto e do discurso, com foco na materialidade digital, buscando pensar os discursos ordinários do digital a partir do estudo do rumor, humor e efeito-rumor.

**Lucimara Cristina de Castro** – Professora nos cursos de Letras (Português/Inglês) e Pedagogia das Faculdades Integradas do Vale do Ivaí (UNI-VALE). Professora de Metodologia Científica e de Processos e Técnicas Metodológicas nos cursos de Gestão Financeira e Gestão de Recursos Humanos na Faculdade Tecnológica do Vale do Ivaí (FATEC). Professora de Língua Portuguesa e Educação Especial pela Secretaria de Estado da Educação (SEED/PR). Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PLE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM), na área de Estudos Linguísticos/Linha de Pesquisa “Estudos do Texto e do Dis-

curso”. Mestre em Letras, interface entre Língua e Literatura, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Linha de Pesquisa “Texto, Memória e Cultura”. Especialista em Educação Especial: atendimento às necessidades especiais e em Língua Portuguesa e Literatura, pelo Instituto de Estudos Avançados e Pós-Graduação (ESAP). Licenciada em Letras (Português/Inglês) pelas Faculdades Integradas do Vale do Ivaí (UNIVALE). As pesquisas acadêmicas estão norteadas, principalmente, pelo referencial teórico-metodológico da Análise de Discurso de linha francesa (Michel Pêcheux), envolvendo as seguintes temáticas: mídias digitais, discursos no/do digital, sujeito, sentido e ideologia.

**Níncia Cecília Ribas Borges Teixeira** – Pós-doutora pela UFRJ. Doutora em Letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2005), Mestre em Letras pela Universidade Estadual de Londrina. É Professora Associada da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro-PR). Professora nos cursos de Letras e Comunicação Social da Unicentro. Docente no Programa de Pós-graduação (Metrado) em Letras da Unicentro. Autora do livro: *A Escrita de Mulheres na Pós-modernidade e a Desconstrução do Cânone Literário*. Vice-diretora do Setor de Humanas, Letras e Arte da Universidade Estadual do Centro-Oeste.

**Patrícia Brasil Massmann** – Advogada. Doutoranda (Bolsa Filantropia UPM e Bolsa CAPES/PROSUC/BOLSA) e Mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (Bolsa CAPES/PROSUP). Professora do Curso de Graduação em Direito da UniMetrocamp – Campinas. Professora do Curso de Pós-Graduação em Direito e Processo do Trabalho da UniMetrocamp – Campinas. Professora do Curso de Pós-Graduação em Direito Trabalhista e Previdenciário Aplicado e Avançado da Faculdade de Direito de Franca. Graduada em Direito pela Universidade da Amazônia (2003). Graduada em Administração de Empresas e Com. Exterior pelo Centro Universitário do Estado do Pará (2002). Integra o Grupo de Pesquisa “Mulher, Sociedade e Direitos Humanos” (Mackenzie).



**Patrícia Regina Wypych** – Graduação em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda pela Universidade Positivo (2008) e Mestre em Comunicação e Linguagens pela Universidade Tuiuti do Paraná (2011). Conhecimento na área de Comunicação, com ênfase em Processos Mediáticos e Práticas Comunicacionais atuando principalmente nos seguintes temas: sociologia da comunicação, comportamentos midiáticos, mídia e consumo, linguagem, cibercultura, teorias da comunicação.

**Pollyana Notargiacomo** – Possui graduação em Pedagogia pela Universidade de São Paulo (1992), Mestrado (1999) e Doutorado (2003) em Educação, ambos pela Universidade de São Paulo e Pós-Doutorado em Engenharia Elétrica (2015) pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Atualmente é professora da Universidade Presbiteriana Mackenzie, sendo que atua na Faculdade de Computação e Informática (FCI) e no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica e Computação (PPGE-EC), além de ser a Coordenadora do Grupo CNPq GETS (Games, Educação, Tecnologia e Sociedade) e Líder do JAS3 Lab. (Laboratório de Jogos, Aprendizagem, Simulação, Sistemas e Sinais). Tem experiência na área de Jogos Digitais e na área de Educação, mas especificamente em Tecnologia Educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: Jogos Digitais, Game Design, Serious Games, Mecânica de Jogos, Narratologia, Estudos Culturais em Jogos, Objetos de Aprendizagem e Recursos Educacionais Abertos, Estilos de Aprendizagem, Redes e Mídias Sociais, Design Instrucional, Plataformas de Gerenciamento de Cursos Online, Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), EAD, Arquitetura Informacional e Usabilidade.

**Rafael Delgado** – Graduado em Turismo e Hotelaria, pela Universidade do Vale do Itajaí, UNIVALI. Especialista em Metodologia do Ensino Superior, pela Faculdade Capivari, FUCAP. Membro PMI e certificado pelo Curso de Formadores (Academie Accor). Docente das Faculdades Integradas do Vale do Ivaí, UNIVALE, nos cursos de Administração e Ciências Contábeis. Tem desenvolvido pesquisas voltadas à Administração e à Gestão do Conhecimento. Atualmente é gestor do Mabu Thermas Grand Resort, em Foz do Iguaçu.

**Raquel Dutra Saldanha** – Mestrado em Linguística e Semiótica pelo Programa de Pós-graduação Mestrado em Estudos de Linguagens/PPG-MEL/UFMS, desde Janeiro/2017. Linha de pesquisa: Fraseologia e Cinema argentino. Professora de Língua Portuguesa e Língua Espanhola, formada na UFMS desde Dezembro/2011. Recentemente, lecionou Língua Portuguesa na Escola do Sesi/CG, pelo período de 1 ano. Também atuou como professora substituta na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, ministrando as disciplinas de Língua Espanhola, Prática de Língua Espanhola, Laboratório de Língua Espanhola e Estágio Supervisionado em Língua Espanhola, de 07/2016 a 01/2018; e professora de Língua Estrangeira Moderna Espanhol, na Rede Estadual de Ensino de Campo Grande/MS, de 02/2012 a 12/2017. Atualmente participa do NEBA – Núcleo de Estudos Bakhtinianos/UEMS.

**Tácia Rocha** – Doutoranda e mestra em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Graduada em Publicidade e Propaganda pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). Graduada em Letras, habilitação em português e inglês, pela Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (atual UNESPAR). No eixo de pesquisa, participa do Grupo de Estudos em Análise do Discurso da UEM (GEDUEM/CNPq) e coordena o projeto de iniciação científica intitulado “Representações culturais das minorias na mídia: um olhar sobre as relações étnico-raciais, de gênero e feminismo das produções na Web”, no Centro Universitário Metropolitano de Maringá – UNIFAMMA. Nesta última IES atua como docente nos cursos graduação e pós-graduação. Na mesma instituição coordenou o projeto de extensão Festival de Vídeo, além outros projetos interdisciplinares nos cursos de comunicação. Na educação à distância possui experiência com produção de materiais e como tutora na modalidade semipresencial/ensino híbrido. Possui MBA em Gestão de marketing e mídias sociais e experiência no mercado de comunicação. Pesquisa e se interessa pelos temas: Educação, Telenovela, Séries, Discurso, Mídias, Comunicação, Estudos Culturais, Estudos Pós-coloniais, Estudos Feministas, Identidade.





SYNTAGMA